

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PEQUENO AGRICULTOR E RACIONALIDADE  
EDUCATIVA**

**ARI PAULO JANTSCH**



**PIRACICABA, SP**

**1997**

**PEQUENO AGRICULTOR E RACIONALIDADE  
EDUCATIVA**

**ARI PAULO JANTSCH**

**ORIENTADOR: PROF. DR. VALDEMAR SGUISSARDI**

**Tese apresentada à Banca Examinadora  
do Programa de Pós-Graduação em  
Educação da UNIMEP como exigência  
parcial para obtenção do título de  
Doutor em Educação.**

**PIRACICABA, SP**

**1997**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Valdemar Sguissardi (Orientador)

---

Prof. Dr. Bruno Pucci - Unimep

---

Prof. Dr. Francisco Cock Fontanella - Unimep

---

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto - Uff

---

Prof. Dr. Nilton Bueno Fischer - Ufrgs

---

O indivíduo é o ser social

(Marx, 1987: 176)

O homem apropria-se do seu ser global de forma global, isto é, como homem total.

(Marx, 1987: 177)

**Dedicatória**

À minha filha Ana Cláudia

e

à minha esposa Dercy

## **AGRADECIMENTOS**

Às pessoas e instituições que contribuíram para que este trabalho se realizasse:

- À minha filha e esposa, que com seu afeto animaram a caminhada;
- Aos pequenos agricultores que, prazerosa e prontamente se dispuseram a conversar sobre a sua vivência;
- À ANPED, que fundamentou em grande parte o presente trabalho;
- À Julieta Calazans, Gaudêncio Frigotto e Nilton B. Fischer, pelas sugestões e contribuições durante a elaboração da tese;
- Ao Valdemar Sguissardi, pela orientação, amizade e estímulo à autonomia;
- À família PPGE-UNIMEP, pelo convívio realizador da omnilateralidade humana;
- À CAPES que, através do Programa de Bolsas Demanda Social e do Programa de Capacitação Docente (PICD), apoiou financeiramente a realização do Curso;
- À Universidade Federal de Santa Catarina, pelo afastamento integral para o estudo.

## RESUMO

A presente tese trata da racionalidade educativa na vida de pequenos agricultores do sul do Brasil, em sua maioria integrados ao mercado mundial e incorporando pacotes científico-tecnológicos em sua atividade produtiva. O estudo procura mostrar que a qualificação requerida pela atividade de produção de alimentos, encetada, hoje, por pequenos (ainda) agricultores, considerando-se o processo de mundialização da economia e a atual revolução científico-tecnológica, é tão ou mais complexa que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador tipicamente urbano-industrial, de modo a reclamar um trabalhador intelectual (pesquisador), a quebra paradigmática e a afirmação de uma nova racionalidade educativa no mundo de vivência dos pequenos agricultores. Pressupondo que o mundo vivencial ultrapassa qualquer tentativa de matematização absoluta, o autor se propõe a refletir sobre os limites da racionalidade positiva (positivista) presente na sua existência. Sua reflexão constitui dois momentos, intimamente articulados.

No primeiro explicita as condições para a compreensão não positivista da realidade. Para tal, fundamenta-se nos princípios da **complexidade**, da **interdisciplinaridade** e da **participação**, nas categorias básicas **Homem Universal** (devidamente assumido como a utopia ou “otimismo militante” no sentido da superação da mundialização excludente do capital) e **individuação** (associada ao Estado amplo e democrático), nas categorias complementares da totalidade (histórico-social), **contradição** (continuidade da história) e

mediação (projetos superadores do mundo dado ou positivizado), bem como na **razão aberta** (afirmadora da provisoriedade, da incompletude, da incerteza) e **radical** (sem concessões aos “cantos de cisne” que o velho mundo evoca, à desrealização e/ou unilateralidade do homem e da natureza, à unilateralidade da relação trabalho-educação, assim como, principalmente, à negociação em torno da exclusão). O mundo de vivência do pequeno agricultor é concebido como uma realidade complexa, inteligível e superável em seus limites a partir de uma razão aberta (despositivizada, ancorada na “negação da negação”) e radical (sem negociar, minimamente, o eticamente inegociável: a exclusão).

No segundo momento, realiza uma análise das condições objetivas e da subjetividade na existência dos pequenos agricultores no contexto da mundialização da economia e do mercado, bem como da atual revolução científico-tecnológica. Nesse sentido, trata, entre outros, da questão já recorrente “**Estado versus mercado**”; da **exclusão** intrínseca ao “Estado mínimo” e ao mercado “auto-regulado”, evocados por (neo)liberais; da formação escolar e extra-escolar associada ao **saber real/autonomia** ou, contrariamente, ao analfabetismo funcional; da aplicação de pacotes científico-tecnológicos unilaterais ou, contrariamente, da constituição do **alternativo**, associado a um novo conceito de interdisciplinaridade; das evidências dos paradigmas, de um lado, da determinação-insumos-imediatismo e, de outro, da (agro)ecologia; da questão da saúde associada às condições e instrumental de trabalho, bem como da ética do trabalho; da monetarização da vida na crescente inserção de dupla mão no mercado; da luta para evitar a proletarização e auto-reproduzir simplificada ou ampliadamente a pequena unidade de produção.

Durante os dois momentos, o autor reflete os limites e as possibilidades do atual pequeno agricultor. Constata que o tradicional pequeno agricultor, restrito ao primarismo do mundo agrícola e vivenciando, de um lado, o ruralismo pedagógico e, de outro, a submissão



ao capital, está historicamente superado. Sua reflexão e análise afirmam, contudo, o pequeno agricultor como um **novo ser social**, constituinte de uma alternativa sócio-econômica viável.

O novo ser social se efetiva, de um lado, na superação, entre muitos outros, do dualismo campo-cidade, dos tradicionais setores da economia, da especificidade (mundo, homem e educação) rural, do trabalho manual (aviltante da corporeidade e submetido ao capital) e do “Estado mínimo”. Por outro lado, o novo ser social consiste na afirmação, entre outros, dos **processos produtivos complexos** ou, conforme definição do autor, das **totalidades produtivas complexas**, o que demanda tanto a politecnia possível na atual revolução científico-tecnológica quanto à cidadania universal possível no atual processo civilizatório universal.

Enfim, o novo ser social ou a alternativa sócio-econômica viável se realiza através da **individação do Homem Universal** nos pequenos agricultores. Tal individuação se efetiva, por sua vez, na afirmação do Novo Homem (histórico e não dado) já posto nas conquistas civilizatórias da humanidade. Trata-se do homem omnilateral, que reivindica a mais completa formação humanística e politécnica e vivencia a cidadania universal.

Nesse sentido, a hipótese de trabalho foi corroborada. O produtor de alimentos que se ocupará, de ora em diante, com processo(s) ou totalidade(s) produtiva(s) complexa(s) se põe para além do mundo dado, seja este o atual mundo tipicamente rural, seja o atual trabalho estandardizado e/ou flexibilizado do mundo urbano-industrial. Face à corroboração, o autor fala em (**ainda**) pequeno agricultor.

## SUMÁRIO

### PRIMEIRA PARTE

1. INICIANDO A “CONVERSA” (INTRODUÇÃO).....	20
Box 1 (Pensamento e conhecimento & moralidade e eticidade).....	24

### SEGUNDA PARTE

<b>O PONTO DE PARTIDA: A MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL EM QUE DISCUTIMOS A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR.....</b>	<b>39</b>
2. A BASE CONCEITUAL (CATEGORIAS/CONCEITOS) DA DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR & ELEMENTOS DE CONTEXTO.....	40
Box 2 (Utopia).....	42
2.1. O conceito pequeno agricultor & elementos de contexto (universal e específico).....	45
Box 3 (Pacotes tecnológicos).....	63
2.2. O conceito terra & elementos de contexto.....	65
2.3. Materialidade histórica e Homem Universal.....	68
2.4. Individuação.....	70

<b>3. TOTALIDADE HISTÓRICO-SOCIAL, RUPTURA PARADIGMÁTICA, ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICO VIÁVEL &amp; RACIONALIDADE EDUCATIVA.....</b>	<b>73</b>
<b>3.1. Totalidade histórico-social e alternativa sócio-econômico viável.....</b>	<b>74</b>
Box 4 (Ciência-tecnologia na produção “agrícola”: apropriação e substitucionismo).....	85
<b>3.2. Ruptura paradigmática &amp; racionalidade educativa: sob a epistemologia aberta &amp; razão negativa e a ética da participação, a história continua.....</b>	<b>92</b>
Box 5 (O “poder do atraso”).....	92
Box 6 (Educação do pequeno agricultor & sociedade mundial).....	95
Box 7 (Condições iniciais iguais & teoria da justiça).....	102
Box 8 (Razão positiva & razão negativa).....	117
Box 9 (Ação transformadora).....	121
Box 10 (Filosofia do sujeito).....	125
<b>4. O ESTUDO DA ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA VIÁVEL: COMPLEXIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE.....</b>	<b>128</b>
Box 11 (O arcaico na vida do atual pequeno agricultor).....	149

### **TERCEIRA PARTE**

<b>A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR A PARTIR DA MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL: (RE)ARTICULANDO CATEGORIAS E MATERIALIDADE HISTÓRICA .....</b>	<b>154</b>
Box 12 (Teoria & prática social).....	157

5. A MATERIALIDADE HISTÓRICA COMO DEFINIDORA DA PRÁXIS EDUCATIVA VOLTADA AO PEQUENO AGRICULTOR.....	163
6. PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR A PARTIR DA MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL E DO IDEAL DA FORMAÇÃO DO HOMEM UNIVERSAL: DO PODER DO ATRASO À ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICO VIÁVEL .....	177

#### **QUARTA PARTE**

<b>ALGUNS ELEMENTOS DO MUNDO VIVENCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES OU A DIFICULDADE NA DESCONSTRUÇÃO DO “PODER DO ATRASO” E NA CONSTRUÇÃO DO HOMEM UNIVERSAL INDIVIDUADO (COMEÇANDO A CONCLUIR “PROVÁVEL E PROVISORIAMENTE”)</b> .....	191
--	-----

7. HOMEM UNIVERSAL: SUA VIDA E SUA MORTE NA VIVÊNCIA (CONTRADITÓRIA) DOS PEQUENOS AGRICULTORES.....	195
---	-----

7.1. A formação (escolar e extra-escolar).....	195
--	-----

Box 13 (Conhecimento & alternativa: um exemplo).....	198
--	-----

7.2. O trabalho e os instrumentos de trabalho.....	214
--	-----

Box 14 (Ética no trabalho).....	214
---------------------------------	-----

7.3. A saúde (agrotóxicos; exposição aos agentes naturais; instrumentos de trabalho manual arcaico; instituições versus medicina caseira; alimentação; ecologia; etc.).....	225
---	-----

7.4. Produção e inserção no mercado, proletarização versus auto-reprodução.....	245
---	-----

7.5. Concluindo: Estado, proletarização & auto-reprodução simples e/ou ampliada: o “poder do atraso” e a construção do Homem Universal através da constituição de um novo ser social.....	264
---	-----

## **QUINTA PARTE**

**CAPÍTULO “CONCLUSIVO”: ENTRE O CAÓTICO (FIM DA HISTÓRIA) E A UTOPIA (OTIMISMO MILITANTE), A ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICO VIÁVEL OU A HISTÓRIA CONTINUA..... 273**

**8. CONCLUINDO “PROVÁVEL E PROVISORIAMENTE”: DA MUNDIALIZAÇÃO EXCLUDENTE (FIM DA HISTÓRIA) À EDUCAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA DO PEQUENO (AINDA) AGRICULTOR ENQUANTO MEDIAÇÃO CONSTITUINTE DE UM NOVO SER SOCIAL E DO HOMEM UNIVERSAL..... 274**

**8.1. Tecitura histórica & confluência de transições no mundo vivencial do pequeno (ainda) agricultor.....275**

**8.2. A realidade da categoria central do presente trabalho (Homem Universal).....279**

**8.3. A realidade da nossa hipótese.....290**

**8.4. Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa.....298**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....304**

**ANEXOS.....313**

## LISTA DE FIGURAS (FOTOGRAFIAS)

1. Degradação do solo de lavoura.....	316
2. Recipiente de agrotóxico abandonado.....	317
3. Aplicação de agrotóxico, poluição e uréia.....	318
4. Estábulo (estrebria) precário.....	319
5. Chiqueiro perto do córrego.....	320
6. Poço em “resteva de fumo”.....	321
7. Coberetura florestal & área verde, etc.....	322
8. Preservação & fracionamento.....	323
9. Água cristalina.....	324
10. Esterqueira antiga.....	325
11. Matéria orgânica na roça.....	326
12. Pequeno agricultor com sua carroça e junta de bois.....	327
13. Bisavó carregando cana-de-açúcar, foicinha, etc.....	328
14. Moenda movida a bois.....	329
15. Triturador de milho movido a boi ou cavalo.....	330
16. Carroça com pneus, classificação do fumo, etc.....	331
17. Classificação do fumo.....	331
18. Pátio com estufa de fumo, varanda, etc.....	332
19. Moradia antiga de agricultor com mais de 1 módulo rural.....	333
20. Moradia recente de agricultor com menos de 1 módulo rural.....	333

## **LISTA DE SIGLAS**

**AFUBRA:** Associação dos Fumicultores do Brasil.

**ANDES:** Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior.

**ANPED:** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

**ANPOCS:** Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais.

**APUFSC:** Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

**CPAs:** Cooperativas de Produção Agropecuária.

**EMATER:** Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

**EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

**EUA:** Estados Unidos da América.

**FAPERGS:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

**FISC:** Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (transformada na atual UNISC).

**GT:** Grupo de Trabalho

**IBAMA:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

**MEB:** Movimento de Educação de Base.

**MST:** Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

**PIB:** Produto Interno Bruto

**PIPSA:** Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura.

**PPB:** Partido Progressista Brasileiro.

**PR:** Paraná.

**PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**PT:** Partido dos Trabalhadores.

**PUC-SP:** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

**RBS:** Rede Brasil Sul de Comunicações.

**RS:** Rio Grande do Sul.

**SAB:** Sociedade de Abastecimento de Brasília.

**SINDIFUMO:** Sindicato das Indústrias do Fumo.

**UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**UFSC:** Universidade Federal de Santa Catarina.

**UNIJUÍ:** Universidade de Ijuí.

**UNIMED:** Cooperativa do Trabalho Médico Ltda.

**UNIMEP:** Universidade Metodista de Piracicaba.

**UNISC:** Universidade de Santa Cruz do Sul.

**SP:** São Paulo.

**SUS:** Serviço Único de Saúde.



## LISTA DE VALORES E MEDIDAS

**Hectare:** 10.000 metros quadrados de terra. Equivalente a (aproximadamente) 0,4 alqueire.

**Módulo rural:** quantidade mínima ideal de terra para uma família produzir dignamente a sua existência. O tamanho varia conforme os contextos loco-regionais. Na região central do Estado do Rio Grande do Sul (Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires, etc.) é de 20 hectares. Na região sul do Brasil é, em média, de 25 hectares.

**R\$:** Real (moeda brasileira). No ano de 1996 equivalia, em média, a 1 dólar americano.

**US\$:** dólar americano. Em 1996 equivalia, em média, a R\$ 1,00. Em maio de 1997 equivalia a R\$ 1,07.

## LISTA DE ANEXOS

1. Sobre os anexos.....	314
2. Degradação do solo.....	316
3. Agrotóxicos & poluição.....	317
4. Agrotóxicos, poluição e uréia.....	318
5. Descaso com o esterco.....	319
6. Descaso com a água.....	320
7. Água e agrotóxicos.....	321
8. Preservação.....	322
9. Preservação e fracionamento para herança.....	323
10. O reflexo da preservação na água.....	324
11. Sinais do saber real/autonomia.....	325
12. Aproveitamento de matéria orgânica.....	326
13. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 1.....	327
14. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 2.....	328
15. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 3.....	329
16. Trabalho manual e participação da mulher.....	330
17. Moradia, pátio e espaço para produção.....	332

## PRIMEIRA PARTE

“No momento em que se introduz um “depende” no cerne da cientificidade mais empedernida e fechada, mais autoritária, mais fanática e neurótica, abre-se o espaço para uma enorme e salutar **conversa**... Trata-se é de negar a matematização daquilo que não é matematizável, de negar a desumanização daquilo que precisa se manter humanizado, negar a extração da dimensão temporal daquilo que só pode ser compreendido temporalmente. Trata-se, portanto, de preservar a temporalidade do tempo, a humanidade do homem, a concretude do concreto, coisas óbvias” (grifo nosso).

(JOSÉ A. PESSANHA, 1993: 31)

## 1. INICIANDO A “CONVERSA” (INTRODUÇÃO)

O presente trabalho busca assumir, mais do que o produto de uma obrigação formal, a participação em um amplo e permanente processo de produção filosófico-científica. Não tem, pois, a pretensão de estabelecer conclusões definitivas. Assim, a presente reflexão se insere no esforço histórico e coletivo desencadeado pela comunidade científica, trazendo consigo as limitações próprias do trabalho acadêmico de pesquisa. É, enfim, o registro de um processo, negando-se, desde aqui, como produto acabado.

A reflexão filosófico-científica, dada a sua natureza, remete-nos contra o dogmatismo, o reducionismo, a complicação, a determinação, a simplificação e a reificação. Nesse sentido, a epígrafe acima não é mera ilustração. **O objeto em questão - a racionalidade educativa referente ao pequeno agricultor** - demanda, entre outros e também, um olhar e uma escuta da vida do pequeno agricultor, para que o filtro da pretensa “linguagem logicamente perfeita e clara do cientista” (Pessanha, 1993) não leve a um discurso hermético que não se comunica com a sociedade. Trata-se de um olhar e de uma escuta de um complexo de vida que não é, ainda, totalmente monetarizada; depende, ainda e largamente, do tempo “natural”; e resiste à matematização própria de uma abordagem de caráter positivista (ver item n. 1.2), esta caracterizada pela referida linguagem logicamente perfeita do cientista. O mundo de vivência do pequeno agricultor ultrapassa qualquer tentativa de matematização absoluta e convoca-nos ao exercício de uma razão aberta ao

vivido, especialmente no que diz respeito ao **ex-istir** (o pôr-se no mundo, o fazer-se presente, a manifestação do elã vital, o construir-se), ao **instituinte** (o novo que se impõe, rompendo qualquer possível resistência) e à **criação histórica** (a busca de formas plenas de conteúdo histórico que, mesmo sendo mínimas e vividas por poucos indivíduos, já se constituem em subsídio para as políticas públicas voltadas à universalização das conquistas históricas). Nesse sentido, o presente trabalho também quer ser uma reflexão sobre os limites da racionalidade estritamente positiva, ou melhor, positivista. Daí as muitas menções à razão negativa (especialmente no item n. 1.2) e à complexidade (especialmente no item n. 1.3).

Salientamos que o autor do presente trabalho é filho de pequeno agricultor e mantém contatos até hoje com o mundo próprio dos pequenos agricultores do sul do Brasil, inclusive possuindo um pedaço de terra, em que, por vezes, se ocupa com o cultivo de frutíferas, aipim, etc. para o consumo familiar. Também participa do Grupo de Trabalho Agricultura Familiar do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura (PIPSA) - Região Sul, desde 1993. A sua trajetória de vida, pois, está diretamente relacionada à realidade implicada no objeto de estudo. O presente trabalho reflete, por isso, também a sua história/concepção de vida, que pode, em parte, ser expressa no que segue:

“ontem eu assumia com orgulho, esperança e dedicação a atividade agrícola. Ainda criança e adolescente, trabalhei muito, mesmo sem o devido instrumental para tal. Capinei, lavrei, enverguei, arranquei toco, carreguei pedra, rocei, fiz pasto e forragem, tratei, fiz lavagem, arranquei feijão e outros, cortei arroz, trigo e soja à foice de mão, tirei leite, ajudei a carnear, castrar, etc., participei de muitas trilhadas, quebrei milho na roça, consertei estrada à picareta, presei cana-de-açúcar em moenda movida à boi, fiz melado, plantei sementes à lanço ou com a plantadeira manual, fiz e consertei cercas de arame farpado, fiz valetas, cavei poços, carreguei sacos, fui a pé ou à carroça de boi ao moinho e às vendas, plantei grama de potreiro...Foram muitas as tarefas - todas manuais - desempenhadas. Uma das piores foi a lida com veneno: medo, enjôo estomacal, dor de cabeça...Hoje não tolero nem o cheiro do folidol (um veneno em pó para combater as lagartas

do soja). No trabalho constante e intenso, sob qualquer temperatura, mais do que realizar a esperança de um futuro melhor, prejudiquei o meu corpo, apresentando, até hoje, dentre outras, seqüelas na pele e bexiga. O trabalho de pés descalços ou com um chinelo de dedo qualquer, era uma constante; impossível era pretender um par de botas quando o dinheiro para calçar os demais irmãos era insuficiente. A miséria não se esgota nisso. Na primeira oportunidade de sair desse mundo, embora inseguro, não vacilei. Estudar para sacerdote e ser padre era bem mais atraente do que ser um agricultor. Meu desenvolvimento profissional se deu, pois, fora do espaço da atividade agrícola, quando ingressei no seminário (única oportunidade para estudar) e comecei a minha carreira de intelectual - hoje atuando como professor universitário. Atualmente, com muito mais estudo, jamais voltaria espontaneamente a produzir na agricultura sem um quantum de saber científico-tecnológico bem mais avançado daquele que experimentei na primeira fase de minha vida. Minha formação geral me levou a isso. E vejo que os filhos dos pequenos agricultores, ao estudarem, fazem, sistematicamente, o mesmo<sup>1</sup> que comecei a fazer há 25 anos. Na impossibilidade de voltarem à atividade agrícola com, dentre outros, a garantia da aplicação de um saber científico-tecnológico de grande alcance (por falta de incentivos adequados para a aplicação por parte de quem já domina este saber, como é o caso de muitos agrônomos ou, de outros, pelo não acesso a este saber, como é o caso de muitos filhos de pequenos agricultores), simplesmente preferem ocupar postos de trabalho nas cidades, mesmo com uma baixa remuneração, ou continuar os estudos sem, no entanto, pensar em voltar à vida agrícola. Afirma-se com isso, indiretamente e dentre outros, que a atividade agrícola, hoje, não é para amadores e que a **qualificação requerida para o trabalho** em tal atividade é tão ou mais **complexa** que a necessária ao mundo do trabalho (até hoje) tipicamente urbano. Não fosse isso não se evadiriam da terra os filhos dos pequenos agricultores e não estariam, pelo menos em tão grande número, as “roças” (lavouras) de pequenas e médias propriedades, virando capoeira<sup>2</sup> em época de recessão econômica no Brasil. Sei que tão somente o acesso ao saber altamente qualificado não “salva a lavoura”. Constatado, porém, nas muitas andanças pelo mundo dos pequenos agricultores, que o acesso ao saber, especialmente o científico-tecnológico, se constitui em uma das variáveis determinantes para quem já possui um pedaço de terra para produzir, como é o caso específico dos pequenos agricultores do sul do Brasil. Acredito que o não acesso a esse saber leva, aos poucos, os atuais

---

<sup>1</sup> Confirma isto o relatório de pesquisa de JANTSCH e outros, intitulada “*Avaliação sócio-econômica das pequenas unidades de produção da Microbacia Vida Nova - Santa Cruz do Sul, RS*”. Santa Cruz do Sul: UNISC, Florianópolis: UFSC, Porto Alegre: FAPERGS, 1994. Trata-se de pesquisa conveniada entre a UNISC e a UFSC e apoiada financeiramente pela FAPERGS.

<sup>2</sup> Termo usado para designar o mato de pequeno porte ou o mato em fase inicial, passível de roçadas com instrumental de menor alcance, como por exemplo a foice.

“com terra” a engrossarem, amanhã, os acampamentos dos “sem-terra”. E se ficarmos atentos aos atuais acontecimentos, fica perfeitamente plausível a previsão de que muitos dos atuais “sem-terra”, após conquistarem e/ou reconquistarem um pedaço de terra, retornarão uma ou várias vezes para os acampamentos dos “sem-terra”. Enfim, a posse ou a conquista da sonhada terra, hoje, por si só (isto é, aliado apenas a um trabalho instrumental e operativamente manual), não garante sequer a reprodução simples da pequena unidade de produção rural”.

Cabe explicitamente confirmar que o estudo realizado tem, também, motivação política - como acontece, via de regra, com as atividades humanas conscientes em geral - o que é reforçado pelo envolvimento do autor (pesquisa participante) com a causa. Mas não pretendemos com este trabalho “salvar o mundo”, até porque o pensamento, por natureza, não é redentor, nem pecaminoso (ver box 1), ou melhor, não tem moral e ética intrínsecas, nem a garantia (*a priori*) de resultados concretos. Por outro lado, diante da realidade de exclusão social em que vivemos na “sociedade global”, e considerando a produção teórica uma **prática social** (nesse sentido ela não se reduz ao pensamento/conhecimento), procuramos, por **opção**, não nos omitir, haja vista que a superação do **estado de barbárie** é, por certo, tarefa coletiva. A racionalidade filosófico-científica, a nosso ver, ganha mais sentido quando contribui para a superação da miséria humana, promove o homem enquanto “gênero humano” e permite, no que for de seu alcance, a plenitude do ser em cada indivíduo. Há, pois, para além da natureza não maniqueista da filosofia e ciência, a nosso ver, uma exigência política no sentido da construção do homem e da sociedade plenas - sem barbárie alguma - que se radicaliza na medida em que, conforme as palavras de Sguissardi (1995: 4):

“Estudando os problemas da globalização e de suas supostas virtudes, cada vez mais me desencanto com os novos senhores do mundo, com as ilhas de prosperidade cercadas de desempregados, de desiludidos com a utopia do progresso que nunca aproxima o prato de comida da boca das multidões de pobres e miseráveis, que se multiplicam geometricamente, enquanto os ricos comemoram a façanha da

redução da inflação e dos juros e do aumento dos ganhos na bolsa de valores”.

### **Box 1. Pensamento e conhecimento & moralidade e eticidade**

*Já na escolástica admite-se a idéia de que “o pensamento não peca”. A atribuição de um caráter ético ao conhecimento desapareceu sobretudo a partir do renascimento. A ciência, pois, surgiu e evoluiu como um conhecimento a-ético. Segundo Schopenhauer (1988) o que peca é a vontade<sup>3</sup>. Também segundo Marx o pensamento não peca, nem a ciência-tecnologia de qualquer natureza - daí a sua radical oposição à quebra, pelos então trabalhadores ingleses revoltados, de máquinas em várias fábricas. O problema ético vem por outras coisas e não pelo conhecimento e pensamento. No nosso caso, o problema da eticidade é referido à vontade política inerente à universalização ou não das condições objetivas de produção do Homem Universal, dentre estas o conhecimento em suas várias manifestações: saber em geral, ciência e tecnologia. Ou seja, as decisões sobre que conhecimento produzir, aliadas às decisões para quem produzir, como produzir e com que fins produzir, etc. é que adquirem, a nosso ver, um contorno ético-político. Estas decisões repercutem diretamente na construção (ou não) universal do Homem Universal. Daí a categoria Homem Universal não ser suficiente em nosso estudo e fazer-se necessária a categoria “individuação”. Sem esta a primeira categoria seria totalmente abstrata e caracterizaria a proposta do Homem Universal como uma utopia fantasiosa. Trataremos mais diretamente dessas categorias no segundo capítulo.*

*A nossa reflexão não foge do debate/embate teórico e político, até porque as duas categorias centrais do trabalho, acima mencionadas, exigem esse confronto. Não é nosso*

---

<sup>3</sup> SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Schopenhauer diz que “...o conhecimento em geral pertence ele próprio à objetivação da



*intuito, no entanto, estabelecer uma mera polarização entre a visão de mundo norteadora do presente estudo com qualquer outra visão. Muito menos buscamos a moralização de qualquer pensamento. Segundo Bunge (1987: 154), a polaridade é própria "...de uma etapa primitiva do pensamento. A ciência não se limita a procurar polaridades: esforça-se por procurar pontos objetivos (leis) que raras vezes são polares. Mesmo no caso do conflito ser real, sua complexidade é tal que extravasa do quadro polar". E quanto à moralização, Engels (1976: 76) é enfático:*

*"Se nada ganhamos com os conceitos de verdade e erro, menos ainda alcançamos com os de bem e de mal. Esta antítese move-se, pura e exclusivamente, dentro da órbita moral, isto é, num terreno que pertence à história humana, onde já sabemos que pouquíssimas verdades definitivas e inapeláveis podem fecundar. As idéias do bem e do mal variaram tanto de povo para povo, de geração para geração, que, não poucas vezes, chegam a se contradizer abertamente".*

Nesse sentido, a conversa que fazemos não assume, embora por vezes assim possa parecer, a polarização (ideológica) entre marxismo e (neo)liberalismo, nem a moralização do positivismo e suas diversas manifestações. As críticas feitas não se motivam nisso, mas nos limites da racionalidade inerente aos elementos da práxis educativa do e para o pequeno agricultor.

Reportando-nos ao nosso objeto, a radicalidade se acentua quando estamos diante de dois fatos paradoxais: a- no contexto específico e local, os **produtores de alimentos**, no caso os pequenos agricultores, tendo, entre outros, **carência alimentar** e, b- no contexto geral e em dimensão mundial, diante da atual revolução científico-tecnológica que pode **multiplicar geometricamente os alimentos** (contrariando frontalmente a velha "profecia" do intelectual liberal Thomas Robert Malthus), a maior parte da humanidade passa **fome**

---

vontade em seus graus mais elevados..." e que "...o conhecimento permanece sempre sujeito ao

(afirmação cínica e injustificável da velha “profecia” de Malthus) sendo, portanto, comprometida inclusive na realização do primeiro “ato histórico” - segundo Marx & Engels (*A ideologia alemã*: 1987), a luta pela preservação da vida biológica e, segundo o que se convencionou designar moral natural, a defesa da própria vida como inerente à espécie.

Tratamos o objeto deste estudo com o apoio de várias categorias. Destacam-se as categorias **Homem Universal** - que se contrapõe à categoria mercado mundial (reificado) dos neoliberais - e **individuação**. A inteligibilidade de ambas reside na utopia (ver box 2) de uma sociedade mundial onde o conceito<sup>4</sup> homem - em sua máxima extensão - se auto-realize (no sentido hegeliano: em cada tempo o conceito assumindo um determinado conteúdo, consoante à existência do homem, o seu fazer-se, produzir-se ou construir-se) no conjunto dos indivíduos humanos, de modo a realizar a humanidade em seu mais alto grau de desenvolvimento nos indivíduos e no gênero humano. Acreditamos que esse compromisso não afeta a “cientificidade” do presente trabalho.

Como se pode constatar, a abordagem teórico-metodológica assume uma **visão histórico-humanista**. Usamos tal denominação para designar a orientação geral advinda das contribuições do humanismo em sentido lato e considerando, especialmente, o pensamento de Marx e de vários autores de orientação marxista, destacando-se Antonio Gramsci (a materialidade histórica como definidora da práxis político-educativa e o papel dos intelectuais), Mario Alighiero Manacorda (a formação omnilateral), Gaudêncio Frigotto (materialidade histórica, omnilateralidade e politecnia), Mirian Jorge Warde (modernidade,

---

serviço da vontade...” (p. 11).

<sup>4</sup> O conceito em Hegel é designado pelo termo **Begriff**. Em Hegel o conceito é o menos abstrato possível. Assim, é abarcamento do real, porém, do real histórico e não dado. O conceito é antes de tudo uma existência (vivência de um determinado conceito em cada tempo histórico). Não é, como em Kant, uma função intelectual. Para uma visão mais completa sobre a noção hegeliana de conceito, ver HEGEL, Georg W. F. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. As seguintes

racionalidade, etc.), Newton Duarte<sup>5</sup> (a categoria “individualidade para-si”), José Américo Pessanha (racionalidade aberta) e Maria Julieta Costa Calazans (Estado e educação no meio rural). Cabe salientar, também, que a visão assumida, na referida abordagem, pretende assumir mais concretamente a orientação teórico-metodológica ancorada na “negação da negação” ou dialética (Etges). A visão em questão, pois, não incorpora as possíveis contribuições positivistas do humanismo. Não se trata, aqui, de explicar o homem dado, mas de pensar o homem em construção.

A primeira categoria foi amplamente (sem pretensão conclusiva) tratada e orienta toda a reflexão desenvolvida neste trabalho. O desenvolvimento dessa categoria, associada à realidade de exclusão social, tornou necessária a categoria individuação. A categoria individuação, portanto, foi desenvolvida em consequência da primeira e com o fim de dar conta do problema da democratização da humanidade já constituída pela civilização mundial e, no nosso caso, especialmente problemático no mundo da educação do pequeno agricultor.

A categoria Homem Universal, que orienta sobremaneira a nossa reflexão, não se coloca como mais importante ou melhor do que outros conceitos trabalhados no campo da filosofia, ou mais especificamente, no campo da filosofia da educação ou, ainda, simplesmente no vasto campo da educação. A sua centralidade em nosso estudo se deve à direção teórico-metodológica da pesquisa, não desmerecendo quaisquer outros conceitos.

---

notas de rodapé desse livro (p. 5-75) são centrais: n. 2, n. 9 e n. 39 do Prefácio, bem como n. 4 da Introdução. Ver também nota n. 60 do presente trabalho.

<sup>5</sup> DUARTE (1993) fala em concepção histórico-social. A nosso ver, essa concepção integra-se à visão histórico-humanista, acima mencionada. Consideramos a expressão “visão histórico-humanista” mais ampla que a expressão “concepção histórico-social”, por incorporar contribuições de intelectuais não manifestamente marxistas e/ou que guardam uma suspeita crítica em relação ao marxismo. Também consideramos a expressão por nós adotada como a mais adequada para a abordagem do nosso objeto. A maior adequação reside na possibilidade de valermos-nos com grande extensão da categoria da “individuação”. Assim não fosse, teríamos dificuldade, por exemplo, de assimilarmos devidamente as considerações de NAVARRO (1995) sobre o problema coletivismo versus história e produção familiar nos assentamentos de sem-terra.

Partimos do pressuposto - ancorado, porém, na concretude da “aldeia universal” (conceito universalizado por Alvin Toffler e amplamente utilizado nas falas de Octavio Ianni e outros intelectuais que teorizam a mundialização) - de que a humanidade já construiu (inclusive reconhecendo-se, aí, a grande e decisiva contribuição do capital) as condições objetivas para a realização dos indivíduos humanos enquanto homens plenos, isto é, com uma formação omnilateral e na condição de sujeito “cidadão do mundo” e usufruinte indiscriminado das conquistas civilizatórias, dentre elas a ciência-tecnologia própria da atual revolução científico-tecnológica. A não realização do Homem Universal na maior parte dos indivíduos (cruel concretude da história contemporânea) deve-se primordialmente ao jogo político (relações sociais específicas de poder) da “aldeia universal” e não à infra-estrutura econômico-produtiva, nem ao quantum de conhecimento acumulado nessa aldeia.

Com o desenvolvimento das duas categorias centrais de nosso estudo, aliado ao contexto da mundialização da economia e da efetiva atual revolução científico-tecnológica, em contraposição ao “poder do atraso” (Martins, 1994) reinante também no mundo de vivência de parte esmagadora dos pequenos agricultores, pretendemos demonstrar, no conjunto dos elementos refletidos, a nossa hipótese: **que o (ainda designado) pequeno agricultor (concebido, porém, para além da acepção tradicional) precisa uma educação geral e científico-tecnológica igual (ou possivelmente superior) aos demais trabalhadores, elevando-o inclusive à condição de trabalhador intelectual (pesquisador).**

O estudo procura, pois, mostrar que a qualificação requerida pela atividade de produção de alimentos, encetada hoje, por pequenos (ainda) agricultores, considerando-se o processo de mundialização da economia e a atual revolução científico-tecnológica, é tão ou mais complexa que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador hoje tipicamente urbano-

industrial. A partir dessa hipótese, os conceitos de **formação omnilateral e cidadania universal** se impõem em nosso estudo. Eles são a possibilidade de leitura das “**condições iniciais iguais**” (Schaefer, 1995) para qualquer indivíduo e para qualquer categoria social. A educação científico-tecnológica é imanente a tais conceitos. Nesse sentido, Etges (1993c: 21) diz que “A formação do novo homem-sujeito exige, pela própria natureza do trabalho abstrato materializado na tecnologia moderna, a instrução científica mais apurada”.

Salientamos que a nossa hipótese assume um caráter histórico. A sua corroboração (com base nos elementos contextuais, empíricos e argumentativos explicitados), portanto, não tem validade universal (ao menos) no tempo, pois o conceito “pequeno agricultor” - em sua concepção tradicional - parece-nos ter seu conteúdo esvaziado dia-a-dia, enquanto, por outro lado, o conceito “Homem Universal” dá conta, progressivamente, de um homem que está se fazendo para além das adjetivações setorial-ocupacional-profissionais. O contexto global, a nosso ver, já afirma, potencialmente e até mesmo em ato, este homem.

Isso não significa que a **atual ainda atividade agrícola** não demande uma educação qualificada, preparatória para um trabalho também qualificado. Braverman (1981), em estudo que trabalha com dados desde 1900, fala da problemática questão da qualificação-desqualificação dos trabalhadores urbanos e agricultores. Considerando os trabalhadores agrícolas, diz que

“De todas as categorias de trabalho, esta sofreu a mais completa dizimação, tendo caído para 1,7 por cento [ nos EUA] em 1970. No mundo dos sociólogos, isso representa uma ascensão triunfal de enormes massas de trabalhadores a níveis superiores, visto que toda classificação do trabalho é cotada por eles como “qualificação” acima do trabalho agrícola” (p. 367).

O **preconceito** aqui evidenciado penetrou as políticas educacionais voltadas aos pequenos produtores rurais. O **ruralismo pedagógico**<sup>6</sup>, paradoxalmente (embora originariamente tenha sido importante e contributivo) e devido à teimosia de sua persistência, é expressão desse preconceito, contribuindo quase que exclusivamente para a involução do pequeno agricultor. Tal política, mesmo sob boas intenções, decretou, devido à sua persistência, a inferioridade da atividade e homem agrícolas, colocando no “pólo dominante” (Schaefer, 1995) a atividade e homem urbanos, quando a humanidade caminha, no mundo do trabalho, para a “base científico-tecnológica comum” (Frigotto, 1989). Isso posto, o ruralismo pedagógico não se justifica mais - historicamente. A sua defesa, pois, dá corpo ao atraso e nega ao pequeno agricultor a possibilidade de afirmar-se como Homem Universal.

Consideramos, a partir de nossa postura teórico-metodológica, que a atividade de produção de alimentos não apenas elabora produtos destinados ao consumo, mas produz, também, o homem (incluindo aí toda a sua **ex-istência**), porquanto o trabalho que intervém na natureza, transformando-a, também transforma o homem, de modo que a relação homem-natureza é, ao mesmo tempo, a relação homem-homem. Daí podermos falar em humanismo. Diante disso e considerando o acima exposto, pensamos a educação do pequeno agricultor enquanto uma **mediação** (ver este conceito no item n. 1.2) básica construtora do Homem Universal. É o que se nos impõe quando nossa práxis (enquanto um trabalho propositivo e no intuito da transformação) se realiza no sentido de superação da exclusão.

A tese busca, conforme já foi dito, também alguns elementos relativos ao mundo de vivência dos pequenos agricultores. Para tal, tentamos explicitar, embora não

---

<sup>6</sup> Sobre o ruralismo pedagógico e sua persistência ostensiva ou mascarada, ver CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural - traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques e DAMASCENO, Maria Nobre (Coords). *Educação e escola no campo*.

exaustivamente, durante toda a extensão do presente trabalho, um retrato básico do real vivido ou mundo concreto-vivencial dos pequenos agricultores. O retrato expõe:

- a lógica da exclusão no cotidiano dos pequenos agricultores (a auto-imagem, que pode situar-se do pejorativo ao orgulho - este também desmobilizador; a discriminação oficial; a problemática inserção no mercado; etc.);

- a busca de conhecimento<sup>7</sup>: escolarização e currículo escolar, bem como da formação extra-escolar - economia, extensão da EMATER e similares, TV-rádio-revistas-jornais-almanaques- cursos diversos e tentativas de produção de conhecimento realizadas pelos pequenos agricultores. Nesse item, interessa-nos sobretudo apreender a necessidade ou não da produção interdisciplinar do conhecimento, encetada tanto pelos agricultores quanto por outros sujeitos. Outra questão central nesse item é o analfabetismo funcional (desconsiderando-se, aqui, a agricultura tradicional e tendo presente o paradigma agroecológico e o atual contexto mundializado e da terceira/quarta revolução industrial) possivelmente presente em grande parte dos pequenos agricultores;

- a agroecologia: do consumo de insumos - uréia, salitre, sementes impostas pelas agroindústrias, etc. - (tão caro aos neoliberais, na medida em que gira grande soma de dinheiro e aumenta, por isso, sensivelmente o PIB) e seu custo-benefício (que conforme José Antônio Lutzenberger<sup>8</sup> tem resultado não só negativo, mas até desastroso) versus uso de agentes naturais e práticas conservacionistas (baculovírus, consorciamento, plantio direto,

---

Campinas: Papirus, 1993. Segundo Calazans (p. 35) o “alvo central da luta ideológica” do ruralismo pedagógico, forte até o início da década de 60, era a “**oposição campo-cidade**”.

<sup>7</sup> Ver, a esse respeito, o relatório de pesquisa (citado na nota n. 1) de JANTSCH e outros (1994: 9-47).

<sup>8</sup> José Antônio LUTZENBERGER é o fundador e presidente da Fundação Gaia, localizada em Pantano Grande, RS. Essa fundação atua no sentido da (agro)ecologia/agricultura sustentável, atingindo agrônomos, extensionistas de um modo geral, pequenos agricultores e outros.

preservação do mato e reflorestamento, cobertura morta, incorporação de matéria orgânica, etc.);

- a concepção do pequeno agricultor, entre outros, de doença-saúde (bem como a sua saúde concreta), ética no trabalho e na vida como um todo, sacrifício, qualidade de vida, natureza, ciência e tecnologia;

- a presumível proletarização<sup>9</sup> (teorizada por Singer, 1979: 1-6) dos pequenos agricultores; etc.;

- a monetarização e a pluriatividade (safrista, pedreiro, etc.);

- os instrumentos e práticas de trabalho (cansaço, problemas de saúde advindos do trabalho manual: coluna, pele, reumatismo, bexiga, etc.).

O retrato, acima mencionado, ganha especial espaço no **capítulo 7**, em que explicitamos e analisamos as manifestações verbais de um grupo de cinco famílias de pequenos agricultores. Informamos, porém, que a amostra de pequenos agricultores que se pronunciaram especificamente para fins do presente trabalho é composta de seis famílias. Cabe, aqui, falarmos sobre a constituição dessa amostra. Muitos pesquisadores<sup>10</sup> já explicitaram retratos da vida - mundo concreto-vivencial - dos pequenos agricultores. Por isso julgamos não ser necessário explicitar, novamente, com a obsessão de quem cogita descobrir (revelar) o que já está descoberto, o concreto vivencial dos pequenos agricultores. Ademais, a realidade “nua e crua” dessa categoria sócio-econômica é bastante homogênea quanto à questão agrária implicada, quanto aos limites da sua existência total e quanto às

---

<sup>9</sup> Sobre a proletarização valemo-nos, em grande parte, do relatório de pesquisa já citado (nota n. 1) de JANTSCH e outros (1994).

<sup>10</sup> Valemo-nos, em grande parte, do esforço explicitatório já acumulado pela comunidade científica. É exemplo de pesquisa reveladora do mundo vivencial dos pequenos agricultores o trabalho de José Vicente TAVARES DOS SANTOS. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.



necessidades de ruptura. Neste sentido, a explicitação de poucas experiências ou casos é, muitas vezes, altamente representativo do universo vivencial dos pequenos agricultores. Dada à grande homogeneidade referida, buscamos um grupo de famílias vizinhas que pudesse propiciar os elementos necessários para pensarmos os elementos acima arrolados e próprios do mundo de vivência dos pequenos agricultores do sul do Brasil. O critério básico foi constituir uma amostra que pudesse evidenciar a mundialização da economia e do mercado, bem como a vivência da ciência-tecnologia que vai da tradicional produção agrícola à atual revolução científico-tecnológica. Um grupo de quatro famílias vizinhas de Vera Cruz, RS, representa satisfatoriamente o universo dos pequenos agricultores que articulam subsistência (guardando ainda resquícios de certos traços da antiga autonomia comunitário-familiar) e mercado loco-regional e/ou mundializado. Pelo fato de não conseguirmos um grupo de famílias vizinhas que pudesse representar também os pequenos agricultores beneficiados com a presença direta do Estado na organização do mercado, escolhemos um pequeno agricultor de Santa Cruz do Sul, RS, que participa de uma feira rural, hoje exemplar em termos de remuneração do trabalho dos pequenos agricultores. Para o presente trabalho, a exemplaridade da feira se radicaliza na medida em que ela foi gestada e organizada por um governo municipal alinhado, na oportunidade, à outrora designada “direita” e, portanto, alinhada, pelo menos em grande parte, ao ideário neoliberal. Escolhemos apenas um pequeno agricultor, face ao fato de representar suficientemente a vida dos pequenos agricultores que se beneficiam de um feixe de mercado organizado pelo poder público. E, na medida em que ainda não tínhamos um representante que articulasse mais estreitamente conhecimento científico-tecnológico propiciado pela extensão universitária e/ou de órgãos de pesquisa e extensão (EMBRAPA, EMATER) públicos, tivemos que valer-nos do depoimento de outro agricultor de Santa Cruz do Sul, RS que

pudesse representar os pequenos agricultores que avançam definitivamente para um processo trabalho-educação que rompa com os limites do tradicional pequeno agricultor. Assim, buscamos um recorte amostral que possa representar satisfatoriamente o universo dos pequenos agricultores do sul do Brasil, atendendo ao princípio da diversidade implicada no presente estudo. Enfim, a referida amostra é representativa do fosso (ver capítulo 7) ou da vivência contraditória dos pequenos agricultores do sul do Brasil.

Nossa pretensão, contudo, é dar prioridade ao trabalho teórico, uma vez que buscamos inscrever-nos no campo da filosofia da educação, este aberto às contribuições dos demais campos do conhecimento vivenciados pela comunidade científica, de modo a exercitarmos um pensamento também interdisciplinar<sup>11</sup>. Isso não nos isenta, porém, de olharmos o concreto vivido. Nesse sentido, desenvolvemos (apenas) um capítulo que se ocupasse direta e exaustivamente do mundo vivencial dos pequenos agricultores.

Posto os primeiros elementos (teórico-metodológicos e contextuais), passamos a informar a estrutura do presente trabalho.

A **primeira parte** é constituída pelo presente **capítulo introdutório**. Diferenciando-se de outras elaborações teóricas, apresenta desde o seu início, para além da visão panorâmica (próprio das introduções em relatórios científicos) do presente trabalho, elementos destinados à construir, problematizar e compreender o objeto em estudo.

A **segunda parte** é constituída pelos capítulos (segundo, terceiro e quarto) que tratam do referencial teórico, este em estreito diálogo com os elementos histórico-contextuais, incluindo-se aí também o mundo vivencial dos pequenos agricultores.

O **segundo capítulo** explicita as principais categorias/conceitos usados para compreender o objeto em questão. Tais categorias/conceitos não têm o papel de juiz, mas, o que consideramos adequado: constituem a possibilidade de exercermos uma reflexão

prospectiva e propositiva, próprio da filosofia. Eis, a nosso ver, a tarefa da filosofia em tempos onde o discurso que afirma o “fim da história” se pretende hegemônico, apesar de sua inconsistência ou atropelamento teórico.

O **terceiro capítulo** avança em relação à explicitação basicamente conceitual do segundo. Busca discutir, a partir da totalidade histórico-social, o pequeno agricultor enquanto novo ser social, pondo-se como uma alternativa sócio-econômica viável. Discute, também, a partir da ruptura paradigmática na apreensão/compreensão/explicação do mundo hodierno, a instituição de uma nova racionalidade educativa na formação do pequeno (ainda) agricultor.

O **quarto capítulo**, buscando avançar em relação à centralidade da apreensão da realidade efetuada no terceiro capítulo, apresenta e discute duas exigências básicas para rompermos o poder do atraso na formação do pequeno (ainda) agricultor. São a complexidade e a interdisciplinaridade.

A **terceira parte**, constituída pelos quinto e sexto capítulos, (re)articula as categorias básicas para o estudo da educação do pequeno (ainda) agricultor com a materialidade histórica. Tal articulação se faz necessária na medida em que grande parte da teorização acumulada caracteriza-se como a-histórica.

O **quinto capítulo** (re)situa a materialidade histórica como definidora da práxis educativa voltada ao pequeno (ainda) agricultor.

O **sexto capítulo** situa a utopia do Homem Universal como a energia e o material criativo necessários para a passagem do poder do atraso à efetivação da alternativa sócio-econômica viável: o pequeno (ainda) agricultor como novo ser social, onde capital e trabalho não se corporificam em ilhas de prosperidade de um lado e núcleos ou bolsões de pobreza e miséria de outro.

---

<sup>11</sup> Sobre interdisciplinaridade ver o capítulo 4.

A **quarta parte** (constituída pelo sétimo capítulo) explicita, de forma mais direta, alguns elementos do mundo de vivência dos pequenos agricultores, olhando o fosso existente entre “o poder do atraso” e a constituição do Homem Universal nessa categoria social.

O **sétimo capítulo**, discute os principais elementos empíricos (a formação, os instrumentos de trabalho e o trabalho propriamente dito, a saúde, a produção/inserção no mercado, a presença/ausência do Estado, etc.) que subsidiam, de alguma forma, a reflexão conclusiva do presente trabalho.

A **quinta parte** é constituída pelo **capítulo conclusivo** de nosso estudo.

Procuramos evitar qualquer *pré*-conceito - positivo ou negativo - em relação à cultura (“mundo”) dos pequenos agricultores. Por outro lado, o contexto mundial (abrangente) oferece-nos, de certa forma parodiando Marx<sup>12</sup>, **a chave para a interpretação** do pequeno agricultor (no nosso caso, o brasileiro, notadamente do sul do Brasil), pondo elementos para pensar, inclusive, o seu ocaso<sup>13</sup>. Queremos dizer, com isso, que pensar os limites históricos do pequeno agricultor não implica incorrer em preconceito negativo. Assim sendo, impõe-se o escancaramento, em todo o estudo, do real concreto (vivo), não endossando preconceitos, nem a chantagem da imperiosidade (fatal) do real “dado”: a (pseudo)mundialização - excludente - e o caráter injustificadamente privado da atual revolução científico-tecnológica. Trata-se, aqui, de reflexão filosófico-científica e não de

---

<sup>12</sup> Segundo MARX (In: *Introdução à crítica da economia política*) “...a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores, não podem compreender-se os sinais anunciadores de uma forma superior senão quando essa forma superior já é conhecida”.

<sup>13</sup> A partir de Octávio IANNI (1993), podemos dizer que toda a agricultura tradicional está fadada ao desaparecimento quase que imediato e o setor agrícola como um todo será, aos poucos, subsumido pela dinâmica produtiva geral, esta incorporando o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica. A especificidade agrícola está historicamente esgotada e o complexo de produção alimentar (geral e não mais agrário) subsumirá, por isso, progressivamente, a produção

“ideologia” (no sentido posto por Bosi, 1995: 194-5, afirmando que “A ideologia compõe retoricamente ... certas motivações particulares e as dá como necessidades gerais”).

Se, por um lado, procuramos evitar os preconceitos, por outro, procuramos apontar alguns olhares preconceituosos existentes, alguns dos quais depreciadores da existência dos pequenos agricultores (destacam-se as afirmações que insistente e até apaixonadamente tributam, de forma apressada e genérica, o não alinhamento ao paradigma dos insumos - “**modernização**” - como o responsável pelo esgotamento da produção agrícola e a não competitividade no mercado) e, outros, que procuram encontrar e destacar, unilateralmente, os elementos (supostamente) positivos, mormente sob preocupação ideológica (evocando a “resistência”, etc.) e, principalmente, sob uma ingênua visão romântica (exaltação da suposta “vida pura”, etc.) da realidade dos que “vivem na terra” ou “convivem com a natureza”.

A valorização (no interior do ruralismo pedagógico, acreditamos, hegemônica frente à depreciação) *a priori* e irrestrita dos elementos culturais próprios do mundo dos pequenos agricultores - estes, então, considerados como populares - constitui, também, uma espécie de etnocentrismo, preocupante na medida em que desmobiliza os pequenos (ainda) agricultores em sua viabilidade histórica (isto é, na **constituição de um novo ser social**, que se põe para além da especificidade agrícola e para além da expropriação típica da relação sócio-econômica capitalista levada a termo pelas agroindústrias privadas e pelas instituições comerciais e instituições financeiras) e dá suporte ao ruralismo pedagógico, também desmobilizador. Schaefer e Jantsch (1995: 19) assim se expressam sobre este etnocentrismo:

---

especificamente agrícola. A teorização efetivada por Bernadete W. AUED (1990 e 1994) aponta a mesma superação histórica.

“...a tendência para fazer julgamentos positivos a respeito do conhecimento popular também pode ser considerada etnocêntrica. É o caso dos diversos tipos de populismo ou dos antropologismos populistas que, chegando aos extremos, radicalizam de tal forma os aspectos positivos do conhecimento popular - e, por extensão, de todos os fenômenos populares - que nele não mais encontram sequer um rastro de aspectos negativos”.

Consideramos que tanto a depreciação quanto a valorização *a priori* da atividade e homem agrícolas são problemáticas, pois ambas desmobilizam o pequeno (ainda) agricultor na sua construção enquanto Homem Universal.

## **SEGUNDA PARTE**

**O PONTO DE PARTIDA: A MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL EM QUE  
DISCUTIMOS A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR**

## **2. A BASE CONCEITUAL (CATEGORIAS/CONCEITOS) DA DISCUSSÃO DA EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR & ELEMENTOS DE CONTEXTO**

É nosso propósito, aqui, explicitar o conteúdo das categorias e dos conceitos centrais de nosso estudo, articulando-os, desde já, aos elementos contextuais gerais, bem como aos elementos específicos do mundo dos pequenos agricultores. Informamos, por outro lado, que nenhum elemento conceitual se esgota nessa primeira explicitação, porquanto os capítulos seguintes deverão contribuir inclusive no desenvolvimento de tais elementos.

Segundo Gohn (1984:5),

“As categorias constituem os elementos do sistema que serve de estrutura ao conhecimento científico. Elas orientam o pensamento no sentido da procura de solução de novos problemas científicos...Elas...não são criações arbitrárias do pensamento. **Cada época histórica engendra as suas categorias** e também suas formas de apreensão. O pensamento tem que apreendê-las e sistematizá-las. Portanto, elas já existem na realidade. O processo de conhecimento irá explicitá-las, articulando-as ao movimento do pensamento, indo das mais gerais às mais simples, que captam a singularidade dos fenômenos, possibilitando assim a explicitação dos conflitos e contradições presentes nos mesmos”. (grifo nosso)

Para o nosso estudo, **a atual época histórica põe duas categorias centrais já mencionadas: Homem Universal e individuação**. A primeira permite-nos pensar o processo de construção do homem a partir das condições objetivas já acumuladas pela



sociedade internacional. A segunda permite pensar as contradições sociais no processo de construção do Homem Universal. Tais categorias, pois, dão as condições de reflexão da realidade em movimento, ou melhor (falando em uma linguagem familiar aos filósofos), não se limitam ao **ser** (dado), nem ao **não-ser** (a negação pura e simples de algo constituir-se ou instituir-se), mas buscam apreender o movimento histórico que se dá entre o dado (o instituído, o conquistado, a tradição, ...) e o instituinte/criação (o que se impõe como novo, exercendo rupturas e afirmando novo(s) paradigma(s), mesmo com grandes “dores de parto”). A educação pode, assim, ser adequadamente assumida como uma **mediação entre o instituído e o instituinte**, de modo a refletir - no que lhe diz respeito - plenamente o **devir**.

Além das categorias citadas, que assumem a condição de **conceitos-chave** no pensamento, outros conceitos ganham relevância. Ainda conforme Gohn (ibidem), “Os conceitos, elementos básicos de abstração... são unidades mínimas de uma teoria” e responsáveis pela passagem do “todo caótico das representações” para o todo articulado e organizado da teoria. Definimos, aqui, apenas os conceitos mais centrais do estudo. Os demais serão explicitados na evolução do presente trabalho.

Queremos, por outro lado, valer-nos, também, do conceito de Hegel sobre conceito. Adiantamos, por isso, que o nosso trabalho, ao falar da realização de determinado conceito, vale-se da conceituação hegeliana (já explicitada em nota anterior e mais adiante retomada).

Assumindo a **utopia concreta** (ver box 2) do Homem Universal e procurando situar-nos para além dos preconceitos depreciativos ou etnocêntricos, passamos a trabalhar com os seguintes conceitos e categorias básicas, estes em diálogo tanto com os elementos contextuais universais quanto com os específicos.

## Box 2. Utopia.

O conceito ultrapassa, em nosso estudo, a sua etimologia (“sem lugar”) e assume, grosso modo, a conceituação blochiana, especialmente nos termos postos em comentário de André Duarte (Folha de São Paulo, 16/05/93, p. 6-8) sobre o pensamento de Ernst Bloch. Segundo Duarte (*ibidem*), Bloch vê na utopia “**as possibilidades históricas ainda não efetivadas**”, caracterizando-a como uma espécie de “**otimismo militante**”. Esse conceito ganha sentido especial no atual contexto, em que as análises catastrofistas em relação ao futuro, as análises que situam as “propostas” (neo)liberais como imperativas ou como “o fim da história” ou, ainda, como gestantes do “último homem” ganham, velozmente, espaço no imaginário coletivo, apesar de o contexto não autorizar o pretensão conteúdo de tais análises. Ainda, segundo Duarte (*ibidem*), Bloch considera que “Como nada está pronto e completo no mundo, ele é por definição ‘um vasto campo de possibilidades ilimitadas’, em que ‘tudo ... é movimento e gestação’”.

Mesmo na acepção etimológica (Thomas More, 1516: “em nenhuma parte” ou “lugar em nenhum lugar”),

*“...esse alhures tanto no tempo como no espaço, ganha um alcance significativo: é subversão de uma ordem estabelecida, modelo sempre diverso, e, portanto, crítica do modelo dado e considerado real, insubmissão ao Estabelecido. A utopia é a arma contra o positivismo, precisamente no ponto em que esse - pela voz de Augusto Comte - proclama ‘a subordinação necessária e permanente da imaginação’”(Châtelet e outros, 1985: .141-2).*

O conceito de utopia, porém, quando preso à sua acepção etimológica, é capaz de crítica ao estabelecido, mas incapaz de uma visão de mundo baseada nas possibilidades históricas efetivas. Nesse sentido e conforme Châtelet e outros (*idem*, p. 14) - apreendendo o pensamento de Marx - “...a utopia é a-histórica....Os utopistas são capazes de crítica;

*percebem o antagonismo de classes, mas 'substituem a atividade social por sua própria engenhosidade', 'as condições históricas da emancipação por condições fantasistas'".*

*Fantasiosa, assim, pode ser considerada a proposta do industrial inglês Robert Owen, que "prega a criação de comunidades agrárias que absorveriam a indústria, aboliriam a propriedade privada e levariam, por contágio, ao advento da felicidade e da virtude sobre a terra" (idem, p. 142). Depreende-se desta proposta a centralidade imperativa da terra para a realização humana, a ponto de a indústria realizar-se na terra.*

*O nosso estudo cogita a realização do pequeno (ainda) agricultor como Homem Universal. Pondo-se, diferentemente de Owen, para além da terra. A nosso ver, o Homem Universal é praticamente sem lugar no mundo dos pequenos agricultores, mas é historicamente possível. Não, obviamente, a partir da proposta do "Estado mínimo" dos neoliberais, proposta para a qual encontramos defensores, que no afã desmedido de defesa do neoliberalismo, usam indevidamente (Giannotti, 1992: 1) o filósofo Hegel (com esse e outros deslizes pode-se concluir, de certo modo, que o neoliberalismo é muito mais uma ideologia do que uma teoria). Pelo menos o contexto mundial e a atual revolução científico-tecnológica (microeletrônica, automação, etc.) dão materialidade para a realização do pequeno agricultor enquanto Homem Universal. Esta possibilidade é especialmente visível e potencializada pela existência de um Estado abrangente em várias sociedades-Estado desenvolvidas, como é o caso da Alemanha (isto para falar de uma nação ocidental, a exemplo da brasileira), onde o Estado interfere aberta e sistematicamente na economia, impondo-se, pois, uma estreita relação Estado-mercado<sup>14</sup>.*

---

<sup>14</sup> A nossa fala sobre a relação Estado-mercado apóia-se, em parte, em idéias e informações explicitadas por BELUZZO em conferência seguida de debate (com Octavio IANNI e público presente) na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1993. Apesar de decorridos três anos, várias informações e idéias mantêm atualidade. Assim, além do já exposto, outros elementos analíticos e informativos merecem explicitação. 1.º: o debate em torno da relação Estado-mercado é apaixonado. 2.º: a maioria fica do lado da consideração de que o Estado é um "cachorro morto".

*A economia tida como de mercado pelos neoliberais parece ser um fenômeno restrito à Inglaterra e aos EUA. Além disso, comparando estes países com a Alemanha e o Japão, onde o Estado ajudou na estrutura produtiva e na acumulação de capital, os neoliberalistas foram perdedores na transição do fordismo à microeletrônica e à automação. Afora isso, a consolidação de certos espaços é, diferentemente do apregoado e exigido aos países como o Brasil, acompanhada de uma sistemática intervenção do Estado. Os subsídios para a agricultura norte americana (Abramovay, 1992) podem ser considerados um exemplo nodal da inviabilidade do Estado mínimo. Isto posto, a utopia da individuação do Homem Universal entre os (ainda) pequenos agricultores não é conciliável com o Estado mínimo.*

*Não se trata, pois, de uma fantasia. Se por um lado o Homem Universal não é um ser (isto é, dado, consolidado), por outro, em alguns casos já é um estar-sendo. O Homem Universal também não é um dever ser, porque o ser e o real vão acontecendo. Por outro lado, o atual momento histórico, dados os elementos contextuais determinantes, engendra, já, o Homem Universal, embora a sua universalização para o mundo do pequeno*

---

3.º: hoje se reascende, em todo mundo, a discussão em torno dessa questão. 4.º: a Europa, diferentemente da Inglaterra e EUA, não adotou o liberalismo como ideologia. 5.º: os alemães pensam a economia como um sistema para a produção, tendo como palco a nação. Por outro lado, para os ingleses só existem indivíduos e não nação. Cada um é utilitarista, buscando tirar o máximo de vantagem. 6.º: o liberalismo não é igual à democracia e a intervenção do Estado não necessariamente toma a direção popular. 7.º: mais importante que discutir, hoje, o que é mais importante: economia de mercado ou a relação Estado-mercado, é ver “qual a natureza da relação Estado-mercado nas sociedades”. 8.º: no Japão, por exemplo, nunca houve a diferenciação nem conflito Estado X mercado. A diferença não existe e ninguém a põe. 9.º: a diferenciação entre Estado e mercado é própria do Ocidente. No entanto, uma mesma empresa japonesa leva 13 horas para montar um carro no Japão, 20 horas na Inglaterra e 48 horas no Brasil. 10.º: atualmente, face aos avanços do liberalismo - devido, principalmente, ao fim da “guerra fria” - os liberais alemães dizem: “vamos fazer, aqui, uma **economia social de mercado**”, isto é, um “hordoliberalismo”, instituindo uma zona de confluência ou convergência entre o público e o privado. Um exemplo disso, na Alemanha, é a educação: a **escola é totalmente pública** e o treinamento é feito na empresa. Outro exemplo é o fato de um negócio internacional de uma empresa alemã sempre ter presente um oficial do Estado. 11.º: a sugestão de Beluzzo é de que o debate, hoje, deva ser “o que compete ao Estado fazer e o que compete ao mercado”. Beluzzo continua: “**não se trata de anular o Estado...** o que é certo é que não

*agricultor ainda seja altamente incipiente. Com isso queremos dizer que o Homem Universal não é uma imposição de uma utopia (sentido etimológico) na pesquisa. O Homem Universal, por ainda não ser e se cogitar que possa ser, constitui-se em utopia, porém, na acepção blochiana. O Homem Universal já é um estar-sendo no contexto mundial atual e poderá ser, dadas as condições objetivas desse contexto e o “otimismo militante”, um estar-sendo universal entre os pequenos (ainda) agricultores. Pelo menos a pobreza econômico-financeira e a falta de domínio do conhecimento científico-tecnológico básico para fazer-se presente nas condições do mercado local e internacional não podem ser assumidos como algo implacável, irreversível, compulsório, a ponto de excluir a priori os pequenos agricultores da condição de Homem Universal. Tal exclusão é verossímil num ideário político (neo)liberal (conservador) e jamais numa concepção histórico-humanista (que se propõe revolucionária). Enfim, consideramos que todo projeto revolucionário é utópico. Não o fosse, deixaria de ser revolucionário e seria essencialmente conservador, uma vez que as possíveis nuances progressistas não subvertem o núcleo conservador de qualquer projeto não utópico. Estamos, pois, diante de um sonho consciente, possível e viável.*

### **2.1. O conceito pequeno agricultor & elementos de contexto (universal e específico).**

Como ponto de partida, definimos o pequeno agricultor como sendo o possuidor de terra, na medida necessária para estabelecer uma **pequena unidade de produção** (ainda) tipicamente rural e do tipo familiar. Portanto, não é o agricultor que já estabeleceu agroindústria (conforme conceito em voga: grandes empresas voltadas parcial ou

---

podemos importar modelos, face à nossa história [isto é, a nossa singularidade na mundialização da economia e do mercado]”.

exclusivamente ao setor agrícola e suas possíveis conexões), nem se trata do tradicional "fazendeiro" ou "granjeiro" (no Sul do Brasil não necessariamente grande latifundiário).

Nada impede, porém, a partir de um novo conceito, que a pequena unidade de produção constitua agroindústria. Nada impede, também, que várias ou muitas pequenas unidades de produção constituam cooperativas agroindustriais, ultrapassando o caráter estritamente familiar. Importante, porém, é a tendência histórica de romper definitivamente, tanto na iniciativa estritamente familiar quanto na agroindústria cooperativada, a especificidade agrícola. Os capítulos a seguir questionarão, no seu conjunto, esta ainda especificidade (que significa, pelo menos de certo modo, o "poder do atraso"<sup>15</sup> na vida total dos pequenos proprietários - também trabalhadores - de terra.

A pequena propriedade rural, aliada às atividades produtivas especificamente agrícolas, serve, via de regra, para reproduzir a pequena unidade de produção rural e, com ela, a família. A reprodução da unidade de produção pode ser simples ou ampliada, sendo que no último caso busca-se a "capitalização" (mediante, principalmente, a intensificação/ampliação do processo de monetarização da vida como um todo) e não a mera subsistência.

Embora a monetarização tenha alcançado, em menor ou maior grau, a totalidade dos pequenos agricultores e permitido, inclusive, a reprodução ampliada de algumas unidades de produção rural, a possibilidade privilegiada de constituir agroindústria competitiva no amplo mercado também competitivo (sem a certeza de resultados universalmente positivos) está, em tese, na organização do tipo "cooperativa" (ou congêneres). Qualquer produção familiar independente do sistema cooperativado necessita

---

<sup>15</sup> Emprestamos este termo de José de Souza MARTINS. Sua obra, "*O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*" (São Paulo: Hucitec, 1994), desafiou-nos a pensar a vida do pequeno (ainda) agricultor para além do etnocentrismo e do paradigma da determinação. O desafio,

do máximo de garantias efetivas do **Estado** no sentido de articular satisfatoriamente o **mercado**. Fora da organização cooperativada e/ou sem as garantias efetivas de um Estado fomentador da pequena unidade de produção agrícola familiar, o pequeno agricultor tende a ser, hoje, um "rurbano"<sup>16</sup>, isto é, um trabalhador da agroindústria capitalista que atua nos moldes dos contratos de terceirização (direta ou indireta). A tendência, porém, não é uma fatalidade e não nega, por isso, a possibilidade da constituição de agroindústrias familiares. Estas, porém, sem a presença atuante e comprometida do Estado, dificilmente se afirmarão de forma ampliada.

A incerteza quanto a resultados universalmente positivos (inclusive na agroindústria cooperativada) é especialmente ilustrada por Navarro (1995)<sup>17</sup>, que tece considerações sobre as CPAs - "Cooperativas de Produção Agropecuárias" - organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST - com características empresariais (constituindo, pois, agroindústria) e com a finalidade de atuar no mercado (capitalista). Segundo Navarro (1995: 2),

“...os assentamentos têm desenvolvido esforços produtivos fundados, mesmo que parcialmente, em base técnica definida idealmente pelo padrão ‘moderno’, mas as evidências têm demonstrado que normalmente os resultados produzidos não têm sido compensadores em termos de renda, além de muitas vezes produzir altos níveis de endividamento, impactos ambientais negativos e contínua dependência a outros agentes econômicos. Ou seja, repetindo nestas novas áreas a

---

embora não explícito, é posto sobretudo no subcapítulo IV.4 (p.163-169): “A tática do alternativo e seu sentido”.

<sup>16</sup> Não adotamos, no presente trabalho, o conceito já vulgarizado deste termo (associação de atividades urbanas e rurais). Quando se trata da vida do pequeno agricultor, no atual contexto, tal conceito apenas mascara a real face desta associação. Por isso adotamos a conceituação explicitada acima e após a chamada da presente nota.

<sup>17</sup> Conforme relatório da pesquisa “*Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais - o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)*”, apresentada no XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS, em outubro de 1995.

situação econômico-social e as dificuldades atuais típicas das regiões de pequena propriedade no Rio Grande do Sul”.

Temos, pois, uma pesquisa que indica os limites da agroindústria efetivada em assentamentos, destacando-se o limite do coletivismo forçado com grupos de pessoas que têm uma história de vida pautada pela forma familiar de produzir. Assim sendo, Navarro (1995: 46), na conclusão de sua pesquisa, afirma que

“A reconstituição ... de uma estrutura produtiva assentada na forma familiar, sem as pretensões coletivistas próprias de quimeras teóricas, é um imperativo urgente para a manutenção da viabilidade dos assentamentos rurais ... Se associada a mudanças tecnológicas ... - hoje à disposição dos produtores - poderá afirmar a real existência social das famílias assentadas e não, como a história brasileira registra, uma simples passagem transitória rumo à pauperização, o que hoje representa a migração em direção às cidades”.

Chama atenção, ainda, a base técnica da produção efetivada pelas agroindústrias dos assentamentos, que segundo Navarro (ibid) obedece ao padrão “moderno”. Assim sendo, essas agroindústrias não teriam superado o paradigma dos insumos. Resta saber se as agroindústrias de pequenos agricultores e/ou de assentamentos, sob um outro paradigma, teriam ou não maior alcance. Trataremos disso a seguir.

Segundo dados apontados no *Jornal Gazeta do Sul* (07/09/95, p.6), de Santa Cruz do Sul-RS,

“No Rio Grande do Sul, 450 mil produtores vivem na condição de mini ou pequenos produtores. Eles trabalham em regime de economia familiar, exploram a terra na condição de proprietários, arrendatários, parceiros e não ocupam mão-de-obra empregada, possuem até quatro módulos fiscais (na região, aproximadamente 100 hectares), residem na propriedade e no mínimo 80% da sua renda bruta é proveniente da exploração agropecuária”.



A maior parte desses 450 mil pequenos produtores possui (apenas) aproximadamente um módulo rural<sup>18</sup>. A nosso ver, todas essas pequenas propriedades de pequenos produtores rurais são, a partir do atual arcabouço científico-tecnológico<sup>19</sup> e organização de agroindústrias familiares ou cooperativadas para além do coletivismo forçado ou cego, perfeitamente viáveis, contrariando, inclusive, algumas pesquisas já realizadas no Brasil<sup>20</sup>.

É exemplo de pequena unidade de produção rural viável a propriedade familiar de Elfrido Frantz<sup>21</sup>, localizada na Microbacia Vida Nova, objeto da pesquisa de Jantsch et. al.

---

<sup>18</sup> JANTSCH e outros (1994: 12) fizeram um levantamento do tamanho das propriedades da Microbacia Vida Nova, localizada no interior de Santa Cruz do Sul, RS. Constataram que 6,8% dos agricultores tinham menos que 5 hectares, 25% tinham entre 5 e 10 hectares, 38,6% tinham entre 10 e 20 hectares e 29,6% tinham entre 20 e 50 hectares. Segundo os autores (ibidem), "...a maior parte das unidades de produção tem tamanho inferior a 20 hectares (70,4% do total), o que as caracteriza como minifúndios, tendo em vista que o módulo rural da região é de 20 hectares". Os autores ainda informam que "Quanto á posse da terra, 86,4% são proprietários da terra que cultivam, sendo que 6,8%, além de serem proprietários, arrendam terras de terceiros para produzir. Os que produzem em parceria (porque não têm terras próprias) constituem 13,6% na Microbacia" (p. 13). Esses dados, com pequenas variações, são realidade na região sul do Brasil. Os dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), compilados por SEFFRIN (1995: 102), em relação aos produtores do fumo no sul do Brasil são semelhantes ao acima citados. Segundo o relato, 86% dos fumicultores possuem até 25 hectares, 11% possuem entre 26 e 50 hectares e apenas 3% possuem mais de 50 hectares. Quanto a área média das propriedades dos fumicultores, o *Relatório de Atividades* da AFUBRA 95/96 informa ser de 18,2 hectares (s.p.). Segundo os dados divulgados pelo Sindicato das Indústrias do Fumo - SINDIFUMO - a área média das propriedades dos fumicultores é de 20 hectares.

<sup>19</sup> FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? *Educação e Realidade*, v.14, n. 1, p. 17-28. Frigotto entende que a ciência-tecnologia já constituída possibilita ao homem viver plenamente o "reino da liberdade". O nó problemático está apenas na falta de democratização do arcabouço científico-tecnológico já construído coletivamente pela humanidade. Ver, também, BUNGE, Mario. *Epistemologia*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 186-7. Segundo Bunge "...entende-se por **tecnologia** a técnica que emprega conhecimento científico" (p. 186). Bunge, ainda, encara a tecnologia e a ciência ao mesmo tempo, afirmando que o conceito de tecnologia, hoje, contém o conceito de método científico (p. 187).

<sup>20</sup> Informamos que não é o caso da pesquisa - citada na 17 - levada a termo por NAVARRO (1995). Esta mostra os limites vividos nas iniciativas produtivas dos assentamentos, limites advindos do **padrão técnico moderno** (leia-se: com base no **paradigma dos insumos**) e da organização coletivista forçada. A pesquisa não nega as possibilidades de afirmação das iniciativas produtivas e organizacionais fora dos assentamentos e para além do coletivismo forçado e do padrão técnico moderno.

(1994), anteriormente mencionada. A referida unidade de produção tomou, inicialmente, duas medidas básicas para viver a auto-reprodução ampliada: diversificou e organizou as culturas, de modo a ter a subsistência plenamente garantida; e efetivou uma pequena fábrica artesanal de cachaça, com o apoio científico-tecnológico da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A cachaça passou a ser, juntamente com outros subprodutos da cana-de-açúcar (melado, etc.), um produto preferencial para o mercado e permite, considerando-se as demandas de um pequeno agricultor, uma alta monetarização. Segundo Sílvio Cesar Arend<sup>22</sup> (1994: 87), o cultivo da cana-de-açúcar, articulando, entre outros, a produção da cachaça, é uma alternativa econômico-financeira ao fumo (tabaco) e viabiliza perfeitamente a pequena propriedade, inclusive no sentido da auto-reprodução ampliada. Ressalva-se, no entanto, que nessa pequena unidade de produção rural **o paradigma agroecológico prevalece sobre o paradigma dos insumos** ou, ainda, da “modernização”. Diferencia-se, por isso, das agroindústrias efetivadas pelo MST e analisadas por Navarro (1995). Não obstante, a experiência incorpora, a nosso ver, subsídios científico-tecnológicos altamente elaborados, apesar das aparências evidenciarem o contrário. Cabe mencionar, também, que

---

<sup>21</sup> Elfrido FRANTZ é um pequeno agricultor, com 50 anos, casado há 28 anos e tem apenas 1 filho (de 22 anos). Mora desde criança na Linha São Martinho, município de Santa Cruz do Sul, RS. A terra onde mora é parte doação e parte herança. Nela construiu uma casa de alvenaria de 98 metros quadrados (14m X 7m), com banheiro, galpão, chiqueiro, galinheiro, potreiro, microdestilaria de cachaça, etc. Instalou luz elétrica em 1970 (antes não tinha disponível). Há um ano e meio comprou um trator novo e duas carretas de trator. Não planta tabaco, pois optou pela produção de cachaça, que lhe dá a renda suficiente para dispensar qualquer outra produção. Face a isso, deixou de criar gado, porcos e galinhas/frangos. Segundo seu depoimento, “não vale a pena” criar gado, galinhas, etc., plantar milho ou fumo, etc., pelo fato de tudo exigir aplicação de conhecimento científico-tecnológico de ponta para dar a renda necessária para a auto-reprodução simples e/ou ampliada da pequena propriedade rural. Ainda segundo seu depoimento, não é possível um pequeno agricultor dar conta, a contento, de várias produções tecnificadas. No seu caso, afirma ser vantajoso comprar diferentes carnes, ovos, etc., do que produzir na propriedade. Ao invés de produzir outras coisas, faz “mais cachaça para comprar o que” precisa. A cachaça tem grande aceitação pela sua pureza comprovada e preço acessível.

<sup>22</sup> O autor pesquisou a referida experiência para fins de elaboração da dissertação de mestrado, defendida na UFRGS, em 1994, sob o título “*Análise da viabilidade econômica da industrialização da cana-de-açúcar em microdestilarias*”.

essa experiência foi possível graças à efetiva e **desburocratizada**<sup>23</sup> relação pequeno agricultor-universidade, inclusive com produção interdisciplinar de conhecimento. Há um ano e meio a família ampliou, mediante a inserção de um trator, a produção da cachaça e começou a relativizar crescentemente a produção diversificada para a subsistência. De qualquer maneira - com trator ou sem trator - o simples fato de introduzir um maior conhecimento científico-tecnológico na atividade produtiva permitiu a auto-reprodução ampliada da pequena unidade de produção. A própria compra à vista do trator, além de uma moenda mais potente, revela a auto reprodução ampliada.

Roque Tomasini, em artigo publicado no Jornal *Zero Hora* (Porto Alegre, 5/5/95, Caderno Agricultura) combate o pré-conceito que associa tamanho de propriedade com ineficiência, dizendo que

“Ser pequeno não significa ser ineficiente. As ineficiências técnicas do pequeno proprietário decorrem de sua gradativa descapitalização e da sua não atualização em relação às novas tecnologias. Tamanho de propriedade pode dar status social mas não garante rentabilidade. O que deve mudar na agricultura gaúcha é o “tamanho” das tecnologias de produção. Pequeno em área, mas “grande” nas tecnologias utilizadas, significa menos miséria no campo”.

Outra reportagem do mesmo Jornal (28/04/95, Informe Especial, p. 8), informa que

“A Camila Alimentos, um projeto inovador da Cooperativa Agrícola Mista Lagoense, está criando alternativas econômicas para pequenas propriedades rurais de até um hectare e mantendo o homem no campo. A empresa, ocupando as instalações de um antigo frigorífico, utiliza o mesmo modelo de integração com os produtores empregado por indústrias avícolas, orientando-os a produzirem hortigranjeiros

---

<sup>23</sup> A relação desburocratizada entre universidade e pequeno agricultor é um reclamo universal entre os pequenos agricultores e, inclusive, entre os assentados. Segundo NAVARRO (1995: 53-4), a atuação da Unijuí - através do “Seminário Permanente de Educação Popular” - junto ao Assentamento Nova Ramada, RS, “...recebeu, no geral, comentários extremamente críticos”. Ainda segundo NAVARRO (ibidem), “...os posicionamentos foram surpreendentemente críticos, por ter sido tentada a implantação de controles rígidos em demasia, com excessivo **burocratismo** e ‘metas sem condições’ [de serem alcançadas]”. (grifo nosso)

que depois são processados e supergelados, chegando aos supermercados com uma característica que os tornam muito interessantes para a dona-de-casa dos dias atuais: podem ser consumidos depois de apenas três minutos na água fervente”.

Exemplifica-se, assim, a possibilidade e viabilidade de uma agroindústria formada sob o sistema de cooperativa por pequenos agricultores. O exemplo de Ilfredo Frantz, porém, mostra que não só a agroindústria cooperativada é possível e viável. O sistema cooperativado é garantia para agroindústrias de maior porte e que pretendam atuar num mercado mais competitivo, inclusive em nível internacional. A agroindústria familiar (normalmente voltada ao mercado local ou regional), que depende de uma pequena unidade de produção agrícola familiar, também já encontra exemplos convincentes quanto à sua viabilidade, esta tanto mais efetiva quanto mais abrangente é o Estado. Contraria-se, assim, **a tese neoliberal do “Estado mínimo”**. Desautorizando a tese neoliberal, a experiência de Ilfredo Frantz acontece em um município governado há várias gestões (exceto a atual) pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB - e seu(s) antecessor(es). A Secretaria Municipal de Agricultura estimulou o projeto e fomentou várias experiências similares, com destaque para a atual Cooperativa de Leite Rio Pardinho<sup>24</sup>. Além do exemplo já apontado de Ilfredo Frantz (Santa Cruz do Sul, RS), observe-se um exemplo recente, no Distrito Federal (DF), sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo o *Jornal Zero Hora* (Porto Alegre, 04 de agosto de 1996: 22),

“Desde janeiro desse ano [1996], o governo do DF desenvolve o programa Agroindústria de Base Familiar, para transformar grãos, frutas, carne e leite in natura em produtos industrializados. Pequenos produtores, utilizando apenas mão-de-obra familiar, conseguem no

---

<sup>24</sup> Trata-se da “*Laticínios Rio Pardinho Ltda*”, que comercializa o “Leite Rio Pardinho” na região em torno de Santa Cruz do Sul, RS. O folheto de propaganda da instituição divulga que o Leite Rio Pardinho é um “Produto originário da união de produtores..., direto do produtor para o consumidor, sem intermediário”, que “a excelente qualidade...é garantida por análises constantes realizadas pela UNISC” e que “...é um leite pasteurizado integral com preço mais baixo”.

mínimo dobrar o lucro. A atividade, inicialmente de subsistência, passa a ser um complemento de renda”.

A participação do Estado, segundo o mesmo jornal, é assim descrita e não deixa dúvidas quanto ao que denominamos **Estado ampliado**:

“Os produtores recebem crédito com juros subsidiados, orientação técnica e mão-de-obra para a construção de kits destinados ao processo agroindustrial. O registro comercial das empresas, rótulos, embalagens e selos de garantia de qualidade também são custeados pelo governo. Caso o agricultor encontre dificuldades de comercialização, a produção é comprada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), a rede de supermercados oficial do DF. (ibidem)”

Cogitamos que este tipo de organização não realiza a expropriação típica das agroindústrias privadas sob a égide da “integração” ou similar (a exemplo das agroindústrias do fumo de Santa Cruz do Sul-RS), terceirização e/ou flexibilização.

Quanto à questão da expropriação típica acima referida, a pesquisa “Levantamento sócio-econômico das pequenas unidades de produção da Microbacia Vida Nova - Santa Cruz do Sul - RS” (Jantsch e outros., 1994: 24), informa que

“A quase totalidade dos que cultivam fumo têm nele o produto de maior comercialização. Os demais produtos têm caráter complementar na comercialização e/ou são destinados ao consumo próprio. Os agricultores, por sua vez, têm consciência de que o cultivo do fumo é insuficiente, tanto para a auto-reprodução simples da pequena propriedade quanto para uma possível capitalização (que denominamos de auto-reprodução ampliada). São poucos os que afirmam terem ganho dinheiro com o fumo. A grande maioria - mesmo dos que afirmam ser o fumo “o melhor negócio”- confessa sobrar muito pouco, quando sobra, no final da safra. E grande parte dos agricultores afirma que se fosse contabilizar a lenha, a mão-de-obra, a carroça, os bois, dentre outros, não haveria “lucro”.

Se associarmos o explicitado no parágrafo acima (a expropriação típica das agroindústrias privadas não familiares sobre os pequenos agricultores) com o que nos informa o artigo de *Zero Hora* (28/04/95, Informe Especial, p. 8), que “Um hectare plantado com brócolis pode dar um lucro líquido de até 4.700 reais em apenas 75 dias...” (em torno de US\$ 5.000,00), temos o cogitado acima (agroindústria cooperativada, sem expropriação do pequeno agricultor) corroborado. Parece que a alternativa mais imediatamente viável para os pequenos agricultores é a organização agroindustrial do tipo cooperativado, introduzindo, porém, a mais alta ciência-tecnologia produzida coletivamente pela humanidade e sem, contudo, incorrer no paradigma dos insumos. Além disso, numa Cooperativa a exemplo da Camila Alimentos, a história de vida das famílias não é atropelada como o tem sido nas agroindústrias coletivistas empreendidas por diversos assentamentos dos sem-terra, sob orientação do MST.

A organização agroindustrial coletivista dos sem-terra não teve êxito no Rio Grande do Sul, que além do problema do padrão técnico já mencionado, precisa repensar suas iniciativas econômico-sociais a partir da história de vida das famílias. Quanto a isso Navarro (1995: 44) diz que há

“... a necessidade de repensar a própria organização das famílias beneficiárias, que ao chegarem à terra têm sido convidadas a abrir mão de sua história familiar, para adaptar-se a uma nova concepção de organização social, normalmente cooperativas portadoras de estranha ambivalência - ‘capitalistas’ no mercado, ‘socialistas’ em sua estruturação interna”.

O seguinte dizer de Navarro resume, de certa forma, os limites de uma organização agroindustrial coletivista dos sem-terra, baseada no padrão tecnológico tido como

“moderno” e por nós caracterizado como expressão do paradigma dos insumos e/ou da determinação<sup>25</sup>. Argumenta Navarro (1995: 44-5):

“A experiência vivida pelos assentamentos em terras gaúchas tem demonstrado, provavelmente de forma categórica, as insuficiências de tais proposições orientadoras de sua conformação tecnológica e organizacional. De um lado, o formato técnico normalmente incentivado tem gerado situações frequentes de dificuldades econômicas, gradualmente estiolando as chances de permanência dos agricultores como sujeitos econômicos, submetidos que estão às vicissitudes de mercados com os quais não conseguem competir em condições favoráveis, principalmente quando adotam o padrão técnico ‘moderno’ de uso de seus recursos e, assim, submetem-se crescentemente à subordinação agroindustrial e, muitas vezes, à extorsão típica dos mercados financeiros, além dos impactos ambientais e de manejo normalmente associados a este padrão. Acabam por não firmarem-se nem como produtores e nem como vendedores, além de não terem quase nunca chances melhoradas igualmente como compradores. Em conseqüência, ou aposta-se na proposta de uma agricultura organizada em outra racionalidade tecnológica, que motiva-se por sua sustentação no prazo mais longo (especialmente pela recuperação de sua base natural, o solo) e reduz ao máximo o uso de insumos agroindustriais, podendo obter em algumas safras a elevação do rendimento físico pela melhoria das condições das terras, com custos substancialmente reduzidos (assim gerando renda em patamares mais elevados), ou então as chances dos assentamentos não serão diferentes dos agricultores familiares de outras regiões do Estado, quase sempre vendo aos poucos reduzirem-se as suas chances de manutenção como tal”.

Se, por um lado, as agroindústrias dos sem-terra não vingaram, por outro, a relação dos pequenos agricultores com as agroindústrias privadas tem sido unilateralmente favorável às últimas. No caso de os pequenos agricultores estarem articulados com as agroindústrias, embora trabalhando em suas propriedades - pelo menos formalmente - vivem integralmente a lógica intrínseca do trabalho terceirizado e/ou flexibilizado, este amplamente defendido pelas políticas neoliberais na sociedade global. No caso, o pequeno agricultor parece não ser, de fato, possuidor de meio de produção - a terra - mas ser um simples e oprimido sub-

---

<sup>25</sup> Ver, sobre o paradigma da determinação, o capítulo 3 e seguintes.

empregado das agroindústrias, normalmente inseridas no mercado mundial. Trata-se, sob todos os aspectos, de um trabalho realizador do capital agroindustrial (e financeiro) privado e não do homem. Pior, ainda, quando tal trabalho é realizado sob um instrumental arcaico: além de não realizar o homem em sua dignidade, consome-o em sua constituição física. É, pois, um **trabalho com a “cara” da exclusão** e, conseqüentemente, da morte.

Antunes (1995) identifica - em nível global - a flexibilização da produção, bem como a “especialização flexível”, especialmente no **toyotismo**, que

“...penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se [com isso] formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias” (p. 16).

Segundo se pode depreender da obra de Antunes, o toyotismo é (dentre outras mudanças no mundo da produção) um fato a partir dos anos 80. No entanto, quando se trata da produção encetada pelas grandes agroindústrias existentes no Brasil (Souza Cruz, Sadia e muitas outras), a terceirização-flexibilização é bem anterior à existente na indústria tipicamente urbana. É fato quase universal no Brasil que os pequenos produtores, especialmente os designados de “integrados”, produzem a matéria-prima básica para as agroindústrias em suas propriedades, correndo toda a sorte de riscos possíveis e sem contar com qualquer garantia-benefício social estendido aos trabalhadores urbanos. **O pequeno produtor rural “integrado” ou fornecedor de matéria-prima básica em geral é o protótipo da terceirização-flexibilização levada ao paroxismo pela Toyota.** Nele os



direitos trabalhistas são mais do que flexibilizados. São praticamente inexistentes. Nesse sentido, podemos afirmar: o capital não fará questão de abolir a sociedade do trabalho, pois este lhe é praticamente gratuito. Além disso, as empresas capitalistas, face à competição internacional, especialmente à imposta pelos “Tigres Asiáticos” (que contam indiscutivelmente com um trabalho quase gratuito na totalidade de sua produção), estão, já, reféns do trabalho quase gratuito. Diante desse fato, o próprio capital encontra-se fragilizado e a alternativa sócio-econômica explicitada - agroindústria cooperativada com alta ciência-tecnologia - torna-se perfeitamente viável e até mesmo desestabilizadora do capital. Ou seja, o pequeno produtor rural, transmutado em **novo ser social - onde capital e trabalho não se dissociam** - é a possível superação do capital lançada por Marx e apregoada por Warde, Ianni, e pelos intelectuais comprometidos com a superação da realidade de exclusão. Pelo menos o exemplo já mencionado da “Camila Alimentos” é indicador da realização dessa utopia.

Não se trata de negar o mercado e a economia mundializados e em mundialização, que é irreversível. Trata-se da **autonomia** para participar, em igualdade de condições, destes. Autonomia aqui considerada “a capacidade teórico-prática de reproduzir a pequena propriedade, cogitando-se, inclusive, a sua capitalização” (Jantsch e outros, 1994: 3-4), isto é, a auto-reprodução ampliada. Ainda, segundo Jantsch e outros (ibidem), “a autonomia, porém, assim entendida, não se viabiliza... sem [entre outros] um quantum qualificado de saber, que denominamos de **saber real**....Saber real e autonomia são indissociáveis e por nós assumidos na sua historicidade, isto é, no conteúdo diferenciado que assumem no tempo” (grifo nosso).

Dessa forma, não vemos nenhuma autonomia na produção de matéria-prima para as agroindústrias em geral. Nesse tipo de produção, o pequeno agricultor não detém o saber

que implica o processo de produção e não garante a auto-reprodução<sup>26</sup> - nem simples nem ampliada - da pequena propriedade. Via de regra a pequena unidade de produção originária de uma família se descapitaliza e os filhos, quando necessitam constituir novas unidades, não o conseguem.

Navarro (1995), ao analisar assentamento(s) no Rio Grande do Sul, evoca, entre outros, o problema do conhecimento dos pequenos agricultores, especialmente referindo-se às práticas tecnológicas depredadoras da natureza, o que, a nosso ver, se deve também, ao déficit de saber real. Afirma ele:

“Os assentamentos rurais...representam, por um ângulo, opções de grupos sociais que organizaram-se no período, capazes de exercer contestação política à apatia dos governos frente aos impactos de um processo de transformação estrutural socialmente seletivo que reduziu, em especial, as chances de ocupação no meio rural e, assim, as possibilidades de reprodução das famílias rurais mais pobres. Refratários à incerteza da migração em direção aos centros urbanos...os assentamentos, de fato, são a materialização da reação dos ‘colonos’... , quando confrontados com o estreitamento de suas chances de vida - ou por perda da terra, constituindo o contingente ‘sem-terra’, ou por redução de seus imóveis, por pressão demográfica, endividamento e venda de parcelas ou, ainda, pela **redução produtiva de suas terras, por uso excessivo e a continuidade de práticas tecnológicas empobrecedoras da fertilidade do solo**” (1995: 1) (grifo nosso).

O acesso à terra, pois, não é o único nó problemático objetivo dos filhos dos pequenos agricultores, pois, quando de alguma forma o acesso é viabilizado (“reforma agrária” principalmente), o constituinte de uma pequena unidade de produção se depara com, entre outros, o déficit de saber real, incorrendo, por isso, facilmente, no paradigma dos insumos. O déficit do saber real, relativiza, inclusive, a variável terra (ver item n. 2.2).

<sup>26</sup> Segundo LAUSCHNER (apud AREND, 1994: 13) “...cada dólar investido na produção dos agricultores [em 1964, nos EUA] gerou um produto de US\$ 0,07, ao passo que o mesmo investimento em armazenagem, processamento e distribuição final gerou US\$ 1,17 de retorno”. Aqui no Brasil, ante a atual “âncora verde”, muito facilmente o retorno é negativo mesmo.

Via de regra, no entanto, todas as pequenas unidades de produção familiar encontram-se, mesmo minimamente, monetarizadas. Mesmo as famílias “integradas” ou “flexibilizadas”, bem como as assentadas, vivem a lógica monetária. É a condição “*sine qua non*” para participarem de alguma forma do mercado (também planetário), produzindo e consumindo. Em outros termos, a inserção no mercado se tornou um imperativo histórico, com ou sem autonomia. Diante da atual materialidade histórica ou totalidade histórico-social, pois, não tem mais sentido cogitar a não inserção do pequeno (ainda) agricultor no mercado (também mundial), nem tem sentido a defesa (ingênua) da redução da terra à sua dimensão natural. A ciência-tecnologia já se sobrepõe à terra enquanto espaço físico natural, inclusive e, talvez mais decisivamente, para o pequeno agricultor, pondo-se também como uma variável determinante do atual processo de monetarização da vida do pequeno agricultor. Monetarização que faz com que o dinheiro se sobreponha ao “troca-troca”, porquanto até numa simples feira rural o objetivo é obter dinheiro. Para tanto, o pequeno agricultor vende e não troca mercadorias. Nesse sentido, põe-se como anacrônica a visão de que o pequeno agricultor pode satisfazer-se, pelo menos em grande parte, com o valor de uso. O que o contexto põe e o que o próprio pequeno agricultor busca é a vida monetarizada, isto é, ancorada primordialmente no valor de troca, próprio do mercado.

O interior, baixamente monetarizado no passado, ficou no atraso. Hoje a monetarização da vida dos pequenos agricultores praticamente afogou o lado não monetarizado. Contudo, o atraso continua em muitas pequenas unidades de produção familiar. Relaciona-se tal atraso à acumulação unilateral de capital, especialmente realizado pelas agroindústrias privadas e pelo sistema financeiro, através, principalmente, da promoção da monocultura para o mercado (fumo, soja, etc.), esta monetarizada e incorporando ciência-tecnologia para além do padrão tradicional dos colonos (melhorias

genéticas, tratos culturais otimizados, programação em função do mercado internacional, etc.), deixando os pequenos agricultores mais frágeis na dinâmica econômica como um todo. As agroindústrias, tal como a Souza Cruz (de maior expressão), incorporam ciência-tecnologia em todo o processo produtivo. Por outro lado, elas tutelam todo o processo de produção, não permitindo o acesso do pequeno agricultor à ciência-tecnologia implicada na produção da matéria-prima requerida pelas agroindústrias. A tutela do processo produtivo, aliado à acumulação unilateral de capital, via expropriação legal (altos juros financeiros e outras taxas agregadas aos pacotes de financiamentos, etc.) explica, pelo menos em parte, o fato de o atraso (unilateralmente) rentável não ter sido modificado no período que vai da vida pouco monetarizada aos dias de hoje, quando praticamente toda a vida do pequeno agricultor já é monetarizada. Mais uma vez os conceitos de autonomia e de saber real se impõem em nossa reflexão, pois a ciência-tecnologia e a monetarização, por si sós (isto é, sem um processo de efetiva democratização), não significam a superação do bolsão de atraso unilateralmente rentável às agroindústrias privadas. Em síntese, os pequenos agricultores produzem para o mercado, porém ancorados em uma monocultura, sob a tutela das agroindústrias envolvidas, ganhando o tão desejado dinheiro (monetarização), que após pagar os insumos (muitas vezes adquiridos das próprias agroindústrias e normalmente sob financiamento bancário e/ou agroindustrial), fica bastante reduzido e, ao adquirir os produtos de consumo para a sobrevivência, se esvai de vez. Assim, a rápida passagem da pouca monetarização à alta monetarização da vida dos pequenos agricultores, pouco ou nada tem contribuído para a auto-reprodução ampliada das pequenas unidades de produção. Sequer a auto-reprodução simples é universalmente garantida. E a qualidade da vida dos que trabalham na terra, a continuar a lógica da apropriação agroindustrial privada, aliada à tutela

dos processos produtivos e com exceção das melhorias introduzidas pelo Estado (luz elétrica, telefonia, etc.), não encontra dados que permitem perspectivas otimistas.

Isso posto, pode-se dizer, também, que a posse de um pedaço de terra, quando nela se trabalha a partir da “integração” e/ou “terceirização” excludente (assumida até mesmo como natural em uma visão neoliberal), perde o sentido mesmo quando ela se põe para além da redução à dimensão natural. Neste caso, a ciência-tecnologia empregada não é, via de regra, constituinte de autonomia (saber real). Além de o pequeno agricultor apenas ser um aplicador de receitas determinadas pelas agroindústrias, estas, normalmente, seguem “**pacotes tecnológicos**” (ver box 3), elaborados sem a presença (educativa, pesquisante, participante, etc.) dos pequenos agricultores envolvidos. Trata-se, portanto, de um trabalho alienado em todos os sentidos (expropriação, não domínio do saber real e não participação nas decisões em torno do processo produtivo). A posse da terra por parte do pequeno agricultor passa a ser um ônus a menos para o empresário capitalista (sem riscos de invasão por sem-terras, não pagamento de impostos, sem custos de preservação e de segurança da propriedade, sem ...). A posse da terra, pelo pequeno agricultor, assim, já pode ser considerada hoje, mais funcional ao capital do que ao pequeno agricultor. No caso da produção do fumo<sup>27</sup>, parece-nos, tal funcionalidade unilateral ao capital se acentua, na medida em que, entre outros, a lenha utilizada para a secagem do fumo, ao ser extraída da propriedade do produtor, dificilmente faz parte da contabilidade doméstica<sup>28</sup> e da produção

---

<sup>27</sup> Conforme relatório de pesquisa já citado (nota n. 1) de JANTSCH e outros (1994).

<sup>28</sup> Segundo relatório de pesquisa mencionado na nota anterior, “Com relação à contabilidade interna, no caso, o controle sobre ‘entradas’ e ‘saídas’, ou seja, dinheiro ganho e dinheiro gasto, o levantamento mostra que 71% das famílias não fazem nenhum controle. Os outros 29% dizem fazer um pequeno controle, mas muito superficial. O dinheiro é basicamente usado para satisfazer as necessidades de sobrevivência e de produção, normalmente ficando por muito pouco tempo disponível para os agricultores. Um dos elementos que contribui para o rompimento da “caderneta” segundo alguns dos entrevistados é a alta inflação, que dificulta o dimensionamento do peso (real) do dinheiro” (1994: 26-7). Observa-se que na época do levantamento dos dados (1991-2), a inflação era,

do fumo especificamente. Mas isso merece um (outro) estudo detalhado e mais aprofundado. Merece, contudo, nossa atenção para expor os indícios resultantes da observação de algumas pequenas unidades de produção rural, em tese, problemáticas quanto a este instrumental básico-elementar para uma participação mais consciente e na condição de sujeito econômico no mercado (em qualquer nível, mas sobretudo quando se trata do mercado internacional, que é o caso específico da cultura do fumo).

A condição de sujeito econômico aparece na resistência dos pequenos agricultores assentados às cooperativas coletivistas forçadas, que ignoram, segundo Navarro (1994), tanto a história de vida das famílias quanto as diferenças de produtividade e congêneres no tocante ao trabalho dispensado pelas mesmas. A condição de sujeito econômico aparece, também, na venda generalizada de produtos, descartando o sistema de troca pura e simples de produtos, este só possível em um mercado local e, além disso, restrito para poucas possibilidades. A condição mencionada aparece, ainda, na busca de alternativas à monocultura própria à integração aos processos agroindustriais privados, com o que o pequeno agricultor deixa de ser refém da determinação e tutela das agroindústrias, fugindo inclusive dos pacotes tecnológicos, estes normalmente articulados com o sistema financeiro, que se torna, assim como a agroindústria, sócio (entenda-se, nas vias de fato e sem mascaramento, expropriador) do trabalho das famílias das pequenas unidades de produção agrícola, sem, obviamente, correr os riscos próprios da produção agrícola e sem necessidade de manutenção da terra enquanto espaço físico para produção. Há, pois, para além da busca da monetarização e da conseqüente participação do pequeno agricultor no mercado

---

de fato, alta, superando em muito o atual índice. Mais decisivo do que a alta inflação, porém, é a falta de conhecimento relativo ao mundo econômico-financeiro, pois, ainda segundo JANTSCH e outros (ibid: 27), “A maioria afirma que não faz o controle... por falta de orientação e informações do que seja lucro ou **ganho real**. Quando recebem o dinheiro do fumo este parece ser muito e aparenta lucro significativo. Tal distorção ocorre porque não fazem os cálculos de acordo com o que gastam na produção, como mão-de-obra familiar, instrumentos de trabalho, etc.”.

universal, a necessidade de construir, para além do complexo agroindústrias privadas, sistema financeiro e ideário neoliberal, a pequena unidade de produção (ainda) rural como uma **alternativa efetivamente viável**. Isto não parece ser um sonho, principalmente se levarmos em conta a possibilidade do Estado amplo, e a inerente democratização da ciência-tecnologia. Assim há de se superar, pelo menos em grande parte, o atraso e/ou a miséria rentável, que nada mais é do que o escancaramento da expropriação feita pelo grande capital do esforço tutelado do pequeno agricultor, relegando à indiferença e exclusão àqueles que não se adequam ao paradigma da determinação/insumos. A expropriação se esconde na pouca ou ausente contabilidade entre os pequenos agricultores, fazendo parecer lucro aquilo que apenas remunera o uso da carroça, dos bois, do forno de fumo, a lenha, o trabalho, etc. O Estado mínimo, porém, deixa o pequeno agricultor sem alternativa: ou submete-se ou morre. Nesse sentido, na falta de Estado adequado, a mão do mercado conduz o pequeno agricultor. Falta apenas a recitação em linguagem de Salmo: “tua mão me conduz, ó Senhor!”. A respeito do falso lucro dos agricultores com, entre outros, o fumo, bem como a falta de alternativa, ver também os depoimentos explicitados no capítulo 7 (sete) do presente trabalho.

### **Box 3. Pacotes tecnológicos.**

*Segundo Bacha (1992: 44-5),*

*“Acima de tudo, o que temos presenciado no Brasil é a geração de pacotes tecnológicos agrícolas. Ou seja, um conjunto interligado de inovações mecânicas, biológicas, químicas e agronômicas que modificam o sistema de cultivo de um produto ou de criação de uma espécie. Lança-se uma nova variedade de uma cultura (que é uma inovação biológica), mas que tem elevada produtividade se plantada dentro de certos padrões de espaçamentos e com certos tratamentos culturais, seguindo determinado calendário (inovação agronômica); utilizando os insumos modernos de adubação e de defensivos (inovação química), que são aplicados com certos equipamentos*

*(inovação mecânica). Combinam-se grandes e pequenas inovações de processo e de produto para se ter uma melhoria na produtividade [conceito chave para o mercado mundializado]". (grifo nosso)*

*Um pacote tecnológico, assim, articula diversas disciplinas, pondo-se a partir de uma racionalidade interdisciplinar. Sua linguagem não é disciplinar. Sua verdade supõe uma totalidade. Nesse sentido, o seu alcance é ampliado. O problema que vemos para o pequeno agricultor é que os pacotes tecnológicos são estabelecidos autoritariamente pelas agroindústrias privadas e/ou agentes financeiros, mesmo os bancos públicos (BRDE, BB, Bancos Estaduais, etc.) e normalmente sem preocupação com o meio ambiente, nem com a saúde do pequeno agricultor. Conforme a definição acima, as disciplinas relativas à ecologia e à saúde, por exemplo, não são consideradas na construção de um pacote tecnológico. Trata-se de uma definição alheia ao paradigma alternativo em afirmação. Ademais, ao pequeno agricultor cabe o papel de adesão cega ou a exclusão sem esperneio. A adesão, contudo, não garante nenhuma participação decisória e educativa do pequeno agricultor, dificuldade esta levada ao paroxismo quando o pacote já é, hoje, por definição, uma iniciativa interdisciplinar, porém sob o paradigma da determinação, associado, mormente, ao paradigma dos insumos e/ou da modernização. Um pacote tecnológico, articulando ciência e tecnologia em sua última geração, quando posto por uma agroindústria privada, dificilmente articula o educativo juntamente ao pequeno agricultor. Pelo menos não a partir da nossa visão (conforme anunciado na introdução), que se diferencia substancialmente da visão (neo)positivista, que aceita o mero acompanhamento de certo modo fiscalizador/treinamento apressado dos pequenos agricultores (através da ação dos "instrutores"), como uma ação educativa. Nesse sentido, a atuação como um todo e, especialmente o trabalho do pequeno agricultor, é tão bestializante quanto o*



*trabalho manual, rotineiro e pré-determinado do trabalhador nas esteiras das indústrias sob o paradigma fordista-taylorista. E não parece ser descabido dizer que este trabalho é menos realizador que o do trabalhador da fábrica sob o paradigma toyotista, haja vista que este trabalhador realiza mais a sua subjetividade, embora sob a perversidade<sup>29</sup> das empresas privadas sob a lógica neoliberal.*

## **2.2. O conceito terra & elementos de contexto**

O termo "terra" designa, para nós, o espaço físico (natural) que se constitui em meio de produção para o agricultor em geral, ou para a produção agrícola em geral. Com a introdução da ciência-tecnologia própria da terceira revolução industrial na produção de alimentos, a terra, este espaço físico, é totalmente relativizado no tocante à quantidade, podendo, já, em alguns casos, ser dispensada. Face à alta ciência-tecnologia (biotecnologia, etc.) a terra, quando necessária, precisa ser pensada em termos de qualidade/produktividade (as condições que oferece para o pequeno agricultor realizar a auto-reprodução ampliada, mediante à vivência da alta ciência-tecnologia e do trabalho intelectual) e, inclusive, em termos de proximidade geográfica dos centros consumidores (para poder competir em condições de maior igualdade possível no mercado competitivo), conceitos estes articulados estreitamente com o saber real e a autonomia (conceitos mencionados anteriormente). Quanto ao último, torna-se imperioso dizer que os assentamentos de colonos sem-terra em

---

<sup>29</sup> O trabalhador passa a se sentir grupo e não mais massa. Enquanto grupo, o trabalhador se envolve com a empresa. O envolvimento é otimizado com as campanhas de qualidade, recentemente denominadas "qualidade total". Com isso, o operário endossa um "sindicalismo" de fábrica e passa, ele mesmo, a ser um déspota de si mesmo, dispensando um chefe externo, tal como o fiscal ou qualquer outro chefe. O pequeno agricultor "integrado" sente orgulho em saber aplicar o receituário da empresa à que se integra. Chega a dispensar o instrutor, no caso do fumo. Mas não se sente empresa. Pelo contrário: revela que a integração se dá pela falta de alternativa. Nesse sentido, a subjetividade do pequeno agricultor não se realiza na "integração".

lugares muito distantes dos centros consumidores significa a sua condenação a uma subsistência precária, sem possibilidade alguma de alcançar a auto-reprodução ampliada da pequena propriedade assentada. Também a ausência do Estado na educação ampliada do pequeno agricultor, que lhe garantisse o acesso ao conhecimento científico-tecnológico próprio da atual revolução científico-tecnológica, significa essa subsistência precária, mesmo em terras mais próximas aos centros consumidores. Isso se torna patente se considerarmos que, segundo Aued (1990: 138),

“Há bem pouco tempo, pensávamos que a mutação genética era obra de ficção. Hoje, já sem espanto, convivemos com produtos que possivelmente só chegam à nossa mesa diária mediante a recombinação de componentes genéticos. Hoje, também podemos ir mais adiante em nossas afirmações que outrora poderiam ser consideradas heresia: **a terra não é mais necessária**: o que está em curso, pelo uso da clonagem dos vegetais... e das culturas hidropônicas... não é propriamente a descoberta de uma terra sintética. Na cultura hidropônica, a importância da terra é totalmente secundarizada. A terra não é mais necessária, ou só é minimamente necessária porque o novo padrão de produção redefine radicalmente a sua utilidade enquanto um dos componentes fundamentais do processo produtivo”. (grifo nosso)

Com isso, a terra perde a sua dimensão estritamente natural e ganha sentido na medida em que o pequeno agricultor nela pode expandir-se enquanto Homem Universal (isto é, pleno, considerando-se, para tal, o conjunto das conquistas civilizatórias da humanidade: a ciência-tecnologia da atual revolução científico-tecnológica, o acesso às instituições públicas - genericamente designadas de Estado - etc.), o que implica, inclusive, o uso da **terra como laboratório de pesquisa**, aplicação e criação de conhecimentos que se situam necessariamente para além do atraso. A terra, enfim, perde a centralidade, haja vista que central se põe a **relação homem-natureza**, relação que realiza o homem em sua humanidade e potencializa a natureza em sua expansividade. Segundo Aued (1994: 70),

“Durante séculos, a produção de alimentos esteve vinculada à produção de subsistência, à dependência imediata das condições da natureza. Hoje a produção de alimentos não encontra limites de ordem natural”. Assim, tão central quanto a terra para o produtor de alimentos, tornam-se centrais a ciência-tecnologia e o trabalho intelectual (voltado ao pensar ou criar processos produtivos). Daí, politicamente, se tornar central a democratização da ciência-tecnologia e perderem sentido as tradicionais lutas de reforma agrária. Da mesma forma, o termo "módulo rural" já não tem mais conteúdo: é um conceito vazio, uma vez que o que se impõe é o conceito **módulo produtivo**, conceito em que o conhecimento científico tecnológico é tão ou mais importante que a terra enquanto espaço físico natural. Enfim, todo pensamento que apreende a terra enquanto espaço físico (natural, como quantidade) ou como sendo a base suficiente para a produção do homem (universal, isto é, para além da determinação/especificidade agrícola) está descontextualizado e assume um caráter a-histórico. Ironicamente, a terra que outrora produzia o homem e a vida (e por isso era sagrada), mediante o trabalho (esmagadoramente manual) dos agricultores, hoje, possivelmente, produza a exclusão. A própria “questão agrária”<sup>30</sup>, embora sendo um tema recorrente, político e teoricamente polêmico, é algo que não pode ser pensado, como nos adverte Aued (1990: 135ss), fora da totalidade histórico-social. E assim sendo, “...a reconsideração da questão agrária aponta para a requalização desta diante da emergência de questões sociais surgidas a partir de novas formas de produzir, vislumbradas tendencialmente pelas conquistas da microeletrônica e da engenharia genética” (Aued, 1990: 137). Diante desta ciência-tecnologia, muitos problemas do homem que vive na terra ou em função da terra não têm mais contornos, pelo menos estritamente, agrários. Obviamente que,

---

<sup>30</sup> Quanto ao problema da "questão agrária" ver a tese de doutorado de Bernadete W. AUED, defendida na PUC-SP, em 1990, sob o título "*Questão Agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI*". Informamos que a nossa reflexão sobre a “questão agrária” e temas correlatos tem nessa obra o seu principal subsídio.

partindo da totalidade histórico-social, não podemos reduzir a questão agrária à ciência-tecnologia. Nesse sentido, é ainda Aued quem nos adverte, dizendo que

“o problema agrário, isto é, o problema dos homens que vivem na agricultura, não se resume unicamente no encaminhamento de resoluções tecnológicas. Há que se dirimir a questão social. A este respeito, por ora, só nos resta a possibilidade de uma incursão ao mundo das fantasias utópicas, re-situando a questão social tal como Prezeworski o fez...; dizer adeus à enxada e deixar com a NASA (North American Space Agency) a tarefa de promover uma reforma agrária espacial”.

### 2.3. Materialidade histórica e Homem Universal

Para o presente estudo, definimos **materialidade histórica** como sendo **o conjunto das construções humanas** (materiais e espirituais, do conhecimento e do pensamento, filosóficas e científico-tecnológicas, das teorias e das experiências, da linguagem e da representação, etc.) **que tem poder de determinação sobre o próprio homem**, a partir de e nas suas relações sociais, embora por este criado. Não se trata, portanto, de todo e qualquer elemento cultural - pois nem todos os elementos culturais têm poder de determinação positiva do homem (dentre eles o trabalho manual e o instrumental correspondente, as práticas de cultivo que comprometem a natureza, o saudosismo dos “bons tempos”<sup>31</sup>) - nem se reduz à determinação econômica de uma sociedade em particular ou da sociedade mundial. Especificando a conceituação para o âmbito do nosso objeto - a

---

<sup>31</sup> A partir de SCHAEFER & JANTSCH (1995) podemos dizer que os grupos populares, diante das dificuldades encontradas no presente (exclusão), tendem a permanecer, na lógica processual de seu pensamento, naquilo por eles outrora vivido e tido como melhor do que a vivência atual. Tal fato é indicativo, muitas vezes, da passividade diante dos processos sociais de exclusão. Segundo os autores “Essa tendência impede, parece, a procura conscientemente cognitiva de novos conhecimentos e, nesse caso, participa (cognitivamente, lógico-processualmente) do traço do dogmatismo. Esta tendência é a do ‘meu pai já dizia’, do ‘como diz a Bíblia’” (p. 41).

racionalidade educativa do pequeno agricultor - **materialidade histórica é a matéria capaz de constituir o novo homem, hoje necessariamente universal (cosmopolita e omnilateral), elevando o pequeno agricultor à condição de cidadão do mundo e superando a sua formação unilateral (identificada, entre outros, com a especificidade agrícola).** Enfim, materialidade histórica é a matéria realizadora da humanidade já conquistada pelo homem em seu mais alto grau, constituinte do Homem Universal.

O acima posto quer definir suficientemente o nosso conceito de “materialidade histórica”. Durante o presente trabalho, no entanto, outras expressões frequentemente usadas querem designar o mesmo conteúdo. É o caso das expressões “totalidade histórico-social”, “conteúdo definidor do Homem Universal”, “conteúdo que realiza o homem em sua máxima extensão”, “condições objetivas que implicam a construção do Homem Universal” e “condições objetivas que decidem a construção do homem”.

Em nossa conceituação, o **Homem Universal (cosmopolita, omnilateral) é o homem pleno de humanidade, que se apropria de todo o conteúdo que a materialidade histórica já pôs para o homem.** Tal homem é, necessariamente, cidadão universal, participando, assim, da espécie humana e não apenas de grupos humanos. Tem, também, uma formação omnilateral, dando-lhe, ao mesmo tempo, a cultura universal e o conhecimento científico-tecnológico voltado à produção, isto é, à capacitação para o desempenho, também do trabalho intelectual, de modo a conseguir a auto-realização do conceito homem, hoje.

O conceito de Homem Universal não tem um gestor definido. Começou, a nosso ver, com o humanismo da Idade Moderna. Em Marx e Engels este conceito se amplia e se aprofunda. Na obra "Manifesto Comunista" (1848) fala-se em "trabalhadores do mundo", pressupondo, já, o cidadão universal. Mas é o conceito de homem omnilateral que mais

elementos trouxe para uma reflexão sobre educação. Manacorda (1991: 78-9) concebe a omnilateralidade<sup>32</sup> humana como "...um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação."

O marxismo é que mais trouxe elementos para subsidiar o conceito de "Homem Universal". Destacamos, aí, o educador italiano Mario Manacorda. Reconhecemos, contudo, que este conceito ainda não está devidamente constituído. De nossa parte, usamos a terminologia "Homem Universal" porque ela abrange, a nosso ver, a cidadania universal e a omnilateralidade do homem, além de dar conta, também, da mundialização da economia e do mercado e da atual revolução científico-tecnológica enquanto processos constituintes do real hoje.

## 2.4. Individuação

Designamos o processo de produção do Homem Universal nos indivíduos de individuação<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Sobre o conceito de homem omnilateral ver Mario A. MANACORDA, que tem um capítulo dedicado para tal na sua obra *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991, p.78-86.

<sup>33</sup> Neste trabalho valemo-nos, para o desenvolvimento da categoria individuação, especialmente da contribuição de Newton DUARTE, em *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. São Paulo: Autores Associados, 1993. Esta obra foi apresentada/discutida, em forma de trabalho, na 16ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu, MG, em setembro de 1993. Posteriormente, Mario Osorio MARQUES, em *Aprendizagem: na mediação social do aprendido e da docência* (Ijuí: Unijuí, 1995) refletiu sobre a educação, usando, dentre outros, este conceito. Segundo DUARTE (1993: 15), a "**individualidade para-si**, ...expressa, no âmbito da formação do indivíduo, a busca de superação do caráter espontâneo e natural com que sua individualidade resulta da 'síntese das inúmeras relações sociais', rumo a uma individualidade que seja síntese da relação consciente do indivíduo para com as condições particulares de sua existência, mediada pela relação consciente com as objetivações do gênero humano". (grifo do autor)

Segundo Duarte,

"O indivíduo, na concepção histórico-social, não se identifica com a mera singularidade biológica, nem se reduz à faticidade da existência alienada. Daí a importância da categoria de indivíduo para-si enquanto síntese consciente de particularidade e genericidade, síntese consciente das inúmeras relações sociais" (p. 206).

O termo individuação representa, a nosso ver, a necessidade da democratização das conquistas civilizatórias, aliada à história de vida das famílias dos pequenos agricultores. Tal conceito, por ser altamente fundante da nossa reflexão, adquire status de categoria. É com este status que usamos, explicitamente, o conceito.

A categoria individuação quer dar conta do processo de produção do homem a partir do pressuposto da democracia real (não reduzida à mera formalidade), com o que as condições objetivas de existência humana são assumidas como bem comum universal e como fundantes, conforme Marx & Engels - In: *A ideologia alemã* - (apud Duarte, 1993: 30ss) dos atos históricos realizáveis pelo homem.

O indivíduo humano, ao não se reduzir à singularidade biológica, precisa construir-se ou produzir-se. E o homem se produz ao produzir a sua existência. **Essência e existência, portanto, se confundem.** Essa imbricação, ao mesmo tempo que afirma o homem como uma realidade (basicamente) histórica, isto é, sem essência pré-dada, remete a individuação (implicando a construção democrática do homem) às condições iniciais iguais, já mencionadas. A democratização das condições objetivas da existência humana é, portanto, uma exigência intrínseca ao gênero humano. Conseqüente a isso, as relações sociais sob o signo da exclusão não apenas desrealizam a humanidade dos excluídos, mas desrealizam, também, o gênero humano. A exclusão é, portanto, uma violência acumulada tanto contra o indivíduo não individuado quanto contra a humanidade.

Isto posto, a luta pela individuação do (ainda) pequeno agricultor é tarefa coletiva, tarefa da qual os intelectuais e as instituições educativas, como do Estado como um todo, não podem se furtar.



### 3. TOTALIDADE HISTÓRICO-SOCIAL, RUPTURA PARADIGMÁTICA, ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA VIÁVEL & RACIONALIDADE EDUCATIVA

Reafirmamos que o presente trabalho quer participar do **debate** filosófico-científico sobre a educação em geral e, especialmente, sobre a educação do pequeno agricultor, refletindo a racionalidade educativa em sua existência. Assim sendo, assumimos o trabalho em sua provisoriedade, não ensejando qualquer conclusão definitiva. Nem poderia ser diferente, haja vista que a totalidade histórico-social desautoriza qualquer pretensão de verdade definitiva, de paradigma totalitário e de racionalidade fechada. Acreditamos que o nosso objeto seja exemplar quanto a isso. Os elementos teórico-contextuais anteriormente explicitados e que indicam uma ruptura paradigmática levam-nos a **questionar a racionalidade educativa** presente na relação pequeno agricultor-Estado, na relação pequeno-agricultor-agroindústrias privadas, bem como nas manifestações do ruralismo pedagógico ainda persistente. A “questão agrária” no que diz respeito à vida dos pequenos agricultores, é, a partir do exemplo da constituição de agroindústrias familiares fomentadas pelo atual governo do Distrito Federal, mais um problema de ruptura paradigmática da atuação do Estado e de ruptura da racionalidade educativa positivista do que de materialidade relativa à infra-estrutura econômico-produtiva e de conhecimento. O presente capítulo, discutirá, por isso, basicamente, a ruptura paradigmática e a racionalidade

educativa voltadas à afirmação do pequeno (ainda) agricultor como sujeito econômico e como Homem Universal.

A **articulação filosofia-ciência**, para nós, vai no sentido da superação do “grande paradigma do Ocidente” que, segundo Morin (1981: 31),

“...Descartes formulou quando afirmou a não comunicabilidade entre o domínio do sujeito, que era o da cogitação, da filosofia, e o domínio do objeto, da coisa extensa, que era o domínio da ciência. A disposição entre o sujeito (ego cogitans) e o objeto (res extensa) remetia o primeiro para a filosofia e o segundo para a ciência, mutilando uma e outra; daí este divórcio, trágico para ambos, entre ciência e filosofia”.

Reivindicamos, no presente estudo, essa articulação. Com ela assumimos a complexidade inerente à atividade do pensamento, hoje, que além de demandar um diálogo entre a filosofia e a ciência exige, também, um diálogo entre os diversos campos de conhecimento-disciplinas, instituindo, com isso, um **discurso descentrado** e afirmando a **epistemologia da interdisciplinaridade**. Isso fica especialmente patente quando tratamos da vida do pequeno agricultor no atual contexto, em que os agentes econômicos (agroindústrias, bancos, etc.), o Estado e as instituições voltadas ao conhecimento pensam a agricultura, entre outros, em termos de “pacotes tecnológicos”<sup>34</sup>.

### 3.1. Totalidade histórico-social e alternativa sócio-econômica viável

Esse **debate**, inserido na aldeia universal, também tem certas peculiaridades. Está acontecendo no contexto histórico-social marcado pela terceira revolução industrial, pela

---

<sup>34</sup> Não é nosso intuito incorrer em análise moralista dos pacotes tecnológicos. Os pacotes são por nós assumidos como possível avanço das forças produtivas, devendo, por isso, serem estimulados. Tal caráter, contudo, não nos isenta de uma problematização radical da (provavelmente intencional)

globalização da economia e do(s) mercado(s), pela relativização dos Estados nacionais, pela queda do “socialismo real”, pelo avanço do (neo)liberalismo (defesa do Estado mínimo, sem comprometer, porém, o “equilíbrio” social) e de seus projetos econômico-político-sociais. Também se dá no embate teórico básico entre (neo?)liberais<sup>35</sup> e marxistas. Além disso, há uma dificuldade crescente, na última década, para estabelecermos as fronteiras entre o neoliberalismo e a social democracia. No Brasil e na América do Sul, esta dificuldade se potencializa sobremaneira. O atual governo brasileiro é expressão exemplar dessa dificuldade.

Tal contexto marca também a nossa reflexão. Isto significa que a nossa fala reflete, também, o embate teórico e político contemporâneo, especialmente no que diz respeito à questão do Estado e ao problema da exclusão social.

Habermas (1987: 105), em “A nova intransparência: crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”, estabelece uma crítica radical tanto ao Estado do bem-estar social (que estaria esgotado) quanto à utopia centrada “em torno do potencial de uma sociedade do trabalho”. É para nós consenso de que na experiência “socialista”, o Estado centralizador não conseguiu dar conta da complexidade das sociedades que tentaram experimentar um modo alternativo ao capitalismo. **A alternativa continua sendo um desafio.** Em todo caso, a crítica formulada por Habermas encontra, também, argumentação e indícios empíricos contrários.

Antunes (1995: 75) assume outra posição, dizendo (em sua primeira tese) que

---

incompletude e linguagem autoritária dos pacotes levados a efeito pelos agentes econômico-políticos que endossam o “Estado mínimo” e a suposta auto-regulação universal do mercado.

<sup>35</sup> Veja-se o fato de que já Smith pregava um Estado mínimo, inclusive na questão da educação. Ver SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre a natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (*Os economistas*).

“Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho<sup>36</sup> na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma **sociedade produtora de mercadorias**. Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o trabalho abstrato cumpre papel decisivo na criação de **valores de troca**. As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção. A ‘diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos’ ou ‘o aumento crescente do capital constante em relação ao variável’ reduz relativamente, mas não elimina, o papel do trabalho coletivo na produção de valores de troca (Marx, 1975: 723-724)”. (grifos nossos)

Há de se considerar, no caso do trabalho efetivado pelas famílias de pequenos agricultores, a busca, como já foi dito, da monetarização ampla de suas vidas, produzindo mercadorias e ancorando-se na lógica do valor de troca. Neste sentido, qualquer experiência embasada rigidamente na organização coletivista tende a abortar, como é o caso das agroindústrias coletivistas levadas a termo pelo MST (Navarro, 1994). E mediante a introdução da ciência-tecnologia típica da atual revolução científico-tecnológica no mundo do trabalho dos pequenos (ainda) agricultores, é muito mais evidente a relativização da terra (enquanto espaço físico-natural para produzir alimentos) do que o trabalho como um todo efetivado pelas famílias de pequenos (ainda) agricultores. O trabalho, principalmente o elevado à qualificação de intelectual<sup>37</sup>, é altamente reivindicado nos **novos processos de produção alimentar**, bem como se constitui em garantia central da auto-reprodução ampliada de qualquer pequena unidade de produção (por ora ainda denominada agrícola)

---

<sup>36</sup> Para maior aprofundamento desta questão, ver, da mesma obra, o capítulo IV. Qual crise da sociedade do trabalho? (p.75-97).

familiar, além de desautorizar quase que de imediato qualquer ruralismo pedagógico. Neste sentido, a “**questão agrária**” assume, hoje, também os contornos da **questão trabalho-educação**, sendo que o trabalho altamente qualificado define muito mais a viabilidade da pequena unidade de produção de alimentos (por ora ainda caracterizável enquanto agrícola) do que a quantidade da terra possuída. Isso posto, parece que a produção efetivável pelas pequenas unidades de produção familiar, mediante os novos processos de produção alimentar, que demandam uma educação que rompe o ruralismo pedagógico, antes de consubstanciar a perda da centralidade da categoria trabalho, está repondo essa categoria com mais vigor e indicando para a urgência da educação omnilateral, com a base científico-tecnológica idêntica (Frigotto, 1989) a qualquer atividade produtiva hoje. Consoante ao acima exposto, a quarta tese de Antunes (ibid: 88-9) é, além de elucidativa, oportunamente crítica em relação ao imaginário político (basicamente defensivo/acusatório e não propositivo) de grande parte da esquerda socialista:

“Essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho não caminha no sentido da sua extinção; ao contrário de um adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, **a possibilidade da emancipação do e pelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana**. De outro lado, coloca-se um desafio enorme, dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o **avanço tecnológico** e que vivenciaram uma maior **intelectualização do seu trabalho**, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, ‘terceirizado’, participantes da ‘economia informal’, da subclasse dos trabalhadores. Não cremos que esta heterogeneidade impossibilite uma atuação conjunta destes segmentos sociais enquanto classe, ainda que a aproximação, articulação e unificação destes extratos que compõem a classe trabalhadora sejam... **um desafio de muito maior envergadura do que aquele imaginado pela esquerda socialista**”. (grifos nossos)

<sup>37</sup> Quanto a isto é oportuno e altamente contributivo o artigo “A árvore de sucrlhos - novas tecnologias na agricultura e a fome no Brasil”, de Bernadete W. AUED, publicado pela *Revista Universidade e Sociedade* (Sindicato ANDES Nacional), n. 6, fevereiro de 1994.

A outra contra-argumentação à crítica de Habermas diz respeito ao Estado de bem-estar e é assim expressa por Therborn (1995: 140-1)<sup>38</sup>:

“...eu queria realçar que a experiência tem revelado, mais que nada, a **extrema pujança dos Estados de bem-estar**. O *Welfare State* tem sido muito atacado, tanto pela esquerda quanto pela direita e centro. Ataques que vêm desde os neoliberais até de pessoas como Jürgen Habermas e forças da extrema esquerda. Eles talvez tenham razão. Em geral, o Estado de bem-estar tem sido atacado por estar em crise, por estar inteira e inevitavelmente subjugado por contradições internas insolúveis etc. Analisando do ponto de vista histórico, isto simplesmente não é verdade. O balanço histórico mostra que o Estado de bem-estar se constituiu numa instituição social extremamente robusta que tem se mantido surpreendentemente bem. A comprovação mais dramática disto pode ser encontrada na América Latina: ao final do pinochetismo, o Chile ainda mantinha o Estado de bem-estar mais organizado, eficiente e dispendioso da região”. (grifo itálico do autor)

A crítica da crítica realizada por Therborn vem ao encontro da nossa constatação quanto à necessidade de uma atuação ampla do Estado em relação ao mundo dos pequenos (ainda) agricultores, objetivando a superação do bolsão de atraso rentável às agroindústrias capitalistas privadas, normalmente fomentadoras de monoculturas agrícolas, tuteladoras dos processos produtivos (estando implícito, aí, o analfabetismo funcional da maioria dos atuais pequenos agricultores), violentadoras do meio ambiente e sob orientação do paradigma do determinismo-insumos. O Estado de bem-estar social, por certo, mesmo passível de críticas de variadas matizes, implicaria outros encaminhamentos políticos à questão da exclusão social (sob a égide da monetarização) experimentada por muitas famílias de pequenos agricultores deixadas à sorte do mercado. O paradigma neoliberal, ancorado nas teses do Estado mínimo e da auto-regulação perfeita do mercado, não engendra nenhuma proposta que viabiliza o pequeno (ainda) agricultor como agente econômico e Homem Universal.

<sup>38</sup> O texto citado faz parte do debate “*A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social*”, coordenado por Pablo Gentili e Luis Fernandes e publicado em SADER, Emir & GENTILI,

Consoante este paradigma, o pequeno agricultor é visualizado apenas enquanto um trabalhador (quase) gratuito, sob a lógica da terceirização/flexibilização, embora possuidor de um pedaço de terra.

Por outro lado, o Estado brasileiro que vivemos historicamente não gestionou a superação do problema da miséria que afeta grande parte da sua população; e não só isto: diferentemente do que Abramovay (1992: 21-2) constatou nos países capitalistas desenvolvidos (subsídios para a agricultura e condições de produção agrícola com amplas vantagens, de modo a poder, dentre outros, ofertar grande quantidade de alimentos, com alta qualidade e a preços reduzidos), aqui o próprio Estado fez e faz parte da dinâmica de exclusão. A atual “âncora verde” da propalada “estabilidade monetária” da economia brasileira sob a égide do “real” é, de certo modo, expressão da exclusão social dos pequenos agricultores patrocinada pelo próprio Estado (sob um governo de aliança liberal-social democrata).

Pelo menos quando falamos em pequenos agricultores, não faltam dados que apontam uma política agrícola, por parte do Estado, que, se não discrimina(ou) o pequeno agricultor, deixa (ou)-o à sorte da lógica da exclusão da já transmutada “**mão invisível**” (o **mercado**: simplesmente)<sup>39</sup> de Adam Smith em (suposta) “**totalidade**” dos (neo)liberais de hoje: o **mercado mundial universalmente auto-regulado e inteligente** (este determinando a monetarização “justa e possível” em torno das culturas do tabaco - “fumo” - do feijão-soja, do milho, do trigo, do alho, da cebola, etc.).

---

Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

<sup>39</sup> Sobre “Mão Invisível” e mercado auto-regulado ver o texto “O sistema de mercado como enraizamento econômico da idolatria”, de Hugo ASSMANN. In: ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, p. 250-62.

Os pequenos agricultores são unânimes em afirmar que nunca tiveram facilidades em obter crédito, fosse esse com subsídios ou não. E, quando o empréstimo era aprovado, a liberação do dinheiro inevitavelmente tardava. Além do mais, as taxas agregadas ao financiamento, que podiam ser de acompanhamento por técnicos, fiscais e/ou outros, eram simplesmente insuportáveis e quase nunca se traduziam em real prestação de serviço e retorno econômico. Na hora do financiamento, o agricultor fica sabendo quais os juros sobre o financiamento; na hora de pagar, inevitavelmente se assusta do quantum a mais que precisa desembolsar para finalizar o financiamento. Segundo os pequenos agricultores, ainda, a atuação dos instrutores é deslocada, pois vivem muito mais a função de fiscalizadores de receitas preestabelecidas do que a de educadores (ver capítulo 7). E quando se trata da orientação a um agricultor novato na integração a uma agroindústria, a atuação do instrutor não ultrapassa à comunicação do receituário determinado pela agroindústria. A relação pequeno-agricultor-empresa, assim, obedece ao paradigma da determinação-insumos. E a participação do Estado, através da política de financiamento de produção, é estreitamente articulada aos interesses das agroindústrias e ao paradigma dos insumos. Isto se tornou tão universal que **financiar a produção é praticamente sinônimo de financiar insumos**. Dificilmente se cogita que financiar produção possa ser, também, possibilitar o acesso à formação científico-tecnológica. Igualmente o Estado não se preocupa com a venda do produto, organizando e garantindo mercado.

No Brasil, a articulação do mercado é praticamente realizada pelas próprias agroindústrias, garantindo (obviamente exercendo o papel de único árbitro) a compra da matéria-prima financiada por intermédio delas. Tanto é fato cínico que o Estado não articula o mercado, nem garante subsídios nos juros do financiamento, que o pequeno agricultor, no objetivo de monetarizar a sua vida, afirma que, mesmo sob o risco permanente de baixa



remuneração do seu produto/trabalho, é preferível aderir à produção de alguma matéria-prima demandada por alguma agroindústria do que se “aventurar” a produzir algum produto alternativo. Por esse motivo, a maior parte dos pequenos agricultores da Região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, persiste no plantio do “fumo” (Jantsch e outros, 1994). A procura básica do pequeno agricultor não é, propriamente e conforme possa parecer aos intelectuais que não perscrutam a vida dos pequenos agricultores, escapar da relação com a agroindústria privada, mas escapar do financiamento bancário garantido pelo Estado. Nas vias de fato, o Estado brasileiro, na sua relação com o pequeno agricultor, há muito (senão sempre) tem-se comportado como “Estado mínimo”. Obviamente que isso não significa apenas ausência de Estado. Significa, por conseqüência, que o pequeno agricultor é, “normalmente”, refém do “mercado auto-regulado” e das instituições econômico-financeiras que dele se beneficiam.

É sintomático, por isso, um subtítulo<sup>40</sup> do Jornal *Gazeta de Sul* (07/09/95), de Santa Cruz do Sul-RS, local onde a agricultura está relativamente bem desenvolvida e onde predominam as pequenas propriedades familiares. O subtítulo é assim expresso: “Agricultura familiar **finalmente** conta com política diferenciada” (grifo nosso). Trata-se, porém, mais de uma formalidade do que de efetividade, haja vista que a política diferenciada não chegou a ser realidade.

Relativo à política referida, nas vias de fato não se trata, ainda, das vantagens (subsídios, entre outros) às atividades agrícolas em geral constatadas por Abramovay (1992) nos países capitalistas desenvolvidos, onde o Estado atuou decisivamente em favor da

---

<sup>40</sup> Segundo a reportagem, “A novidade corre por conta da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**), pela Resolução nº 2191 do governo federal. O expediente atendeu a uma das solicitações dos pequenos produtores rurais colocados como prioridade para o desenvolvimento da agropecuária nacional. A medida, fundamental para o avanço do setor segundo representantes dos produtores gaúchos, implica na colocação de recursos para custeio de lavouras e investimentos na propriedade com custos diferenciados já a partir da safra 95/96” (p. 6).

produção agrícola familiar, com o duplo objetivo de consolidar esta produção e oferecer às populações urbanas alimento em grande quantidade/alta qualidade/preços acessíveis. O autor diz que nestes países

“...o peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor é fundamental: interferência nas estruturas agrárias, na política de preços, determinação estrita da renda agrícola e até do processo de inovação técnica, formam o cotidiano dos milhões que vivem numa estrutura atomizada onde, entretanto, o Estado tem influência maior que em qualquer outro campo da vida econômica. Não que a concorrência tenha sido abolida: ela opera, porém, num quadro de permanente **organização pública dos mercados**” (1992: 22). (grifo do autor)

No caso brasileiro, quando o preço dos produtos agrícolas é baixo e acessível a uma maior parte das populações urbanas, o é muito mais em função da pouca margem de “lucro” dos produtores em geral e, especialmente devido à pobreza dos pequenos agricultores, ou, ainda, devido, também, à baixa remuneração paga pelas empresas agrícolas aos seus empregados e não propriamente a uma alta produtividade e incentivos estatal-governamentais.

Segundo depoimento de alguns pequenos agricultores de Santa Cruz do Sul, os supermercados e as fruteiras, quando oferecem um preço mais acessível dos produtos originários da produção agrícola loco-regional (couve-flor, repolho, alface, chicória, radite/almeirão, rúcula, agrião, milho verde, aipim, batata-doce, amendoim, cenoura, rabanete, beterraba, chuchu, abacate, laranja, bergamota, melancia, abóbora, morango(a), caqui, limão, queijo, leite, temperos-verdes, nabo e muitos outros), o fazem em consequência da prática da quase extorsão em relação à remuneração dos produtores. O exemplo de Afonso Kappaun<sup>41</sup> é ilustrativo:

---

<sup>41</sup> Pequeno agricultor, com 53 anos e proprietário de 27 hectares de terra, na Linha João Alves, em Santa Cruz do Sul, RS. A venda de produtos hortigranjeiros na feira rural de Santa Cruz do Sul é a

“quase todos nós [feirantes das feiras públicas de produtos agrícolas - hortigranjeiros - de Santa Cruz do Sul, RS) expomos e vendemos os nossos produtos no horto-atacado. Tem dias que os comerciantes quase não aparecem. Quando a gente percebe, depois de um tempo, que fica difícil vender tudo o que nós trouxemos, mesmo com preço abaixo da tabela, que já é barato, começamos a passar nos supermercados e outros lugares, para vender de vez e ir pra casa. Eu várias vezes me adiantei e fui antes no Lambert [supermercadista]. Eu tinha que vender o produto por quase nada para ele ficar. Muitas vezes eu estava descarregando e vinham os outros, loucos pra vender também”.

O mesmo pequeno agricultor, após este depoimento, ofereceu-nos, em diálogo, os seguintes dados, também ilustrativos da apropriação do trabalho/produção do pequeno agricultor:

- Com que percentagem a mais os comerciantes revendem o teu produto?

- “No mínimo 300%. Muitas vezes chega a 500%. Pra nós isso é trabalhar de graça pra eles.

Mas o que fazer? Quando tem muita produção, se não vendemos assim mesmo, temos que levar tudo de volta e dar pros bichos. Ou deixar na roça mesmo. Esse ano tenho couve-flor pra pegar de caminhonada. Mas tá difícil pra vender”.

- Então a venda que vocês fazem aqui na feira, onde vocês vendem direto para o consumidor, dá resultado bem maior?

- “Mas toda vida [dito enfaticamente]. O lucro que nós temos vem tudo daqui. Só que do ano passado [1995] pra cá as vendas já caíram bastante. Parece que as pessoas têm menos condições de comprar nesse ano [1996]”.

De qualquer maneira, produtos agrícolas baratos trazem embutidos, em grande parte e para além do mascaramento da atual “**âncora verde**”, a exploração do trabalho dos assalariados na agricultura e a desconsideração do trabalho realizado pelos membros das

---

sua principal fonte de renda. Devido à grande homogeneidade neste particular, explicitamos apenas a fala do Sr. KAPPAUN, perfeitamente representativa do conjunto dos pequenos agricultores feirantes.

pequenas unidades agrícolas familiares. Esta última variável na composição dos preços finais dos produtos agrícolas foi constatada empiricamente por Jantsch e outros<sup>42</sup> (1994). De um modo geral, os pequenos agricultores não contabilizam o trabalho familiar direto e indireto no custo de produção de qualquer produto agrícola. Ou seja, para eles, via de regra, o lucro é a diferença entre dinheiro desembolsado para produzir e o dinheiro adquirido na venda do produto. O resultado é a sub-remuneração do produto agrícola, seja este, parte do mercado local ou parte do mercado mundial. Tanto faz que o produto seja de exportação - soja, tabaco, etc. - ou de sobrevivência-consumo local - feijão, batata, milho, etc. Aliás, o que define o ideário contábil dos pequenos produtores rurais é a **sobrevivência** - primeiro “ato histórico” - (sem qualidade) e a reprodução simples da pequena propriedade. A reprodução ampliada é tida como “enriquecimento”<sup>43</sup>. Nesse sentido, a pequena propriedade rural é perfeitamente funcional ao capital. A mão-de-obra familiar praticamente nada custa aos comerciantes (supermercadistas, fruteiristas, etc.) e às agroindústrias (Sadia, Perdigão, Frangosul, Reynolds, Souza Cruz, etc.). Pelo que se constata, nesse espaço sócio-econômico o capital não fará questão, tão cedo, de abolir a sociedade do trabalho (manual) - trabalho determinado e subjugado a partir das necessidades e interesses (de acumulação) das agroindústrias e empresas comerciais.

Por outro lado, cabe perguntar se de fato a produção agrícola das pequenas unidades de produção familiares brasileiras, sem a incorporação da ciência-tecnologia já típica dos

---

<sup>42</sup> Relatório final da pesquisa mencionado(a) na nota n. 1. Esta pesquisa foi realizada no período de março de 1991 a abril de 1994.

<sup>43</sup> Quando os pequenos agricultores que têm dificuldades quanto à auto-reprodução simples ou ampliada de suas unidades de produção/propriedades agrícolas se referem à auto-reprodução ampliada das pequenas unidades de produção de outros, por vezes usam o termo “enriquecimento” com certa conotação moralista ou aparentam “inveja”. Não temos, por ora, clareza sobre o que, de fato, determina esta certa moralização ou “inveja” da ampliação das pequenas unidades de produção de terceiros. Em princípio, parece-nos, os pequenos agricultores já aprenderam a lição (neo)positivista de que o seu estado de vida sócioeconômico-existência precária é algo “natural”.

países capitalistas desenvolvidos (aqui introduzida sob forma de pacotes tecnológicos unilaterais e tutelados pelas agroindústrias hegemônicas) é funcional ao capital no atual estágio de globalização da economia e do mercado. Isso posto, a funcionalidade passa a ser uma questão controversa e merece mais aprofundamento e maior base empírica. Há de se considerar, pelo menos, que, na medida em que o “apropriacionismo” e o “substitucionismo” - ver box 4 - dão conta, com vantagens, do processo de produção de alimentos em geral (humano e animal: amido, fibras, etc.), o capital vai dispensando a mão-de-obra barata do pequeno agricultor. Nesse sentido, o pequeno agricultor somente será funcional ao capital quando a sua mão-de-obra for gratuita ou quase gratuita. Além do mais, a falta de domínio do conteúdo da atual revolução científico-tecnológica por parte dos pequenos agricultores, deixa-os reféns dos pacotes tecnológicos das agroindústrias privadas e sem condições de competir, por conta (“aventurar-se”), no mercado altamente competitivo. Assim, se por um lado o trabalho do pequeno agricultor, sem a incorporação do conteúdo científico-tecnológico já referido (porém em forma de “pacotes tecnológicos”), não é funcional ao capital, a privatização do conhecimento científico-tecnológico lhe é essencial.

#### **Box 4. Ciência-tecnologia na produção agrícola: apropriacionismo e substitucionismo.**

*Goodman e outros<sup>44</sup> (1990), designam o processo de apropriação industrial da produção rural de "apropriacionismo", bem como o processo de substituição industrial do produto rural de "substitucionismo". Apropriacionismo significa, nas vias de fato, a centralidade da engenharia mecânica (hoje associado à microeletônica, etc.) no trabalho reclamado na produção de alimentos. Por sua vez, o substitucionismo significa a centralidade da engenharia genética, mais apropriadamente designada de biotecnologia. A*

---

<sup>44</sup> GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. *Da Lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

países capitalistas desenvolvidos (aqui introduzida sob forma de pacotes tecnológicos unilaterais e tutelados pelas agroindústrias hegemônicas) é funcional ao capital no atual estágio de globalização da economia e do mercado. Isso posto, a funcionalidade passa a ser uma questão controversa e merece mais aprofundamento e maior base empírica. Há de se considerar, pelo menos, que, na medida em que o “apropriacionismo” e o “substitucionismo” - ver box 4 - dão conta, com vantagens, do processo de produção de alimentos em geral (humano e animal: amido, fibras, etc.), o capital vai dispensando a mão-de-obra barata do pequeno agricultor. Nesse sentido, o pequeno agricultor somente será funcional ao capital quando a sua mão-de-obra for gratuita ou quase gratuita. Além do mais, a falta de domínio do conteúdo da atual revolução científico-tecnológica por parte dos pequenos agricultores, deixa-os reféns dos pacotes tecnológicos das agroindústrias privadas e sem condições de competir, por conta (“aventurar-se”), no mercado altamente competitivo. Assim, se por um lado o trabalho do pequeno agricultor, sem a incorporação do conteúdo científico-tecnológico já referido (porém em forma de “pacotes tecnológicos”), não é funcional ao capital, a privatização do conhecimento científico-tecnológico lhe é essencial.

#### **Box 4. Ciência-tecnologia na produção agrícola: apropriacionismo e substitucionismo.**

*Goodman e outros<sup>44</sup> (1990), designam o processo de apropriação industrial da produção rural de "apropriacionismo", bem como o processo de substituição industrial do produto rural de "substitucionismo". Apropriacionismo significa, nas vias de fato, a centralidade da engenharia mecânica (hoje associado à microeletônica, etc.) no trabalho reclamado na produção de alimentos. Por sua vez, o substitucionismo significa a centralidade da engenharia genética, mais apropriadamente designada de biotecnologia. A*

---

<sup>44</sup> GOODMAN, David, SORJ, Bernardo, WILKINSON, John. *Da Lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

*combinação, hoje comprovadamente possível, do apropriaacionismo e do substitucionismo, tendo por eixo principalmente o mercado (especialmente o mercado mundial ou mundializado) significa, nas vias de fato, a morte do agricultor no sentido tradicional do termo. Exige, por outro lado, o acesso dos produtores de alimentos à Universidade e/ou centros avançados de pesquisa. O trabalhador do tipo rural, com isso, é substituído pelo laboratorista, por exemplo. O ainda aparentemente trabalhador rural praticamente não precisa mais sair de casa para produzir, mesmo que para tal se use, possivelmente por opção, a terra.*

*Mediante o apropriaacionismo e o substitucionismo está destruído (ou no mínimo altamente relativizado), pois, a uma só vez, o caráter sagrado da terra (enquanto instância absoluta e garantidora da vida dos pequenos agricultores e/ou dos que dela, hipoteticamente, dependem para sobreviver), a terra de trabalho (manual: no sentido de requisitar centralmente o trabalho em que o corpo do pequeno produtor intervém diretamente no processo de produção, expondo-o aos diversos desgastes que isso implica), a terra enquanto espaço físico ou enquanto naturalidade dada, a produção especificamente agrícola, o homem agricultor e a educação rural. O apropriaacionismo e o substitucionismo são, ao mesmo tempo, base material e expressão desta revolução. Isto não significa, contudo, que o pequeno produtor de alimentos está com os dias contados. A atividade de produção de alimentos nunca será a-histórica. E o pequeno produtor de alimentos (não se trata mais de pequeno produtor "rural", haja vista que o apropriaacionismo e o substitucionismo, juntamente com a educação que eleva os pequenos produtores de alimentos à condição de Homem Universal, superam a especificidade "rural"), com o devido acesso à alta ciência-tecnologia (como no caso, entre muitos outros, da "Camila Alimentos") e às instituições universitárias e/ou de pesquisa, igualmente jamais será a-*

*histórico. E mais, a nosso ver, ele é a possibilidade de destruição, em caso de organização cooperativada, da terceirização/flexibilização encetada pelo capital. Por quê? Pelo fato de na realidade das cooperativas de pequenos produtores de alimentos não ser necessária a dissociação entre capital e trabalho, entre proprietários e trabalhadores. Nesse tipo de instituição, os pequenos proprietários são, também, os trabalhadores. Forma-se, pois, um novo ser social.*

Impossível, hoje, negarmos o mercado mundial, a mundialização da economia e de outras instâncias sociais. Por outro lado, pelo **compromisso ético**<sup>45</sup> da reflexão filosófico-científica - a superação da miséria dos homens (Bertolt Brecht), a qualidade da vida (agroecologia ou, melhor, simplesmente ecologia), a formação omnilateral (Marx, Gramsci, Manacorda, Frigotto, etc.), a equidade (Teologia da Libertação, etc.) - não podemos deixar de questionar as **mediações que produzem a exclusão**<sup>46</sup> (já que ela não é natural), nem deixar de apontar as **mediações que democratizam as conquistas civilizatórias**, tais como as políticas de democratização da alta ciência-tecnologia, do crédito e do próprio mercado

---

<sup>45</sup> É altamente paradoxal o desenvolvimento, de um lado, da reflexão filosófico-científica e da tecnologia e, de outro, da miséria da maior parte da população mundial e da degradação da natureza. Este é um problema, pode-se dizer, essencialmente político. Vale endossar, aqui, a afirmação de Bertolt BRECHT (1977: 224): "...a única finalidade da ciência está em aliviar a cansaça da existência humana". No caso da reflexão acadêmica e afins, torna-se imperativo, de certo modo, uma **postura ético-moral-política que contrarie a exclusão** presente nas relações sociais.

<sup>46</sup> O presente trabalho não se propõe a tarefa de versar extensiva e aprofundadamente sobre a "questão da exclusão" como um todo abrangente. Para uma leitura mais completa sobre a "questão da exclusão", especialmente no tocante à lógica da exclusão e alternativa ver ASSMANN, H., HINKELAMMERT, F. J. *A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Vozes, 1989, especialmente os subcapítulos II-6: "Racionalidade econômica": um veto ideológico às metas sociais, p.162-171; III-6: O sistema de mercado como enraizamento econômico da idolatria, p.250-262; o ensaio temático: Do mercado total ao império totalitário, p.263-290; e IV-4: Racionalidade formal, éticas funcionais e sacrificalismo, p.331-341; bem como ASSMANN, Hugo. *Crítica à lógica da exclusão: ensaio sobre economia e teologia*. São Paulo: Paulus, 1994, especialmente os subcapítulos "Não perder-se entre o simples e o complexo", p.86-93 e "Por uma estratégia conceitual inovadora", p.120-127.



mundial, bem como as mediações em geral que produzem uma lógica não excludente nas relações sociais.

Quanto à participação dos intelectuais na superação da miséria humana, torna-se oportuna a seguinte expressão do personagem Galileu (in *"Vida de Galileu"*, de Bertolt Brecht - texto destinado ao "Teatro Vivo"):

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas **um avanço para longe da humanidade**. O precipício entre vocês e a humanidade pode crescer tanto, que ao grito alegre de vocês, grito de quem descobriu alguma coisa nova, responda um grito universal de horror” (1977: 224-5). (grifo nosso).

O Estado de bem-estar social muito pouco foi vivido na sociedade brasileira. O Estado da nossa experiência sempre tratou **cinicamente** a questão da exclusão - seja sob a aura populista, seja sob a ditadura militar, seja sob a(s) outra(s) configuração(ões) do Estado brasileiro<sup>47</sup>. Paul Singer (1995)<sup>48</sup> afirmou que a sociedade brasileira teve, pelo menos parcialmente, o Estado de bem-estar social, no período de 30 a 60, sendo que tal Estado teria sido abortado antes de sua consolidação. A nosso ver, Singer faz uma espécie de concessão ou fala de forma muito genérica. Quando se trata da maioria da população brasileira (pequenos agricultores, pescadores, índios, “pretos e quase pretos”, a grande parte dos assalariados, etc.), o Estado de bem-estar social nunca existiu estruturalmente.

---

<sup>47</sup> Para uma leitura sobre as articulações Estado brasileiro e pequena produção agrícola ver o trabalho de WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec, Salvador: Fundação CEPA-BA, 1986.

Face ao comportamento diferenciado entre Estado nos países desenvolvidos e Estado no Brasil, torna-se atual e urgente a pergunta: **qual a alternativa** para o povo brasileiro e, especialmente, para os pequenos agricultores, em uma era de sociedade global? Habermas é enfático nas entrelinhas quanto a nossa impossibilidade de esperar algo do Estado no contexto (mundial) capitalista. Diz ele: “... o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua” (Habermas, 1987: 109). Em outras palavras, pode-se dizer que o Estado de bem-estar social, nos países desenvolvidos, chegou ao seu limite e, com isso, as sociedades não desenvolvidas sequer podem cogitar do Estado de bem-estar social. Neste sentido, as sociedades não desenvolvidas teriam que se contentar com o Estado mínimo. Sabemos que esta é a proposta (neo)liberal<sup>49</sup>.

Segundo Zemelman (1994: 9)

“Son fuertes las discrepancias en la caracterización del momento histórico latino-americano. Para algunos, el actual momento histórico es el inicio de un período histórico de duración indefinida; en cambio, para otros es un momento conjuntural. La diferencia es clara; en la primera versión se considera a la situación histórica como implacable, inexorable, que no ofrece alternativas. Para la segunda, se vive un momento que no es del todo irreverssible; por el contrario, admite márgenes de opciones. Discusión que hoy se vincula com la cuestión de la alternativa económica, política, cultural, pero que, más en el fondo, tiene que ver con la utopía, o, para ser más exacto, con la carencia de utopías, que efectivamente, domina a amplios sectores de la intelectualidad latino-americana.”

---

<sup>48</sup> Anotações nossas da conferência sobre “*Poder, política e educação*” pronunciada por Paul SINGER na abertura da 18ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu - MG, entre os dias 17 a 21/09/95.

<sup>49</sup> Para um aprofundamento específico sobre o ideário e a proposta neoliberal, ver SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, bem como FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.

Zemelman afirma não a inexistência de alternativas, mas a **falta de utopia**. Habermas tenta afirmar o fim de uma utopia: a da sociedade do trabalho. Tomando essas afirmações como procedentes, estamos diante de um profundo problema, causador de grande inquietação. A relativização e/ou o esgotamento do Estado como gestor do bem-estar social e a suposta exumação da sociedade do trabalho ou a sub-remuneração do trabalho a ponto de torná-lo praticamente gratuito (sob a forma de assalto legal) - do que é exemplo contundente o trabalho realizado pelos pequenos produtores rurais “integrados” às agroindústrias brasileiras de um modo geral, estas de capital nacional, capital externo e/ou mistas, mas todas inseridas no processo de mundialização da economia e do mercado - aliado à falta de utopia, deixa a todos os que se preocupam com o problema da exclusão, perplexos. Obviamente este não é o caso dos que defendem e/ou promovem o Estado mínimo, pois eles partem do princípio da auto-regulação do mercado mundial e de uma ética espontânea. O ponto central é que

“Por mais arriscado que seja envolver o conjunto da América Latina num só bloco, existem alguns traços comuns que não podem ser escamoteados ou tomados como particularidades nacionais. O mais importante e recorrente, neste sentido, refere-se à concentração de renda e sobretudo à persistência da miséria absoluta” (Abramovay, 1992: 255).

Miséria absoluta que começa a marcar de forma impiedosa a grande maioria dos pequenos agricultores, especialmente quando o seu trabalho é gratuito para o capital, seja na terceirização e/ou flexibilização, seja na produção “autônoma”. A depreciação quase universal do meio de produção de que o pequeno agricultor ainda dispõe - a terra - é apenas uma das expressões dessa miséria. Trata-se, obviamente, da miséria produzida. Podemos, também, classificá-la como miséria absoluta, pois é, de fato, uma miséria que atinge radicalmente tanto o homem quanto a natureza. A depreciação da terra e o assalto ao

trabalho significam a miséria absoluta, embora a maioria dos agricultores ainda não tenha plena consciência dessa miséria, ou seja, é uma miséria objetivamente dada (Aued, 1994), mas (diante da lição (neo)positivista da “naturalidade” das coisas e dos fatos) ainda não (subjctivamente) reconhecida<sup>50</sup>. O reconhecimento dessa miséria é condição essencial tanto para a **indignação**<sup>51</sup> (Pessanha, 1993) quanto para as lutas promotoras de transformações das relações sociais de exclusão.

---

<sup>50</sup> Isso fica manifesto no uso de expressões típicas entre os pequenos agricultores pauperizados de um modo geral. Citamos como sintomáticas as seguintes: “a gente tendo um feijãozinho [variável para “mandioquinha” e outros, muitas vezes também associando dois ou mais elementos de valor de uso] pra comer, tá bom”; “tendo saúde [capacidade, mesmo precária, para trabalhar] pra trabalhar, com o resto a gente se vira”; “tendo uma vaquinha não falta nada pras crianças se criarem”. Destaca-se também o fato de que tais expressões são mais comuns em pessoas caracterizadas como “mestiços”, “morenos”, “brasileiros”, ou outra denominação que não englobe as “raças” alemã, italiana, holandesa, japonesa, polonesa, russa e outras (brancas) - observe-se, aqui, que estamos falando dos pequenos agricultores pauperizados do sul do Brasil. Tal subjetividade, além de manifestar a passividade diante de uma situação “concebida” como (quase) natural, traz à tona o pré-conceito pejorativo (especialmente repousando sobre os não brancos) de que falamos no capítulo introdutório. Embora muitos “alemães”, “italianos”, etc. também vivam uma existência precária, o orgulho destes parece prevalecer sobre uma possível auto-imagem negativa. Trata-se, porém, de um orgulho muitas vezes objetivamente infundado ou, em caso contrário, de certa forma também desmobilizador. Cabe informar que a maioria esmagadora dos pequenos agricultores de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, RS (municípios base de nossa pesquisa de campo) é de origem alemã. Das cinco famílias entrevistadas na fase final - ver capítulo 7 - apenas a família Akele é tida como “mestiça”, porquanto a mãe do Sr. Nelson Akele é originariamente “Rosa Fagundes”. A pesquisa de campo constatou a existência marcante do referido orgulho, bem como a face infundada do mesmo. Afora a pesquisa de campo específica para o presente trabalho, a constante presença do autor entre pequenos agricultores de diversas origens e confluências étnicas no sul do Brasil constatou-se o acima explicitado.

<sup>51</sup> PESSANHA (1993: 35) nos diz que “...só podemos ser hoje a indignidade que somos, pessoal cultural, política, se nos percebermos como resultado de uma longa e terrível decadência. Decadência que merece a nossa inconformidade e uma explicação para o horror que ela imbr. Diante da decadência, é preciso “Resgatar a ética como uma normatividade que se legitima r da indignação, do espanto diante da ausência de justiça” (idem, p. 35-6).

### 3.2. Ruptura paradigmática & racionalidade educativa: sob a epistemologia aberta & razão negativa e a ética da participação, a história continua

A totalidade histórico-social até aqui explicitada (a relação Estado-mercado, novos processos produtivos & novo arcabouço científico-tecnológico & novas demandas educativas, a centralidade da categoria trabalho, o tamanho e a qualidade do Estado, etc.) tem marcado (não se trata, portanto, de uma determinação), via de regra, a reflexão acadêmica. A primeira marca, bastante extensa e intensa, é a recorrência constante ao problema da “**crise dos paradigmas**”. Nem sempre, porém, há uma explicitação dos paradigmas que supostamente estão em crise. Não é difícil encontrarmos falas genéricas sobre crise de paradigmas e que listam e confrontam concepções marxistas e o neoliberalismo. Nesse confronto simplista os intelectuais neoliberais apontam escancarada ou subrepticamente o fim do marxismo e do socialismo-comunismo e, por outro lado, os intelectuais marxistas apontam a reflexão neoliberal como defensora incondicional da exclusão da maior parte da população mundial das conquistas civilizatórias (não poucos caracterizando-a como reflexão conservadora - ver box 5) bem como o esgotamento do capitalismo (supostamente em fase final) mediante o desenvolvimento das forças produtivas, dentre as quais se pode considerar, hoje, também e até mesmo principalmente, a ciência-tecnologia.

#### Box 5. O “poder do atraso”.

*José de Souza Martins (1994), em sua obra “O Poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta”, afirma que*

*“...é possível observar que o pensamento conservador não é um pensamento imobilista, como vulgarmente se supõe. Ao contrário, o*

*pensamento conservador se tornou ativo e transformador, na própria Europa, quando a sociedade tradicional foi posta em confronto com os efeitos socialmente desagregadores do progresso e da modernização. Algumas conquistas sociais fundamentais das classes populares européias foram inspiradas em constatações e descobertas somente possíveis na perspectiva do pensamento conservador. Não nos esqueçamos que o próprio pensamento de Marx tem suas raízes na lógica da tradição conservadora e ele próprio é a mais importante indicação da vitalidade radical dessa origem” (p. 15). (grifo nosso)*

*Não basta, pois, adjetivar o pensamento e as políticas neoliberais disto e daquilo. Diante da falta de alternativas, por exemplo, frente ao corporativismo (pelo menos de certa forma) desmedido nos serviços estatais, o neoliberalismo avança, inclusive sob aplausos, com propostas tais como o “Estado mínimo”. Estado mínimo que implica a privatização definitiva da ciência-tecnologia produzida coletivamente pela humanidade, comprometendo, conseqüentemente, as cooperativas de produção de alimentos formadas por pequenos produtores (conforme mencionado anteriormente).*

*Adjetivar o neoliberalismo, por exemplo, de um ideário ou uma ideologia (neo)conservadora não contribui para a afirmação de uma proposta alternativa de vivência sócio-econômica. Segundo Anderson (1995: 197)*

*“É perigoso iludir-se com a idéia de que o neoliberalismo é um fenômeno frágil ou arcaico, ou já anacrônico. Continua a ser uma ameaça ativa e muito poderosa, tanto aqui na América Latina quanto na Europa ou em outras partes. Um adversário formidável que foi vitorioso muitas vezes nos últimos anos, mas não é invencível”.*

*Conforme já expusemos anteriormente, a pequena unidade de produção agrícola demanda não o Estado mínimo (proposta neoliberal), mas um Estado amplo. Vimos, por outro lado, no exemplo de Santa Cruz do Sul, que o neoliberalismo não é tão influente como parece ser, uma vez que um governo orgulhoso e assumidamente de direita não pauta*

*suas ações relativas à agricultura necessariamente na cartilha neoliberal. Se com Martins (1994) comungamos a noção de que o pensamento conservador (no nosso caso o neoliberalismo) não é imobilista, com Anderson (1995) comungamos a idéia de que o neoliberalismo é forte, mas não universal a ponto de sufocar qualquer alternativa. Trata-se, pois, de instituímos uma práxis afirmadora da "alternativa" (Martins, 1994).*

Face à totalidade histórico-social, a concepção do real (homem, cultura, sociedade, natureza, etc.) e seus constituintes epistemológicos (paradigmas, categorias, conceitos, etc.) estão em pleno movimento, de modo a ocupar interdisciplinarmente a comunidade científica internacional, sem igual, na história do pensamento. Podemos afirmar, certamente sem maior contestação, que o movimento do esforço coletivo de concepção do real encontra-se em uma espécie de inflexão, possivelmente semelhante à inflexão designada por Lênin (apud Saviani, 1985: 41) de "curvatura da vara"<sup>52</sup>. Nesse sentido, muitos intelectuais que podemos designar mais apropriadamente de "intelectuais orgânicos"<sup>53</sup> **apaixonados**, fazem essa inflexão para assegurar um ponto de equilíbrio no embate teórico. Assim, marxistas e neoliberais, por exemplo, fazem esta inflexão. É de se reconhecer, também, que os intelectuais orgânicos mais apaixonados - isto é, **fanáticos** - antes fazem uma guerra de posição teórica do que a busca do ponto de equilíbrio, caracterizado pela intersubjetividade científica e não por uma concepção modelar do real.

Intelectuais orgânicos fanáticos do capital, a exemplo de **Fukuyama**, discursam sobre o "**fim da história**", demonstrando não captar mais o movimento do real

---

<sup>52</sup> Diz LÊNIN (citado por SAVIANI, 1985: 41): "quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto".

<sup>53</sup> Conforme conceituação de Antônio GRAMSCI em sua obra *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

(mundializado e não esgotado). Este autor e outros que pensam o fim da história sequer pretendem fazer a famosa "curvatura da vara". Antes fazem uma guerra de posição teórica, uma vez que identificam a inegável mundialização do capital como o ponto de chegada da história. No caso, curva-se a vara apenas para "**endireitar**" a história.

Aplicando essa "teoria" (do "fim da história") ao "mundo rural", teríamos que aceitar, por coerência lógica, que o pequeno agricultor tem, de hoje em diante, a sua humanidade reduzida à mundialização do capital e à apropriação capitalista das atividades agrícolas. O ser do agricultor, ao invés de estar consubstanciado no **Homem Universal** - ver box 6 - e, portanto, situando-se para além do capital, estaria diluído no capital - suposto ponto de chegada da história. O Homem Universal enquanto utopia passa a ser, assim, ridicularizado ante a concepção de um capital realizador do conceito homem. E o Homem Universal, enquanto um "estar-sendo", passa a ser ideologicamente associado à universalidade do capital, como se este fosse, de fato, a explicação final da totalidade histórico-social, isto é, o fim da história. Tal encaminhamento explicativo da realidade traz como conceito de pequeno agricultor um homem unilateral e sem cidadania universal.

#### **Box 6. Educação do pequeno agricultor & sociedade mundial.**

*Cogitamos que a educação do pequeno agricultor precisa ser pensada a partir do contexto da terceira revolução industrial que, segundo Frigotto (1989: 23), "... é marcada pela robótica, informática, microeletrônica e máquinas de comando numérico, química fina, biotecnologia e produção de sintéticos", bem como a partir do contexto da economia mundializada, em que, segundo Ianni (1993: 1), "As transnacionais planejam, tecem, realizam e desenvolvem as suas atividades por sobre fronteiras e regimes políticos, além das diversidades culturais e civilizatórias". Ianni (1992), deixa claro, também, que o*



*mundo já se define como uma aldeia universal, sendo que os Estados nacionais não podem mais servir de paradigma para as ciências sociais. O paradigma para as ciências sociais, assim, é o mundo. A mundialização da economia, do mercado e de outras instâncias sociais, bem como a atual revolução científico-tecnológica, ganham centralidade na educação e se constituem em matéria básica para a formação do Homem Universal.*

*O real se mundializou. Inclusive para o pequeno agricultor. O homem e suas obras assumem essa dimensão. A mundialização é a inflexão do real em sua totalidade, é a “curvatura da vara” do real. Não é, pois, apenas paradigma. É uma nova totalização do real que exige, em termos de pensamento (um dos processos do real), um novo paradigma. Daí se poder dizer que a concepção do real e seus constituintes epistemológicos estão em pleno movimento, de modo a ocupar interdisciplinarmente a comunidade científica internacional.*

*A mundialização é avassaladora e constitui o mais forte e efetivo processo civilizador já visto. O fazer história só é possível a partir desse processo. Trata-se de atuarmos a partir das amarras, ressonâncias e implicações mundiais. A resistência à mundialização pode, ao contrário do objetivado, potencializar a exclusão dos “trabalhadores do mundo” (dentre os quais situamos os pequenos agricultores) das conquistas civilizatórias. Neste sentido, qualquer regionalização - indiferente ou funcional ao capital - não pode ser mais vista com o olhar ingênuo da possível resistência. A regionalização, seja por resistência ou por iniciativa do capital, leva o trabalhador a prejuízos maiores, dando mais lucro ao capital. O capital, por exemplo, mundializa a tecnologia, mas não o salário. Neste sentido, se o pequeno produtor rural não se globaliza, se exclui das conquistas do trabalhador internacional.*

*Mas a mundialização não alcançou, de maneira alguma, o seu ponto de equilíbrio, uma vez que a universalização do capital não pode ser tomada como esgotamento da mundialização. Por ora, assim como Lênin e Saviani, podemos acreditar ou apostar no repouso da vara em um ponto de equilíbrio (a nosso ver, síntese dialética das contradições, dos embates, dos enfrentamentos, dos conflitos,...) após a sua curvatura. Não temos elementos concordantes para afirmar, por ora, este ponto de equilíbrio. Apenas podemos reconhecer a incontestável mundialização e a curvatura real que ela significa. Mas temos a nossa hipótese: o ponto de equilíbrio está na constituição do Homem Universal, uma vez que, na criação histórica, o homem é central necessariamente. O ponto de equilíbrio da sociedade global é o homem, também global.*

Buscando superar os exageros presentes, muitas vezes, nas inflexões teóricas e opondo-nos especialmente ao fanatismo, admitimos que o capital é o grande responsável pela "dissolução do mundo agrário". Não se pode concluir disso, porém, que o pequeno agricultor se dilua no capital, pois "... o capital...se adjudica uma universalidade que permanentemente é incapaz de realizar" (Warde, 1993: 48-9). O Homem Universal a que o pequeno agricultor precisa e tem direito de ascender, pois, não será encontrado nos limites ("fim da história") do capital. Ianni, por sua vez, afirma que, finalmente, se chegou a um modo de produção mundial, mesmo operado de forma revolucionária<sup>54</sup> pelo capital. Warde e Ianni buscam apreender a realidade sem exageros e sem fanatismo. Trata-se de uma reflexão radical, jamais assumindo qualquer sectarismo (este especialmente presente nas

---

<sup>54</sup> A revolução operada pelo capital já foi reconhecida por MARX & ENGELS no "*Manifesto Comunista*", escrito em 1848. IANNI (1992 e 1993) tributa um caráter revolucionário ao capital também hoje, especialmente devido a sua presença marcante e decisiva no processo de mundialização. WARDE (1993: 47-9), com base em Marx, afirma que o "...capital universalizou a história...". Por outro lado, todos reconhecem a unilateralidade e a exclusão como signos do desenvolvimento sob o capital.

inflexões teóricas que alcançam o nível de guerra de posição teórica). **Reconhece-se que o ponto de partida é o próprio capital** e, ao reconhecer isso, a possibilidade de sua superação aumenta.

Se, por um lado, a “curvatura da vara” apresenta exageros e até mesmo os mais cegos fanatismos, por outro, por não haver reflexão filosófico-científica, nem ciência-técnica neutras<sup>55</sup>, é preciso trabalhar, na aldeia universal onde o capital já se mundializou, com uma reflexão radical que não faça concessão a qualquer possibilidade de barateamento, simplificação, positividade, enjaulamento ou engessamento da razão<sup>56</sup>. Trata-se de exercermos, todos, **a razão da negação da negação**. Para nós, a reflexão radical se impõe na medida em que o Homem Universal não se esgota na mundialização do capital, embora este tenha um caráter revolucionário. A nosso ver, a realidade determinante, definidora do Homem Universal, jamais pode ser reduzida ao capital, por mais revolucionário que este possa ser. O nosso argumento aqui é simples, mas contundente: **no mundo do Homem Universal, o centro é o homem e não o capital**. O conteúdo definidor do Homem Universal nos obriga à razão negativa, seja para superar a redução da história ao capital, seja para superar o marxismo ortodoxo, a nosso ver, também prenhe de racionalidade positiva. A

---

<sup>55</sup> STEIN (1981: 71) diz que

"Na própria técnica está o poder da subjetividade, que se revela nas várias ciências e por isso a ciência apenas se mostra neutra em sua aparência. Assim como na ideologia, também na técnica se esconde a possibilidade de ruptura das estruturas, das instituições e dos modelos de comportamento. A técnica é a encarnação da própria subjetividade e a cristalização de sempre novas opções. Assim como na ideologia, também na técnica se esconde um problema ético". Quanto a isto, é exemplar o modelo de saúde cubana (preventivo) em confronto com o nosso modelo de saúde (curativo), esse muito mais oneroso para o Estado e para os indivíduos. Fundamentalmente trata-se de dois paradigmas em confronto: o primeiro afirmando uma medicina que tem por centro o homem e, o segundo, afirmando uma medicina que tem por centro o capital (sob o paradigma da determinação ou dos insumos). O município de Santa Rosa, RS, fez, recentemente, a opção pelo modelo cubano e hoje exhibe, com poucos gastos, um dos melhores índices de saúde do Brasil. Trataremos mais diretamente desta questão ao falarmos da saúde do pequeno agricultor (ver capítulo n. 7).

reflexão radical - que desautoriza qualquer sectarismo - não é equivalente, jamais, à guerra de posição teórica. Implica, como tal, a defesa da racionalidade presente em qualquer proposta sócio-institucional aberta à razão negativa.

Onde estaria o ponto de equilíbrio na teorização em um contexto de mundialização da realidade (homem e sociedade)? Genericamente, o próprio embate teórico significa o ponto de equilíbrio. As "curvaturas de vara", aqui, são substituídas por uma reflexão radical, isto é, essencialmente filosófica e aberta a novos mundos. Sim, pois o ponto de equilíbrio dos debates teóricos não está, como muitos pensam, na lógica interna de cada teoria, mas numa **razão negativa** que estabelece a crítica radical do pensamento em seu conjunto. Acreditamos, por isso, ser necessário afirmar uma epistemologia aberta que avalie radicalmente a razão humana. A nosso ver, essa epistemologia já está visualizada por alguns pensadores. De qualquer maneira, ela está presente nas teorizações que se orientam pela razão negativa. Relativo ao nosso objeto, são exemplares os trabalhos de Abramovay (1992), Ianni (1992 e 1993), Aued (1990 e 1994) e Navarro (1995).

A epistemologia aberta não é neutra, nem eclética. Ela é ativa na construção da sociedade global aberta e se efetiva na medida em que desautoriza qualquer exagero e qualquer totalitarismo (guerra de posição teórica<sup>57</sup> e "fim da história"). Não é eclética na medida em que se contrapõe à positivização do pensamento e à lógica da exclusão, marcando, pois, a sua diferença.

---

<sup>56</sup> Quanto a isto torna-se emblemático o seguinte dizer do personagem Galileu (já referido anteriormente): "A sedução do argumento é grande demais. Ela vence a maioria, todos, a longo prazo. Pensar é um dos maiores prazeres da raça humana" (BRECHT, 1977: 59).

<sup>57</sup> ANDERSON (1995:198) assim se expressa sobre a guerra de posição teórica travada pelos neoliberais: "As teorias neoliberais foram extremas e marcadas por falta de moderação, um iconoclastismo chocante para os bem pensantes de seu tempo. Mas não perderam eficácia por isso; ao contrário, foi propriamente o radicalismo, a dureza intelectual do temário neoliberal que lhe assegurou uma vida tão vigorosa e uma influência finalmente tão esmagadora. O neoliberalismo é o

Entendemos que a epistemologia aberta, de certa maneira já estruturada a partir dos intelectuais que pensam a partir da razão negativa, pode dar conta, de forma mais efetiva, do problema da exclusão objetivamente presente no processo de mundialização do real e, no interior deste, da exclusão de muitas pessoas, como, por exemplo, dos pequenos agricultores, daquilo que denominamos Homem Universal.

Ao pensarmos a **exclusão** de contingentes humanos da humanidade, constituída pelo que chamamos de Homem Universal, voltamo-nos necessariamente à **implicação ético-moral-política** dos processos sociais e/ou das relações sociais, bem como da reflexão sobre o real. Por isso, o debate teórico, para além das "curvaturas de vara", precisa, a nosso ver, dar conta do fenômeno-processo da exclusão (também amplamente presente na realidade dos pequenos agricultores: trabalho quase gratuito, extorsão legal na comercialização dos seus produtos, destruição da saúde, não acesso à ciência-tecnologia, etc.), que ocorre em todo o mundo. A exclusão não tem mais um locus geográfico delimitado, de modo que se pode questionar a tipologia "1º mundo", "2º mundo", "3º mundo" e até "4º mundo". Todos esses "mundos" existem em qualquer sociedade nacional, embora com certas e/ou marcantes diferenças.

A epistemologia aberta, pelo exposto, teria que assumir o critério ético-moral-político para avaliar o conjunto da reflexão humana. A avaliação, por natureza, tem caráter ético-moral-político. Pelo menos, partimos desse pressuposto. Assim, a partir dessa epistemologia, qualquer tendência-corrente do pensamento teria que pensar a participação do conjunto dos homens quanto à condição humana, alcançada pela materialidade histórica. Teríamos, enfim, uma epistemologia humanista. Teríamos também um embate teórico

---

oposto de um pensamento fraco, para usar o termo da moda inventado por algumas correntes pós-modernistas para abalar teorias ecléticas e flexíveis”.

produtivo e, por isso, capaz de estabelecer sínteses dialéticas (ponto de equilíbrio<sup>58</sup>). As guerras de posição teórica, obviamente, se esvaziariam.

Que conseqüência ético-moral-política teríamos para a educação, ao pensarmos o real a partir do signo da epistemologia aberta no contexto da mundialização da economia - terceira/quarta revolução industrial? **Todos os processos educacionais**, a nosso ver, **teriam que contribuir para a formação ou produção do Homem Universal em cada indivíduo (individuação)**, a não ser que compactuassem com o processo da exclusão. A participação, assim, é um princípio inalienável da categoria Homem Universal e se impõe<sup>59</sup> ao processo educativo do Homem Universal. Face à realidade de exclusão, a participação alcança, inclusive, *status* de paradigma da luta política de superação da exclusão. A escuta da vida do pequeno agricultor, no caso, também se impõe, haja vista que o paradigma da determinação se esvaziaria. O pequeno agricultor apareceria, para além dos preconceitos, na condição de **sujeito sócio-econômico**, participante ativo do processo de produção econômica e do processo de produção do homem.

Obviamente que o paradigma da participação (síntese ético-moral-política da práxis humana) desautoriza qualquer educação que fique nos limites de uma ou de outra especificidade. Desautoriza, de imediato, o ruralismo pedagógico ou a educação do homem rural ou agrícola. A teimosia em educar homens unilaterais, num contexto onde o conjunto

---

<sup>58</sup> A proposta do “agir comunicativo”, de Jürgen Habermas, é uma referência adequada para este ponto de equilíbrio. A pragmática do agir comunicativo, a nosso ver, busca instaurar uma nova ética no plano da reflexão e das decisões políticas que afetam a humanidade. Obviamente que, tratando-se de uma sociedade de classes ou, para usar uma terminologia menos viciada, uma sociedade marcada pela exclusão, o consenso buscado no agir comunicativo pode facilmente equivaler à mais pura ingenuidade ou à mais sórdida má fé. Em todo caso, a proposta de Habermas é oportuna e lúcida, uma vez que se trata de instaurar uma nova ética na sociedade mundial. Ética que se põe a partir da argumentação (veja-se a citação, em nota anterior, de Brecht) e não, obviamente, da “**idolatria do mercado**” (ASSMANN, H. & HINKELAMMERT, F. J., 1989) ou de um suposto equilíbrio resultante dos exageros das inflexões teóricas.

das construções que têm poder de determinação do homem impõe a sua omnilateralidade, não constitui apenas problema epistemológico, mas também ético-moral-político, uma vez que **o homem unilateral é (ao mínimo) uma das expressões mais contundentes da exclusão**. A educação de que o pequeno agricultor precisa e a que tem direito, pois, é a que lhe dá **condições iniciais iguais** - ver box 7 - ao trabalhador do mundo urbano. Observe-se, porém, que o trabalhador do mundo urbano viva a condição de Homem Universal.

### **Box 7. Condições iniciais iguais & teoria da justiça.**

*Uma teoria da justiça que possa ser desenvolvida a partir da nossa postura e concepção de política, ética e moral evoca, necessariamente, o problema das "condições iniciais iguais". Essas, sem dúvida, são um imperativo ético-moral para qualquer democracia. Além disso, "as condições iniciais iguais" se impõem se quisermos superar o pressuposto da dominação e assumirmos o pressuposto da liberdade. Schaefer (1995: 175-6) diz que:*

*"Se o pressuposto da dominação, apesar de servir para estudos das situações reais, não serve para propor mudanças que acabem com a situação de dominação, então temos de buscar uma saída no pressuposto da liberdade. No âmbito do lógico, a liberdade se significa como não mais apresentando a situação cognitiva superior-inferior, ou seja, de dominação. Senhor e escravo, logicamente, dependem um do outro, não podem se significar como autônomos. O lógico da liberdade começa na igualdade. Isso não significa que o movimento reflexivo ou o jogo das determinações produza pares igualizados, de tal modo que se teria de apresentar como resultados não mais do que monótonas tautologias:  $A = A$ . Na liberdade, as diferenças continuam. Mas elas não nascem como sendo já diferenças. Elas se constituem como diferenças a partir de condições iguais. O mais importante do pressuposto da liberdade são as condições iniciais iguais e a possibilidade de, a partir delas, como produtos auto-constituídos, surgirem diferenças".*

---

<sup>59</sup> Nesse sentido é procedente a nossa acusação quanto ao caráter unilateral dos pacotes científico-tecnológicos levados a termo pelas (grandes) agroindústrias mundializadas.

*Isso posto, afirmamos ser difícil concebermos um homem rural se opondo a um homem urbano que, em caso afirmativo, traria o homem urbano no pólo dominante. Ao pensarmos as condições iniciais iguais, somos obrigados a abandonar a oposição ainda pensada de homem rural versus homem urbano. As condições iniciais iguais nos dão, assim, elementos para uma práxis educacional que eleve o pequeno agricultor à condição inicial igual de Homem Universal de certa forma e em parte já experimentado pelo homem urbano. O contrário produz a exclusão do pequeno agricultor.*

Mas a epistemologia aberta nos leva a outro conceito do termo paradigma e redimensiona a reflexão filosófico-científica em geral, desautorizando toda e qualquer positivização do pensamento. Assim, comungando, entre outros, com Ianni (1993), Aued (1990 e 1994) e Abramovay (1992), podemos afirmar que a reflexão acumulada sobre o tema “rural” é frontalmente atingida por esse redimensionamento.

Kuhn (1975) define paradigma como um conjunto de crenças vividas pela comunidade científica e pelas instituições patrocinadoras e/ou alocadoras de recursos para a pesquisa científica sobre o que, como e para que pesquisar. Concebe, ainda, a evolução das ciências através de rupturas, que se dão após um período mais ou menos longo de aparente conforto quanto às “regras do jogo” e da convivência-conivência entre os cientistas, que Kuhn denomina de “ciência normal”. Kuhn designa, com isso, a dificuldade que os cientistas têm em aceitar novidades e desafios que superam as regras do jogo partilhadas. O problema maior é que, com a **paradigmatização - constituição de dogmas** - da pesquisa, perde-se em liberdade no debate de idéias. Nesse caso, o paradigma, ao invés de ser apenas um **orientador** do pesquisador, acaba exercendo, de fato, o **patrulhamento**. O próprio desenvolvimento das ciências, porém, acaba, de tempo em tempo, desautorizando o



conjunto de crenças, efetivando uma ruptura e dando início a um novo paradigma, que na fase de afirmação não exerce o referido patrulhamento.

Não é necessário discutirmos, em princípio, a direção e os problemas do neoliberalismo enquanto explicação da realidade e enquanto proposição, devido à **positivização** por essa tendência assumida, embora muitas vezes não devidamente explicitada. Nesse particular, nosso problema maior - portanto, não exclusivo - é a positivização presente, também, na reflexão dita marxista. Sem um pensamento que siga o caminho da negação da negação ou a razão negativa ou dialética, não haverá questionamento radical do neoliberalismo, nem do marxismo dogmatizante. A nosso ver, a positivização do programa marxiano resultou em paradigmaticização de conceitos-categorias marxianas e, pior ainda, exerceu uma apropriação deslocada e anuladora do potencial propositivo e prospectivo de tais conceitos e categorias. Ou seja, o caminho da negação da negação, ao ser invertido ou positivizado, perdeu o seu potencial transformador. Nesse sentido, a nossa crítica se dirige ao marxismo dogmatizante. Segundo Warde (1993:50)

“...Althusser é apenas o bode expiatório das apropriações positivistas do programa marxiano, que acabaram por descosturar o que Marx, a duras penas, havia metodologicamente unido: a teoria do capital como exposição e crítica, e o materialismo histórico como teoria geral da história que apoiada no diagnóstico da sociedade capitalista presente ‘reconstrói as condições de gênese e aponta as condições de superação do modo de produção capitalista...’”.

A positivização do programa marxiano foi encetado por todos aqueles intelectuais que debitaram, consciente ou inconscientemente, a totalidade e a universalidade ao capital, dando-lhe força de determinação em todos os aspectos da realidade, ou seja, o capital passou a ser a explicação geral da realidade em geral. Se para os neoliberais o capital traduz

o ponto de chegada da história (a auto-realização plena do conceito<sup>60</sup> de capital), para não raros marxistas o capital é a única explicação da miséria moral e material da humanidade.

**Em qualquer caso há positivização e, com ela, redução do real ao capital.** Warde (ibidem), ao estabelecer uma crítica radical dessa positivização, nos diz que

“A crença de que o capital é efetivamente total, universal, implicou o sufocamento da história pela lógica e o materialismo como Teoria Geral da História foi convertido em referência paradigmática, ou seja, em Filosofia da História. Sua validade, originalmente ancorada na revolução como “horizonte da sua própria inteligibilidade” resultou em crença e perdeu, assim, sua força preditiva”.

No nosso caso, pelo fato de tratarmos um recorte do real - os pequenos agricultores - que não se reduz à determinação pura e simples do capital, a positivização do programa marxiano é tão problemática quanto a positivização da realidade encetada pelos intelectuais neoliberais. Em qualquer caso, é difícil pensar prospectivamente e estabelecer mediações superadoras. Gramsci (apud Warde, 1993:50) explica esta espécie de reificação da realidade:

“...o que se faz é repetir o fato que se deve explicar, apresentando-o uma vez como fato e outra como lei abstrata e como explicação. Portanto, o erro teórico consiste em apresentar um elemento de pesquisa e de interpretação como “causa histórica” (...) E, se o erro é grave no que se refere à historiografia mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história do passado, mas de **construir a história presente e futura**”. (grifo nosso)

<sup>60</sup> Esse termo é por nós empregado no sentido hegeliano, significando (der Begriff) “...a autodeterminação do sentido, o universal que se particulariza... (BOURGEOIS, citado por ABRAMOVAY, 1992:36). Ainda segundo BOURGEOIS (loc. cit.) “A passagem conceitual de uma determinação a uma outra é portanto uma passagem imanente, necessária”. A consideração de FLEISCHMANN (citado por ABRAMOVAY, loc. cit.) vem ao encontro da crítica que desautoriza o capital enquanto realização plena de seu conceito: “...toda determinação lógica é uma entidade conceitual, que possui sentido nela mesma e pode ser objeto de pensamento e não uma generalização do mundo exterior com o qual se confunde frequentemente...”. A respeito desse termo ver HEGEL, G. W. F. *A fenomenologia do espírito*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (Os Pensadores); ETGES, Norberto J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. *Educação e Realidade*, v. 18, n. 2, p. 73-82, jul./dez. 1993a; e JANTSCH, Ari P. Concepção dialética de escrita-leitura: um ensaio. In: BIANCHETTI, Lucidio (Org.). *Trama & texto: leitura crítica / escrita criativa*. São Paulo: Plexus, 1996, p. 37-55.

Não reduzimos a questão da “crise dos paradigmas” aos elementos contextuais até aqui mencionados. Entendemos que o pensamento - além do conceito no sentido hegeliano - caminha na era contemporânea por revoluções teórico-científicas, relativas e não relativas ao contexto sócio-histórico. A filosofia-ciência têm também um desenvolvimento imanente e um contexto específico. Não fosse assim, o desenvolvimento da filosofia e das ciências coincidiria necessariamente com o desenvolvimento das demais instâncias sociais. Aqui vale lembrar uma afirmação radical de Marx (apud Kosik, 1969): “se essência e aparência coincidissem, não seria necessário fazer ciência”. No nosso caso poderíamos afirmar: se reflexão filosófico-científica e contexto coincidissem, não precisaria haver prospecção, proposição, planejamento, etc. Assim, a mudança do próprio conceito de realidade, a relativização do sujeito histórico consciente (isto é, a emergência e a crise do sujeito, como também da filosofia do sujeito<sup>61</sup>), bem como a abdicação, enfim, do sonho de uma linguagem logicamente perfeita são, de certo modo, inerentes ao próprio desenvolvimento filosófico-científico. Além disso, ocorreu, mediante a positividade do processo científico contemporâneo, a separação do mundo da experiência vivencial da explicação do que acontece. Assim, a vivência e a explicação do que acontece passaram a ser mundos tão distintos que, muitas vezes, a articulação entre eles não se possibilita. Para nós esta afirmação, juntamente com as considerações de Etges (ver nota n. 61 abaixo), ganha conteúdo quando analisamos a articulação do mundo acadêmico - filosofia e ciências - com o mundo de vivência dos pequenos agricultores. Não se trata, a nosso ver, do “sujeito<sup>62</sup> imediato” sem estruturas, nem do sujeito a reboque das estruturas.

---

<sup>61</sup> Sobre filosofia do sujeito, ver JANTSCH, Ari P. & BIANCHETTI, Lucídio. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. In: JANTSCH, Ari P. & BIANCHETTI, Lucídio. *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 11-24.

A nosso ver, a proposta de Morin (1987) - “epistemologia da complexidade” - responde pelo menos em parte à possibilidade de uma articulação do mundo filosófico-científico e o mundo de vivência. A partir da **descomplicação** do pensamento, ciência e filosofia podem mais facilmente fazer parte do mundo de vivência ampla dos pequenos agricultores. Sem incorrer, porém, na problemática e desmobilizadora (apesar da pretensão oposta) filosofia do sujeito (criticada por Etges - ver nota n. 61 - e Jantsch & Bianchetti, 1995).

Nessa reflexão torna-se central o “princípio da indeterminação” (Heisenberg). Tal princípio torna-se decisivo quando buscamos um pensamento prospectivo-propositivo. Além disso, a própria corroboração científica não suporta a determinação.

Considerando o “princípio da indeterminação”<sup>63</sup>, ressaltamos algumas conseqüências do desenvolvimento filosófico-científico e que dizem respeito ao mundo de vivência do pequeno agricultor:

A- a centralidade da dimensão do tempo na concepção do real, a ponto de se escrever muito sobre a “aceleração da história”.

---

<sup>62</sup> Sobre a problemática evocação do “sujeito” em boa parte da teorização da esquerda, ver ETGES, Norberto J. *Estrutura versus subjetividade nas relações sociais: uma oposição de exterioridade?* Florianópolis: UFSC, s.d. (Mimeogr.). Diz o autor: “Segundo a compreensão dialética, a relação de exterioridade entre sujeito e objeto, cujos termos estão separados e em oposição entre si, expressam apenas um momento do processo de sua constituição. O sujeito não pré-existe, mas se constrói e esta construção implica um processo de desenvolvimento tanto do sujeito como do objeto ou do mundo, resultando numa terceira realidade. Uma relação de exterioridades fixas, cujos termos seriam duas entidades fixas, absolutamente diferentes e assim indiferentes entre si, pressuposto tanto da visão estrutural como da subjetiva, é teoricamente incapaz de pensar esta dialética onde o devir, a sobressunção de duas partes se totalizam numa nova realidade. Presos a uma causalidade puramente linear, são obrigados a por, de um lado, o sujeito autônomo e imediato agindo sobre estruturas, ou de outro, a por as estruturas agindo autonomamente sobre os indivíduos” (p. 7-8). O referido texto foi publicado sob o título *Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade?* in *Educação e Realidade*, v. 19, n. 1, 1994, p. 47-60.

<sup>63</sup> A nossa fala envolvendo a menção do “princípio da incerteza” ou “princípio da indeterminação” de Werner Heisenberg, bem como a “teoria do caos”, a “ética do discurso” de Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel deve-se, em grande parte, a anotações nossas realizadas durante as aulas da disciplina

A nosso ver, a alta ciência-tecnologia introduzida na produção agrícola traz, também, o redimensionamento do tempo, inclusive para os pequenos agricultores. É notório que o **tempo-estações**, por exemplo, ganha nova configuração e subverte, por isso, a sazonalidade, inclusive com reflexos imediatos, tanto para o mercado local quanto para o mercado mundial. Assim, Aued (1994: 73) afirma que “a época em que o agricultor planejava seu trabalho simplesmente olhando para o céu já se tornou passado distante”. Ainda Aued (ibidem) nos diz que “a uva, produto habitual do sul do Brasil, é produzida no nordeste brasileiro, deixando para trás a ‘época da uva’...”. Tal redimensionamento, possível graças à engenharia genética, a eletrônica, etc., transforma, também, toda a vivência do pequeno agricultor. Neste sentido, um estudo antropológico poderia explicitar devidamente as implicações de tal redimensionamento, como é o caso da **ruptura do tempo de espera/tempo cíclico**, para a vivência do **tempo de realização genérica continuada**. Para nós, no entanto, é importante ressaltar que o pequeno agricultor, ao ter acesso ao conteúdo da atual revolução científico-tecnológica, não será excluído *a priori* do mercado, pois terá as condições iniciais iguais para dele participar, produzindo uva no nordeste, cana e banana no sul, durante o ano todo. Em suma, isso já significa, para o pequeno agricultor, o redimensionamento do tempo e do espaço. O milho precoce, só para citar um exemplo mais elementar, possibilita, hoje, ao invés de uma colheita, duas colheitas anuais. E se considerarmos a tecnologia das estufas, aliada à biotecnologia, o milho verde, o tomate, o pimentão e tantos outros produtos, poderão ser vendidos o ano todo nas feiras de produtos hortigranjeiros.

B- O surgimento de teorias a partir de 1960 (“teoria do caos”, etc.) que subvertem as famosas “leis da natureza” e dos modelos científicos correspondentes. Nesse sentido, alguns

pares explicativos da realidade, outrora antitéticos, tais como os ordenamentos e o caótico, o equilíbrio e o desequilíbrio, a simetria e a quebra de simetria, a coordenação e a descoordenação, o controle e o descontrole, etc., passam a ser vistos como coexistentes na “natureza” e, portanto, nos seres vivos.

Tais pares do movimento da realidade obviamente escancaram a crise do paradigma clássico. São, por isso, importantes para a análise do nosso objeto, especialmente por tratar-se do homem que tem uma relação mais estreita com o que se convencionou chamar de “natureza”. Outros pares podem a estes ser acrescidos, tal como o de continuidade e descontinuidade (ruptura). No entanto, não julgamos apropriado ater-nos a pares, uma vez que eles podem ser tratados em sua totalidade, convencionado por Heisenberg como “princípio da indeterminação” e podendo ser designado com a devida propriedade, no nosso caso, de totalidade histórico-social, esta assimilando as categorias da totalidade, da contradição e da mediação. A totalidade histórico-social, assim, não é *a priori* determinada, nem *a priori* determinante. Nela sujeito e objeto se põem dialeticamente. No nosso caso, **o pequeno agricultor e a educação deste, assim como a teoria que os abarca (“der Begriff”), não são entidades determinadas positivamente, mas positivamente indeterminadas**, isto é, abertas para uma nova realidade - vide a advertência de Gramsci (1974: 57-8) sobre os “cantos do cisne” - superior à matéria historicamente já posta e ainda não devidamente universalizada.

A linguagem logicamente perfeita do cientista (Pessanha, 1993) no presente século, embora exacerbada, foi derrotada pelas evidências contrárias. A pretensão de uma linguagem perfeita passou a ser assumida como um absurdo. A aceitação do absurdo<sup>64</sup> da

---

<sup>64</sup> Ver John BROCKMAN. *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein: reinventando o universo*. Trad. de Valter Ponte. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Segundo o autor “A idéia de que a realidade não é mais que a rede imaterial e transitória de nossa linguagem descritiva já foi formulada de vários modos por vários pensadores importantes. Um dos mais eminentes dentre eles foi

pretensão de uma linguagem logicamente perfeita levou a uma nova concepção da atividade filosófica, situando a própria filosofia como o esforço da negociação dialógica mediante linguagens, busca de intercâmbio dos discursos possíveis. São exemplos desse esforço a “Ética do discurso” de Jürgen Habermas<sup>65</sup> e Karl-Otto Apel<sup>66</sup>. E se levarmos em conta o discurso de José Antônio Lutzenberger (presidente da Fundação Gaia: já mencionado) podemos afirmar que a negação da linguagem perfeita é cara para o nosso objeto. A linguagem articulada pelas indústrias de insumos para a agricultura pós-segunda guerra mundial assumiu a aura da perfeição de tal maneira que a linguagem tomou o lugar dos próprios produtos. A partir da quebra dos pares antitéticos, no entanto, os propalados “inimigos” das culturas agrícolas, a serem combatidos pelos insumos agroindustriais salvacionistas, passam a ser vistos como expressão do movimento da “própria natureza” (Morin). Afirma-se, assim, o paradigma (agro)ecológico e redefine-se a relação homem-natureza. Parece-nos, contudo, que os processos pedagógicos em geral e a própria ruptura

---

o físico alemão Werner Heisenberg que, em seu agora famoso princípio da incerteza, demonstrou que a realidade em seu nível mais fundamental, ou subatômico, é mais ‘criada’ do que ‘observada’ pelos físicos. Da mesma forma, o lingüista Benjamin Lee Whorf assinalou que nenhum indivíduo pode fazer uma descrição absolutamente imparcial da realidade, colocando-se acima das restrições de sua linguagem” (p. 11-3).

<sup>65</sup> Segundo BOUFLEUR (1995: 21) “Habermas constata...que as interações que visam ao entendimento acabam sendo de fundamental importância para a manutenção e o desenvolvimento da sociedade humana, especialmente sob o ponto de vista da apropriação da cultura, da renovação de solidariedades e da socialização dos indivíduos”.

<sup>66</sup> DISCHINGER (1994:11-2), em introdução sua à obra traduzida de APEL (1994) esclarece que o autor não reduz a ética do discurso às convenções e acordos próprios da democracia liberal, que normalmente encobrem a dimensão ético-político inerente à construção da ciência. DISCHINGER (1994: 12), nesse particular e ao referir-se ao pensamento de APEL, diz: “...em última análise, a ciência já põe princípios éticos...”. (grifo nosso). Dada a nossa problematização do (neo)liberalismo, ressaltamos a seguinte fala de DISCHINGER (loc. cit.) sobre APEL: “Conforme a base filosófica do sistema liberal que Apel chama de complementaridade ocidental, apenas as decisões de consciência particulares dos indivíduos podem reivindicar uma vinculação moral. A questão que, então, se põe é a seguinte: como podem estas decisões de consciência ser levadas a um acordo, segundo regras normativas, de modo a assumirem uma responsabilidade solidária para a práxis da vida social? Seria pela formação da vontade pública através de ‘convenções’ e acordos,

paradigmática no mundo acadêmico estão aquém do potencial da ecologia. Voltemos (mais diretamente) ao problema da “crise dos paradigmas”.

Zemelman (1994:13-4) constata uma realidade que ainda não superou o princípio da determinação, nem exerceu a guinada acima referida.

“Las ciencias sociales, en el sentido amplio, se quejan que no tienen paradigmas en circunstancias que nunca han salido del estructural-funcionalismo, y continúan siendo estructural-funcionalistas. En efecto, discursos como el de los fenomenólogos, de los neoestructuralistas, o del racionalismo crítico, para mencionar algunos, son discursos que nunca tuvieron importancia en la práctica investigativa. Ni siquiera el marxismo, porque marxismo en América Latina hubo en el plano del discurso ideológico, pero no se llegó a traducir en investigaciones. Digámoslo claramente: ¿Por qué no hubo producción marxista? Consideramos que una de las razones es que el paradigma marxista no está completo, que no llegó a desarrollarse en el plano epistemológico, lo que sigue siendo un desafío actual; más aún, cuando se pretende identificar con una perversión ideológica y teórica, como lo fue la experiencia del socialismo real, o, como también se dice, el socialismo irreal. Y resulta que todos, incluso quienes fueron críticos, se hacen cargo del fracaso del estalinismo. Fracaso que además se identifica con el colapso de las utopías. Colapso de las utopías que a su vez se identifica con el colapso de los paradigmas”. (grifos nossos)

Trata-se, de fato, da crise de um paradigma - do **determinismo** - caro especialmente ao estrutural-funcionalismo, bem como ao marxismo ortodoxo (positivizado e, por isso, incapaz de buscar alternativas). Nesse sentido, a crise do paradigma do determinismo ou a tão propalada “crise dos paradigmas”, afeta tanto aos intelectuais neoliberais quanto a grande parte dos intelectuais (pretensamente) marxistas. A seguinte constatação de Zemelman (1994: 10) é ilustrativa:

“En muchos países, la gente pensante está derrotada y la derrota reduce ese individuo pensante a la mera condición de técnico. Técnico, diestro, calificado, al servicio, por qué no decirlo, del

---

forma pela qual, no âmbito da democracia liberal, se constitui a fundamentação do direito e da política?”.



discurso dominante. Un ejemplo concreto es lo que pasa en Chile, paradigma neoliberal. Paradigma que incluso se ha dado el lujo de que surja una izquierda neoliberal. Izquierda neoliberal que, ...está integrada por los conversos de fines del siglo XX: dogmáticos que pasaron de un dogma a otro". (grifo nosso)

Nesses países, a guinada linguística não ocorreu, uma vez que o que está em questão é o **discurso dominante** e, portanto, **monológico**.

A atual "crise dos paradigmas" é, antes de uma derrota da razão, uma **ruptura que implica mais racionalidade**, instituindo uma razão plural, aberta, dialógica, transparadigmática, da negociação do discurso possível (da indeterminação), etc. Assim, Abramovay (1992:15) diz que "O contato com diferentes escolas do pensamento sociológico contemporâneo... mostraram-me que o estudo da tão propalada "crise das ciências sociais" não desemboca fatalmente em paralisia nem conduz ao ceticismo diante do avanço do conhecimento". Face essa abertura em seu pensamento, o mesmo autor nos diz que

"... a noção muito difundida, sobretudo nos anos 1970, de que o camponês está "integrado ao capital", de que é um "modo de produção subordinado" peca por um problema conceitual elementar. O que esta noção escamoteia são os próprios limites da racionalidade econômica do campesinato, sua natureza fundamentalmente incompleta. Tanto Weber como Marx, em suas poucas observações a respeito corroboram esta crítica. Explicar a existência camponesa a partir da "lógica do capital" é um equívoco que impede a compreensão do que há de mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas". (p.24)

A visão do capital enquanto uma determinação (absoluta) leva a ver a realidade particular enquanto homogeneamente determinada, como se a realidade fosse um monobloco em que as partes e o todo se confundissem perfeitamente. Pesquisa realizada por

Jantsch e outros (1994) não corroboram essa visão de determinação. O relatório da referida pesquisa, entre outros, questiona a tese da proletarização universal no campo defendida por Paul Singer. Os dados empíricos não corroboraram tal tese, embora exista, de fato, o fenômeno da proletarização. As pequenas unidades de produção familiares resistem à proletarização<sup>67</sup>. Ademais, a proletarização existente se deve, em parte, ao modo tradicional-arcaico da atividade agrícola. Em todo caso, o capital não exerce uma determinação a ponto tal que os pequenos agricultores não possam representar uma alternativa viável, mesmo em uma sociedade global, em que o capital é, sem dúvida, hegemônico. A tese de Singer pretende ser realista. Mas ao não apreender a concretude da especificidade da atividade agropecuária inerente ao pequeno produtor rural (sob organização familiar), universaliza o que não é universal. Ademais, a sua tese alimenta a (desnecessária) desmobilização, embora pretenda o contrário.

Nesse sentido, a distinção que Abramovay faz entre unidades produtivas camponesas e unidades produtivas familiares é totalmente procedente e desautoriza, conseqüentemente, grande parte da teorização acumulada sobre a questão agrária e congêneres. Remete-nos, por outro lado, à reflexão marxiana - com uma lógica reflexiva que não autonomiza sujeito e objeto e assume o conceito enquanto “*der Begriff*” (o pequeno agricultor se fazendo, se realizando enquanto Homem Universal, seja inserindo-se no mercado e buscando a remuneração monetarizada de sua atividade, seja buscando o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica, seja vertendo-se para o mundo)<sup>68</sup> e está aberta à superação construtora de novos mundos, novas realidades, qualitativamente

---

<sup>67</sup> Ver o capítulo n. 7 do presente trabalho. Via de regra os pequenos agricultores manifestam o desejo e o esforço para “continuar na roça”.

<sup>68</sup> Ver, igualmente, o capítulo n. 7 sete do presente trabalho. O fazer-se do pequeno agricultor realiza-se no espaço que denominamos “fosso”, o lugar do contraditório, que, por assim ser, possibilita a superação dos limites do (ainda) pequeno agricultor.

superiores às superadas. Consoante à teorização improcedente, Abramovay (1992) faz uma consideração relevante sobre a sua própria trajetória intelectual, dizendo:

“Após quinze anos de atividade de pesquisa, em torno de sociologia rural e economia agrícola, a insatisfação com o conjunto conceitual com o que trabalhei até então foi tamanha, que me obriguei a empreender um balanço das minhas próprias convicções. Foi o incômodo provocado pelo paradigma leninista/kautskyano que me fez estudar tanto teorias alternativas sobre o campesinato... quanto sobretudo os rumos que tomou de fato o desenvolvimento capitalista da agricultura e que negam aspectos centrais do paradigma...”. (p.249)

E, finalmente, em sua conclusão da mesma obra - “Paradigmas do capitalismo agrário em questão” - Abramovay (1992, p.250) é taxativo: “... **não existe, rigorosamente falando, uma teoria marxista da questão agrária**, além das anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária” (grifo nosso). Nesse sentido e devido à inexistência de uma teoria marxista da questão agrária, não pode haver a crise do paradigma marxista. Daí a esquerda neoliberal de que nos fala Zemelman. Esquerda que, ao pensar a modernização da agricultura, confunde o fim do campesinato com o fim (pressuposto) da agricultura familiar. Esquerda, aliás, atuante nas mediações políticas que visam à “reforma agrária”, entendida tão somente como uma questão social e não como uma alternativa sócio-econômica viável no contexto de sociedade, economia e mercado mundiais.

É oportuno explicitarmos mais uma das conclusões de Abramovay (1992, p. 254):

“As teorias ligadas ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (e basicamente a de Lênin...) são um exemplo impressionante de como um conjunto teórico pode sustentar-se durante muitos anos como tendência universal, paradigmática, apesar das evidências históricas de sua natureza fundamentalmente circunstancial. A idéia que associa capitalismo no campo à ampliação do proletariado rural traz um paradoxo...”

Fica claro, nesse caso, a falta de um pensamento prospectivo - associar reducionisticamente capitalismo no campo à ampliação do proletariado rural é, além de desmobilizar os trabalhadores, pequenos proprietários rurais, negar uma alternativa, isto é, uma realidade potencialmente viável - inclusive contrariando a célebre frase de Marx (Introdução à Crítica da Economia Política), que se torna para nós, emblemática: “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”. No caso acima, citado por Abramovay, o circunstancial explica o universal e um caso empírico aquém da materialidade já posta pelo capital - a realidade agrária russa - serve de ilustração para a interpretação da universalidade, procedendo-se, assim, à inversão infundada da chave marxiana.

Também Etges (1992) se pronuncia enfaticamente sobre o problema do uso paradigmático e deslocado da teorização marxiana, estendendo-se para a educação. Diz ele:

“Os grandes impasses teóricos do marxismo provém da leitura positivista feita por seus seguidores. A experiência leninista deve seu fracasso à concepção pragmática e instrumentalista de busca do poder total. Porém, a causa da implosão da experiência dita socialista - a mentira do século - não está na obra de Marx, como se pretende. De maneira semelhante, os impasses nas teorizações sobre a educação e a queda em propostas meramente envernizadas de esquerdismo e prenes de liberalismo, e a incapacidade de realmente apresentar propostas objetivamente novas não se pode atribuir à obra de Marx, mas à sua redução ao que é conhecido e velho. A incapacidade de catapultar a educação e os indivíduos para a frente e o gosto pelo gerenciamento da miséria deve ser buscada na redução do estudo de Marx à concepção e à pragmática liberal,...”. (1992: 79)

Pelo exposto, não há crise de paradigma marxiano. E o paradigma “marxista” não passou de uma apropriação inadequada e até espúria de conceitos e da lógica marxiana. É o caso (segundo Warde, 1993) de Althusser e, hoje (segundo Zemelman, 1994), da esquerda neoliberal. Afirma-se, com isso, também, que a esquerda não é imune à positivização do pensamento. E assim sendo, não basta, de forma alguma, inscrever-se na esquerda para

proclamar-se crítico do pensamento neoliberal, prospectivo e propositivo no sentido da transformação das relações sociais de exclusão, realizador da negação da negação, etc. Olhando para o quadro ideológico compreendido de direita e esquerda, podemos dizer que diferentes falas evocam a crise dos paradigmas, mormente referindo-se ao(s) paradigma(s) alheio(s). O debate não chega a constituir-se em “energia e material criativo” (Warde, 1993), não merecendo, portanto, a nossa atenção quanto aos seus constituintes e quanto aos seus desdobramentos.

Contudo, marxismo e neoliberalismo continuam sendo, nesse debate, os autores principais, uma vez que a fronteira entre neoliberalismo e social democracia fica cada vez mais tênue. O debate, assume, por vezes (como já dissemos anteriormente), uma guerra de posição teórica, marcado, como tal, muito mais pela paixão do que pela razão (aberta, “transparadigmática” - Morin, 1987). Valem, aí, inclusive os expedientes moralizadores<sup>69</sup> - a oposição de bem e de mal: ciência-tecnologia boa ou má, etc. Nem sempre os conceitos básicos e/ou categorias que sustentam as teorizações guardam uma **racionalidade** suficiente para uma visão de mundo que apreenda o seu movimento, o seu vir-a-ser, isto é, a(s) possibilidade(s) e não o seu ponto de chegada, nem o mero aperfeiçoamento deste. **A condição de racionalidade, acreditamos, está na despositivização da reflexão filosófico-científica e no discurso descentrado.**

A nosso ver, o (s) paradigma (s) moderno (s) de carácter positivo não apreende (m) mais o conteúdo definidor do real, hoje. Está em crise, pois, a racionalidade positiva,

---

<sup>69</sup> Norberto J. ETGES, nos textos “Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito”, in *Perspectiva*, n. 17, jan./jul. 1992, p. 79-96 e “Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade?”, in *Educação e Realidade*, v. 19, n. 1, 1994, p. 47-60, faz referência ao moralismo presente em boa parte da reflexão de intelectuais. Trata-se do mesmo moralismo já condenado por Marx. Também Mirian J. Warde, dentre muitos outros intelectuais da esquerda combate a moralização nas análises de um modo geral. A nosso ver, a moralização em geral reflete a falta da reflexão que realiza o trabalho do conceito ou “der Begriff” e em nada contribui para a superação de qualquer realidade posta e positivizada.

não interessando o seu suporte teórico-político-epistemológico. A crise se acentua na medida em que está em jogo a mera polarização (direita versus esquerda, liberalismo versus marxismo, positivismo versus dialética, etc.). Não tributamos caráter positivo - ver box 8 - apenas ao positivismo, mas também às demais concepções-tendências-correntes do pensamento, quando essas, nas vias de fato, não exercem a razão negativa - ver box 8. O marxismo dogmático, assim, pode estar mais marcado pela racionalidade positiva do que pela razão negativa.

### **Box 8. Razão positiva & razão negativa.**

*Caráter positivo tem a racionalidade que tende a afirmar o mundo dado, tornando-o, assim, o ponto de chegada da história. Qualquer projeto social que estabelece um ponto de chegada histórico é, neste sentido, positivo. Uma proposta ou projeto educacional que toma a ciência-tecnologia existente como matéria-prima para a práxis educativa também assume um caráter positivo. Ademais, qualquer defesa de determinada forma "rural", implica o referido caráter. Não se trata, aqui, da positividade que põe o real, mas da positividade que congela o real. Enfim, trata-se da concepção a-histórica do real, presa às formas e sem considerar o conteúdo total do real.*

*Cornelius Castoriadis, entre muitos outros, pode ser considerado um crítico desta racionalidade. Fernando L. Schüller (1991: 11), refletindo sobre Castoriadis, assim se expressa: "Temporalidade é o essencialmente precário em toda instituição. O "Ser" é - ...- "caos, abismo, ou sem fundo ... em essência, o Ser é tempo". Não há um fim ou finalidade na história. A alteridade perpétua é o signo de condenação de qualquer instituição da sociedade. É nuclear no sistema de Castoriadis a oposição entre sociedade instituída e sociedade instituinte."*

*Castoriadis defende a tese da "criação histórica", que não admite qualquer ponto de chegada na história, nem prognósticos de tal. É a condição da filosofia. Nesse particular, Schüller (1991: 15) afirma que a "A filosofia - em sentido amplo - é convidada a reencontrar a sua cidadania, sem que os resultados sejam prognosticáveis." No caso da educação, o exposto, aqui, nos leva necessariamente a uma práxis que forme ou produza o novo homem, isto é, sem essência preestabelecida. A nosso ver, o novo homem, hoje, é o Homem Universal. Este é por nós concebido não como prognóstico, mas, a partir do conceito blochiano de utopia, isto é, como possibilidade concreta, bem como a partir da visão hegeliana que concebe a auto-realização do conceito, no caso o homem, em seu fazer-se histórico.*

*A razão negativa opõe-se à razão positiva. Não no sentido de exclusão, mas de "Aufhebung", traduzido da língua alemã como "superação". A razão negativa propõe-se dialética, uma vez que adota o caminho da negação da negação. Essa razão, ao contrário do que se pode imaginar, não é niilista ou algo semelhante. Para ela a história e/ou a historicidade se põe como síntese construtiva (onde matéria ou conteúdo e forma estão em constante tensão superadora). A nosso ver, a ciência que se pretenda científica e a filosofia que se pretenda filosófica, não realizam a sua natureza sem a razão negativa. Popper, ao propor o conceito de "corroboração"; Kuhn, ao propor o "paradigma" como "histórico"; Castoriadis, ao propor a "Criação Histórica"; Marx e os marxistas, ao proporem o "Homem Omnilateral", entre muitos outros, buscam viver a razão negativa. Diante dela, enfim, a história continua e a educação ainda tem sentido.*

A nossa pretensão, no presente trabalho, pois, é o caminho da razão negativa. Por outro lado, tal pretensão em nada reforça a onda pós-moderna em voga, pois **a razão**

**negativa tem a sua racionalidade. Não é ausência de razão.** Nem é o vazio. É a negação dos absolutos, mas jamais ausência de realidade. Nesse sentido, Pessanha (1993: 22) apreende com muita propriedade esse problema da razão positiva e a ausência de razão, dizendo que

"Chegamos ao século XX com essa angústia. É a angústia que o neopositivista expressa e que passa para todo mundo. A encruzilhada parece ser esta: ou a clareza, e aí a ciência no sentido mais pleno, o epistêmico no sentido mais luminoso, ou então a impossibilidade da clareza e, por que não, o obscurantismo, o emocionalismo, o simples arrepio, a simples intuição, questões que hoje estão voltando à moda com muita insistência".

Pessanha, ainda (1993: 22-3 ), completa o quadro em descrição, afirmando que

"Todos aqueles que acreditaram numa razão ao alcance do homem, absoluta, atemporal e incontingente, e depois verificaram a impossibilidade de sustentar essa razão única e atemporal, com muita rapidez acabaram abrindo mão não só dessa razão mas de toda a forma de racionalidade. O que vem depois da crise de uma razão absoluta geralmente não é outra razão, mas sim razão alguma. Muitas pessoas estão vivendo essa alternância que eu acho equivocada: ou a verdade plena, absoluta e perfeita ou verdade alguma. Ou o absoluto do sim ou o absoluto do não. **O que ainda não se exercitou é uma outra forma de racionalidade. Uma racionalidade do apenas provável e provisório**, mas muito mais humanizada que a racionalidade mediana do confronto dos vários discursos<sup>70</sup>". (grifo nosso)

A razão negativa é aberta. Não congela ou petrifica o real. Igualmente não se fixa nas formas, nem as sacraliza. É a razão que busca captar o real em seu movimento histórico

---

<sup>70</sup> Como se pode observar, Pessanha assume, embora não explicitadamente, uma postura contrária à proposta tão propalada da negociação entre vários discursos de Habermas. Anteriormente mencionamos a proposta de Habermas válida, embora com restrições, na busca da instauração de uma ética da participação. No presente caso, porém, concordamos com Pessanha, pelo simples fato de que numa negociação dos diversos discursos, o discurso do(s) grupo(s) social(ais) hegemônico(s) não se põe, jamais, como "provável e provisório", mas como positividade que congela a história, dizendo-se universal, embora sem realizar a universalidade.



(o estar sendo, o construir-se, o efetivar-se): daí ser, conforme as palavras de Pessanha (ibidem) "uma racionalidade do apenas provável e provisório".

Tal razão se impõe, se quisermos viver, coletiva e democraticamente, a plenitude das conquistas civilizatórias. Se, por um lado, a ciência-tecnologia passou de fator (ontem) para um lugar de centralidade (na atual sociedade - mundial) - e, por isso, redimensiona a reflexão em torno da educação científico-tecnológica do pequeno agricultor - por outro, a filosofia, considerando-se a era das revoluções industriais, nunca foi tão necessária como o está sendo atualmente, face ao fato de termos que pensar prospectivamente, isto é, providenciar uma alternativa viável para a sociedade mundial e suas sociedades constituintes: específicas, particulares, singulares. Nunca a categoria da totalidade, articulada com as da contradição e mediação, se fez tão concreta e tão cheia de conteúdo como o é hoje. O conteúdo dessas categorias, porém, não é no sentido da determinação. Por outro lado, a categoria "mercado mundial", apropriada unilateralmente pelos neoliberais, é concreta quando se refere à produção e ao consumo, mas é oca e reificante quando tenta justificar a exclusão.

As categorias e os conceitos precisam, a nosso ver, ter como perspectiva a **ação transformadora** (ver box 9), indo para além da reprodução não contraditória do mundo dado. Cardoso coloca como uma das exigências do trabalho científico "...assumir o ponto de vista da transformação" (1986: 62). Também nos diz que a perspectiva da transformação "...é distinta de uma certa visão,...simplista, em que, por ideologia política, se assume o lado do operariado, ou, pelo contrário, o da burguesia... É preciso tratar esta questão com mais sutileza para poder apreendê-la não como oposição mecânica e simplista..." (1986: 67). No caso do pequeno agricultor, que resiste a essa polaridade conceitual, além da sutileza, há de se pensar de forma mais perspicaz e com mais base empírica do que normalmente se trata -

de forma paradigmática - a “questão agrária”. Zemelman nos diz que um pensamento “no puede ser sólo crítico, ...debe ser constructivo, propositivo” (1994: 10). Muitos intelectuais, porém, estão atuando no sentido da reprodução, elaborando “... estrategias complementarias a las del crecimiento económico que permitan que los marginales no ejerzan presión social o política sobre el sistema. Ejemplo concreto de esto son los llamados programas de solidaridad o de asistencia social...”(idem, p. 11). Nesse caso, há uma atuação no sentido de manter o equilíbrio social desigual.

### **Box 9. Ação transformadora.**

*Gramsci (1978: 44 e 212) concebe a política como uma “filosofia em ação”, de modo a reclamar, com isso, a unidade entre teoria e prática. Por outro lado, há uma distinção entre reflexão filosófica e ação política. A teoria estabelece conceitos e/ou categorias com que podemos apreender de forma abrangente e consciente a realidade em suas múltiplas determinações e, a partir disso, vivermos projetos sociais/ações políticas lúcidas de maneira tal que sejam no mínimo respeitados pelas forças vivas do contexto em que se inserem. Assim, o momento teórico-filosófico de uma reflexão acadêmica articula-se com o momento histórico-político. Embasado na teleologia propiciada pela reflexão filosófica e com este respeito na ação política, conseguiremos elevar os debates e confrontos políticos à condição de **alteridade**<sup>71</sup> - A partir de Abramovay (1992) podemos perceber que este conceito tem sentido, uma vez que as pequenas unidades de produção vivem, para além das determinações capitalistas, uma realidade de comunidade - ou, em outras palavras, ao salto qualitativo ensejado por Hegel e por Marx (superação). Há, pois,*

---

<sup>71</sup> Para uma visão mais abrangente e aprofundada ver os seguintes textos: Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade? de Norberto ETGES, in: *Educação e Realidade*, v. 19, n. 1, 1994, p. 47-60 e, principalmente, “Aprendizagem: na mediação social do aprendido e da docência” de Mario Osorio MARQUES. Ijuí: Unijuí, 1995.

*uma unidade entre teoria e prática na dinâmica sócio-histórica (Etges - 1993a: 76 - “a unidade está na obra: na cultura científica”; Habermas: há de se considerar o espírito de uma época); não há, por outro lado, uma subsunção de uma pela outra, ou a mesmice entre si, ou ainda, uma confusão (fusão inconseqüente e/ou sem consciência). A unidade teórico-prática acontece, enfim, na **atividade** e jamais no ativismo, seja ela primariamente prática ou primariamente teórica. Nesse sentido, justifica-se plenamente um estudo como este, de caráter predominantemente teórico. A unidade dar-se-á na dinâmica sócio-histórica enquanto totalidade histórico-social e não no ato da elaboração teórica nem na militância política no interior dos movimentos sociais. A unidade, pois, põe-se para além do indivíduo que se apropria de uma teoria ou se insere em ações políticas. Implica, também, ações conscientes, com o que o comportamento de massa não significa, a priori, unidade teórico-prática.*

*Considerando-se a dinâmica sócio-histórica específica das comunidades agrícolas, o conceito **alteridade** ganha relevância e, parece-nos, ter um alcance que supera o conteúdo conceitual das políticas oficiais dos “programas de solidariedade ou de assistência social” (Zelman, 1994: 11). Vejamos. A alteridade supõe a existência de diferentes em uma relação. O diferente, por sua vez, implica o respeito (ao outro = diferente). Tal respeito não significa ausência de crítica e de busca de convencimento - próprio da ação política de transformação. No caso da reflexão filosófico-científica trata-se, antes, de um confronto produtivo. Produtivo a tal ponto que possa instaurar rupturas nos paradigmas ou, no mínimo, evocar um paradigma como orientador, negando qualquer possibilidade de dogmatização e/ou positivização. A alteridade também pode significar, a nosso ver, a **vivência comunitária**, onde existe a superação dos interesses imediatamente pessoais e se impõe, mediante negociação democrática, uma práxis que afirma a realização das*

*necessidades essencialmente coletivas. Vale ressaltar que a comunidade não subsume o indivíduo, nem a família. No caso das comunidades de pequenas unidades de produção agrícola, a alteridade é, ainda, um conceito com conteúdo. Caso típico é o planejamento interno a uma Microbacia, onde não desaparecem as iniciativas particulares mas, ao mesmo tempo, os possíveis problemas advindos destas são discutidos e resolvidos coletivamente. Exemplos típicos são a exploração da água do riacho e a defesa contra a erosão. Acreditamos que as pesquisas de cunho centralmente antropológico<sup>72</sup> possam avaliar melhor ambos os conceitos (comunidade e alteridade) no cotidiano dos pequenos agricultores e acampados/assentados, bem como suas implicações políticas.*

*Marx & Engels no Manifesto Comunista (1988) falam que a Filosofia deve, além de interpretar a realidade, **transformá-la**. Sem dúvida Marx & Engels reclamam a unidade teórico-prática. Não designam com isso a subsunção de uma pela outra. Garante-se aqui a força teleológica da filosofia e a força de esgotamento das velhas contradições sociais pela ação política. Só assim se pode conceber o emergir do novo (nova sociedade: universal; novo homem: universal - cosmopolita e omnilateral). O novo é assim uma síntese histórico-social da ação política coletiva e consciente e da teorização que apreende os esgotamentos e as cegueiras da reprodução da velha ordem.*

Tal ação (conforme box 9) - de transformação - não é viável fora da perspectiva da totalidade histórico-social. Ou seja: **ninguém se salva sozinho** e sem partir da matéria já

---

<sup>72</sup> Sugerimos a leitura da obra de D'INCAO, Maria Conceição & ROY, Gérard. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Além de oferecer subsídios quanto aos conceitos em questão, pode-se dizer que a obra de D'Incao e Roy é um belo exemplo quanto ao encaminhamento metodológico de uma pesquisa de cunho antropológico, vindo ao encontro do pensamento de PESSANHA (1993), no presente trabalho amplamente explicitado. Ressalte-se, também, que nesta pesquisa os próprios pesquisadores vivenciaram, efetivamente, o conceito de alteridade por nós proposto no box n. 9 (veja-se o prefácio da obra, escrita por Christian GEFFRAY), bem como a unidade teórico-prática mencionada no mesmo box.

construída pela humanidade. O parâmetro para avaliar o desenvolvimento sócio-econômico é a **emancipação da aldeia universal em sua universalidade e em suas particularidades**, isto é, com a devida democratização das forças produtivas ou, mais abrangentemente, das conquistas civilizatórias. Ademais, a prospecção e a mediação inerentes à transformação jamais podem ignorar a totalidade histórico-social, nem o esforço coletivo e abrangente da comunidade científica internacional. No entanto, o debate é, ainda, bastante marcado por **reducionismos disciplinares**<sup>73</sup> - o sociologismo, o economicismo, o psicologismo, etc. - e por uma tentativa homogeneizadora nas ciências, não raras vezes buscando explicitadamente **um** (não o) **“holismo”**<sup>74</sup> (no caso mais propriamente uma espécie de pansofia) segundo uma (apressada) filosofia do sujeito. Segundo Morin (1987: 31) vivemos ainda

“...o primado da disjunção e da redução. Ele determina um tipo de pensamento que separa o objeto do seu meio, separa o físico do biológico, separa o biológico do humano, separa as categorias, as disciplinas, etc. A alternativa à disjunção é a redução: este tipo de pensamento reduz o humano ao biológico, reduz o biológico ao físico-químico, reduz o complexo ao simples, **unifica o diverso**”. (grifo nosso)

Estamos vivendo uma estranha onda de holismo que parece querer **unificar a multiplicidade real por decreto**, pressupondo, simplisticamente, que no mundo “tudo se relaciona” e que, por conseqüência, tudo explica tudo e tudo determina tudo. Reclama-se, por isso, uma interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade que efetive uma **unidade final**

<sup>73</sup> Ver, a este respeito, MORIN, Edgar. *O Problema epistemológico da complexidade*. Rio de Janeiro: Europa-América, 1981, p.13-4, especialmente a p. 31. Ver, também, os artigos de diversos autores na Coletânea *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*, coordenada por JANTSCH, Ari P. e BIANCHETTI, Lucídio. Petrópolis: Vozes, 1995.

<sup>74</sup> Ver, a este respeito, a Coletânea citada na nota anterior.

no conhecimento e no pensamento. Para conseguir tal façanha, seus pregadores valem-se do mais obstinado recurso à filosofia do sujeito<sup>75</sup> - ver box 10 a seguir.

### **Box 10. Filosofia do sujeito.**

*Consideramos que a filosofia do sujeito é ao mesmo tempo base e expressão da concepção a-histórica do objeto filosófico-científico “interdisciplinaridade”. Reconhecemos as possíveis contribuições desta filosofia na produção do conhecimento como um todo. Por outro lado, Jantsch e Bianchetti (1995) tentando apontar os limites da filosofia do sujeito, assim se expressam:*

*“..., seja na circunscrição idealista (autonomia das idéias ou primado explicativo das idéias ou, ainda, atribuição de suficiência absoluta ao sujeito pensante) ou em outra qualquer (ecletismo, etc.) que incorra em a-historicidade, não vemos substrato para configurar a construção histórica do objeto “interdisciplinaridade”. Chamamos a atenção para o fato de que a construção histórica de um objeto implica a constituição do objeto e a compreensão do mesmo, aceitando-se, com isso, a tensão entre o sujeito pensante e as condições objetivas (materialidade) para o pensamento” (p. 11-2).*

*E falando mais concretamente, os mesmos autores dizem que*

*“A filosofia do sujeito não é articulada/elaborada por nenhuma escola/tendência/corrente filosófica específica. Ela se põe, de fato, em várias acepções. Grosso modo, caracteriza-se por privilegiar a ação do sujeito sobre o objeto, de modo a tornar o sujeito um absoluto na construção do conhecimento e do pensamento. O sujeito, aí, é autônomo. Uma das conseqüências desta compreensão do processo de construção do conhecimento é avaliar de forma moralizada esse processo, destacando-se, então, a polaridade bem x mal. Além disso, o bem e o mal no mundo do conhecimento são lidos a partir da redução voluntarista (ato da vontade) do sujeito que conhece ou que constrói conhecimento. Nesta visão desaparecem as*

<sup>75</sup> Além das referências de JANTSCH & BIANCHETTI (1995) no box n. 10, ver a este respeito os textos de ETGES, Norberto J.: Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade? In: *Educação e Realidade*, v. 19, n. 1, 1994, p. 47-60, bem como Produção do conhecimento e interdisciplinaridade, in: *Educação e Realidade*, v. 18, n. 2, jul./dez. 1993a, p. 73-82 .

*condições objetivas que envolvem o processo de construção do conhecimento. Enfim, aí a história não existe e o sujeito normalmente é confundido com o indivíduo humano. Portanto, essa filosofia do sujeito atropela, a nosso ver, também o sujeito” (p. 23).*

*A nosso ver, a filosofia do sujeito mostra-se limitada para dar o devido suporte a uma produção interdisciplinar de conhecimento, bem como a uma visão holística não simplista da realidade. A produção interdisciplinar de conhecimento requerida pelo pequeno (ainda) agricultor põe-se para além do conteúdo constituído tanto pela filosofia do sujeito quanto pelo holismo pansofístico. A interdisciplinaridade faz-se necessária - muitos pesquisadores não se cansam de afirmá-lo - seja para o pequeno agricultor alcançar um conhecimento capaz de dar conta da complexidade do seu trabalho e da natureza com a qual interage, seja para superar a unilateralidade dos pacotes científico-tecnológicos a ele muitas vezes impostos. Ela há de pôr-se, porém, em sua “historicidade” (Frigotto, in Jantsch & Bianchetti, 1995, 25-49). Ademais, qualquer articulação universidade-pequenos (ainda) agricultores, se pautada no voluntarismo e exacerbação subjetivista implícita em grande parte nas falas que reclamam um trabalho acadêmico interdisciplinar “junto à sociedade”, especialmente se ocupando com “grupos populares” - dentre estes situam-se os pequenos agricultores - está fadada ao fracasso, pois, do que podemos depreender das citações acima, a atuação acadêmica voluntarista e sem critérios e base histórica **não salva a lavoura.***

Nossa reflexão afirma a interdisciplinaridade (a agronomia, a educação, etc. desaparecem sem os seus fundantes: as diferentes ciências) e nega tanto os reducionismos (economicismo, sociologismo, etc.) quanto o **suposto holismo (simplificação da categoria da totalidade)**. O princípio da interdisciplinaridade afirma-se devido à categoria da

totalidade, e não devido a um ato de vontade do pesquisador e/ou de um suposto holismo que reduz, sem mais, tudo a uma mesmice e/ou tudo relaciona ou associa, mesmo que as partes, muitas vezes, não tenham uma relação de fato, isto é, uma interdeterminação ou intercondicionamento efetivo.

O próximo capítulo trata, além de outros, deste problema: a superação dos reducionismos, de um lado, e das pretensões do suposto holismo - vulgarização e implosão da categoria da totalidade mediante uma totalização metafísica da realidade, ou, em outras palavras, pela perda da concretude que, segundo Kosik (1986) são as múltiplas (diversidade) determinações da realidade (unidade) - por outro. Acreditamos que uma epistemologia radical e aberta, para a qual buscamos trazer as nossas contribuições neste estudo, se efetiva a partir da compreensão do pensamento enquanto complexo e do trabalho intelectual que avança interdisciplinarmente.



#### **4. O ESTUDO DA ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA VIÁVEL: COMPLEXIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE**

Aqui queremos refletir, a partir da moldura contextual mais geral, prioritariamente, sobre a natureza do objeto do presente estudo, que assume um caráter **interdisciplinar** e exige uma reflexão que assuma o pensamento enquanto **complexo**, rechaçando qualquer tentativa de simplificação da filosofia do sujeito (holismo apressado e simplificado), como também de positivização.

No tocante à positivização, assumimos a reflexão de Mirian J. Warde - “A favor da educação, contra a positivização da filosofia ” (1990). Em sua conclusão diz:

“...penso... que a Filosofia possa dar uma efetiva contribuição à educação se ela for levada a se assenhorear, radicalmente, de alguns temas candentes do nosso tempo. Faço coro com aqueles que entendem que duas tarefas indissociáveis estão no horizonte **imediato** da Filosofia e que, do seu enfrentamento, dependem as possibilidades de sua sobrevivência: a crítica radical ao cientificismo positivista e o combate corrosivo aos irracionalismos que se anunciam superadores do mal-estar de uma civilização construída sobre a ciência e a técnica, para que ela possa chamá-las à Razão” (p. 32).

Acreditamos que a filosofia precisa, também, assenhorear-se do tema “Educação do pequeno agricultor”, sob pena de ele continuar sendo positivizado ou, quem sabe, ser enquadrado na totalidade e/ou universalidade vazia do pseudo-holismo.

A elaboração teórica em torno da educação do pequeno agricultor, no nosso caso centrado na questão da racionalidade educativa, precisa levar em conta as razões de várias

disciplinas ou campos de conhecimento e, além disso, assumir uma racionalidade em aberto, de maneira tal que possa levar em conta os mais diversos argumentos da comunidade científica, sem, contudo, constituir uma teoria que artificialmente incorpore as diferentes contribuições (da comunidade científica), o que poderia constituir uma mera **colcha de retalhos**, procedendo-se, assim, a uma “bricolagem”: “...ajuntamento indiscriminado e acrítico de “pedaços” de cultura ou de saber/conhecimento...”(Schaefer e Jantsch, 1995: 23), de modo a formar um aglomerado “indigesto”(Gramsci, 1968: 184), com argumentos justapostos e sem fio teórico-metodológico.

A complexidade do pensamento e o caráter interdisciplinar do nosso objeto andam juntos. A complexidade põe-se na medida em que os conceitos-chave ou categorias de nossa teorização - estes tratados em toda a extensão do presente trabalho - não necessariamente são de uso universal nas diferentes disciplinas e/ou áreas de conhecimento da reflexão acadêmica e, quando têm um uso mais generalizado, não necessariamente assumem uma compatibilidade de sentido na totalidade da reflexão acadêmica.

A complexidade não é, necessariamente, relativa ao caráter interdisciplinar do objeto, embora este caráter, por certo, potencialize a complexidade do pensamento. O discurso descentrado - próprio da interdisciplinaridade - acreditamos, assume a complexidade do pensamento.

A questão do sentido diverso não se reduz, de maneira alguma, às especificidades teórico-metodológicas das diferentes disciplinas e/ou áreas do conhecimento. A incompatibilidade também se revela no embate entre as diversas tendências teórico-metodológicas - que são, a nosso ver, transdisciplinares, mas, também, paradigmáticas - com ênfase, portanto, mais na opção política do que nos fundamentos especificamente epistemológicos.

Segundo Morin (1981: 31),

“...um paradigma é um tipo de relação muito forte, que pode ser de conjunção ou de disjunção, logo, aparentemente de natureza lógica, entre alguns conceitos mestres; este tipo de relação dominadora determina o curso de todas as teorias, de todos os discursos que o paradigma controla. O paradigma é invisível para quem sofre os seus efeitos, mas o que há de mais poderoso sobre as suas idéias. A noção de paradigma é, ao mesmo tempo, linguística, lógica e ideológica. É uma noção nuclear. Assim, o âmago do paradigma de simplificação, que guiou a ciência clássica é o primado da disjunção e da redução”.

Vivemos, no ocidente, até hoje, o paradigma da simplificação e não da complexidade. É o domínio da concepção positivista na filosofia e na ciência. Hoje, também o pseudo-holismo é produtor dessa simplificação. Segundo Morin (ibidem) “**o paradigma da simplificação não permite pensar a unidade na diversidade ou a diversidade na unidade**, ... só permite ver unidades abstractas ou diversidades abstractas, porque não coordenadas” (grifo nosso). A nosso ver, as categorias de totalidade, contradição e mediação são hoje capazes de dar conta, em grande parte, dessa complexidade em nosso estudo. Elas significam, no seu conjunto, a totalidade histórico-social, indeterminada, isto é, sempre aberta a novos mundos, a novas totalizações, sem pretensão de homogeneidade.

Morin (ibidem), contudo, nos chama atenção para uma noologia “que considere não só a organização e a vida das idéias em sistemas, teoria e doutrinas, não só a lógica, mas também a paradigmátologia”. Tal noologia tem a vantagem de nos fazer “considerar **a grande dificuldade que as teorias têm em [se] comunicar umas com as outras**, não apenas nos debates políticos, onde se trocam os argumentos mais grosseiros e as incompreensões mais penosas, mas também nos debates científicos, inclusive entre grandes espíritos...”(Morin , idem: 31-2) (grifo nosso). Nesse sentido, urge desparadigmatizar tais categorias, para que elas possam, a partir da “racionalidade do

provisório... (Pessanha), produzir a “comunicação” (Habermas). Trata-se, obviamente, de desparadigmatizar, também, as categorias da totalidade, da contradição e da mediação, entre outras.

Estamos diante do desafio de uma reflexão de caráter interdisciplinar que assume, ao mesmo tempo, a complexidade. Isso compromete qualquer pesquisador (voltado à racionalidade educativa em geral, bem como à racionalidade educativa presente em contextos recortados) a não recorrer ao “sopão” epistemológico que tudo harmoniza: constituinte de uma espécie de “pansofia” (a exemplo de Comênius) ou da pan-interdisciplinaridade<sup>76</sup> própria da atual onda supostamente holística. A reflexão interdisciplinar supõe, dentre outros, a diferença afirmada na reflexão e no debate filosófico-científico. Assim sendo, assumimos a conceituação de Etges (1993b: 18), expressa na seguinte forma:

“A interdisciplinaridade, enquanto **princípio mediador** de comunicação entre as diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a denominador comum, mas elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A interdisciplinaridade é o **princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites**, mas, acima de tudo, é o **princípio da diversidade e da criatividade**”. (grifos nossos)

Etges, coerente com o seu conceito de interdisciplinaridade, endossa duas “...formas de interações entre as teorias e as diversas ciências” (ibidem) propostas por Wallner, que são: o “estranhamento” e “a explicação ou esclarecimento”.

---

<sup>76</sup> Segundo JANTSCH & BIANCHETTI (1995: 24), “A palavra é significativa. Designa a pretensão de se atribuir um caráter interdisciplinar a toda e qualquer atividade humana. Na atividade acadêmica, pois, atribui-se, sem mais nem menos, um caráter interdisciplinar necessário ao ensino, à pesquisa e à extensão. Concretamente, a pan-interdisciplinaridade cogita o retorno à velha unidade, que começa a desmoronar já na produção do conhecimento por Aristóteles, séculos antes de Cristo... A pan-interdisciplinaridade é a abdicação fácil e ingênua da categoria da totalidade, pois confunde o conjunto das múltiplas determinações do real e/ou a ‘unidade diferenciada’ (Etges, 1993) da obra humana com uma unidade metafísica qualquer”.

“Pelo processo de **estranhamento**... o cientista põe seu sistema de proposições em um contexto que lhe é estranho. O contexto estranho pode ser o mundo ambiente do senso comum, ou o de outro campo científico para o qual ele verte a sua teoria. Imediatamente verá o absurdo de certas proposições. Pela variação de contextos, porém, o cientista vai descobrindo certas estruturas de seu sistema de proposições que antes lhe ficavam inteiramente despercebidas” (ibidem).

Consoante a esta proposta (“estranhamento”), podemos dizer que ela é excepcionalmente adequada para um trabalho de pesquisa junto aos pequenos agricultores, acampados e assentados. O estranhamento permite, entre outros, a um sociólogo, a um antropólogo, a um cientista político, etc., ao fazer-se presente entre os grupos mencionados, perceber a presença do paradigma da determinação em seus construtos, o absurdo de muitas proposições complicadas (não complexas), a incompletude de seu sistema de proposições teórico-metodológicas, etc. Entre outros, o estranhamento afirma a necessidade imperiosa da “**escuta**” (Fischer, 1994)<sup>77</sup>, intercomplementar ao próprio estranhamento. Vale aqui citar Christian Geffray, em prefácio da obra já citada de Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy. Geffray, ao referir-se justamente ao modo como os pesquisadores se dirigiram aos sujeitos da pesquisa, diz: “Nós estamos aqui sem outro projeto senão aquele de conhecê-los (...) de escutá-los e de falar com vocês (...) Nós não pertencemos a nenhuma Igreja e nós não falamos em nome de nenhum partido ou de nenhuma doutrina (...) Nós não temos nenhuma certeza de poder lhes ser úteis...” (1995: 11).

A explicitação acima de Geffray e a afirmação seguinte de Etges são emblemáticas quanto à unilateralidade das construções filosófico-científicas enclausuradas em si mesmas. Etges assim continua: “Fora de seu próprio contexto, ele [o cientista] começa a ser capaz

<sup>77</sup> Anotações nossas em conferência proferida por Nilton Bueno FISCHER, em 16 de junho de 1994, como parte do “Fórum de Educação para o Desenvolvimento Municipal”, realizado em Piracicaba, SP, promovido pela UNIMEP e várias outras instituições.

de colocar novas questões, que jamais lhe viriam à cabeça e agora lhe passam a sacudir o seu pequeno mundo. Os pressupostos de sua teoria, de seu campo são rapidamente postos a nu.” (1993b: 18).

Quanto à segunda forma - a compreensiva ou esclarecedora - Etges diz que “uma ciência ou teoria é explicada pelos métodos de uma outra ...Significa que um modo de procedimento de uma ciência se torna o objeto de outra ...o conteúdo de uma ciência...será exposto nos termos da metodologia da [outra]” (ibid: 19).

Etges conclui seu comentário sobre as duas formas recomendadas por Wallner, dizendo:

“Quando se percebe através destes procedimentos que nosso campo já chegou a seus limites, ou quando simplesmente se percebem teórico-metodologicamente os limites de um campo...o cientista vai pondo as condições objetivas para a construção de uma nova teoria ou de uma nova metodologia. Aprendendo a sair de seu modo de pensar e de sua metodologia consagrada, ele abandona a rigidez e a fixação em mundos que julgava absolutos. Percebe por sua ação que são construções de mundos e que nada impede que também ele possa construir outros mundos, pois nenhum deles abarca toda a potencialidade do mundo ambiente.” (ibidem).

As implicações do **princípio (não método) da interdisciplinaridade** são basicamente as acima comentadas e se articulam com as exigências da complexidade. Quanto à complexidade, porém, há de se considerar que ela não se limita à descomplicação da reflexão filosófico-científica já mencionada. O desafio da complexidade também diz respeito, a partir das categorias mencionadas (totalidade, contradição e mediação), a uma relação específica de poder que não apela à negociação política em torno de questões eticamente inegociáveis (a exclusão e/ou a miséria/barbárie). Se, por um lado, a ciência não tem um caráter ético (conforme já explicitado no capítulo introdutório), por outro, a interdisciplinaridade exige um pensar que leve em conta o aspecto ético. Este problema,

hoje, ao mesmo tempo em que participa da complexidade, amplia a complexidade do nosso pensamento que se apropria do objeto em questão. A discussão da ética, assim, se fará cada vez mais marcante na reflexão filosófico-científica e será cada vez mais decisiva nos processos de pesquisa científica e na extensão universitária, principalmente pelo fato de estarmos, junta e concomitantemente com o problema da exclusão, diante de questões como “desnaturalização da natureza” e “desumanização do homem” (Gusdorf, Apud Siebenneichler, 1989: 155). A categoria Homem Universal, síntese da totalidade histórico-social, não será completa sem o conteúdo de uma ética humanista, complexa mas não complicada.

A complexidade do pensamento - considerando-se, aí, a implicação (não se trata de uma suposta natureza ética, em sentido estrito, do conhecimento/pensamento) ética já mencionada - e o caráter interdisciplinar do objeto põe pelo menos duas exigências básicas para a comunidade científica e para os pesquisadores em particular:

a - o respeito pelas diferenças disciplinares que se põem a partir das especificidades metodológicas (a sociologia teorizando a sociedade a partir da matéria construída; a filosofia teorizando prospectivamente; as ciências agrárias articulando teoria e prática na busca da aplicação das ciências básicas; etc. ). Tal respeito é necessário na medida em que as disciplinas e os campos são o não objeto da interdisciplinaridade.

b - a instauração do “entendimento” (Habermas: agir comunicativo e paradigma da comunicação; Morin: desparadigmatização) que “leva em conta todas as razões/argumentos” (Pessanha, 1993). Para instaurar o entendimento, Morin propõe a “transparadigmatologia”, uma vez que, segundo o autor (1981: 32)

“...estamos ainda numa época de barbárie das idéias, de barbárie do espírito... estamos na pré-história do espírito humano...a grande doença é o idealismo que esquece que as idéias são mediadores e tradutores; é a reificação das idéias em que a idéia se toma pelo real.

A grande doença da razão é a racionalização que encerra o real num sistema lógico coerente, coerente ao preço de terríveis mutilações. A grande doença da ideologia é o doutrinário que fecha o sistema de idéias ao diálogo com o real e com os outros sistemas de idéias”.

A transparadigmatologia implica, certamente, uma **razão democratizante**. Pessanha traduz essa razão e evoca, ao mesmo tempo, a **ética enquanto direito de criação**, direito tão caro a todos aqueles que se irmanam (pequenos agricultores/pesquisadores) à natureza em sua expansividade para produzir mais vida, procurando, de uma só vez, superar a “desnaturalização da natureza” e a “desumanização do homem” (Gusdorf, apud Siebeneichler, 1989: 155). Vejamos suas palavras:

“Para entender nossa condição atual , para poder exercitar efetivamente um modelo democrático, preciso de uma razão múltipla, plural, democratizante, feita de ambigüidades e de litígios em que eu tenha que ser o tempo todo, e com todo risco e responsabilidade, aquele que arbitra. Não arbitrariamente, mas através de uma arbitragem ponderadora, que leva em conta todos os argumentos. Preciso de uma revalorização da imaginação...Precisaria perceber que há na imaginação uma instância criadora que nos tira do fatalismo mecanicista do mundo, um fatalismo mecanicista que se atribui ao jogo da sociedade. Para isso é preciso resgatar o direito à criatividade da imaginação. Resgatar a ética como uma normatividade que se legitima a partir da indignação, do espanto diante da ausência da justiça” (1993: 35-6).

As duas exigências pressupõem uma epistemologia aberta: sem ciência modelar ou imperialismo epistemológico, sem razão absoluta - realização totalitária ou paradigmaticizadora dos conceitos - sem unidade final do pensamento (pan-interdisciplinaridade, pansofismo ou pseudo-holismo que implicam a morte da contradição e, conseqüentemente, da história), sem dogmas (defesa do mundo dado), sem discurso autoritário, sem apelações de qualquer natureza, ... superando os cânones positivistas<sup>78</sup>,

<sup>78</sup> A respeito da superação da razão positiva ou positivizada, da razão que engendra absolutos (positiva ou negativamente), ver PESSANHA, José Américo. Filosofia e modernidade: racionalidade,



tanto da tradição (neo)liberal quanto do marxismo ortodoxo/anacrônico ou, ainda, do marxismo transmutado em “esquerda neoliberal” (Zemelman, 1994).

A complexidade, segundo Morin (1981), não é sinônimo de **complicação**, não se reduz a ela. “É qualquer coisa de mais profundo... É o problema da **dificuldade de pensar**, porque o pensamento é um combate com e contra a lógica, com e contra as palavras, com e contra o conceito”(p.14) (grifo nosso). Também Pessanha (1993) percebe essa dificuldade, de modo especial na questão da linguagem, pois

“...quanto mais purifico a minha linguagem nos sistemas formais, mais clareza eu consigo. A consistência é maior, tiro toda a ambigüidade e equívocidade, mas, ao mesmo tempo, tiro também toda a concretude do discurso, toda circunstância e historicidade. Fica sendo um discurso modelar, porém totalmente abstrato e atemporal, válido apenas enquanto fechado nele mesmo. Não vale para dizer coisa alguma...”(p.22).

Pessanha fornece-nos elementos para pensar a ciência enquanto um esforço empreendido também por pequenos agricultores, por exemplo. **A busca de uma linguagem perfeita, matematizada é problemática quando se trata da participação dos pequenos agricultores no processo de pesquisa científica**, pois este “...mundo da ciência hoje nos desqualifica para fazer essa ciência enquanto seres cotidianos. Para entrarmos num patamar epistêmico, exige de nós uma superação dessa banalidade”(ibid: 24).

A nosso ver, o embate entre as diferentes tendências teórico-metodológicas é expressão do combate apontado por Morin. Poderíamos dizer, também, que esse embate,

---

imaginação e ética. *Cadernos ANPED*, n. 4, 1993, p. 7-36, especialmente as p.22-24. No mesmo caderno, ver, também, o trabalho de WARDE, Mirian Jorge. História e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína (p.37-64). Ver, ainda, ETGES, Norberto J. Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade? *Educação e Realidade*, v. 19, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 1994., bem como “Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito”. *Perspectiva*, n. 17, jan./jul. 1992, p. 79-96. O último trabalho foi apresentado na XIV Reunião Anual da ANPED (1 a 3 de set. de 1991).

por não poucas vezes, é mais marcado, como já dissemos, pela paixão do que pela razão. A resposta para a superação do irracionalismo também nos é dada por Pessanha (1993: 29-30):

“Quanto mais eu expando a noção de razão, mais estou mostrando que há uma racionalidade para o abstrato e uma racionalidade para o concreto. É uma outra razão e um outro modelo, mas eles me permitem continuar no campo da razão. Em vez de dar espaço amplo para a irracionalidade grassar e desenvolver-se, vou iluminando de racionalidade aquelas zonas de linguagem que embora não tenham a racionalidade coagente da razão abstrata, têm a racionalidade operante, aberta, crescente, temporal da razão dialógica. Diminuo assim a faixa do irracionalismo, do obscurantismo”.

A lógica da exclusão do **diferente** (veja-se o nosso conceito de alteridade, tratado no box n. 9) se estabelece onde predomina a irracionalidade. Nesta, o pressuposto da dominação é uma constante. E o pressuposto da liberdade não encontra eco. Schaefer (1995) adverte-nos sobre o problema do pressuposto da dominação:

“...se nos fundamentamos no pressuposto da dominação para estudar a realidade, detectando através dele uma real situação de superioridade-inferioridade...e se quisermos fundamentar nossas ações práticas de transformação dessa situação no mesmo pressuposto de significação, estaremos contribuindo para a manutenção da situação em lugar de contribuir para a sua mudança. Este paradoxo pode ser verificado em muitas ações de linha esquerdista...” (p.175).

E o caminho da razão absoluta<sup>79</sup> e/ou de uma ciência modelar é imanente a essa lógica. Parte-se do pressuposto de que a outra tendência teórico-metodológica e/ou a outra disciplina não tem **razão**, não constitui **teoria** (apenas pseudoteoria), não constrói conceitos e/ou categorias que apreendam a realidade. Denuncia-se, enfim a dificuldade de pensar dos outros, mas dificilmente se exerce a autocrítica própria de uma razão aberta, democrática.

---

<sup>79</sup> A este respeito ver especialmente os trabalhos de Hugo ZEMELMAN (1994), Norberto J. ETGES (1992 e 1994), Mirian J. WARDE (1990 e 1993) e José A. PESSANHA (1993), já mencionados em notas anteriores.

Assim, desaparece a possibilidade da “contradição” e, com ela, do caráter histórico do conhecimento e do pensamento. A pretensão, no caso, é de homogeneizar a concepção do real a partir de uma postura teórico-metodológica com base em uma pretensa epistemologia política universal, ou a partir do reducionismo disciplinar, próprio de uma ciência que se pretende modelar. Buscamos uma teoria e não apenas uma contribuição disciplinar. Buscamos pensar a transformação e não a determinação (produtora de ações mutilantes).

Morin (1981: 14) nos diz que a complexidade reduzida à complicação<sup>80</sup> consistiria em “... uma tal imbricação de ações, interações, retroações, que nem o espírito humano nem um computador extremamente potente poderiam medir, ou mesmo discernir, os elementos e os processos dessa teia emaranhada”.

O que dissemos até aqui, no presente capítulo, parece, à primeira vista, alheio ao nosso objeto (pequeno agricultor e racionalidade educativa). Fizemos este caminho para mostrar que **o contexto a partir do que falamos evidencia a dificuldade de pensar** e de nos contrapor ao conceito excludente de complexidade em voga no senso comum. Partindo-se da conceituação mutilante referida no parágrafo acima sobre complexidade - enquanto complicação - e aplicando-a à ciência, **exclui-se de antemão a possibilidade dos pequenos agricultores participarem dos processos que a ciência implica**. Ou seja, nega-se toda a verificação realizada por Abramovay (1992) na agricultura dos países capitalistas desenvolvidos. O pequeno agricultor nesse sentido se constitui apenas em um **cliente**<sup>81</sup> dos

---

<sup>80</sup> A respeito da complicação exercida pela **quantificação** introduzida nas ciências humanas, ver PESSANHA (1993: 27-8).

<sup>81</sup> José A. Lutzenberger - identificado em notas anteriores - denuncia, repetida e amplamente (em cursos na Fundação Gaia, em Pantano Grande, RS, bem em outras oportunidades) a relação promíscua entre extensionistas e indústrias de insumos para a agricultura. Busca, por outro lado, desenvolver uma ação político-pedagógica junto aos agricultores no sentido da afirmação da (agro) ecologia - não consumidora da maior parte dos insumos industrializados. A Fundação Gaia - Pantano Grande - RS - foi criada para possibilitar esta ação político-pedagógica. A Fundação desenvolve vários cursos, bem como práticas alternativas, dentre as quais podemos citar o cultivo do aguapé

extensionistas (estes em sua maioria agrônomos que ainda não superaram o paradigma dos insumos e que, ocupando cargos/funções em instituições comerciais, associativistas, extensionistas e/ou educativas, limitam-se a dar receitas para aplicação de insumos aos pequenos agricultores) que representam as instituições (produtoras de insumos) que se “atreveram” e assumiram o “ônus” de fazer ciência e articulá-la com os artefatos tecnológicos. Em outras palavras, o pequeno agricultor não teria saída a não ser ser refém do “paradigma institucional” (Kuhn, 1975) - **homogeneizador** (isto é, contrariamente ao “princípio da diversidade e da criatividade” anteriormente comentado) - hoje sob tutela das grandes indústrias de insumos para a agricultura (Bayer, Giba-Geisy, etc.) e das políticas governamentais (neoliberais) preocupadas com o PIB (Produto Interno Bruto) e, por extensão, promotoras das “Agrobusiness” privadas. O apropriação e o substitucionismo, sob os designs das políticas neoliberais e do capital, assumem este caráter da **complicação** para o pequeno agricultor brasileiro.

Tal paradigma - da produção e consumo de insumos, sob a aura da complicação e da linguagem logicamente perfeita - não é compatível com a (agro)ecologia ou a agricultura sustentável<sup>82</sup> no tempo e no espaço, acessível ao pequeno agricultor tanto na participação

---

para servir de alimento a porcos e a galinhas/frangos, a utilização do rúmem como alimento para os porcos, a criação de galinhas/frangos e porcos em sistema semiconfinado, a produção de geléias sem conservantes químicos, a criação de abelhas e a exploração do mel, o aproveitamento do esterco (mediante a devida fermentação) como adubação, a produção de adubo foliar com baixo custo e sem utilização de insumos fornecidos pelas indústrias químicas, etc. Quanto ao termo **cliente** observamos que ele expressa a concepção da “filosofia” da “**qualidade total**”, programa de relação empresa-freguês - parte da atual onda neoliberal - que “eleva” o último à condição de consumidor “satisfeito”. No caso do receituário agrônômico aqui referido, o pequeno agricultor, em tese, teria que sair satisfeito - para além do atendimento mascaradamente isento de interesse próprio do paradigma institucional agroindustrial - diante das “respostas imediatas” dos insumos milagrosos adquiridos para combater os “inimigos naturais” presentes na produção agrícola.

<sup>82</sup> O termo “sustentável” não tem um conceito unívoco em seu uso hoje generalizado. Grupos de diferentes interesses - inclusive antagônicos - têm buscado impor a sua conceituação particular ao conjunto da sociedade. O esforço das forças sociais vivas preservacionistas - dentre elas algumas ONGS - que buscam convencer a aldeia universal sobre a procedência de sua conceituação pauta-se na concepção de uma natureza “mãe gaia”, onde natureza e homem não se dissociam. A tal

do processo de construção do conhecimento quanto no uso abrangente deste. A (agro)ecologia, assim, põe-se, em princípio, como um paradigma alternativo (talvez precisa ser menos paradigmático, isto é, com um discurso menos determinante do que atualmente está se comunicando - pelo menos é isso que se percebe quando se entra em contato com os pequenos agricultores) e possibilita a **articulação da teoria e da prática** pelo pequeno agricultor. Desaparece aqui o conceito de complexidade enquanto complicação. **Afirma-se**, por outro lado, **o conceito da “dificuldade de pensar”, que é relativa a todos os homens, isto é, também aos cientistas e técnicos.** Inclusive reconhece-se a dificuldade de comunicação, tanto das idéias quanto da estrutura de pensamento. Aceita-se o princípio da interdisciplinaridade e a transparadigmatologia. Abre-se, enfim, o pensamento para novo(s) mundo(s), nova(s) realidade(s), construída(s) descentrada e coletivamente.

Morin (1981: 14), nos diz que foram pensadores da complexidade

“... aqueles que...enfrentaram o **problema da contradição**, e os que viram que, na **relação entre a parte e o todo**, não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte, como no holograma em que cada ponto contém a totalidade”. (grifos nossos).

A epistemologia aberta traz intrínseca, como se pode depreender de Morin, as categorias da contradição e da totalidade. A própria dificuldade de pensar revela a contradição real do mundo do pensamento. A totalidade, enfim, põe-se como contraditória. Constitui-se, assim, a totalidade histórico-social, que se enriquece face à mediação das pessoas e das instituições. Por outro lado, a totalidade histórico-social também está nas

---

encaminhamento conceitual são conseqüentes as lutas que se opõem à “desnaturalização da natureza” e à “desumanização do homem” (GUSDORF, apud SIEBENEICHLER, 1989). Já vimos que tal práxis é mais extensamente efetivável a partir do princípio da interdisciplinaridade. Ressalte-se, ainda, que esta conceituação, própria do paradigma (agro)ecológico, traz como exigência uma nova ética, que não fica nos limites da “negociação possível”, mas na intransigência da própria natureza diante das “respostas imediatas” aos supostos “inimigos da [própria] natureza”.

partes, o que exige, na ciência, a epistemologia aberta, isto é, aquela que leva os diversos argumentos em conta, ou, melhor ainda, que admite diversas razões - modelo “relacional das disputas, das hipóteses em confronto” (Pessanha, 1993: 29) e não da eliminação do diferente (Schaefer, 1993: 160ss).

A contradição parte-todo nos é muito significativa. Como situarmos, no contexto mundial, global, internacional, o pequeno agricultor ? Ou, em que medida ele pode ser uma parte que ao mesmo tempo é expressão da totalidade? O paradigma da agroecologia dá conta dessa contradição? Que mediações desenvolver para viver a alternativa frente à exclusão própria do capitalismo que “não pode mais expandir” o Estado de bem-estar social?

A complexidade, então, se radicaliza, se levamos em conta aí a contradição particular-universal, que se dá mediante as mediações na atual totalidade histórico-social. Warde (1993) levantou algumas considerações e elementos que se tornam aqui centrais. Embora discuta o processo da modernização, suas considerações são para nós válidas, pois, conforme Habermas, (1987: 105) a “tese do surgimento da pós-modernidade” é “infundada”.

Warde discute a “história e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína”. Interessa-nos aqui a sua análise explícita e implícita sobre “... como a humanidade (o universal) encontrou em nós um outro jeito de se realizar (ou seja, de se singularizar)”. Isso é especialmente central quando pensamos a partir da categoria da “individuação” do Homem Universal no pequeno agricultor.

Warde aponta de saída uma dificuldade em nosso pensamento:

“Temos sido um tanto incapazes de operar com os nossos conceitos, todas as vezes que abrimos os jornais e empreendemos a ‘oração matinal realista’. Gastamos grande parte das nossas energias a afiar as ferramentas de trabalho, mas reclamamos diariamente de uma

realidade que de tão peculiar, tão imprevisível, escapa à compreensão, nega-se à concepção, rebela-se contra os conceitos e, não bastasse, é tão múltipla que nos põe dúvida se podemos tomá-la como autenticamente singular” (1993: 39-40).

Essa dificuldade é a mesma (já) mencionada por Morin: a de pensar a realidade: total e múltipla, plural, onde as singularidades são a expressão singular da totalidade e onde a totalidade é a realização no mais alto grau das singularidades objetivadas. Realidade que, a partir de uma abordagem histórica, pode ser considerada contraditória, uma vez que as singularidades-particularidades não se movimentam unívoca e unidirecionalmente. Schaefer nos mostra isso no nível do pensamento: as partes de uma totalidade não podem ser contraditórias com a totalidade, mas não quer dizer que sejam necessariamente alinhadas entre si (1995).

Warde constatou a capacidade de tratar complexamente a realidade em Berman, que consegue ver como Goethe, Marx e Baudelaire “abordaram o processo de modernização em desenvolvimento e o usaram como fonte de energia e material criativo ...”. Berman e os autores por ele citados foram, a partir do contexto, (universalização, ...) prospectivos. Assim, Berman, endossado por Warde, mostra o esforço que realizaram Goethe, Marx e Baudelaire

“em apreender este processo histórico-universal e transmiti-lo à humanidade: em transformar as caóticas energias da mudança social e econômica em novas formas de significado e beleza, de liberdade e solidariedade; em ajudar a seus semelhantes e a si próprios a se tornarem sujeitos e objetos da modernização”(Berman apud Warde, 1993: 42).

Reside aí, a nosso ver, um exemplo contundente da empreitada do pensamento sob os desígnios da epistemologia radical e aberta, onde a realidade não mais “escapa à compreensão”, nem “nega-se à concepção” e tampouco “rebela-se contra os conceitos” ,

pois o pensamento é, aí, construção, fazendo com que as ruínas se dissolvam à maneira da apreensão de Marx no Manifesto: “**tudo o que é sólido se desmancha no ar**”. A “oração matinal realista” cede lugar ao “provisório e provável” sob a “energia” e “material criativo”. No nosso caso, se desmancha no ar a universalidade apenas aparente da modernização (excludente) sob o capital, a universalidade apenas aparente da mundialização (excludente) do mercado<sup>83</sup>, a universalidade apenas aparente de uma cultura mundial (exageradamente consumista que tende a deixar totalmente para trás o valor de uso<sup>84</sup> (amontoando lixões poluentes), a universalidade apenas aparente da produção agrícola sob o paradigma da determinação/insumos (também poluente), a universalidade apenas aparente da educação do pequeno (ainda) agricultor que persiste na especificidade historicamente esgotada, etc. Desmancha-se no ar a totalidade totalitária da universalidade que se caracteriza essencialmente pela exclusão, pela homogeneização e pela ruptura entre a universalidade e a particularidade, onde a objetivação do gênero humano obedece à lógica excludente do capital. Enfim, se desmancha no ar o pensamento que não cria o **Homem Universal**, porque não é “fonte de energia e material criativo”, não é construtivo, não exerce a individuação, não objetiva as conquistas civilizatórias nas regiões e no conjunto dos indivíduos.

Morin (1985: 14) diz:

---

<sup>83</sup> ASSMANN (1994: 72) diz que “A cultura do mercado cotidianiza a indiferença, enquanto prega ‘boas novas’ falazes. Cabe-nos a tarefa de, afinados com o Deus da Vida e não com os ídolos cruéis, trabalhar por uma cultura solidária, que leve a humanidade a saborear a fraternura”.

<sup>84</sup> Sobre esta questão, ver Ricardo ANTUNES. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, Campinas: UNICAMP, 1995, especialmente a segunda tese sobre “qual crise da sociedade do trabalho (p.82-6). É importante citarmos ANTUNES (p. 76-7), quando diz que “... no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto condição necessária para a integralização do capital, do sistema produtor de mercadorias. Do que resulta que a dimensão concreta do trabalho é também inteiramente subordinada à sua dimensão *abstrata*”.



“... creio que a filosofia tenha encontrado várias vezes a complexidade. Mas hoje este problema é colocado pela enorme transformação que está a operar-se nas diferentes ciências da natureza e do homem, pelo menos nos seus sectores de ponta. Além disso, o problema da complexidade tornou-se uma exigência social e política vital do nosso século: damo-nos conta de que o pensamento mutilante, isto é, o pensamento que se engana, não porque não tem informação suficiente, mas porque não é capaz de ordenar as informações e os saberes, é um pensamento que conduz a ações mutilantes”.

A não ordenação das informações e saberes diz respeito, também, à abdicação da categoria da totalidade e da falta de realização do princípio da interdisciplinaridade. Além disso, leva a ações mutilantes, o que revela uma articulação da ruína (solidez) no caso da “oração matinal realista”. Por outro lado, no caso de Marx e outros há uma articulação construtiva da teoria (que basicamente lê a realidade) e prática (transformadora).

Warde (1993: 45), por isso, apresenta em sua reflexão sobre as ruínas

“a hipótese de que as manifestações modernistas ou modernizadoras do pensamento e das artes, onde ocorreram de forma orgânica e continuada, exerceram papel preponderante na elaboração e na difusão do projeto da modernidade e, portanto, na construção do homem novo, **superior à própria instalação de novas condições materiais** para o surgimento daquelas formas novas de manifestação da subjetividade”. (grifo nosso)

Pensar superiormente às condições materiais é pensar prospectivamente: criando, a nosso ver, o **Homem Universal** (que incorpora o **novo homem** ensejado pela modernidade, o **homem cosmopolita ou cidadão do mundo** e o **homem omnilateral**). Isso é próprio da filosofia transparadigmatizada. Warde (1993: 45-6) continua, dizendo

“Essa hipótese parece-me fértil porque auxilia a decifrar o enigma contido na contradição entre a singularidade das histórias concretas, das formações sociais e a idéia de uma história universal... enigma que está no coração dos tempos modernos e que tende a nos devorar se não o deciframos em tempo”.

Auxilia-nos, principalmente, a decifrar o problema da “individualidade para-si” teorizada por Duarte (1993) e por nós tratado sob a categoria “individuação” no presente trabalho.

Em qualquer caso - “história universal” e “individuação” do homem - é necessário partir da totalidade histórico-social e, portanto, das formas superiores que têm em si a história das formas inferiores, como nos ensina Marx: “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, ou como nos fala Warde, citando Vilar: “Marx teria... estudado a história do capital e não a história das sociedades, dos Estados; a história, enfim, das formações sociais...” (1993: 47), tomando a Inglaterra como “o campo clássico da produção”, “como principal ilustração e advertindo aos alemães que as “condições inglesas” (superiores) eram a “imagem futura” do “desenvolvimento alemão”. Tal advertência ainda afirmava que uma sociedade, mesmo não podendo “suprimir, por saltos ou por decreto, as fases naturais do seu desenvolvimento...pode encurtar e reduzir as dores do parto.” Nesse sentido, nada de negarmos a alta ciência-tecnologia para os pequenos (ainda) agricultores, nem de não aprendermos com os países desenvolvidos (Cardoso, 1986; Abramovay, 1992 e Warde, 1993) a, entre outros, articular estreitamente Estado-mercado e ampliar a atuação positiva e efetiva do Estado na “questão agrária”.

Mas o capital jamais se confunde com o ponto de chegada da história. A sua universalização jamais seria a auto-realização do conceito<sup>85</sup>. Warde (1993: 47) por isso nos diz:

“Eis aí o enigma dos tempos modernos que Marx formulou, mas nos legou a tarefa de decifrar: o capital universalizou a história [e por isso devemos dele partir em sua expressão máxima - a Inglaterra, ontem, os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, hoje, ...]; não a unificou e,

<sup>85</sup> Sobre conceito e auto-realização do conceito, ver, além da nota n. 59, WARDE (1993) - já referida em notas anteriores - e SCHAEFER, Sérgio. A superação do conhecimento popular. In: SCHAEFER, S. e JANTSCH, A. P. *O conhecimento popular*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 163-78.

por isso, não legitima os intentos explicativos e interpretativos uniformizadores”.

A universalidade não foi, até hoje, por isso, individuada. Eis, para nós hoje o problema central. E agravado, pois já pensamos aquém da materialidade constituída. A nosso ver, temos que **pensar a partir da materialidade histórica já posta**. Isso não significa ficarmos esperando o seu esgotamento. Trata-se, de um lado, de diminuir as dores do parto e, por outro, organizar o pensamento de tal maneira que ele se constitua em energia e criatividade (produção interdisciplinar do conhecimento, participação do pequeno agricultor na produção interdisciplinar do conhecimento, etc.). Isso, inclusive, é um imperativo ético-moral-político.

Zemelman (1994: 9) nos exemplifica este imperativo, ao dizer que o pensamento de Benjamim

“apunta a um compromisso ético en la construcción del conocimiento, o, para decirlo con un grau optimista, pocas veces citado, como es Ernest Bloch en el libro clásico de humanismo moderno El principio esperanza, principio esperanza que alude a una obligación específica de quienes pretenden formar seres humanos, cuando afirma que los científicos sociales, más que pensar en el pasado, tenían que situarse en la tensión creada entre su presente y el futuro”.

As referências até aqui expressas (Morin: a complexidade enquanto dificuldade de pensar e não enquanto complicação, a contradição e o problema da relação parte-todo no pensamento, a necessidade de um pensamento que ordene as informações e os saberes para não cairmos no pensamento mutilante e criador de ações mutilantes; Warde: a aparência da construção nas **já ruínas (o capital do neoliberalismo)**, a realização da humanidade em nossa singularidade, a necessidade de superar a oração matinal realista, o olhar a realidade como fonte de energia e material criativo, de modo a desmanchar no ar tudo o que é sólido;

Zemelman: o compromisso ético na construção do conhecimento: tensão criadora entre o presente (a nosso ver marcado pela exclusão) e o futuro (busca da individuação - individualidade para-si, segundo Duarte, 1993) não são meramente ilustrativas, mas se constituem em elementos para o redimensionamento da educação do pequeno agricultor (especialmente) nos seguintes termos:

1- O capital universalizou a história - a produção, ... - mas não a unificou (não democratizou a produção, nem exerceu a individuação). Seus intentos explicativos uniformizadores são, pois, expúrios. Não articulam as singularidades e a totalidade enquanto **unidade na diversidade**. Não concebem, pois, complexamente a realidade: total e contraditória. O mundo dos pequenos (ainda) agricultores não é considerado diverso na totalidade mundial. Não é, pois, um espaço de vivência singular, nem se constitui em um nicho de vida viável. Por isso, nenhuma autonomia é reconhecida para o espaço sócio-econômico dos pequenos agricultores.

A teoria endossada pelo capital é apenas explicativa, e o é no limite da sua auto-reprodução ou, em termos político-ideológicos, no limite de sua legitimação. Assim, os pequenos agricultores são **explicados** em sua miséria (não adequação ao padrão dominante de produtividade, “ignorância” científico-tecnológica, etc.); não são, por outro lado, superados, pois a explicação (em geral) é, sempre e como tal, conservadora. Neste sentido, os pequenos agricultores são uma entidade que continua a constituir o **bolsão de atraso rentável ao capital**. Aí, talvez, resida a principal explicação do “Estado mínimo” ao invés do Estado amplo ou, segundo terminologia já viciada, “Estado de bem-estar social”. Retomando a Zemelman, podemos dizer que o Estado capitalista precisa cuidar do problema da pressão social, de modo a garantir a acumulação unilateral nos mais diversos processos produtivos e/ou especulativos. A universalidade do capital, pois, não consiste na

individualização. O pequeno agricultor, concebido enquanto um **novo ser social** (pondo-se para além da especificidade agrícola, etc.), põe-se, portanto, para além da universalidade do capital. Em termos de educação, isso significa a implementação da omnilateralidade. E em termos de produção, significa a ruptura do paradigma dos insumos.

2- O paradigma da explicação não dá conta da complexidade inerente ao pensamento hoje. Mutila a totalidade histórico-social e, em seus desdobramentos, não abre espaço para o alternativo, para a **energia e material criativo próprios da utopia** - prospecção que ao mesmo tempo que exige a individualização das conquistas civilizatórias providencia o espaço-tempo do **novo homem** (histórico e não dado). O paradigma da explicação não assimila nem a individualização nem o novo homem. A explicação é, pois, conservadora. Ela tenta dizer e justificar o mundo dado. Tenta justificar, entre outros, a exclusão sócio-econômica inerente ao atraso e/ou miséria rentável (ao capital) constituído por muitos pequenos agricultores reféns do paradigma da determinação/insumos e do “mercado auto-regulado”, este assumido em sua suposta “dinâmica auto-reguladora” (Assmann, 1989: 253). Aqui, obviamente, o discurso do “fim da história” é sintomático.

3- Se, por um lado, o pensamento não peca, por outro, a produção de teoria não se esgota no pensamento. A atividade teórica é, também, uma prática social, intervindo, de alguma forma, na direção política da sociedade, sendo os pensadores, pois, “intelectuais orgânicos” (Gramsci, 1979). Nesse sentido, os pensadores estão constantemente diante do clamor dos excluídos, exortando-os a não endossarem a **ética da exclusão** construída a partir do paradigma positivo da explicação e da determinação. Tal ética, repõe, com certo vigor, os princípios de economia política de Malthus e de Spencer (estímulo à fome para diminuir a reprodução ou crescimento vegetativo dos pobres). O artigo de Aued (1994) bem o demonstra, desenvolvendo um capítulo intitulado “**A fome, apesar das ‘novas’**

**tecnologias**” (p. 74-8). Diante desta cruel realidade, acreditamos, a utopia do Homem Universal (voltando-nos, pois, para o presente e o futuro) não é quimera intelectual. Afinal, **de que vale a ciência se em nada contribui para a individuação do gênero humano em suas mais altas conquistas civilizatórias no conjunto dos indivíduos?** Os pequenos agricultores, dependem, em grande parte, desse esforço intelectual coletivo - veja-se o belo exemplo já mencionado da pesquisa de Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy (Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando democracia). E quando se trata do esforço teórico (entendido também como prática social) dos intelectuais das universidades públicas estatais (como é o caso do autor do presente trabalho), tal passa a ser um imperativo ético-moral-político (independendo da noção kantiana de “imperativo moral”).

4- No nosso objeto - pequeno agricultor e racionalidade educativa - há de se refletir, conseqüentemente (para além da universalização da história), sobre a **socialização democrática das conquistas civilizatórias** de modo a atender ao princípio da unidade na diversidade, que pode assim ser formulada: **o agricultor (diverso) participando da educação-ciência-tecnologia construída coletivamente pela humanidade (unidade)**. Tal expediente implica, como já vimos, um Estado amplo.

5- Isso significa pensar, no mínimo, a **redução das dores** dos pequenos agricultores - **superação do arcaico** - ver box n. 11 - (o que se evidencia sobremaneira quando nos voltamos aos dados empíricos) - bem como pensar alternativamente ao paradigma da exclusão (dependência dos insumos, inferioridade no mercado, etc.), próprio do capital.

#### **Box 11. O arcaico na vida do atual pequeno agricultor.**

*O arcaico foi várias vezes mencionado durante o presente trabalho e em nenhuma vez o exemplificamos amplamente. Entre outros, é expressão do arcaico o instrumental de*

*trabalho (e as condutas no trabalho) aquém do desenvolvimento científico-tecnológico e de que o pequeno agricultor se vale para produzir os “bens” de valor de uso e de valor de troca e que, se de um lado produzem a vida, de outro, paradoxalmente, produzem a morte. Também, e muitas vezes principalmente, os insumos utilizados para produzir podem significar o arcaico. Para não nos delongarmos, vamos aos exemplos: o arado de bois, a enxada, a picareta, o enxadão, a foice de pasto (foicinha), etc., que têm um cabo curto de modo a exigir a sobrecarga e o deslocamento constante da coluna cervical e dorsal; o uso indiscriminado de qualquer tipo de “veneno” para controlar as “plantas invasoras”, os fungos, etc.; o trabalho sob as piores intempéries, insalubridades e/ou periculosidades sem a devida proteção (pés descalços no barro e chão frios, infestados por coliformes fecais os mais diversos; trabalho com exposição ao sol quente e/ou à chuva; exposição indevida aos riscos das trilhadeiras, quebradores, etc.; estímulo e uso unilateral do corpo e da mente - melhor dizendo, (conforme Assmann, 1994) da “corporeidade” - nos processos produtivos; inadequação alimentar (abuso do consumo de amido e de gordura animal - especialmente a banha - pouca diversidade, etc.) em relação às necessidades vitais/diversidade de demandas do trabalho; consumo de água sem a devida depuração e muitas vezes repleta de resíduos de agrotóxicos; manipulação de “venenos” sem a devida proteção para a saúde pessoal e ambiental; a ingestão de frutas e muitos outros alimentos com resíduos de agrotóxicos acima das taxas de tolerância; e; e; e. Enfim, a própria **dependência** dos insumos agroindustriais é, em sua totalidade, expressão permanente do arcaico, compondo, também, conforme as palavras de Martins (1994), “o poder do atraso”. Ressaltamos, contudo, que o arcaico e o poder do atraso (importação de modelos, pensamento conservador, história que não se faz, “história lenta”, etc.) jamais têm se reduzido à questão dos insumos. Os pequenos agricultores, conforme nossas muitas*

*observações de campo, têm sua parcela de responsabilidade e não raras vezes endossam conscientemente o paradigma dos insumos. Pior ainda, quando os próprios “colonos” sentem os efeitos negativos do arcaico e, mesmo tendo “condições iniciais iguais” (Schaefer, 1995) de superação pelo menos de parte do arcaico/“poder do atraso”, nele, por comodidade e/ou imediatismo, insistem. Um exemplo típico (ver capítulo sete) é a abdicação das antigas esterqueiras e o consumo generalizado de uréia/salitre e adubos NPK. Sentimo-nos na obrigação de este fato explicitar para não incorrermos no mesmo basismo/etnocentrismo por nós duramente criticado no capítulo introdutório.*

O respeito à(s) cultura(s) dos diversos grupos de pequenos agricultores (com diferentes etnias, diferentes opções produtivas, diferentes formas de celebrar a vida e seus diferentes eventos, diferentes formas de satisfação das necessidades básicas, etc.) e de povos indígenas, etc., não significa o descaso do Estado e das instituições públicas como um todo em relação ao que denominamos individuação. Mas nem sempre o manifesto respeito tem implícita a individuação do Homem Universal, podendo, por isso, ser manifestação do arcaico. Diante da categoria Homem Universal, **o arcaico não encontra racionalidade alguma**. A sua defesa, em nome do respeito às diversas culturas, significa, assim, ou o cinismo próprio dos neoliberais que se preocupam em primeiro lugar com certas reduções matemático-estatísticas (o consumo aumentado face a maior diversidade de demandas engendrada pela própria diversidade cultural, o PIB, o controle inflacionário, o rendimento da bolsa de valores, os juros, etc.) - essas subsumindo o homem - ou a ingenuidade/romantismo/saudosismo próprios daqueles que se limitam a escutar os “cantos de cisne” (Gramsci, 1974: 58), ou, ainda, o salvacionismo daqueles que pesquisam “os grupos populares” sem abrirem mão do etnocentrismo.



6- E, finalmente, isso significa pensarmos - prospectivamente - para além do capital, sem anteciparmos uma nova forma social, pois tal é instituinte (Castoriadis) que depende cada vez mais do “agir comunicativo” (Habermas) ou da constante negociação entre as forças vivas da sociedade mundial - sem, contudo, negociar o eticamente inegociável: a exclusão (que é o que nos remete para além do capital). Eis aí, a nosso ver, uma bandeira a ser melhor trabalhada pelos que se opõem à política neoliberal do “Estado mínimo” e que não aceitam a exclusão sob o capital como algo natural. Nesse sentido, o estudo do mundo dos pequenos (ainda) agricultores, enquanto um espaço-tempo alternativo e viável, com ou sem a determinação do capital, faz sentido e, inclusive, se impõe à reflexão filosófico-científica que se põe para além do paradigma da determinação/explicação.

O item n. 6 (acima) não tem o propósito da guerra de posição teórica contra o neoliberalismo. É perfeitamente inteligível na medida em que **o capital, nas vias de fato, não consegue realizar o seu conceito** ou seja:

“... o capital inaugura a história e a universaliza, mas o capital não tem história própria e se adjudica uma universalidade que permanentemente é incapaz de realizar. O capital vive às expensas das forças históricas vivas, pois tem demandas e alvos próprias de produção e reprodução, mas, como diz Marx, é um ‘sujeito automático’, cego, ‘cujo poder de dominação não consegue estabelecer a plena correspondência entre a **realidade capitalista e o seu conceito**’” (Warde, 1993: 48-9). (grifo nosso)

Warde (1993: 50) conclui essa parte de sua análise dizendo que

“... se o capital inaugurou a universalidade da história, mas, ao mesmo tempo, fracassa na sua realização, é preciso, então buscar para além da sua “lógica cega” a explicação dos movimentos de totalização e universalização empreendidos pelas sociedades guiadas pelo projeto da modernidade”.

**A modernidade está ainda em processo** (se fazendo necessária especialmente no mundo dos pequenos agricultores, com o acesso universal à ciência-tecnologia própria da atual revolução científico-tecnológica; trabalhando com instrumental e insumos que não

comprometam a saúde pessoal/“saúde pública” e a saúde ambiental; etc.), como Habermas também nos assegura. Ela também não se reduz ao capital, como pretendem os neoliberais. Nem é o meio termo por vezes consensual entre neoliberais e social-democratas. Nesse sentido, dizemos juntamente com Frigotto (1995: 206): “Não há por que abandonar valores e princípios fundamentais e nem transigir teoricamente”.

A **complexidade**, face ao exposto, fica potencializada por vivermos no contexto onde o capital é hegemônico - a ponto de penetrar o cotidiano e a mundivivência dos indivíduos que compõem a sociedade global. Ela se potencializa sobremaneira pelo **contraditório** nessa hegemonia: **o conceito de capital não se realizando sob o contexto do próprio capital**, apesar de o capital inaugurar e universalizar a história.

## TERCEIRA PARTE

### A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR A PARTIR DA MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL: (RE)ARTICULANDO CATEGORIAS E MATERIALIDADE HISTÓRICA

Zemelman (1994: 26) nos fala da necessidade de distinguir três planos de discussão: o filosófico, o epistemológico e o pedagógico. Tais planos dão conta da complexidade da realidade histórico-social na medida em que articulam teoria e ação, ciência e mundo de vivência. Ao mesmo tempo essa articulação valoriza também o curto espaço de tempo (ibid: 25-6) de modo a tornar a construção do conhecimento uma “função social” (ibid: 26). Sem um desses planos, a educação fica prejudicada enquanto mediação, hoje, haja vista que nunca a filosofia foi tão necessária, a ciência nunca foi tão central e a ação pedagógica escolar nunca foi tão decisiva para os pequenos agricultores. Os três planos se fazem necessários se quisermos articular as categorias por nós pensadas com a base material produzida historicamente pela sociedade mundial e, no interior desta articulação, dar conta das relações teoria-ação e ciência-mundo de vivência<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> Quanto à articulação teoria-ação e ciência-mundo de vivência, o Curso de Engenharia Agrícola da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC é exemplar. Nesse curso os alunos alternam, desde o início, momentos de ensino e elaboração de projetos com momentos de pesquisa de campo, mediante observação e realização de processos produtivos junto aos vizinhos e familiares. Pode-se afirmar que os alunos do curso experimentam, durante toda a extensão do mesmo, a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa. Ao mesmo tempo em que o aluno se instrumentaliza para exercer o

Alguns conceitos básicos ou categorias se impõem quando buscamos analisar e compreender a educação em geral e, particularmente, a educação do pequeno agricultor. Tal análise-compreensão, por sua vez, quer constituir um pensamento em aberto, assumindo, por isso, a sua **provisoriedade** (Kuhn, 1975; Pessanha, 1983; e outros). A provisoriedade se põe face à própria realidade histórico-social, por nós traduzida nas **categorias da totalidade, da contradição e da mediação**<sup>87</sup>. As próprias categorias, assim, impõem essa provisoriedade. Não quanto à sua própria designação, mas relativamente a seu conteúdo que é sempre novo na medida em que o homem produz novas condições objetivas para a sua própria existência (com seus limites e suas possibilidades no mundo concreto, vivido, sentido, pensado).

Retomando a explicitação (já realizada anteriormente) das categorias acima mencionadas, afirmamos que a totalidade nos permite uma leitura de conjunto na reflexão filosófico-científica. Permite, também, dar conta do atual processo de mundialização da realidade que se constitui em uma das condições objetivas da existência-essência humana, hoje.

A categoria da contradição nos leva a concebermos a totalidade não como pura e simples determinação, mas como matéria posta para possibilitar a prospecção e/ou proposição que asseguram as condições iniciais iguais aos indivíduos em processo de individuação. Por outro lado, essa categoria quer apreender, também, a mundialização “desigualmente articulada” (Antunes, 1995: 9) e as possibilidades de uma educação que, nos

---

trabalho intelectual voltado à atividade de produção de alimentos, a comunidade de onde o aluno se origina tem acesso ao conhecimento científico-tecnológico mais elaborado.

<sup>87</sup> A nossa concepção das categorias acima mencionadas vale-se da conceituação desenvolvida por Carlos Roberto Jamil CURY. *Educação e contradição*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985. Pelo fato desta obra ser amplamente conhecida no meio acadêmico relativo à educação, julgamos não ser necessário explicitar, a partir de citações, a teorização realizada por Cury.

seus limites ontológicos (**estar sendo**), exerça a individuação do Homem Universal na humanidade e no pequeno agricultor. E a categoria da mediação nos possibilita articular, a partir da prospecção, ações no sentido da efetivação dos **projetos, sonhos, utopias e horizontes** pensados no sentido da individuação universal na sociedade internacional. Quer apreender, pois, as ações que democratizam as condições objetivas da existência-essência humana.

Face o conjunto das categorias mencionadas, o atual pequeno agricultor é concebido aqui como não sendo, ainda, de fato, uma expressão da categoria central por nós estabelecida: **Homem Universal**. A sua existência, por ora, compromete a própria essência humana (entendendo-se por esta a essência ampliada do Homem Universal). Mas o atual pequeno agricultor, transmutando-se em um novo ser social e realizando a individuação, poderá ser expressão da categoria Homem Universal. Trata-se, obviamente, de um imaginário utópico (Bloch); este, porém, “energia e material criativo” (Warde, 1993). A superação eminente da especificidade agrícola, a elevação do trabalho do pequeno agricultor à condição de intelectual<sup>88</sup>, a instauração de uma possível nova relação homem-natureza mediante a superação eminente do paradigma da determinação/insumos, a superação praticamente acordada (“negociação dialógica”) do ruralismo pedagógico, o acesso do pequeno agricultor ao conteúdo da atual revolução científico-tecnológica, a ampliação do Estado no que diz respeito à atuação em favor da inserção qualitativa do pequeno agricultor no mercado (inclusive o mundializado), entre outros, estão pondo, aos poucos, o Homem Universal no mundo dos pequenos agricultores como um **estar-sendo**.

---

<sup>88</sup> Segundo ETGES (1993c: 21), “Toda a sociedade precisa realizar-se como um ‘general intellect’ [conforme designação de Marx], não apenas um agregado ou somatório de indivíduos inteligentes...A pré-condição imediata e atual está no ato político por excelência da construção de indivíduos que dominam a ciência moderna, mediante instrução mais adequada possível”. (grifo nosso)

As categorias acima mencionadas (com exceção das categorias Homem Universal e individuação) são em igual forma importantes e fazem parte, por isso, do presente trabalho em toda a sua extensão. No entanto, face ao objetivo deste estudo, não são centralmente reivindicadas pelo objeto em questão. Aparecem com destaque, porém seu sentido se potencializa face à categoria Homem Universal. A nossa discussão, pois, parte desta.

Pelo exposto, as categorias não se limitam à análise do fenômeno educativo. Elas podem contribuir também para uma possível **reorientação** da práxis educativa do pequeno agricultor - ver box n. 12 a seguir. Trazem em si immanentemente a **compreensão da realidade** (tendo, segundo se depreende da teorização kantiana, uma espécie de “função intelectual”) e a possibilidade da **ação política de transformação** (ver box n. 8) da mesma. Essa unidade, no entanto, extrapola o nosso estudo e elaboração. Ela acontece, conforme as palavras de Habermas (1987), como “medium” do espírito da época e, conforme Etges (1993b: 9-10), como meio termo, expressa na cultura científica.

### **Box 12. Teoria & prática social.**

*Conforme já afirmamos, a produção teórica também é uma prática social e, como tal, interfere nos processos sociais em curso. É oportuno aqui explicitar, para não incorrerem em certo simplismo, as três exigências para um trabalho científico postas por Cardoso (1986). A autora assim se expressa sobre as exigências:*

*“Em primeiro lugar, a autonomização frente às ideologias dominantes depende de que esteja em curso objetivamente um processo de efetiva transformação social. [...]. A segunda necessidade é a de que o trabalho científico de profundidade, explicativo, assuma a perspectiva da transformação, sem a qual não conseguirá a largueza de horizontes suficiente para poder apreender as questões e as relações fundamentais para a própria transformação. A terceira necessidade é a teoria, teoria geral e específica do objeto que nos ocupa, teoria para chegar ao fundo das questões, para estabelecer as múltiplas determinações dos fenômenos*

*e acontecimentos, reconhecendo suas mediações, teoria com a qual podemos pensar o objeto e explicá-lo” (p. 97).*

*Quanto à primeira exigência, pode-se dizer que a atual revolução científico-tecnológica e o processo de mundialização da economia, do mercado, etc., se põe para além de qualquer matiz ideológica, atropelando qualquer polarização (liberalismo versus marxismo, direita versus esquerda, etc.) e qualquer moralização. Neste sentido, o presente trabalho busca autonomia em relação às ideologias do nosso tempo. Isso não significa que não possamos inscrever-nos na busca da transformação (segunda exigência). A categoria individuação é expressão deste compromisso. E a terceira exigência (elaboração teórica) se realiza na efetivação do presente trabalho, que se propõe, sobretudo, teórico. Teoria em que apreendemos o pequeno agricultor em sua materialidade histórica ou a partir da totalidade histórico-social ou, ainda, nas suas múltiplas determinações. Trata-se, por opção, de uma teoria propositiva, prospectiva, pondo-se para além da análise sociológica que apreende os fatos. A filosofia da educação, no presente inscrito, tenta captar a possibilidade de construção do novo homem, obviamente a partir das mediações vivas do presente e das contradições neste manifestas. Enfim, aqui a análise sociológica não é um fim; é apenas meio para ampliar a concretude da análise filosófica em questão.*

A reorientação mencionada, inteligível a partir das categorias já explicitadas, implica a superação do conceito de pequeno agricultor enquanto um homem determinado, isto é, restrito a um espaço vivencial e produtivo também restrito: o tradicional “mundo” agrário. O nosso ponto de partida - ensejado pela reflexão filosófica e considerando a orientação teórico-metodológica dessa reflexão, a saber: “a negação da negação ou a dialética” (Etges, 1992 e 1994) - não pode ser um homem determinado (pois o pequeno agricultor, enquanto

um novo ser social, está se fazendo). Se assim fosse, teríamos que optar, por coerência lógico-epistemológica, pela postura positivista e, a partir dela, fazer a inversão (improcedente) da chave marxiana para estudar a realidade de formas de vida (em sentido amplo) inferiores expressa na frase **“a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (Marx)**. Buscamos superar, assim, de uma só vez, a ética da exclusão e a positivização do pensamento relativo à educação do pequeno agricultor.

Pressupondo as categorias acima e parodiando Marx poderíamos dizer que o conteúdo humano intrínseco do Homem Universal é a chave da compreensão do pequeno agricultor. As paródias poderiam se estender. Mas não é esse nosso intuito nem tal é necessário. Nosso objetivo e necessidade é (r)estabelecer e/ou recolocar algumas categorias (já consagradas na reflexão acadêmica) que nos permitem compreender e analisar com o máximo de abrangência e profundidade a racionalidade educativa dos indivíduos que se caracterizam como pequenos agricultores. O próprio objeto imaneamente estabelece em grande parte o seu desenvolvimento, o que ocorre durante o processo de pesquisa e reflexão, por dentro, guardando sempre a sua coerência. Assim, posto o ponto de partida - a categoria Homem Universal - coube providenciar imaneamente os demais elementos conceituais que pudessem dar as condições mínimas para a construção de uma teoria da formação do Homem Universal no pequeno agricultor, o que é tarefa da totalidade do presente trabalho.

Até aqui trabalhamos basicamente com as categorias Homem Universal, totalidade, contradição e mediação, significando, no seu conjunto, a totalidade histórico-social. Vislumbramos, além disso, como necessária a categoria “individuação”. Esta, porém, foi embrionicamente desenvolvida, uma vez que se fez necessário, primeiramente, tratar mais intensamente das categorias acima mencionadas. A partir de agora, no entanto, esta



categoria se impõe mais centralmente se quisermos manter a concretude do objeto. Os capítulos a seguir, bem como a conclusão, por isso, darão mais atenção a essa categoria. Reiteramos que a nossa teorização, para superar a redução abstrata, contempla necessariamente o atual momento ou contexto histórico e se apóia, quando necessário, em dados empíricos. A prioridade (não exclusividade - o que é impossível), porém, é o momento teórico. O contexto e os dados empíricos, se constituem, pois, em matéria para a nossa teorização e não em fim.

A própria perspectiva teórico-metodológica do nosso trabalho exige que apreendamos a realidade em sua totalidade histórico-social. As categorias de nossa teorização assumem essa perspectiva e essa abrangência. Assim, podemos afirmar que “A educação e sua análise... devem ter como ponto de partida sua presença imanente numa totalidade histórica e social. Ela manifesta esta totalidade, ao mesmo tempo que participa na sua produção” (Cury, 1985: 14).

Buscamos, com isso, efetivamente, uma compreensão da **educação enquanto processo mediador** na totalidade histórico-social. Outras mediações são, certamente, necessárias e decisivas na individuação do Homem Universal. A nossa práxis, no entanto, nos levou a eleger a educação como a mediação a ser apreendida como instituinte do Homem Universal. Guardamos, contudo, a devida vigilância epistemológica para não reificarmos a educação.

Não se trata de uma mediação em função pura e simplesmente da hegemonia. Essa supõe sempre relações de classe e desigualdade. A mediação que buscamos assume, por outro lado, como centrais:

## A) A liberdade.

Schaefer (1995: 172-3) opõe o conceito liberdade ao conceito dominação, procurando afirmar o conceito liberdade como o mais indicado em uma práxis pedagógica voltada à superação das relações sociais de exclusão. Justifica isso com o seguinte:

“A identidade na diferença (ou, na expressão usada por Hegel, a ‘identidade da identidade e da não-identidade’) alcançada no interior do pressuposto da liberdade é posta pela significação básica da igualdade. Quer dizer, os termos contrapostos são deflagrados em igual nível lógico. Não há, por princípio, uma imposição, dada pelo próprio sistema, de um significado de superioridade para um termo e de inferioridade para outro. Isso sucede devido ao específico do conceito de liberdade: não há como impor nada, sob pena de dessignificar o conteúdo deste conceito. A liberdade se apresenta como um sistema de igualdade de condições, de oportunidades, de chances. Todo o movimento reflexivo ocorre impulsionado pela igualdade. Mesmo o estabelecimento de relações que no sistema de dominação são vistas de início como de superioridade-inferioridade, no sistema de liberdade perdem esta possibilidade e passam a ser estabelecidas pela igualdade”.

No presente trabalho ambos os conceitos são válidos, uma vez que: **a-** o conceito de dominação é capaz de apreender a situação de existência efetiva de relações sociais de exclusão e, **b-** o conceito de liberdade implica uma teorização que pressupõe as condições iniciais iguais<sup>89</sup> e, conseqüentemente, a superação das relações sociais de exclusão. No entanto, ao procurar efetivar um pensamento propositivo, precisamos valer-nos do conceito liberdade e não do conceito dominação. Trata-se de pensar de forma tal que a lógica da exclusão não seja de forma alguma autorizada. De qualquer maneira, **se a liberdade supõe a igualdade, a conceituação liberal/neoliberal do termo liberdade fica totalmente infundada**, pois ao invés de significar livre iniciativa, lei do mais forte, auto-regulação do mercado, etc., significa, nas vias de fato, a existência de um Estado que assegura as

---

<sup>89</sup> Sobre as condições iniciais iguais e o desenvolvimento de uma teoria da justiça aqui implicados ver, também, o box n. 7 do presente trabalho.

condições iniciais iguais a todos, sob pena de dessignificar a liberdade, pois esta nada significa sem a igualdade.

## **B) A autonomia.**

Lembramos que o primeiro capítulo do presente trabalho explicita o nosso conceito de autonomia relacionado à realidade dos pequenos agricultores. Um dos autores que trabalha intensamente com o conceito autonomia é Cornelius Castoriadis<sup>90</sup>. Segundo Castoriadis (apud Schüller, 1991), a criação histórica ou a sociedade instituinte não se possibilita sem um certo grau de autonomia, esta pressupondo, também, a liberdade. Valendo-nos das contribuições de Castoriadis, podemos afirmar que a individuação também é dependente de um certo grau de autonomia. O indivíduo totalmente preso às estruturas simplesmente não existe.

Enfim, a categoria Homem Universal quer compreender o homem em seu mais alto grau de construção da humanidade. Por outro lado, não queremos, com ela, exacerbar o paradigma da explicação que tem alcance limitado (Zemelman, 1994: 26). Trata-se de uma tentativa de prospecção. Prospecção com base nas construções que têm poder de determinação do homem.

---

<sup>90</sup> Para um primeiro contato com as suas idéias, sugerimos a leitura de Fernando L. SCHÜLLER. *Cornelius Castoriadis*. Porto Alegre: Movimento, 1991.

## **5. A MATERIALIDADE HISTÓRICA COMO DEFINIDORA DA PRÁXIS EDUCATIVA VOLTADA AO PEQUENO AGRICULTOR**

A teorização até aqui desenvolvida implica, ao pensarmos a formação do Homem Universal, a atual materialidade histórica, isto é, a materialidade que se constitui como definidora do homem histórico em uma sociedade humana global, construída pelo próprio homem que, por sua vez, se objetiva a partir dessa construção. **A (auto) realização do conceito** (Hegel: acontecendo na história, fazendo-se) **homem**, assim, **é a uma só vez a construção, por ele, das condições objetivas de sua própria auto-reprodução ampliada e da apropriação** (isto é, individuação) **dessas condições**.

A produção das condições objetivas nunca foi, não é e provavelmente nunca será problema para a existência humana. O problema situa-se na não apropriação universal dessas condições pelos indivíduos e grupos humanos em geral. A nosso ver, o problema se agrava quando se trata dos pequenos agricultores e outras categorias sociológicas real ou virtualmente excluídas da apropriação das conquistas civilizatórias. Assim sendo, qualquer ressonância e derivação malthusiana encontra na própria materialidade histórica a sua negação.

Devido ao problema da apropriação (diferenciada ou até mesmo negada) estabelecemos a categoria Homem Universal como central em nosso estudo. Tal categoria se impõe na medida em que buscamos refletir a educação do pequeno agricultor para além da (pseudo)mundialização da economia e do mercado sob os desígnios do capital. **Homem**

**Universal é uma categoria, portanto, que se opõe à categoria mercado mundial** dos intelectuais, de alguma forma, alinhados ao neoliberalismo. Homem Universal é, enfim, uma categoria que reivindica o máximo de democratização das condições objetivas construtoras do novo homem (omnilateral e cidadão do mundo) e o máximo de realização humana (**individuação**) pelo conjunto dos indivíduos humanos. Nesse sentido e pressupondo tanto uma teoria da justiça quanto a razão aberta e radical, as categorias Homem Universal e individuação se exigem mutuamente. Sem esta articulação tanto o universal quanto o singular se desrealizam.

A categoria Homem Universal implica a apropriação, pelos indivíduos e pela humanidade, para além de qualquer redução ideológica, da materialidade histórica, isto é, das condições objetivas que decidem a construção do homem, hoje. Assim sendo, as construções humanas que não têm poder de determinação afirmativa do Homem Universal são, a nosso ver, arcaicas e significam o “poder do atraso” (Martins, 1994), sejam elas fomentadas (ou não) por (neo)liberais, por marxistas, por “pós-modernos”, etc. Neste particular e voltando-se à questão agrária, Martins (ibid) explicita sobremaneira a atuação da própria esquerda (que a si tem reivindicado a revolução) como problemática. Diz ele:

“Ainda persistem idéias sobre o trabalho coletivo como espécie de solução mágica e definitiva para os problemas dos trabalhadores rurais. Em alguns lugares, chegou-se ao extremo de só aceitar a reforma agrária se a propriedade fosse coletiva, o que a lei não viabiliza nem reconhece. Entre outros, os trabalhadores cometerem a imprudência de não aceitar reforma nem documentos de propriedade em nome do trabalho coletivo (o que quer dizer que, do ponto de vista oficial e desta sociedade, a conquista da terra não foi completada pelo reconhecimento e a consolidação de um direito). Nem sempre se percebe o coletivo como relativo, que pode dar certo em algumas coisas, mas não necessariamente em outras. Essa invenção de uma sociabilidade nova nem sempre é compreendida como experiência da diversidade. No mais das vezes, perde-se no esquematismo das polarizações absolutas e falsas - ou coletivismo ou individualismo. Não se leva em conta a necessidade social de viver a diversidade. Nem se leva em conta a criatividade que nela há” (p. 164).

Já vimos, a partir de Navarro (1995), que o coletivismo empreendido em assentamentos redundou em fracasso. A revolução parece estar na busca do alternativo em sua máxima diversidade e não na polarização cega de coletivismo versus individualismo. A referida polarização, pois, é expressão do poder do atraso, atraso recorrente tanto nas elites retrógradas quanto nas esquerdas a-históricas e/ou neoliberais.

Nesse sentido e para além de qualquer quimera ideológica, podemos afirmar que os mercado e economia mundiais e a atual revolução científico-tecnológica têm grande poder de determinação do homem. A oposição pura e simples ao mercado mundial não passa de ingenuidade política ou de “masturbação” teórica. Mas não é só isso, pois tal resistência também expressa o “poder do atraso”. O mesmo vale para a alta ciência-tecnologia, expressão da atual revolução científico-tecnológica. A luta teórico-política, a partir de uma ética da participação - em contraposição à ética da exclusão - tem sua razão não na negação dessas conquistas civilizatórias, mas na apropriação, em condições iniciais iguais, destas conquistas, pelo conjunto dos homens. Pensar a individuação do pequeno agricultor enquanto Homem Universal implica, pois, pensar, também, a sua inserção na mundialização do real (economia, mercado, etc.) e na atual revolução científico-tecnológica. É o mínimo, dado que o Homem Universal não se reduz a isto.

Martins (1994) expressa com muita propriedade o problema da persistência naquilo que não mais constrói o novo homem em nossa sociedade. Diz ele:

“Quando se reconhece que a sociedade brasileira, como outras sociedades de origem colonial, com problemas similares, é uma **sociedade de história lenta** e se toma essa constatação como perspectiva de interpretação da realidade social, os resultados são diferentes dos que se consegue por outro meio. A perspectiva do que posso chamar de uma **sociologia da história lenta** permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de

limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras” (p. 14). (grifos do autor)

Certamente várias são as estruturas do passado que ainda limitam as condutas transformadoras na sociedade brasileira, atingindo inclusive agentes munidos das mais “boas intenções” e que dispensam grande parte de sua energia em lutas supostamente transformadoras, embora sem constituir “material criativo”. De um modo geral, também as lutas que não impulsionam o pequeno agricultor para além da dualidade campo-cidade e que não o remetem para além do limite da tradicional especificidade “mundo rural” ou homem rural incorrem neste “poder do atraso”. Tais lutas negam, obviamente, a mundialização da economia e do mercado, e a atual revolução científico-tecnológica como matéria básica e essencial para a constituição do Homem Universal no pequeno agricultor. Inclusive a idéia por vezes apregoada de que a vida do pequeno agricultor não precisa ou pouco precisa ser monetarizada - e não raro associando pouca monetarização com o socialismo, este alternativa ao capitalismo - incorre no “poder do atraso”. Consoante a isto, Martins nos diz que “As experiências e propostas de agricultura e comercialização alternativas sempre foram desaconselhadas e desdenhadas em nome da idéia de que ao capitalismo *é alternativo o socialismo*, quase sempre equivocadamente pensado em termos de estatização da sociedade” (1994: 163) (grifo do autor).

Mas falemos também de algo mais imediato interno à vivência/consciência dos pequenos agricultores. O poder do atraso que afeta os pequenos agricultores ultrapassa, também, a sua própria tradicional especificidade e a orientação, muitas vezes, dispensada por intelectuais acadêmicos e ideólogos partidários e sindicais. Um desses limites, constatado na região de Santa Cruz do Sul-RS, é a atual política ambiental - o termo ambiente, em uma conceituação ecológica, supõe uma dimensão planetária e todo o

dinamismo vital no planeta terra - especialmente no tocante à preservação e exploração das matas. Com o intuito de preservar, os “ecologistas” que militam no aparelho estatal acabam fazendo um desserviço - ver também o capítulo sete. Além de criar aversão generalizada (conforme parte esmagadora dos depoimentos, em conversas informais e em entrevistas até hoje realizadas) aos programas de preservação das matas, os ecologistas acabam decretando, maximamente e na contramão dos seus propósitos, a preservação ao espaço restrito já preservado, haja vista que dificilmente um pequeno agricultor deixará uma muda de árvore nativa vingar em sua propriedade. Nesse caso, a uma só vez não se realizam a razão aberta, plural, dialógica (Pessanha, 1993), a razão ou o agir comunicativo (Habermas), o conteúdo nuclear da (agro)ecologia<sup>91</sup> (a nosso ver, produção combinada com preservação e, inclusive, potencializando os recursos naturais), o assenhramento da questão da educação do pequeno agricultor pela filosofia e, enfim, a indeterminação positiva da realidade universal e particular (sempre sendo, apenas, um estar-sendo, isto é, fazendo-se). Contrariamente a isso, vivencia-se o paradigma da determinação, a positivização do pensamento que reflete esta questão, a homogeneização das leis-práticas de fiscalização diante das particularidades<sup>92</sup> regionais e/ou dos ecossistemas. O exemplo mencionado constitui uma forma vazia de conteúdo: aparenta ser decisivo, mas leva a resultados contrários às boas intenções dos agentes envolvidos. Não promove a preservação da natureza, nem educa o pequeno agricultor no sentido dessa preservação ou, mais apropriadamente, à vivência de uma **cultura** que insira o conteúdo da (agro)ecologia. Com este exemplo e outros que

---

<sup>91</sup> A este respeito, ver MORIN, Edgar. *O método I. A natureza da natureza*. Sintra. Europa-América, 1980. E para uma observação de experiência bem sucedida de vivência da (agro)ecologia, sugerimos a visita à Fundação Gaia - sob direção de José A. Lutzenberger - localizada em Pantano Grande, RS.

<sup>92</sup> Vale citar, mais uma vez, WARDE (1993: 40): “Gastamos grande parte das nossas energias a afiar as ferramentas de trabalho, mas reclamamos diariamente de uma realidade que de tão peculiar,



poderíamos elencar, pode-se constatar que o poder do atraso é altamente involutivo e desrealizador, atropelando<sup>93</sup> tanto o homem quanto a natureza.

Não se trata, pois, de enumerarmos todas as construções humanas na totalidade do espaço/tempo vivido pelo homem, nem de esgotarmos as construções humanas vivenciadas nas diversas culturas hoje, pois a materialidade histórica implica somente aquilo que é capaz de constituir o Homem Universal. Se assim o fizéssemos, correríamos o risco de um olhar a-histórico do real, pois estaríamos imersos, inclusive, no que já se cristalizou na caminhada humana, ou melhor, poderíamos estar apontando para formas que, embora aparentemente decisivas, já estão virtualmente vazias de conteúdo, representando o poder do atraso. Trata-se, óbvia e urgentemente, de superar o arcaico, seja na questão preservacionista já explicitada, seja na questão do trabalho (a apologia do trabalho sob um instrumental ultrapassado e que compromete a saúde do pequeno agricultor, a insistência no trabalho manual - no sentido de trabalho que necessita o uso do corpo do pequeno agricultor - a apologia do contato do pequeno agricultor com a natureza, quando este contato o submete, também, às intempéries; em síntese, toda a forma de romantização do mundo até hoje tipicamente agrário do pequeno agricultor) ou outra qualquer. Todos os artefatos tecnológicos, por exemplo, que trazem imanente, ainda hoje, a fadiga do pequeno agricultor, são arcaicos. Nesse sentido, o trabalho, ao mesmo tempo em que produz, provavelmente com muita dificuldade, uma mercadoria (ou mesmo algo exclusivamente com valor de uso),

---

tão imprevisível, escapa à compreensão, nega-se à concepção, rebela-se contra os conceitos e, não bastasse, é tão múltipla que nos põe dúvida se podemos tomá-la como autenticamente singular”.

<sup>93</sup> Segundo os depoimentos dos pequenos agricultores da região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, os agentes do IBAMA tem tratado a questão do uso da lenha para a secagem do fumo e para o uso doméstico (fogão, tacho, etc.) indistintamente como crime doloso. Nenhuma argumentação e evidência de manejo sob a responsabilidade cidadã de preservação/renovação, etc. tem sensibilizado os agentes do IBAMA. Para este a diversidade natural e social simplesmente inexistente. Neste sentido, o IBAMA e seus agentes participam, de certo modo, da desrealização do homem e da

produz o desgaste físico do pequeno agricultor e, somando-se a isso, tira-lhe boa parte da energia que poderia ser canalizada ao trabalho intelectual, um dos grandes prazeres da humanidade (Brecht).

Mas o arcaico não se limita ao acima exemplificado. O poder do atraso é bem mais poderoso e amplo do que a observação menos pormenorizada possa revelar. Passamos a referir-nos, agora, também ao poder do atraso que penetra fortemente o mundo da produção sob o paradigma dos insumos (este certamente caro aos neoliberais), também desrealizador do homem e da natureza. O arcaico, aqui, são as formas e coisas que, ao invés de criar emancipação e autonomia, criam dependência, esta representada, dentre outros, pelos insumos oferecidos pelas mega-indústrias químicas “voltadas para a agricultura” (ou melhor, para si mesmas, num processo realizador do “interesse próprio” - Assmann, 1989: 253 e outras). São exemplos típicos de arcaísmo, dentre muitos, o uso da famosa “uréia” e dos inseticidas (facilmente e com muitas vantagens substituíveis por agentes naturais, tal como o “baculovírus” - usado para combater a lagarta do soja). A agroecologia, inclusive, trabalha no sentido de não precisar, no caso citado, do baculovírus. A cultura dos insumos desrealiza a omnilateralidade da natureza e exerce a unilateralidade própria do imediatismo na produção de produtos destinados a um mercado também unilateral. Os insumos, além de levarem o pequeno agricultor a trabalhar praticamente para pagá-los, exercem a unilateralidade do mercado. Ou seja, quando o pequeno agricultor se torna um consumidor de insumos, sua vida fica praticamente subsumida<sup>94</sup> pelo mercado manipulado pelas grandes indústrias de insumos.

---

natureza. Cabem aqui, infelizmente, as expressões “desnaturalização da natureza” e “desumanização do homem” (GUSDORF, apud SIEBENEICHLER, 1989: 155). Ver, também, o capítulo n. 7.

<sup>94</sup> As expressões típicas usadas por muitos pequenos agricultores são “trabalhar pros grandes”, “trabalhar pros bancos”, “correr atrás da máquina”, “entrar no atolador”, etc. JANTSCH e outros (1994) revela, como já vimos, em parte, a dificuldade de o pequeno agricultor auto-reproduzir-se de

Voltemos à questão geral da construção do Homem Universal-materialidade histórica. Não é difícil encontrarmos endossos oriundos de diversos matizes ideológicos ao poder do atraso. Afirmamos que também o endosso da valorização *a priori* e irrestrita das construções das diversas culturas<sup>95</sup>, além de implicar um olhar a-histórico, leva a solapar o processo histórico gestor e parturiente do Homem Universal. O apego irrestrito às especificidades<sup>96</sup>, na atual materialidade histórica, já tende mais à exclusão do que à participação do corpo social mundializado. Tal apego assume três possíveis motivações: a ingenuidade típica daqueles que se entusiasmam com os “cantos de cisne” (Gramsci, 1974: 57-8), o romantismo próprio daqueles que não vivenciam a concretude (as múltiplas

---

forma ampliada quando se submete ao paradigma dos insumos. Também NAVARRO (1995) expressa essa dificuldade quando se refere aos assentados. Junto a isso, no entanto, aparece um outro problema (caótico), que é o “Estado mínimo”. Diante da omissão estatal, qual a alternativa para o pequeno agricultor viver a tão sonhada (muitas vezes obsecadamente) e legítima monetarização de sua vida? A ausência do Estado, assim, articula-se, embora não explicitadamente, com a expansão das agroindústrias privadas, estas determinando, sob o paradigma dos insumos, a monetarização da vida do pequeno agricultor, bem como a sua “inserção” no mercado mundial. Neste sentido, tanto a produção quanto a monetarização do pequeno agricultor se realizam sob a égide da dependência.

<sup>95</sup> Sobre a valorização *a priori* e irrestrita dos elementos culturais próprios do mundo dos pequenos agricultores já nos pronunciamos no capítulo introdutório.

<sup>96</sup> Uma das manifestações históricas do esgotamento da especificidade agrícola é o que na última reunião anual do PIPSA- Região Sul (Pelotas, RS, novembro de 1995) se convencionou designar “**pluriatividade**”. Sem romper os laços familiares, muitos indivíduos se ocupam com atividades externas à unidade de produção rural, ampliando, com isso, o orçamento e a monetarização das famílias em que se integram. Nesse sentido já é discutível a noção bastante universal - embora pouco explicitada - de família agrária. Muitas vezes as atividades externas à especificidade agrícola e à unidade de produção agrícola são hegemônicas na constituição do orçamento familiar. Na região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, membros de muitas famílias, após a colheita (quase) total do fumo, têm se dirigido às fumageiras, onde se empregam sazonalmente. Outros membros se ocupam, também, em atividades de construção civil, docência, comercialização de alguns (semi) manufaturados agrícolas (rapadura, “Kässschmier [requeijão]”, melado, defumados, etc.), etc. Especificamente no caso de um membro familiar exercer a docência, a renda familiar líquida pode ser bastante ampliada. É importante ressaltar que de um modo geral e devido à pouca introdução do conteúdo da atual revolução científico-tecnológica na produção especificamente agrícola, são as atividades externas à unidade de produção rural que asseguram, pelo menos em grande parte, o capital de giro das famílias. Cabe mencionar, ainda, que no imaginário da maior parte das famílias de pequenos agricultores, a pluriatividade é assumida, em relação à redução agrícola, como um modo superior de existência. A história nos põe, assim, ante várias evidências da quebra da especificidade agrícola.

determinações) de uma realidade particular e, por último, o cinismo daqueles que exploram financeira e/ou politicamente qualquer especificidade. Nesse sentido, Schaff (1992: 71) é ilustrativo e convincente ao afirmar que

"Ao lado do **desaparecimento do trabalho, no sentido tradicional**, a **mudança cultural** será certamente a consequência social mais importante ... a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, o do **HOMEM UNIVERSAL**, e universal em dois sentidos: no de sua **formação global**, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se liberar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em **cidadão do mundo** no melhor sentido do termo". (grifos nossos)

Considerando a totalidade histórico-social, admite-se que o trabalho, no sentido tradicional, está aos poucos sendo dispensável e, em algumas atividades, até mesmo desaparecendo. Por outro lado, **o trabalho tradicional e gratuito do pequeno agricultor, que consome saúde, beleza, energia, graça,...e qualidade de vida, não está sendo dispensado**, embora possa, de fato, desaparecer. Onde este trabalho largamente perdura, existem os **bolsões de pobreza rentáveis** ao capital<sup>97</sup> agroindustrial privado. Assim, a morte da sociedade do trabalho (Habermas, 1987; Offe, 1989; etc.) é uma constatação apressada, pois não encontra uma sólida base empírica universal, haja vista que o trabalho intelectual tende a se afirmar cada vez mais, e o trabalho manual do pequeno agricultor tenderá a permanecer até esgotar a sua funcionalidade ao capital agroindustrial privado. O problema é que não temos elementos para precisar até quando essa funcionalidade subsistirá. Discutiremos as implicações desta questão mais adiante. A "constatação" da morte da sociedade do trabalho é, também, politicamente desastrosa, uma vez que desmobiliza os trabalhadores do mundo e, no limite do absurdo, leva a acreditar que a não ou pouca

remuneração do trabalho do pequeno agricultor é algo normal e natural, de modo tal que ser explorado no trabalho “integrado” acaba sendo visto como um privilégio<sup>98</sup>. Tomando esse barbarismo como algo “legítimo” e legal, o capital não fará questão, tão cedo, de abolir a sociedade do trabalho. Nesse particular, embora perversamente, nem os neoliberais endossam a tese habermasiana do esgotamento da sociedade do trabalho. Enquanto o trabalho de qualquer natureza for rentável ao capital, o seu desaparecimento redundará apenas em figura de linguagem. Por outro lado, **no caso dos pequenos agricultores e pressupondo-se a individuação do Homem Universal, o trabalho no sentido tradicional “deverá” desaparecer.** Tal fenômeno implicará, progressivamente, a fragilização do capital e, em contrapartida, a afirmação do pequeno agricultor enquanto um novo ser social. No caso do trabalho relativo ao mundo do pequeno (ainda) agricultor, o desaparecimento do trabalho no sentido tradicional é bem-vindo ao pequeno agricultor e constituinte de fragilidade do capital agroindustrial privado.

---

<sup>97</sup> Segundo ETGES (1993c: 21), “O capital é o glorificador do trabalho, sempre entendido como trabalho imediato e manual”.

<sup>98</sup> Os pequenos agricultores, ante a pouca remuneração dos seus produtos no mercado “auto-regulado” e ante a impossibilidade de conseguirem um trabalho melhor remunerado na prestação de serviços (como diarista e/ou através de “empreitadas”) a outros agricultores (já aposentados/idosos ou que eventualmente precisam ajuda de mão-de-obra externa. Observa-se que os agricultores de maior porte preferem mecanizar a produção e resolver o problema das “limpas” com insumos agroindustriais - herbicidas), buscam integrar-se às agroindústrias que oferecem esta possibilidade. Trata-se, normalmente, de integração às agroindústrias ligadas ao abate e comercialização de frango e de suínos, ao beneficiamento da seda, etc. A integração oferece, de fato, a perspectiva de ganhos bem maiores. Por outro lado, põe-se sob o signo da terceirização/flexibilização. Justiça seja feita: a integração, por maiores as críticas que a ela possam ser dirigidas, tem viabilizado mais retorno econômico aos integrados do que outras formas de atuação. Esse fato fica contundente na medida em que constatamos, no Sudoeste do Paraná, no ano de 1996, alguns diaristas ganharem apenas R\$ 3,00 e, pior ainda, muitos dias ficando parados por não conseguirem trabalho algum. Enfim, quando o Estado se põe em dimensão mínima, as agroindústrias privadas em certa medida direcionam o processo de monetarização da vida dos pequenos agricultores, selecionando aqueles que já têm condições de oferecer mais vantagens às agroindústrias, tais como proximidade espacial, capacidade de se ajustar às oscilações e exigências do mercado (demanda diferenciada em quantidade e qualidade, etc.), etc. Aqueles que não oferecem as condições ótimas permanecem dependendo apenas da baixa remuneração dos produtos tradicionais ou da ainda designada “cultura branca” (feijão, milho, soja, arroz, trigo, etc.).

A nosso ver, todos os elementos culturais mencionados e que não são constitutivos desse Homem Universal, não têm mais conteúdo ou materialidade histórica. E não são poucos os elementos culturais já superados. Pior ainda, tais elementos contribuem, muitas vezes, no sentido de impedir avanços que se fazem necessários para a afirmação do Homem Universal. Assim sendo, designamos os elementos culturais que não mais têm conteúdo histórico formador do Homem Universal de **elementos arcaicos**. Não importa se provêm do senso comum popular, ou do senso comum apresentado pelas mega-indústrias, pela comunidade acadêmica ou pela indústria cultural, travestidos de ciência e, a partir disso, legitimados. Por isso, ao invés de falarmos em cultura, preferimos falar em materialidade histórica, que é sempre um recorte dos elementos culturais que ainda têm poder de determinação do homem em seu máximo grau de humanidade. Tal recorte repousa sobre as construções humanas que, mesmo sendo criação do homem, sobre ele têm poder de determinação, no sentido de construir sempre o novo homem, hoje necessariamente universal.

Problematiza-se, aqui, aquilo que, para além da forma, apresenta o conteúdo do homem, ou melhor, do novo homem (ex-istindo, fazendo-se), necessariamente histórico, sem essência predeterminada, ato da potência criada historicamente e não natural. A ruptura ou o abandono das formas sem conteúdo se impõe, aqui. É neste sentido que pensamos a educação do pequeno agricultor. Este, contrariamente ao camponês, não está morto. Está morta apenas a forma arcaica da atividade de produção de alimentos pelos pequenos agricultores. **A atividade de produção alimentar nunca será a-histórica**. Tal atividade garante, de fato, o “primeiro ato histórico” (Marx & Engels) de todo ser humano, mesmo em um contexto em que vivemos plenamente a terceira revolução industrial e estamos em processo avançado da mundialização da economia e do mercado.

Obviamente que a mundialização do capital é alienadora (Duarte, 1993) e excludente (Assmann, 1989 e 1994). Trata-se de uma mundialização que atropela as particularidades regionais e os elementos culturais particulares cheios de conteúdo histórico (Warde, 1993). A mundialização do capital é essencialmente homogeneizadora, contrariando os princípios de liberdade, democracia e interdisciplinaridade. O capital institui o padrão para tudo. Os pequenos agricultores são, aí, sem dúvida, uma das grandes vítimas. Que alternativa sobra ao pequeno agricultor diante da padronização genética, bem como dos tratamentos culturais e dos insumos agropecuários? Ou melhor, **que alternativa o “mercado”, sob o paradigma determinante dos insumos (“modernos”), dá ao pequeno agricultor?** Se o pequeno agricultor quiser participar do mercado (mundial), sob os designios do capital, precisa enquadrar-se nos padrões estabelecidos pelo “mercado”. Tais padrões desprezam e até mesmo anulam, por exemplo, riquíssimos bancos genéticos existentes em certas particularidades regionais. A padronização genética é uma forma disfarçada de dominação (Aued, 1994) das mega-empresas sobre as diversidades regionais, bem como uma imposição “sutil” dos seus produtos à totalidade dos agricultores e consumidores em geral. Certamente não é esta a mundialização de que o pequeno agricultor precisa, pois nesta ele é apenas refém do mercado sob a lógica da exclusão. Várias perguntas nos desafiam, quase de imediato, ao pensarmos a educação do pequeno agricultor no contexto da terceira revolução industrial e da economia mundializada - estas expressões maiores da atual materialidade histórica. Uma primeira pergunta é: diante do atual conteúdo definidor do homem, pondo os elementos para a formação do Homem Universal (cosmopolita, omnilateral), tem sentido a práxis que ainda aceita a educação dita rural? Ou falando com outras palavras: a educação rural ainda tem conteúdo ou, ao contrário, (já) é apenas forma? E mais: a atual materialidade histórica fornece conteúdo que afirma o homem rural? Ou, inversamente, está decretando a

sua morte? Os elementos por nós postos, até aqui, respondem afirmativamente apenas a última pergunta. Voltemos a ela na conclusão.

Essa pergunta, aberta à possível resposta da morte do homem rural e da educação rural, pode desdobrar-se em muitas outras (ainda não devidamente respondidas), dentre as quais destacamos as seguintes:

- que eventual especificidade científico-tecnológica poderá demandar a formação do Homem Universal que se ocupará do processo de produção alimentar, possivelmente sem reivindicar (centralmente) a terra enquanto espaço físico?

- haverá espaço para trabalhar diferentemente os elementos da cultura universal (esta cada vez mais se sobrepondo como conteúdo definidor do homem) sem comprometer a cidadania universal?

Muitas outras perguntas poderiam ser formuladas, face à complexidade do problema-objeto em estudo que, por ser complexo, demanda um trabalho de pesquisa interdisciplinar (conforme já visto anteriormente) e, mesmo assim, não nos garante uma compreensão que esgote a sua cientificidade<sup>99</sup>. Mas não é objetivo nosso, aqui, nem tal é possível, esgotar o conjunto de perguntas que o problema-objeto possa suscitar. Cada pergunta dessas constitui

---

<sup>99</sup> A nossa ver, o objeto "mundo agrário" é, especialmente, problemático quanto à cientificidade. Neste sentido, as palavras de Edgar MORIN (1981: 18) podem servir de advertência: "... a cientificidade é a parte emersa de um icebergue profundo de não-cientificidade. A descoberta de que a ciência não é totalmente científica é, a meu ver, uma grande descoberta científica. Infelizmente, a maior parte dos cientistas ainda não o fizeram...". É o caso dos neoliberais (que afirmam o fim da história com a universalidade do capital, esta admitida por Marx e por vários marxistas: Warde, Ianni, etc.), dos pseudo-holistas e dos marxistas ortodoxos e "marxistas" neoliberais. A tese, já citada, de Bernadete AUED (PUC-SP: 1990) - *Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI* - é referência obrigatória quando buscamos compreender os problemas presentes na reflexão relativa à questão agrária combinada com a apreensão do desenvolvimento das forças produtivas ("a terra não é mais necessária"). A nosso ver, Ricardo ABRAMOVAY (1992) - *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (obra já citada) - oferece um conjunto de elementos que "desmancham no ar" a solidez do senso comum presente na reflexão sobre a agricultura familiar. Partindo-se especialmente das contribuições de Abramovay, podemos endossar de imediato a citação de Morin na presente nota.



problema suficiente para uma outra tese. Daí termos tratado, em nossa abordagem, especificamente daquilo que é nuclear nas perguntas já postas, ou seja:

1- Do contexto da mundialização da economia/terceira revolução industrial, que já constitui a materialidade histórica, isto é, o conteúdo para a formação do Homem Universal.

2- Da necessária elevação do pequeno agricultor à condição de Homem Universal, abdicando das formas e adjetivações educacionais que já estão vazias de conteúdo (histórico).

3- Da implicação ético-moral-política da práxis educacional não diferenciada: a negação da exclusão (proletarização) do pequeno agricultor e a democratização da ciência-tecnologia.

Os três pontos acima expressos e até aqui tratados querem dar conta, nos limites do presente trabalho (uma tese só e não várias), da temática que constitui o seu título. Trataremos, no capítulo a seguir, de, ao retomar os conceitos e categorias já trabalhadas, aprofundar a questão da necessária superação do poder do atraso para a afirmação do hoje pequeno (ainda) agricultor como um novo ser social/alternativa sócio-econômico viável.

## **6. PROBLEMATIZANDO A EDUCAÇÃO DO PEQUENO AGRICULTOR A PARTIR DA MOLDURA TEÓRICO-CONTEXTUAL E DO IDEAL DA FORMAÇÃO DO HOMEM UNIVERSAL: DO PODER DO ATRASO À ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA VIÁVEL**

Pressupomos, aqui, o contexto da mundialização da economia e do mercado, e a terceira revolução industrial. A abdicação da curvatura da vara do real caracteriza tão somente o poder do atraso. Endossamos, por isso, Ianni, quando em sua obra, "A Sociedade Global" (1992), deixa claro que o mundo já se define como uma aldeia universal, sendo que os Estados nacionais não podem mais servir de paradigma para as ciências sociais e, quando no seu texto "Notícias do Mundo Agrário" (1993), fala da irreversível "dissolução" do mundo (especificamente) rural. Nesse texto, ainda, Ianni caracteriza a defesa do mundo rural como algo romântico. Igualmente endossamos Frigotto (1989), Schaff (1992) e outros intelectuais que apontam a irreversibilidade da terceira revolução industrial. Além disso, o processo de mundialização do real e a atual revolução científico-tecnológica se implicam mutuamente e, em sua comunalidade, põem as pré-condições ou condições objetivas da afirmação do Homem Universal ou da realização do homem em seu mais alto grau de humanidade histórica e coletivamente construída pelo próprio homem.

Se, de certa maneira, quando falamos em cultura (esta apresentando, também, elementos que não têm mais poder de definição do homem em sua construção, bem como apresentando elementos que significam o poder do atraso já referido), ainda é possível

aceitar a existência de um mundo agrário, o mesmo não ocorre quando falamos em materialidade histórica. Esta é uma consequência do nosso conceito de materialidade histórica, posto na definição já explicitada. Daí a expressão "mundo agrário" ou "mundo rural".

Tavares (1985: 10), embora não fale de sociedade global, aponta já o falso dualismo campo-cidade: "O horizonte metodológico para indicar as condições sociais das lutas agrárias sempre será o da totalidade de cada sociedade, campo e cidade envolvidos em uma mesma crise estrutural" (grifo nosso).

Enfim, se quisermos constituir a educação do pequeno agricultor como um objeto científico, não podemos endossar a dualidade campo-cidade, nem artificialmente colocarmos conteúdo (matéria constituinte do novo homem: Universal) ou determinação real na forma "rural" ou "agrária". Um pensador que eleja a categoria da totalidade (histórico-social) como apropriada para apreender e/ou compreender o real, não pode mais pensar o mundo (já designa uma totalidade) agrário ou rural como uma totalidade, nem uma sociedade nacional como uma totalidade. O paradigma, pois, é o mundo, seja para pensar o espaço social, seja para pensar propriamente as relações sociais. Isto não significa que as particularidades da atividade de produção alimentar (também produtora do homem) que constituem matéria para a produção do novo homem devam ser desdenhadas. Pelo contrário, trata-se, isto sim, de fazer a articulação proposta por Warde (1993): **buscar a realização da universalidade em nossa singularidade**<sup>100</sup>. Concretamente e no nosso caso, esta articulação consiste, pelo

---

<sup>100</sup> WARDE (1993) apreendeu na produção literária a realização desta articulação. Diz ela: "Leminski faz parte de um escol de escritores, entre os quais é proibitivo não incluir Machado de Assis, Lima Barreto, Guimarães Rosa, o necessário Mário de Andrade e o indefectível Nelson Rodrigues, que através da literatura escaparam das perguntas antinômicas para **desvendar na nossa singularidade o universal**. De outro modo, poderia dizer que fizeram literatura, e da melhor qualidade, exatamente porque, fazendo-a, puderam registrar como a humanidade (o universal) encontrou em nós um outro jeito de se realizar (ou seja, de se singularizar)" (p. 39). No tocante ao nosso objeto - pequeno agricultor e racionalidade educativa - torna-se necessário apreender como a

menos em grande parte, na "individuação" (Duarte, 1993), haja vista que a singularidade do pequeno agricultor brasileiro, como já dissemos, ainda não significa o Homem Universal como um estar-sendo.

O mundo enquanto paradigma não significa, ao contrário do que muitos intelectuais dão a entender, que a filosofia da práxis, com suas categorias de análise, está morta. No caso da categoria da totalidade, esta apenas ganhou novo conteúdo face à atual determinação real. A nosso ver, a categoria da totalidade se torna cada vez mais central na medida em que o homem cada vez mais pode ser, positivamente, Homem Universal, bem como na medida em que a sociedade global define cada vez mais o homem (universal). Além do mais, é cada vez mais possível pensarmos em termos de totalidade e de subtotalidades. O "mundo rural", por exemplo, por ainda ter certa especificidade (graças à dificuldade de apropriação industrial do conjunto das atividades agrícolas ou, em outras palavras, pelo ainda não domínio efetivo dos elementos naturais presentes no processo de cultivo da terra), pode ser pensado enquanto uma subtotalidade. Se pensarmos o suposto mundo rural como uma totalidade não mais podemos pensar a individuação do pequeno agricultor a partir da atual materialidade histórica. O resultado será a afirmação da unilateralidade do pequeno agricultor.

A mundialização, teorizada especialmente por Ianni, e a designada por Frigotto, de terceira revolução industrial, ou ainda a chamada "atual revolução técnico-científica" (Schaff, 1992, p.23), são para nós matéria constituinte do novo homem que, ao mesmo tempo em que afirma o Homem Universal, relativiza e destrói a especificidade agrícola e o homem rural. Constituem, também, a totalidade em seu novo conteúdo, de modo a tornar o

---

mundialização da economia e do mercado e a atual revolução científico-tecnológica (o universal) pode encontrar nos pequenos agricultores um jeito (realizador do homem e da natureza) de se singularizar, de modo a garantir a "individuação" (DUARTE, 1993). O pequeno (ainda) agricultor enquanto novo ser social poderá, acreditamos, ser expressão desta articulação.

"mundo agrícola" uma mera subtotalidade do real. Reorientam, por isso, o trabalho de pesquisa científica e de reflexão filosófica; desautorizam os projetos educacionais que se limitam à determinada especificidade, como também tiram o caráter "sagrado" da terra. Esta se encontra, inclusive, altamente relativizada mediante as conquistas da ciência-tecnologia, principalmente as da engenharia industrial e da biotecnologia. Está morto pois, o homem rural e vive o Homem Universal. A educação rural, assim, passa a ser politicamente contrária à individuação do Homem Universal no pequeno (ainda) agricultor.

A partir da materialidade histórica posta, podemos ver (resumidamente) que:

- a terra deixou de ser "sagrada" e está, inclusive, altamente relativizada mediante as conquistas, principalmente, da engenharia industrial (já articulada à microeletrônica) e da biotecnologia;
- as divisas e fronteiras estão relativizadas e até banidas (veja-se os casos da Comunidade Econômica Européia, do NAFTA, do Mercosul, entre outros);
- a localidade e a regionalidade decidem cada vez menos a vida do conjunto de seus habitantes;
- a comunicação instantânea de tudo e a todos "pode" informar;
- a língua materna e/ou nacional (já) é apenas um ponto de partida para a cidadania universal;
- a robótica e a microeletrônica dispensam a presença do homem no trabalho aviltante e descartam a necessidade de grandes espaços físicos para a produção de um modo geral;
- a biotecnologia é a possibilidade de o homem potencializar a natureza em sua expansividade;
- o mercado tomou dimensão e critérios internacionais irreversíveis.

Enfim, o homem e suas obras têm dimensão mundial. Mas não é só isso. O homem, finalmente, pode relacionar-se de maneira tal com a natureza - da qual também faz parte - que, ao invés de degradá-la, passe a potencializá-la. (Gusdorf, apud Siebeneichler, 1989: 155). A relação homem-natureza através do trabalho, em sua dimensão concreta<sup>101</sup> humaniza o homem e naturaliza a natureza, invertendo a tendência de “desnaturalização da natureza” e “de desumanização do homem”. E, na medida em que esta relação é efetivamente assumida, o mundo das atividades especificamente agrícolas desaparece e, concomitantemente, tudo o que tem recorrência ao "mundo agrícola", como, por exemplo, a educação rural. Ao invés de agricultura, passa-se a falar e pensar, por exemplo, em ecologia, um conceito abrangente o suficiente para dar conta, também, da nova materialidade histórica no tocante à produção de alimentos. A ecologia, pois, passa a representar, também, a síntese da relação homem-natureza, humanizando o homem e potencializando a natureza. Por ora já é suficiente falarmos em agroecologia, haja vista que a atividade agrícola ainda guarda certa especificidade, embora tal se deva, principalmente ao “poder do atraso” generalizado em níveis de consciência coletiva, de ações político-pedagógicas e de individuação (democratização das conquistas civilizatórias/condições objetivas). Em termos de totalidade histórico-social, a agricultura, guardada a sua ainda suposta especificidade, significa, também, o poder do atraso. A ecologia, pois, passa a ser um conteúdo teórico-prático essencial para o pequeno (ainda) agricultor e uma das pré-condições para a formação do Homem Universal.

Aued (1990: 8), analisando perspicazmente "a questão agrária" e comentando sua tese de doutorado, assim se expressa:

---

<sup>101</sup> ANTUNES (1995) argumenta que a sociedade do trabalho não está desaparecendo, contrariando a fala de vários intelectuais. Um dos pontos fortes de sua argumentação é a **continuidade do trabalho** enquanto mediador entre o homem e a natureza na produção do valor de uso.

"O conjunto dos capítulos coloca uma questão mais geral...: se existe questão agrária ou se ela se transmutou, passando a ser um tema de produção, que engloba as formas de viver na agricultura, na indústria, e até na sociedade pós-industrial".

O capítulo conclusivo da tese de Aued (1990: 135-145) toma por título o que para nós é um indicativo da potencialização da natureza pelo homem e, por outro lado, a morte do agricultor - enquanto restrito à especificidade da agricultura tradicional - e o esvaziamento da educação agrícola. O título é: " A terra não é mais necessária". Em outras palavras podemos dizer que o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica passa a ser, via de regra, mais decisivo para o pequeno agricultor inserido na mundialização da economia do que a terra enquanto espaço físico e o seu trabalho tomado no sentido tradicional.

Os próprios trabalhadores, incluindo-se aí os pequenos agricultores, já se organizam e pensam o processo produtivo a partir de novas bases. Buscam instrumentalizar-se, por exemplo, em termos de economia política, de modo a se situarem como sujeitos históricos (no sentido de serem partícipes da produção da realidade, mormente tomando a direção oposta à exclusão) e como trabalhadores do mundo. A primeira expressão dessa nova práxis é a luta dos pequenos agricultores para vender os seus produtos em feiras, portanto, diretamente ao consumidor. Com isso desaparece a figura do atravessador que, via de regra, se constitui em expropriador do trabalho dos pequenos agricultores no mercado local-regional. Nesse sentido, o pequeno agricultor ultrapassa a especificidade do setor primário na escala econômica tradicional e assume, também, o setor terciário. E se levarmos em conta, também, que grupos de pequenos agricultores ou cooperativas "agrícolas" industrializam as suas matérias-primas, vendendo-as sob forma de produtos elaborados, podemos dizer que os pequenos agricultores rompem totalmente a rigidez dos setores da

economia e dão conta da economia enquanto totalidade. Nesse caso o pequeno (ainda) “agricultor”, sem romper (necessariamente) com a organização/vida familiar, produz matéria-prima, agrega valor a ela na sua transformação industrial e contabiliza uma alta remuneração do trabalho ao ser, ele mesmo, agente comercial no mercado em questão. Exemplo típico é a produção de leite associada à sua usinagem e venda direta ao consumidor final (é o caso já mencionado da Cooperativa de Leite Rio Pardinho). Neste tipo de experiência, incorporando a alta ciência-tecnologia e atuando de forma decisiva no mercado, **a especificidade agrícola “se desmancha no ar”**. Uma experiência dessas, multiplicada na totalidade ou quase totalidade das pequenas propriedades agrícolas do sul do Brasil e considerando-se uma ampla atuação positiva do Estado, pode desmanchar no ar<sup>102</sup>, inclusive, as grandes agroindústrias privadas mundializadas do setor do leite (ex.: Parmalat) nesta região.

A partir do já explicitado, é difícil cogitarmos, hoje, a defesa de mundos específicos, enquanto realidades absolutas, autônomas. O específico, a parte, ... só ganha(m) sentido na totalidade histórico-social e na dimensão mundial. Nesse sentido é que no interior

---

<sup>102</sup> WARDE (1993: 61), diz que “Autores de diversa cepa têm apontado, em comum, traços característicos de novo quadro internacional: 1. a nova configuração do capital não mais se ancora no operariado, mas na educação e na ciência; 2. mais do que nunca os homens ganham condições de tempo e de liberdade para a formação geral; 3. o capital, ao liberar o trabalho humano, está criando, por contradição, as condições necessárias para a realização de uma ordem mais democrática”. E continua: “O tom otimista de muitos autores, no entanto, convive com uma perspectiva no mínimo catastrófica, pois eles têm de admitir que, se as potencialidades tecnológicas novas podem carregar as condições necessárias, estão longe de portarem as condições suficientes para a realização de uma nova ordem mundial equalizadora” (ibidem). No caso do exemplo acima apontado, bem como do exemplo da Cooperativa Camila Alimentos, a educação e a ciência-tecnologia se fazem imprescindíveis. Ao mesmo tempo as pessoas envolvidas ganham condições de formação geral e a realização da ordem democrática deixa de ser virtual para exercer a auto-realização do conceito democracia. Embora estes exemplos não são suficientes para cogitarmos a realização de uma nova ordem mundial equalizadora, temos neles a perspectiva da superação da lógica da exclusão e universalidade excludente do capital. Tais experiências são significativas na medida em que universalizam em certa medida o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica e redimensionam a economia e o mercado mundializados. Como? A mundialização não mais se confunde com a hegemonia das empresas capitalistas transnacionais, mas com a democratização das condições



do processo civilizatório da mundialização, evidencia-se o ritmo acelerado do processo de urbanização, de modo a constituir verdadeiros conglomerados e, por outro lado, esvaziando a habitação tipicamente rural (em todos os sentidos). As estatísticas confirmam, a cada senso demográfico, no mundo todo, este caminho da humanidade. A pergunta que se coloca, mais uma vez é: e o "mundo rural"? A resposta, ao incluirmos no conceito de "urbano" também os valores sócio-culturais, é a de que o "mundo rural" já está urbanizado, isto é, já fez a mesma "curvatura da vara" que o mundo em sua totalidade fez. O real não dá mais conteúdo ao termo "agrário". "Agrário" é um conceito vazio, e o uso do termo persiste, propriamente, devido a uma visão romântica ou saudosista do "mundo rural", visão muito mais impregnada de paixão do que de razão. Poderíamos dizer, inclusive, que há "rurículas" mais urbanos que cidadãos originariamente urbanos, uma vez que adotam os valores, o pensamento, o sentimento, a relação notícia/fatos em nível mundial, a (alta) ciência-tecnologia (telefone celular, automóvel, antena parabólica ou TV a cabo, fax, microcomputador, controle remoto de máquinas, cursos universitários, bibliografia jornalística e acadêmica, congressos, exposições, conhecimento de línguas estrangeiras, participação em movimentos sociais, etc.) e, enfim, a individuação, originariamente urbana.

Mas nem tudo é digno de "aprovação" quando se parte de uma ética da participação. Na síntese dialética entre o homem especificamente rural (em superação) e o homem urbano (ainda em formação), temos por hora, o rurano, produzido muito mais pelos complexos agroindustriais capitalistas do que pela escolarização ou pela política estatal que garante as "condições iniciais iguais". O rurano, por outro lado, desaparecerá na medida em que a "apropriação industrial do processo de produção rural" e a "substituição industrial do produto rural", processos descritos por Goodman e outros (1990) forem

---

objetivas da existência humana. As iniciativas citadas, pois, felizmente, desautorizam (mesmo que parcialmente) o temor catastrófico de Warde.

universalizados democraticamente pelo Estado democrático no processo de produção de alimentos (animal e humano). O rurano - uma criação do capital - assim, não tem condições de esgotar o conteúdo humano próprio do Homem Universal. O rurano representa apenas a transição histórica do mundo especificamente rural para o mundo urbano em universalização. Pode constituir-se, por isso, em categoria sociológica, mas não ser determinante de uma proposta educacional que objetiva formar ou produzir o novo homem, hoje necessariamente universal: cosmopolita e omnilateral.

**O rurano tem, ao contrário do Homem Universal, sua humanidade reduzida ao capital.** Pelo menos é o que se pode constatar. Nossa argumentação, ancorada no próprio contexto, quer, pelo menos, afirmar esta possibilidade. A urbanização do “mundo agrário” (reduzido e ensimesmado em sua especificidade) ainda não significa o desaparecimento ou a morte do mundo agrário (em aberto e vertido - em sua ainda certa especificidade - para o mundo, articulando o universal e o particular de modo a constituir uma nova realidade, realizadora da universalidade em nossa singularidade). Não há, assim, um "mundo agrário", especificamente agrário, autonomamente agrário, no sentido ou conteúdo tradicional do termo. O que define, contudo, este mundo "intermediário" ou em crise de identidade real, são as grandes agroindústrias, caracteristicamente privadas. Estas, propriamente, constituem o conteúdo do rurano. Isto não quer dizer que uma vez desaparecido o rurano, estas agroindústrias deixarão de ser. O fato é que a quase totalidade, senão a totalidade das grandes agroindústrias, são multinacionais capitalistas, todas ligadas ao mercado mundial. Exemplo típico disto é a agroindústria do "fumo" (tabaco) de Santa Cruz do Sul-RS, que integra tanto o capital quanto o trabalhador e/ou pequeno agricultor no processo de mundialização (desigual) da economia. Em Santa Cruz do Sul-RS, a "curvatura da vara" do real chegou ao "mundo rural". E chegou lá, sem ou

com pouca presença do Estado nacional brasileiro, uma vez que foram as grandes empresas mundiais capitalistas (Souza Cruz com maior destaque) que dirigiram o processo de mundialização. O resultado é a constituição do rurano. O rurano, para todos os efeitos, é o “**novo trabalhador**” rural, não o empresário capitalista que articula atividades (primordialmente turísticas) “urbanas” com atividades “rurais”. Nas vias de fato, rurabilidade nada mais é do que a apropriação - unilateral - capitalista mundial do “mundo rural”<sup>103</sup>. Não constitui, pois, o Homem Universal. O pequeno agricultor rurano é apenas funcional ao capital. É a expressão mais viva da “flexibilização” no campo. O pequeno agricultor rurano, aliás, foi quem inaugurou a flexibilização ou a chamada “terceirização” na economia brasileira (mundializada). Ianni (1993: 3) assim se expressa:

“... o mundo agrário já está tecido e emaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais. São núcleos ativos e predominantes, articulando atividades produtivas e mercados, geopolíticas mercantis e marketings, modalidades de produtos e ondas de consumismo. Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital flutuando pelo mundo afora.”

---

<sup>103</sup> José Vicente TAVARES DOS SANTOS descreve e analisa com muita propriedade esse processo de apropriação na obra *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978. Mesmo sem o apropriacionismo e o substitucionismo próprios do atual contexto, o autor constata a subordinação das atividades dos pequenos agricultores do vinho aos interesses do capital, este representado tanto pelas agroindústrias do vinho quanto pelas instituições financeiras. Sobre esta questão a leitura de José de Souza MARTINS também é contributiva. Sugerimos especialmente a obra (na qual tece, também, um comentário sobre a obra acima citada de Tavares dos Santos) *Expropriação & violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982. É oportuno reproduzirmos, aqui, a expressão de um lavrador, citado por MARTINS (p. 95): “Entreguei meu fumo na firma / Para minha dívida descontar. / Me veio o resultado de volta: / Tem mais três mil pra pagar. / ... / Meu amigo plantador / Faça agora o que quisé. / Plantando mais fumo pra firma / Ganha mais um pontapé”. Na mesma linha da obra de Tavares dos Santos, porém contemplando especificamente o processo de produção do “fumo”, realizado em torno da região de Santa Cruz do Sul, RS, situa-se a obra de Virginia Elisabeta ETGES. *Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

Poderíamos dizer, também, que no mundo rurano, o pequeno agricultor não propriamente se integra, por opção, à grande agroindústria, assumindo, com isso, a rurbanidade. Antes ele é subsumido pela revolução operada pelo capital no campo. Na lógica do capital o rurano não é autônomo. Por isso, em se tratando de pequeno agricultor, **rurbano é aquele que é objeto da terceirização nas atividades agrícolas** e que, portanto, não pode constituir-se propriamente em sujeito econômico, tendo também a sua cidadania como um todo reduzida praticamente à mera formalidade. A universalidade do rurano brasileiro está no capital, não no Homem Universal. Eis aí, a nosso ver, uma das expressões do que Fukuyama (1991) denomina “fim da história”. Não negamos (e não há como negar) o caráter revolucionário da agroindústria capitalista. Mas não está em questão aqui o desenvolvimento puro e simples das forças produtivas (economicismo). No nosso caso, central é o homem e a produção do homem. Se o Homem Universal - objeto da educação, hoje - não pode ser encontrado no "mundo rural", também não o será no mundo “rurbano”. Ademais, a revolução que vislumbramos coloca o homem como centro, jamais o capital. Nesse sentido, **a utopia (otimismo militante) marxiana de superar o capital nunca deixou de ser concreta.**

Olhando para além da sociedade brasileira, o quadro de hegemonia do capital e da síntese rurana por ele produzida, parece se repetir. Assim, no caso do processo de integração entre vários países, como, por exemplo, o Mercosul, há de se admitir que ela é feita, efetivamente, pelas multinacionais e não pelos Estados-governos. O capital, neste sentido, sobrepõe-se aos governos. O grande capital mais uma vez mostra que está mundializado e que é mundializador.

Por outro lado, pode-se dizer que a mundialização do capital também agrava as contradições sociais. Por isso, as lutas de liberdade, de emancipação do homem, de relação

homem-natureza (por exemplo, as lutas ecológicas em geral, as iniciativas político-pedagógicas de Lutzenberger em função da agricultura sustentável, etc.), de democracia, entre outras, também precisam ser assumidas mundialmente e em sua dimensão mundial. Neste sentido as ONGS (Organizações Não Governamentais), que se caracterizam como organizações civis mundiais - sem nacionalidade, constituindo a sociedade dos cidadãos do mundo e defendendo os cidadãos do mundo - se adequam perfeitamente ao atual contexto mundial, dando conta muitas vezes, em diferente nações, daquilo que o Estado, por ser “mínimo”, não realiza. Nesse sentido, parece que as ONGS desempenham um papel mais decisivo na educação ecológica do que a maioria dos Estados nacionais.

Estas ONGS, a nosso ver, estão construindo um novo sujeito histórico e exercem a razão aberta. A partir dessa construção, não se trata mais, a nosso ver, de buscar recuperar os paradigmas perdidos e um ponto de equilíbrio simétrico que seja um meio termo entre o mundo moderno (do Estado nacional, do progresso material, da racionalidade positiva, ...) e o mundo mundializado (do trabalhador internacional, do Homem Universal, do capital multinacional e por que não admitir: supranacional, das empresas S.A., etc.). O meio termo e a “volta ao século XIX” (Aued, 1990), ou mesmo a permanência no século XX são impossíveis: a atual materialidade o impede. O fato é que (ver box n. 6) a mundialização é avassaladora e constitui o mais forte e efetivo processo civilizador já visto. O fazer história só é possível a partir disso tudo. Trata-se de atuarmos a partir das amarras, ressonâncias e implicações mundiais. A resistência ao processo civilizatório da mundialização pode, ao contrário do objetivado, apenas prolongar a agonia e a morte. Não garante, a nosso ver, a participação dos homens em geral, da apropriação das condições objetivas que significam o Homem Universal. Não garante, enfim, a **individualização (processo pelo qual a sociedade realiza, em cada indivíduo, a universalidade expressa no Homem Universal)**.

A mundialização de que falamos não é sinônimo de massificação ou algo semelhante. Ela não significa a morte da individualidade. Cada um pode ser, aí, muito mais cada um, na medida em que fizer parte do coletivo ou do todo, isto é, estiver “no mundo” (Marques, 1995). Eis que a globalização é um novo paradigma: para todos. Constitui-se, finalmente, a relação dialética entre todo e parte em nível mundial. A globalização se realiza na individualidade e na coletividade. A individualidade, pois, tem em si, também, a mundialidade. Está morto, assim, o indivíduo da razão positiva. Vive, enfim, o Homem Universal, no qual a oposição universal-singular já é uma falsa questão. Vive, pois, o indivíduo social ou o “indivíduo para-si”<sup>104</sup>, categoria onde a humanidade se realiza, individualmente. A individuação passa a ser, com isso tudo, a apropriação, pelas pessoas, do Homem Universal historicamente construído, ou seja, do conceito ou conteúdo homem, hoje (cosmopolita e omnilateral), negando, obviamente, as formas sem conteúdo. Diante disso a educação é redimensionada.

Concluindo este capítulo, consideramos que a educação rural ou do homem rural é duplamente a-histórica: primeiro, porque nega o Homem Universal e, segundo, porque refreia a individuação. Em se tratando de política, esta educação pode ser defendida. E de fato ela encontra seus defensores. Contudo, sua defesa só pode tomar a direção antidemocrática, pois exclui o contingente dos pequenos agricultores da humanidade constituída no Homem Universal. A exclusão inevitável, por outro lado, considerando a nossa proposta de uma epistemologia radical, torna a educação rural, sob todos os aspectos, **indefensável**. Ela expressa, hoje, o “poder do atraso” a que nos referimos várias vezes. Neste sentido, a seguinte expressão (radical) de Gramsci (1974: 57-8) é emblemática: “... o historiador, com toda a perspectiva necessária, consegue fixar e compreender que os inícios

<sup>104</sup> Sobre a expressão “indivíduo para-si” ou, mais genericamente, de “individualidade para-si”, ver o capítulo n. 1 do presente trabalho.

de um mundo novo, sempre ásperos e pedregosos, são superiores ao declinar de um mundo em agonia e aos cantos de cisne que ele produz”.

A abdicação (historicamente) necessária do ruralismo pedagógico, contudo, não significa que a educação daqueles que se ocuparão da atividade de produção (também transformação e comercialização) de alimentos não demande nenhuma formação técnico-profissional de certo modo específica. Conforme Frigotto (1995: 204), “A luta primeira e fundamental é garantir a escola básica unitária e pública (primeiro e segundo graus) ...a todos ...Isto, todavia, não elimina a necessidade de formação técnico-profissional mais específica”. Não se trata, porém, da especificidade que reduz, por exemplo, a formação ao que tradicionalmente denominamos “rural”. Assim sendo, Frigotto (ibid: 205) diz que “A perspectiva da escola unitária pressupõe uma educação tecnológica como expressão mais avançada e orgânica a um industrialismo de novo tipo” (grifo nosso). Certamente as noções fundamentais e aprofundadas, dentre outras, de ecologia, de saúde animal/vegetal/humana e de biotecnologia se impõem para o pequeno produtor de alimentos de ora em diante. Ressaltamos, contudo, que a possível formação técnico-profissional mais específica para o futuro produtor de alimentos não é central no presente estudo, haja vista que a nossa tese central se ocupa com o problema da complexidade da educação do pequeno (ainda) agricultor, problema mais centrado na racionalidade do que propriamente na formação escolar e/ou extra-escolar. A quarta parte - a seguir - tendo por base a existência dos atuais pequenos agricultores, ocupar-se-á dessa questão.

## QUARTA PARTE

### **ALGUNS ELEMENTOS DO MUNDO VIVENCIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES OU A DIFICULDADE NA DESCONSTRUÇÃO DO “PODER DO ATRASO” E NA CONSTRUÇÃO DO HOMEM UNIVERSAL INDIVIDUADO (COMEÇANDO A CONCLUIR “PROVÁVEL E PROVISORIAMENTE”)**

Nesta quarta parte buscamos explicitar com mais atenção o mundo de vivência dos atuais pequenos agricultores, olhando (e apreendendo diversos olhares) especialmente o **fosso existente entre o “poder do atraso” e a constituição do Homem Universal individuado**. O fosso é a referência básica, haja vista que o mundo de vivência se realiza, efetivamente, como uma **totalidade contraditória** que se situa dinamicamente entre o “poder do atraso” e a auto-realização do conceito homem em sua máxima extensão (Homem Universal). Nesse sentido, a explicitação nesta parte realizada já configura, pelo menos de forma embrionária, a conclusão do presente trabalho. Explicita-se, aqui, a vida e a morte do atual pequeno agricultor o que, concretamente, é o indicativo da viabilidade do novo ser social (pequeno ainda agricultor ou futuro produtor de alimentos) e da superação histórica do tradicional pequeno agricultor.

O fosso de que falamos assume um conteúdo bastante abrangente: significa, de um lado, a resistência, ativa ou passivamente, ao conjunto de transições do mundo tipicamente rural (restrito à atividade agrícola em todo seu primarismo, sem demandas de um



conhecimento científico-tecnológico que ultrapassasse os domínios da família ou, no máximo, da comunidade circunscrita a uma linha ou a um distrito ou a um grupo imigrante colonizador de uma determinada região) para o mundo mundializado de hoje e marcado decisivamente pela terceira e quarta revolução científico-tecnológica. Tal resistência implica aquilo que denominamos de dificuldade na construção do Homem Universal individuado, uma vez que a persistência do mundo originário e estritamente rural significa, também, a aceitação de um homem historicamente superado, embora suscitando, aqui e acolá, falas ou defesas românticas ou ainda, defesas interessadas na expropriação do pequeno agricultor em seu trabalho tipicamente manual (em sua operatividade e/ou em sua submissão) e, por isso, presa fácil à submissão ao paradigma da determinação/insumos (constituindo, para além da operatividade, o aspecto da **submissão** do trabalho manual). Tais resistências situam-se no ruralismo pedagógico (que entre os pequenos agricultores se manifesta no contentamento ou suficiência do conhecimento científico-tecnológico específico e incipiente adquirido no passado e para as demandas próprias do passado), nas práticas e/ou instrumentos de trabalho (exemplos típicos são a ação de levantar objetos e produtos com a coluna curvada, lidas com agrotóxicos sem a devida precaução e trabalho com exposição a agentes naturais nocivos à saúde) que aviltam<sup>105</sup> os que trabalham na roça ou lavoura, no romantismo que reforça as formas e processos que impedem os saltos qualitativos dos pequenos (ainda) agricultores, nas relações de expropriação do trabalho dos pequenos agricultores, no paradigma do determinismo/insumos, etc.

---

<sup>105</sup> Acreditamos que o **aviltamento** dos corpos dos pequenos agricultores merece um estudo (interdisciplinar) à parte. Quanto a essa questão, não endossamos qualquer dualismo. Nesse sentido, tomamos como referência a obra "*Paradigmas educacionais e corporeidade*", de Hugo ASSMANN (Piracicaba: UNIMEP, 1994). Tal obra, ao trabalhar o conceito **corporeidade**, constitui subsídio para uma análise mais abrangente do problema do aviltamento dos corpos.

Por outro lado, o fosso também é o lugar da resistência à perda da identidade grupal, comunitária (podendo ser centrada na religião, na etnia<sup>106</sup>, na linha, no distrito, etc. ou, ainda, na confluência de vários pertencimentos), isto é, na **subjetividade do pertencimento**, onde a pessoa tem ao mesmo tempo expressão individual e coletiva. Pode, por isso, ser o lugar da entre-ajuda (realização de mutirões<sup>107</sup>, troca de serviços, etc.) entre vizinhos.

Continuando, o fosso também é o lugar onde a produção da vida, seja aderindo à monetarização da vida como um todo ou, ainda, mantendo a produção de subsistência associada à produção para o mercado, busca a autonomia.

As expressões do fosso são, pois, contraditórias. E, por isso, superáveis. O fosso é o laboratório onde o pequeno agricultor se proletariza ou se auto-reproduz simplificada ou ampliadamente. É o espaço onde o pequeno agricultor involui ou se afirma como novo ser social, articulando autonomamente meio de produção e trabalho. É o lugar onde o pequeno agricultor trabalha a natureza em sua expansividade ou a condena à expropriação

---

<sup>106</sup> Na presente pesquisa, as conversas mantidas com as pessoas mais idosas eram travadas basicamente em dialeto alemão o que, além de gratificar muito os interlocutores, facilitou a **comunicação**, a obtenção de dados mais fidedignos (pela confiança despertada em uma conversa onde pesquisador e pesquisados tinham, de alguma forma, a mesma identidade, ou melhor, o mesmo pertencimento). As conversas, assim, fluíam sem freio algum.

<sup>107</sup> O mutirão não é uma realidade entre os pequenos agricultores da região em torno de Santa Cruz do Sul, RS. Coincidentemente, a quase totalidade desses pequenos agricultores é de origem alemã. Constata-se mais propriamente a troca eventual de serviços entre vizinhos, a prestação e troca de favores e o trabalho pago por tarefa ou por dia. Parece-nos que não é apenas a ocupação universal com o fumo o que determina a pouca ou nada realização de mutirões. A nossa vivência entre os pequenos agricultores do sul do Brasil autoriza afirmar que a prática do mutirão, além de estar, aos poucos, desaparecendo, é próprio da cultura dos ditos (pelos pequenos agricultores de origem alemã) “brasileiros”, isto é, lusos e “mestiços”. Por outro lado, pode-se afirmar que os pequenos agricultores de origem alemã primavam, no passado recente, pela organização comunitária básica (Igreja, associações, etc.). A prática organizativa, parece-nos, também está, aos poucos, desaparecendo. A confluência das transições, mencionada no capítulo sete, bem como o processo de exclusão já explicitado, implicam a constituição de outros pertencimentos e subjetividade até hoje experimentados. Pode-se afirmar, tranqüilamente, que a organização Igreja não é mais o elo social que irmana universalmente os pequenos agricultores, mesmo os de origem alemã. As Igrejas católica

(de)predativa. É a possibilidade, para além da positivização da realidade, do ensaio e afirmação de uma nova racionalidade educativa, redimensionando e reorientando radicalmente a relação trabalho-educação. Enfim, **o fosso é o lugar da contradição por excelência**. O fosso é ensaio, aborto e afirmação da universalidade das construções humanas.

Historicamente falando, porém, as expressões do fosso, no caso do mundo do pequeno agricultor brasileiro, afirmam basicamente o “poder do atraso”, expresso principalmente na dependência, submissão, arcaísmo, etc. Nesse sentido, a construção do Homem Universal individuado em nada pode conceder à tentação vivencial dos “cantos de cisne” (Gramsci) que o velho mundo (restrito à família e/ou comunidade, ao arado de bois, à carroça, à enxada, à foice, ao machado, ao pé no chão, etc.; à escolarização incipiente; etc.) evoca. Na contradição do vivido e na perspectiva da individuação do Homem Universal, a **ruptura** (com o “poder do atraso”) se torna necessária. Trata-se de fazer a história, isto é, individuar o Homem Universal historicamente gestado. Veremos as possibilidades-limites disso no próximo capítulo.

---

e protestante de origem alemã, assim, determinam cada vez menos a ex-istência dos pequenos agricultores na região referida.

## **7. HOMEM UNIVERSAL: SUA VIDA E SUA MORTE NA VIVÊNCIA (CONTRADITÓRIA) DOS PEQUENOS AGRICULTORES**

O presente capítulo apresenta e discute os principais elementos empíricos - a formação, os instrumentos de trabalho e o trabalho propriamente dito, a saúde, a produção/inserção no mercado, a presença/ausência do Estado e a proletarização (morte) & auto-reprodução simples (sobrevida) e/ou ampliada (vida) da pequena unidade de produção ainda agrícola) que servem, no seus limites, também de pilar para a reflexão conclusiva do presente trabalho. Tais elementos já encontram explicitação, em boa parte, nos capítulos que antecedem ao presente. Trata-se, aqui, mais centralmente, explicitar e analisar o próprio discurso dos pequenos agricultores, evidenciando sobremaneira a nossa atitude de escuta durante o processo de pesquisa de campo.

### **7.1. A formação (escolar e extra-escolar)**

A formação escolar e extra-escolar dos pequenos agricultores pode ser considerada incipiente, na medida em que não alcança o **saber real** (tratado anteriormente). Tal incipiência é altamente funcional aos interesses - “amor próprio” (Assmann, 1989) - das grandes agroindústrias privadas (normalmente mundializadas e incorporando o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica) e das instituições relacionadas à produção agropecuária e que de um modo geral endossam o paradigma da determinação/insumos.

Entendemos que o **saber real** que implica, também, a **autonomia** (tratada anteriormente) do pequeno ainda agricultor supera o paradigma do determinismo/insumos, assim como a formação escolar de 1º e 2º graus, as assessorias técnicas das agroindústrias, os cursos rápidos das instituições estatais (Emater, etc.). A nosso ver, **a construção deste sujeito sócio-econômico implica uma formação continuada e com uma complexidade superior àquela exigida pelo trabalho industrial e comercial urbano até hoje realizado (esta é a nossa tese)**. Assim o pequeno (ainda) agricultor poderá superar, entre outros, o paradigma da determinação/insumos que fundamenta todos os pacotes científico-tecnológicos unilaterais das agroindústrias brasileiras que trabalham no sistema de “integração”.

A educação escolar realizada pelos pequenos agricultores e da maioria de seus filhos não lhes dá o subsídio necessário para constituir o saber real e a autonomia necessários para superar o paradigma do determinismo/insumos, o autoritarismo da extensão (via instrutores) realizada pelas agroindústrias, a dependência do receituário (este observado similarmente a um diretório da vida espiritual dos religiosos na idade média) das “cultivares” oferecidas pelas agroindústrias, etc.

Se a educação escolar é incipiente, a educação extra-escolar não tem, até o momento, revertido o paradigma do determinismo/insumos; pelo contrário, historicamente o difundiu tuteladamente sob várias formas: palestras, demonstrações de campo, exposições, feiras, receituários/manuais, assessoria via instrutores e recomendações do corpo de agrônomos das instituições, etc.

A ruptura nasce de ações alternativas que tentam articular conhecimento científico-tecnológico-paradigma (agro)ecológico. São exemplos disso a Cooperativa Colméia, a Fundação Gaia e outros. Tais instituições, inclusive, estão empenhadas em educar o educador, o que acontece principalmente na ocorrência dos agrônomos em geral aos seus

eventos (cursos, debates, dias de campo, etc.). O alternativo, porém, ainda é altamente restrito, tendo, entre outros, os seguintes limites: divulgação insuficiente (jornal, rádio, TV e bibliografia), pequena oferta de cursos, poucas demonstrações, pequena presença de pequenos agricultores aos eventos centrados no alternativo, aceitação ampla demorada (face às respostas mais demoradas do alternativo e temor quanto ao mercado, já estruturado em função do paradigma da determinação/insumos).

O alternativo, embora não sendo complicado, não encontra, hoje, por parte dos pequenos agricultores, sequer o domínio do saber acumulado pelos antepassados e que pode constituir um efetivo “ponto de partida” (Gramsci, apud Schaefer & Jantsch, 1995) para a práxis do (ainda) pequeno agricultor. Tal saber, associado a novos elementos científico-tecnológicos, pode reorientar a questão dos insumos, afirmar a alternativa e significar, nos seus limites, saber real/autonomia.

**O alternativo diz respeito, basicamente, à quebra paradigmática** ou, em outras palavras, a uma racionalidade educativa que extrapole a positivização da realidade. Trata-se de uma práxis que precisa constantemente reorganizar o seu arcabouço científico tecnológico e a relação trabalho-educação, ultrapassando a racionalidade tanto do fordismo-taylorismo quanto do toyotismo. Trata-se de um saber real-autonomia que afirma o novo ser social e não o trabalhador estandardizado, nem o “novo trabalhador” terceirizado e/ou flexibilizado. O conceito de complexidade (Morin), enfim, se impõe ante o conceito de complicação; o conceito de processo se impõe ante o conceito de aplicação. A alternativa, assim, constitui igual ou maior complexidade que o trabalho tipicamente urbano-industrial dos dias atuais. Ver o box n. 13 a seguir.

### **Box 13. Conhecimento & alternativa: um exemplo.**

*Pressupondo a conceituação acima explicitada de alternativa(o), bem como a conceituação de conhecimento já explicitada no presente trabalho, analisamos brevemente o uso redimensionado do adubo produzido a partir do esterco, implicando quebra paradigmática e, conseqüentemente, uma racionalidade educativa que se ponha para além da positivização da realidade. Outros exemplos, como os casos da elaboração e uso do baculovírus, a elaboração e uso do adubo foliar, entre outros, significam o alternativo, a quebra do paradigma do determinismo-insumos e a afirmação da racionalidade educativa não positivista. Para o presente estudo, contentamo-nos com o exemplo abaixo analisado, uma vez que ele é suficientemente ilustrativo da transformação possível no mundo de vivência do pequeno (ainda) agricultor.*

*Segundo a reportagem “Adubo orgânico só dá resultado se for usado de maneira correta” (Gazeta do Sul, 16/10/96: 6)*

*“...os agricultores utilizam o esterco nas plantações, mas o fazem de maneira incorreta. Como aproveitam mal os resíduos disponíveis nas propriedades, não alcançam os resultados desejados e, em contrapartida, abandonam a prática. A proposta lançada pelo técnico agrícola Edimar Segatto [Emater de Santa Cruz do Sul, RS] é a de propor maiores cuidados a **todas as etapas**, desde o preparo até a distribuição do material na lavoura, para reduzir custos e aumentar a **produtividade** das lavouras”. (grifos nossos)*

*Como se pode observar, a produtividade não deixa de ser central em um processo produtivo alternativo, o que certamente é um desafio à educação do pequeno (ainda) agricultor. O conceito “produtividade” ainda não foi “**assenhorado**” (Warde, 1993) pelos pequenos agricultores de um modo geral, nem as condições infra-estruturais para a sua realização, seja por desconhecimento do conteúdo científico-tecnológico inerente, seja por omissão estatal no tocante ao financiamento (subsídios) do alternativo.*

*O que nos chama mais atenção, no entanto, é o que Segatto denomina “todas as etapas”, diferenciando o saber e o trabalho necessários ao pequeno (ainda) agricultor para produzir (com produtividade). O pequeno (ainda) agricultor, diferentemente do modelo fordista predominante nas indústrias urbanas até há poucos dias, precisa dominar o processo produtivo de qualquer produto em sua **totalidade**. Neste sentido, o pequeno (ainda) agricultor pode viver um **mundo do trabalho não alienante**, atuando desde a **concepção à execução final** de um produto. Obviamente que a proposta de Segatto não assimila, também, a terceirização/flexibilização - toyotismo - haja vista ser impossível um pequeno ainda agricultor produzir a partir do saber real e da autonomia associado a este modelo. Pressupomos, aqui, a teorização por nós já efetivada sobre fordismo e, principalmente, sobre terceirização.*

*A proposta de Segatto implica o redirecionamento da atuação do Estado nos financiamentos da produção agrícola. Ao invés de financiar insumos agroindustriais (**financiamento da produção = financiamento de insumos**), o Estado precisa financiar mais extensivamente a educação generalizada e a infra-estrutura produtiva alternativa. No presente caso, o Estado financiaria, dentre outros, os tijolos e material complementar para a construção de esterqueiras, onde o esterco passa por uma fase de fermentação durante no mínimo trinta dias. Conforme Segatto (ibidem), “...é indispensável possuir na propriedade um local para armazenagem e fermentação do material. ‘Juntar o esterco direto no estábulo, na pocilga ou no potreiro adianta muito pouco’... ‘Nesse caso, o agricultor leva apenas matéria orgânica para a lavoura, desperdiçando os nutrientes’”.*

*Observação por nós realizada junto às pequenas propriedades agrícolas atesta a inexistência, em muitos dos casos, de qualquer esterqueira. E, nas propriedades onde elas existem, nem sempre são construídas de maneira a **potencializar a natureza** em toda sua*



*expansividade. No caso, ao invés de produzir adubo a partir da fermentação do esterco, o pequeno agricultor apenas amontoa matéria orgânica. É fato que muitas famílias, antigamente sob certa influência da práxis produtiva das pequenas unidades de produção agrícola alemã/cursos realizados na Alemanha, trocaram, em grande parte e sob a influência das grandes agroindústrias no pós-segunda guerra (Lutzenberger, 1995: palestra/debate na Fundação Gaia, em Pantano Grande, RS), as esterqueiras pela práxis afirmadora do paradigma da determinação/insumos. Tal troca tem na omissão do Estado o seu principal determinante. A omissão do Estado é e foi dupla, na medida em que não financia(va) as esterqueiras e não oferece(ia) uma assistência científico-técnico-educativa “mais específica” (Frigotto, 1995) que pudesse subsidiar os pequenos agricultores quanto a uma práxis/processo produtivo que se centraria no saber real/autonomia advinda também do uso de esterqueiras.*

*O que afirmamos fica ainda mais contundente nas seguintes informações:*

*A- Que cinco vacas fornecem matéria para fertilizar adequadamente 3,5 hectares, a um custo que se põe praticamente sob o investimento inicial de uma esterqueira e do trabalho dispendido para a distribuição e incorporação do adubo orgânico resultante na terra.*

*“Cerca de 12 toneladas de matéria orgânica substituem completamente o adubo químico nas lavouras de cereais. Este volume, que pode ser obtido a um custo praticamente zero pelo agricultor, bastaria, por exemplo, para colher de 80 a 100 sacos de milho por hectare... cinco criadeiras produzem por ano esterco suficiente para fertilizar três a três e meio hectares, a média das plantações das pequenas propriedades da região” (ibidem).*

*B- O esterco (que em geral é)*

*“...mal curtido...concorre com a planta na absorção de nitrogênio, que promove o crescimento...o maior volume de nitrogênio está concentrado na urina dos animais, não nas fezes. Por esta razão, armazenar os resíduos em local apropriado para o curtimento*

*assegura adubo de boa qualidade. Este esterco também não pode ser simplesmente distribuído sobre o solo. 'Precisa ser incorporado'... 'E o quanto antes, para que não ocorra a evaporação de componentes químicos ou a lixigação (nutrientes carregados pela água da chuva)'' (ibidem).*

*C- O adubo resultante do esterco é completo e constitui, também, matéria orgânica.*

*“O adubo orgânico produzido a partir de esterco de animais não possui apenas nitrogênio, fósforo e potássio (a clássica sigla NPK), macroelementos das formulações químicas. Ele é rico em microelementos como enxofre, cálcio, boro, molibdênio e outros, indispensável complemento para o crescimento integral e saudável da planta. Mas o seu grande mérito, além de fornecer esses nutrientes e não possuir custo, é enriquecer o teor de matéria orgânica (MO). Os solos da região... são bastante pobres, com índices de 1,2 a 1,5% em MO, quando o ideal seria 2 a 3%... 'Depois de algumas safras, ele facilita a infiltração de água e a fixação das raízes no solo, resultando em safras mais abundantes'” (ibidem).*

*Do exemplo acima posto, pode-se deduzir que a não vivência do paradigma (desparadigmatizado e/ou transparadigmatizado) da (agro)ecologia pelos pequenos agricultores deve-se mais ao Estado mínimo na agricultura e ao não domínio da ciência-tecnologia adequada à expansividade da natureza do que propriamente a uma suposta imperiosidade (fatal) do paradigma do determinismo-insumos (agroindustriais) levado a termo após a 2<sup>a</sup> guerra mundial. Está em questão, pois, a quebra paradigmática da atuação do Estado e, alinhado a essa quebra, a democratização da educação científico-tecnológica sob a racionalidade que se ponha para além da positivização da realidade dos pequenos (ainda) agricultores.*

Entre os cinco pequenos agricultores contatados até a fase final da presente pesquisa, apenas um frequentou um dia de extensão da Fundação Gaia, graças ao incentivo e apoio de terceiros, estes externos à produção especificamente agrícola. Os demais não frequentaram

qualquer evento de extensão das instituições fomentadoras do alternativo. E de certa forma desconfiam e resistem às investidas isoladas ou desarticuladas e com pouco poder de **comunicação** da EMATER, Prefeituras e outros que trazem eventualmente o alternativo como proposta. A falta de “**organicidade**” (Gramsci apud Schaefer e Jantsch, 1995) em torno do alternativo deixa os pequenos agricultores arredios e lembrando fracassos passados (relacionados ou não ao alternativo). Assim, o alternativo, sem articular com boa margem de segurança o mercado, encontra o silêncio ou a recusa por parte das possíveis vítimas da exclusão do mercado. **O alternativo e Estado amplo são, pois, indissociáveis.**

A incipiência da formação tanto escolar quanto extra-escolar é funcional, nas vias de fato, à manutenção do paradigma do determinismo/insumos, ao trabalho submisso, à dependência, à expropriação dos frutos do trabalho manual (basicamente manual), etc. Face ao fato de que muitas vezes a incipiência da formação ser, efetivamente, uma opção do pequeno agricultor, cabe também a ele a responsabilidade em relação à submissão do paradigma da determinação-insumos. O Estado, pois, não é o único vilão. Vejamos.

Das cinco famílias escolhidas para informar, mais atentamente, o mundo de vivência tratado no presente capítulo, todos os casais/pessoas chefes de família têm acima de 45 anos completos. Nenhuma pessoa dessas estudou além da 4ª série do “primário”. Se por um lado não encontramos nenhum analfabeto nos membros em idade escolar das famílias pesquisadas (o que é um caso atípico se considerarmos o contexto rural brasileiro), por outro, não podemos afirmar que a seriação alcançada pelos responsáveis dessas famílias possa garantir-lhes um saber amplo necessário para dar conta da **complexidade**<sup>108</sup> que a atividade de

---

<sup>108</sup> A atividade de produção do pequeno (ainda) agricultor vêm se complexificando rapidamente. Podemos citar como exemplo aquilo que denominamos de **especialização complexa**. Trata-se da especialização crescente em torno de um produto básico, envolvendo, porém, um processo total ou domínio do produto desde a sua concepção até a venda do produto final e, associado a este produto, uma cadeia de trocas alimentares e energéticas a ponto de constituir uma **totalidade produtiva**. É exemplo de uma totalidade produtiva a criação de peixes (sob o signo da especialização complexa)

produção de alimentos e demais produtos de origem agrícola vêm exigindo no contexto mundializado e marcado pela terceira/quarta revolução industrial. Tal seriação na escola formal, pois, não garante o saber real/autonomia do pequeno (ainda) agricultor e, conseqüentemente, não possibilita, no limite do alcance da educação formal, a reprodução ampliada da pequena unidade de produção agrícola. Daí a expressão já típica: “**estou parado**”.

O mundo vivencial limitado na formação escolar dos responsáveis pelas pequenas unidades de produção agrícola tende a ser reproduzido pelos descendentes (no nosso caso a escolarização chega, no máximo, à 6ª série do 1º grau) que optam ou se sentem de alguma maneira forçados a continuarem na mesma atividade dos progenitores. Em outros termos, podemos dizer que o “analfabetismo funcional” não deixa de ser realidade pelo fato de não haver analfabetos em termos de escrita-leitura básica<sup>109</sup>. Tal alfabetização capacita o

---

para o mercado consumidor, associando a isso o plantio de alfaça, milho e mandioca para o trato aos peixes, porcos e/ou gado e/ou marrecos, patos, etc., a criação de porcos e/ou gado e/ou marrecos, patos, etc. para a obtenção de adubo orgânico (a partir do esterco) para “adubar” os tanques, etc. Além disso, o processo implica a transformação do peixe em subprodutos aceitáveis no mercado consumidor. Nesse caso, o peixe pode ser vendido com alto valor agregado. Outro exemplo de complexificação é a elaboração de um **pacote científico-tecnológico de forma autônoma**, o que se possibilita mediante a realização de pesquisa em torno de qualquer processo de especialização complexa. Trata-se de pesquisa sob o princípio (não método) da **interdisciplinaridade**. Aqui a natureza é assumida em sua complexidade, bem como a relação trabalho-educação; saber real e autonomia se conjugam e possibilitam, por opção, a ‘humanização do homem’ e a ‘naturalização da natureza’.

<sup>109</sup> Durante a pesquisa os pequenos agricultores afirmaram sistematicamente que **não gostam de ler, nem escrever**, evidenciando também dificuldades quanto a isso e especialmente no tocante à escrita. Ao único agricultor que levamos várias revistas, após sua manifestação de que leria algo se tivesse acesso, após meio ano nada tinha lido. A expressão usada para o fato de nada ter lido foi “não tirei tempo pra ler”, trazendo implícito, além da dificuldade em lidar com a leitura-escrita, que os outros afazeres são mais importantes e/ou mais necessários do que a leitura. E conforme já referido no presente, costumeiramente a contabilidade das unidades de produção familiar não ganham registro algum. Em geral, as pessoas se limitam a assistir programas de televisão. Daí a receptividade dos programas Campo e Lavoura (Rede Brasil Sul de Comunicações - RBS ) e Globo Rural (Rede Globo de Televisão). Diga-se de passagem que a atuação da Rede Globo de Televisão tem maior alcance entre os pequenos agricultores do que o Estado. Face à dificuldade em relação à leitura e escrita, experiências de campo que necessitam registro para a sua análise estão, pois, prejudicados. Assim sendo, a construção de conhecimento científico-tecnológico pelos pequenos agricultores é algo ainda

pequeno agricultor a se “integrar” mais produtivamente a uma agroindústria, como é a integração no caso da produção do tabaco, do frango e do porco. Serve, mais concretamente, para melhor seguir o receituário prescrito pelas agroindústrias. Não capacita, porém, o pequeno agricultor a produzir conhecimento, elaborar o seu próprio pacote científico-tecnológico e construir a autonomia.

Ilustra a nossa análise sobre a formação escolar e extra-escolar no presente capítulo, expondo o **contraditório** (e a conseqüente possibilidade de superação), as seguintes falas dos pequenos agricultores:

**a) Família Zuege** (O Sr. Edi Zuege - 62 anos - falando quase tudo em dialeto alemão e algumas vezes sendo complementado pela esposa - 50 anos - e um casal de filhos adultos dentre seus 10 filhos vivos). Entende o Sr. Zuege que para a cultura do “fumo” e as culturas e criações de subsistência em geral, bem como para a vida como um todo do pequeno agricultor, não é necessário estudar para além da 4ª ou 5ª série do primário, embora reconheça que a nível mundial novos processos, produtos e padrões produtivos, ancorados nos conceitos “produtividade”, “qualidade” e “competitividade”, estejam se impondo frente à agricultura tradicional. O estudo para além da 5ª série é associado à vontade de migração das pessoas para a cidade. Como seus filhos “*querem ficar na roça*”, considera natural que interrompam a educação escolar na 4ª ou 5ª série do primário. Não cogita a mudança da relação trabalho-educação para o meio rural, deslocando a energia vital das pessoas para o trabalho basicamente intelectual e minimamente manual. Também não cogita a extinção das atuais fronteiras ocupacional-profissionais e, com ela, a relativização radical ou extinção do caráter rural da atividade de produção de alimentos. No seu entender, enfim, o mundo está

---

remoto. Tal construção demanda, com certeza, a democratização da escola qualificada em todos os graus escolares, bem como o reconhecimento, por parte do pequeno agricultor, da atualidade

**dado** e as mudanças que poderão ocorrer não chegarão a comprometer radicalmente a atual existência no meio rural: poderão, no máximo, redefinir, em parte e até certo ponto, as exigências das indústrias em relação ao padrão de qualidade dos produtos hoje, produzidos para o mercado mais competitivo, como é o exemplo do fumo. Nesse sentido, acredita que os filhos terão que se empenhar em produzir, futuramente, com mais qualidade e produtividade, algo possível, no seu entender, apenas com mais empenho e atenção no processo produtivo em vigor (**dado**), ou seja, melhorando um pouco o trabalho manual. Além dessa síntese por nós elaborada após vários encontros, vejamos algumas falas do Sr. Zuege (e família), desnudando a vida em sua totalidade contraditória.

- “*Não sinto necessidade de estudar mais para o que eu faço...*[produz tabaco para o mercado e, para a própria subsistência, milho, feijão, cana-de-açúcar/melado, mandioca, gado, porco, frango/galinha e patos, arroz, batata inglesa, algumas hortaliças, peixes em um açude de 120 metros quadrados de “espelho” d’água, etc.]”. A produção para o mercado, sob a condição de “integrado” (submisso ao pacote científico-tecnológico unilateral e tutelado) e a produção para a subsistência básica (alimentação) da família, garantindo uma existência limitada ao mundo especificamente rural, por ora não reclama mais estudo que o Sr. Zuege tem. Por outro lado, o contentamento com a formação precária acaba sendo desmobilizadora, inclusive a ponto de não desafiar os filhos a avançarem nos estudos (escolares, pára-escolares e/ou extra-escolares). Afinal, a concepção positivizada da realidade autoriza o Sr. Zuege a pensar o mundo como **dado**, a história como uma sucessão cronológica e a existência humana como uma sucessão de pessoas na própria sucessão cronológica. A próxima frase é enfática.

- “*Ich bin schon abgelebt*” (“já estou gasto”, ou melhor, “já é tarde para mim”) [dito com uma entonação graciosa e ao mesmo tempo **orgulhosa**].

Durante as conversas, o Sr. Zuege deu a entender que sabe muito bem produzir o que lhe garante a monetarização mínima e a subsistência de sua família enquanto estiver vivo, sem ter freqüentado a escola para além da 4ª série, nem ter freqüentado cursos ou palestras em forma de extensão rural para além da cultura do “fumo”. O mundo **dado** (com uma atividade dada) permite, no entender do Sr. Zuege, também uma **relação trabalho-educação dada**. Tanto que os filhos não são incentivados a estudar para além da 4ª série. Senão vejamos:

- “*Os filhos querem ficar na roça*”... “*Mais estudo na roça não precisa* [dos 10 filhos vivos ninguém estudou para além da 4ª série]. *E se precisa* [admitindo eventuais possíveis avanços parciais do processo produtivo de ora em diante, estes passíveis de aprendizado mediante extensão rural da EMATER e das agroindústrias, isto é, fora da escola], *os agrônomos e os instrutores* [trata-se do caso do cultivo do fumo, principal cultura da família] *ensinam*”. Em outros termos, a tutela é, pelo menos no caso do fumo, bem-vinda e, em contraposição, o saber real e a autonomia são fantasiosamente cogitados. Enfim, o pacote científico-tecnológico unilateral é a “salvação da lavoura”.

**b) Casal Foecht** (O Sr. Otomar Foecht - 63 anos - falando quase tudo em dialeto alemão e a Srª Nelsi Foecht - 62 anos - concordando com o que o esposo dizia e complementando a sua fala), que tem morando consigo, sazonalmente, um filho (tem mais um casal de filhos casados e morando por conta própria) que, em período de compra de fumo pelas fumageiras, trabalha como “safrista” para a fumageira Dimon. O casal estudou até a 4ª série do primário e disse não ter freqüentado cursos/palestras de extensão rural, porque no local nunca houve e, onde houve, era distante<sup>110</sup> demais para o tempo e a energia (após o trabalho

<sup>110</sup> A distância e o cansaço físico associados são as causas imediatamente alegadas pela maioria esmagadora dos pequenos agricultores para não freqüentarem cursos ou palestras de caráter

cansativo da lavoura e lidas domésticas e com animais) disponíveis e as condições de transporte existentes. Constata-se, na fala do Sr. Foecht, que **um dos problemas do trabalho manual e da preocupação em produzir toda a subsistência é justamente o cansaço que impede de certa forma o pequeno agricultor a sair de seu gueto e realizar cursos. Outro problema é o do comprometimento do tempo.** Embora isso seja procedente, não expressa toda a verdade (ver nota n. 110), uma vez que a não frequência a cursos também é uma questão de **resistência**. Continuemos:

- *“Aprendi [o Sr. Foecht] a trabalhar com o pai e os vizinhos”*. Especificamente sobre o “fumo”, o senhor Foecht disse ter aprendido *“com o pai e os instrutores”*. E comparando o período de sua juventude com os dias de hoje disse: *“Der Instructor hatt alles gelernt (grifo nosso)...”* (*“O instrutor ensinava tudo...”*). *“Mas do ano passado pra cá, eles [os instrutores] vêm duas ou três vezes pra fazer o pedido, olhar o fumo e calcular a colheita”*. Perguntado sobre o papel do instrutor, o Sr. Foecht disse que era propriamente de *“fiscalizador”* e de *“dar ordens”* em relação às práticas de cultivo (basicamente aplicação

---

explicitadamente informativo-organizativo-educativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da EMATER, etc. De fato, a operatividade imanente ao trabalho manual experimentado pelos pequenos agricultores os desgasta de modo a preferir o descanso aos deslocamentos (muitas vezes para locais não distantes o suficiente para inviabilizar a presença) para reuniões e/ou cursos. Mas isso não é tudo. Quando a conversa tem idas e voltas e destitui todos os freios entre os interlocutores, há também a explicitação de que os órgãos governamentais e mesmo os sindicatos muitas vezes não correspondem às necessidades e/ou anseios dos pequenos agricultores (por incapacidade e/ou por compromissos ou interesses diferenciados), diante do que se exerce a resistência e o esvaziamento dos seus eventos. O primeiro temor dos pequenos agricultores é que qualquer **alternativa** proposta se mostre, futuramente, inviável, seja pela suposta ou real inconsistência/limitação das propostas, seja pelas dificuldades de organizar ou estruturar satisfatoriamente o mercado, seja pela própria desunião nas vias de fato dos pequenos agricultores. Assim, torna-se emblemática uma frase de um pequeno agricultor, ao comentar sobre negociação para diminuição das áreas plantadas com o intuito de forçar o aumento do preço do fumo: **“Na reunião todo mundo concorda, depois ninguém diminui a área. Até tem gente que aumenta”**. Dentre outros, os fracassos anteriores em relação a propostas de cultivos alternativos em relação à(s) cultura(s) hegemônica(s), por exemplo o alho (levada a termos pela Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA), tornaram os pequenos agricultores arredios a qualquer proposta institucional fora do mundo dado (subsistência mais fumo, subsistência mais erva-mate, subsistência mais fumo mais erva-mate, subsistência mais frango, etc., ou mesmo produto para o mercado para suprir tanto a subsistência quanto a monetarização da vida como um todo).



de adubo, salitre e venenos). E que na verdade, “*eles são pagos para isso mesmo*”. Disse, ainda, que os instrutores não têm o que fazer a não ser “*controlar*”, pois os pequenos agricultores dominam perfeitamente todos os passos (receituário) exigidos pelas agroindústrias do setor fumageiro. E finalizou esse tema dizendo que “*antigamente o instrutor era de confiança. Hoje todos [agricultores e instrutores] ficam com um pé atrás...*”. Diferentemente da explicitação do Sr. Zuege, aqui **o instrutor não constitui suficiência educativa nem específica nem genérica**. Aparece, isto sim, reduzido ao paradigma do determinismo-insumos. Não é, pois, a “salvação da lavoura”, mas a salvação do “amor próprio” (Assmann, 1989) das agroindústrias fumageiras.

Sobre os filhos (dois filhos e uma filha) disse que “*estudaram só até a 5ª série*”... “*Todos continuam na roça*”. “*Dois [que já têm terra própria e são casados] trabalham só na roça e um é safrista e planta fumo comigo...Ganha parte*”. Durante as conversas, a explicitação do Sr. Foecht era de que para plantar fumo conforme o receituário e demanda das fumageiras não precisaria mais estudo do que a 5ª série. Reconheceu, porém, que o estudo já é decisivo para quem busca uma alternativa ao fumo, ao milho, ao feijão e outros cultivos tradicionais dos pequenos agricultores, bem como para quem busca um emprego: “*sem estudo a gente não é mais nada...*”. “*Com a 5ª série [é o caso do seu filho mais novo], emprego, só de safrista [emprego sazonal nas fumageiras]...por enquanto*”. Em outras palavras, a formação escolar mais avançada passa a ser assumida como uma necessidade universal: também do pequeno (ainda) agricultor.

Quanto à questão formação escolar e extra-escolar, o Sr. Foecht lamentou muito as dificuldades encontradas, até há pouco, para o pequeno agricultor que quisesse estudar mais. Diz ele: “*Não tínhamos as coisas fáceis como os filhos têm hoje...ônibus diário, TV, rádio, revistas, livros para ensinar produção...*”. Lembrou, ainda, que no seu meio as pessoas

dificilmente saiam para além da **comunidade** onde nasciam, que os meios de transporte eram precários para tudo e que os meios de comunicação se limitavam ao rádio, este privilégio de poucas famílias. Segundo deu a entender, uma pessoa que optasse em continuar na atividade agrícola, não cogitava estudar para além da seriação oferecida na comunidade (via de regra a 4ª série do primário) e, se quisesse estudar, teria que abandonar o meio rural. Deu a entender, ainda, que **a atividade agrícola**, embora exigisse um trabalho exposto às intempéries, **realizava totalmente a subjetividade dos pequenos agricultores** e que **a aquisição de conhecimento para a atividade produtiva e a cidadania se completava na própria comunidade**. Em outras palavras, **a comunidade era praticamente o mundo**. Perguntado sobre se essa realidade por ele vivida tem presença e futuro, respondeu: *“ihhhh! Tá spitz”* (“*tá pontudo*”, ou melhor, “estamos contra a parede”, “não tem saída”, “está muito difícil”, etc.), reconhecendo a transformação radical da realidade no mundo da produção e do conhecimento. A Srª Foecht disse que *“como está, não dá mais pra trabalhar... [Daquilo que produzem ou fazem] só o fumo dá um pouco... E se as firmas apertar mais [exigirem grande produtividade, por exemplo], nem o fumo vai dar dinheiro pra gente... E com o estudo que a gente tem, também não dá pra trabalhar na cidade”*. Seus filhos, mesmo tendo tido mais condições para ultrapassarem a 5ª série do primário, ficaram nesse estágio. A consequência disso é que conseguem emprego *“só [como] safrista”*. Nesse caso, a “opção” urbana não possibilita a vivência do trabalho intelectual, haja vista que o safrista das fumageiras é expressão contundente do trabalho submetido sob os desígnios do taylorismo-fordismo.

**c) Família Fengler** (o Sr. Renê Darcillo Fengler - 45 anos - falando muito, quase tudo em português e, na ausência da esposa, pedindo participação de sua filha maior, de 18 anos,

para completar ou confirmar informações. Tem mais dois filhos e duas filhas, todos com menos de 18 anos). Diz o Sr. Fengler:

- *“Fiz o 2º ano só...Parei de estudar pra trabalhar e também porque não queria mais estudar...O colono não precisava estudar mais que isso”*. Em várias conversas o Sr. Fengler explicitou que para o meio rural e a produção agrícola tradicional, ainda hoje, não é necessário ter mais do que a 5ª série, motivo pelo qual não exige que seus filhos estudem para além da 5ª série, embora tenham a oportunidade de estudar (com transporte de ônibus da prefeitura) em escola pública estadual até o 2º grau. Julga que aprendeu o suficiente para produzir a subsistência e produzir o fumo (destinado para o mercado). Quanto ao último, expressa-se orgulhosamente e ironizando a presença dos instrutores em sua propriedade: *“Já não preciso mais do instrutor...Ele só vem pra ganhar o dinheiro da firma...que a gente paga, na verdade”*. O Sr. Fengler não se dá conta de que o orgulho de saber (aplicar, no que lhe compete, o pacote científico-tecnológico da fumageira) é ao mesmo tempo a denúncia do não saber (a submissão ao pacote científico-tecnológico unilateral, impedindo-o a apreender o conhecimento científico-tecnológico que possa significar saber real/autonomia). Por outro lado, assim como no caso do Sr. Foecht, o instrutor não é mais a “salvação da lavoura”. Tal consciência não é o bastante para a superação da dependência. Vejamos:

- *“Não fiz outros cursos [extensão rural]...Eram longe e não dava pra ir [cansaço devido ao trabalho manual, etc.]. Antes nem tinha ...Só fui nas palestras das indústrias de fumo”*.

- *“Olho Campo e Lavoura...Também o Globo Rural. Sempre olhei...[evidenciando simpatia aos programas da RBS/Globo e reconhecendo-lhes importância]. Leituras não: até já enxergo mal pra ler [não tem óculos]*.

**d) Nelson Akele** (quase 47 anos, solteiro), responsável por sua mãe, Ottilia da Rosa Fagundes Akele (separada, quase 81 anos), migrante do Rio Grande do Sul para o Paraná e vice-versa. Diz o Sr. Nelson:

- *“Nasci em Venâncio, na Linha Sapé: lugar miserável... Mas a família se mudou pra Linha Arroio Bonito... Lá estudei na escolinha que tem ainda hoje. Depois parei de estudar...Se quisesse estudar mais, tinha que ir pra Venâncio [trata-se de Venâncio Aires, RS, município grande produtor de erva-mate e tabaco]”*. O estudo para além da 4ª série do primário, tanto para o Sr. Nelson como para os demais pequenos agricultores, exigia a migração para a cidade ou um deslocamento diário difícil e oneroso para a família. O próprio Estado não ofereceu condições adequadas para a continuidade dos estudos. Nesse sentido, os eventuais interessados em continuar os estudos acabavam, normalmente, evadindo do meio rural. Ou seja, **meio rural acabou sendo sinônimo de pouco estudo**. O Sr. Nelson, contudo e diferentemente aos demais citados no presente, tentou estudar fora do espaço escolar regular e fora do espaço familiar. Vejamos.

-*“Fora da escola? Fiz curso de rádio-técnico do Instituto Universal Brasileiro. Mas não terminei...Também fui em curso e palestra da Cooperativa [de Capanema, PR], do Sindicato [dos Trabalhadores Rurais de Capanema e Pérola D’Oeste, PR] e da EMATER....Foi sobre coisas pra produzir: cana-de-açúcar e açúcar, batatinha [batata inglesa], piscicultura e suinocultura ...o último de três dias... Também fui em greve...: contra o preço mínimo do suíno e do algodão...; fiz piquete com outras pessoas...[dando a entender, na continuação da conversa, que a greve/piquete também lhe ensinou algo].*

- *“Aprendi um pouco em casa ... lavar, capinar, criar porco e galinha,... daquele jeito do pai [vendo limites nas práticas de cultivo e de criação do seu pai], mas a maior parte foi fora [uso da moto-serra, aperfeiçoamento da criação de animais e de cultivo, etc.].*

- *“Desde que voltei do Paraná [faz quase dois anos] fui num curso do Lutzenberger [Fundação Gaia, em Pantano Grande, RS]. Aquele eu gostei mesmo [dito com ênfase]... Vi que dá pra fazer muita coisa na terra da gente e que não é complicado ... nem caro.* No prolongamento da conversa, lamentou que está sozinho para dar conta da roça, do gado e dos porcos e que não tem tempo e condições para frequentar outros cursos nessa Fundação. O trabalho operativamente manual, associado à totalidade da subsistência e à ausência de outros braços para o trabalho, não o permitem frequentar cursos, mesmo de interesse central em sua vivência. Nesse caso, o trabalho operativamente manual e o leque de produtos de valor de uso produzidos pelo Sr. Nelson, o impossibilitam, em parte, de ampliar os seus conhecimentos.

- *“Não tiro tempo pra ler... A gente também não tá acostumado. Quando dá eu olho algum programa na TV sobre agricultura...Mas aquilo tudo que eles mostram não é verdade...Eu não acredito em tudo que eles passam”.* E no final da conversa sobre este tema afirmou que é importante estudar, ler, ir a cursos, mas que no seu caso, então *“o trabalho fica pra trás”.* E completou: *“Adianta saber melhor as coisas se a gente não faz dinheiro pra investir [individualmente, não cogitando qualquer iniciativa cooperativada ou associativa]?...A maioria das coisas novas precisa de dinheiro pra começar...E muito colono hoje faz, bem dizer, só pra comer”.* O Sr. Nelson quer fazer os *“cursos do Lutzenberger”*, mas com o Estado mínimo em sua vida considera tudo difícil. Difícil a ponto de questionar: *“Adianta saber melhor as coisas...?”* Ou seja, o Sr. Nelson deseja frequentar os cursos que pudessem redimensionar e reorientar a sua relação trabalho-educação, mas não encontra o apoio necessário para tal. Nesse caso evidencia-se, no próprio discurso, a necessária estreita articulação Estado-pequeno (ainda) agricultor. Em outras palavras, podemos dizer, também, que o otimismo em torno da formação, tão somente, não se justifica, haja vista que o

problema é, também, político. A “salvação da lavoura” é uma questão complexa e ampla, ultrapassando em muito qualquer iniciativa isolada. Daí a pertinência da pergunta: “*adianta saber melhor as coisas...?*”

e) **Família Frantz** (conversa com o Sr. Elfrido Frantz - 50 anos - apoiado nas informações por seu único filho - Vantuir - de 22 anos, enquanto a esposa ficava fazendo comida, sem intervir na conversa). Como os demais entrevistados, não ultrapassou a 4ª série, assim como sua esposa. E conforme a tendência dos filhos que optam por permanecer no meio rural, seu filho parou de estudar antes de concluir o 1º grau (completou a 6ª série no distrito onde mora, embora o Estado ofereça o 2º grau completo). Perguntado sobre a motivação que levou a interromper o estudo afirmou: “*parei porque estava enjoado*”. Ressalta-se que esta é uma motivação comum dos filhos dos pequenos agricultores para interromper a formação escolar, que não se sentem desafiados a continuarem os estudos, uma vez que o trabalho operativamente manual vivenciado na “roça” não traz a exigência de estudo. Por outro lado e para além de qualquer etnocentrismo, há de se admitir que o comodismo faz parte da evasão escolar. Todos buscam a alfabetização básica para escrever, ler e fazer contas. Pouquíssimos avançam nos estudos. Não poucos contentam-se até mesmo com uma alfabetização básica precária. A opção do Vantuir em continuar na roça, sem avançar na formação escolar, é porque é filho único: “*se tivesse mais irmãos, estudaria mais*”. Quanto ao fato de um dia deixar a roça e trabalhar na cidade, com pouco estudo e a conseqüente diminuída opção por um melhor emprego, disse: “*todos não podem ter emprego bom* [o que me lembrou a apologia de **Durkheim** sobre a divisão do trabalho]”. Sua desculpa apóia-se no fato de os demais também não avançarem nos estudos: “*Só um vizinho foi pra UNISC* [Universidade de Santa Cruz do Sul]. *Mas parou, porque não tem um emprego muito bom e*

*não tem dinheiro pra pagar o estudo*”. Reconhecem, contudo, pai e filho, que **o acesso ao conhecimento científico-tecnológico é decisivo**. A família começou a produzir cachaça há cinco anos com o apoio de pesquisadores/extensionistas da UNISC, sem o que o projeto *“não teria dado certo [pois a UNISC] ensinou como fazer a cachaça...”*. Aqui a UNISC (Universidade comunitária) cumpriu a sua função social, preenchendo uma lacuna do Estado. A família, tendo o acesso ao conhecimento científico-tecnológico, passou a dominar **todo o processo produtivo**, constituindo o **saber real/autonomia** de que tanto falamos. Aqui não há, enfim, **submissão**. Fato que faz com que o trabalho manual remanescente se ponha (como veremos mais adiante) apenas operativamente manual.

## **7.2. O trabalho e os instrumentos de trabalho**

O pequeno agricultor constitui-se, por um lado, em um trabalhador praticamente informal da economia, integrando-se às agroindústrias em geral mundializadas, trabalhando sobre sua terra, sem autonomia alguma no que diz respeito à “integração” e com garantias sociais precárias, como o Serviço Único da Saúde (SUS) e a aposentadoria aos 55 (mulheres) ou 60 anos (homens), por um salário mínimo (R\$ 112,00 no ano de 1996). Embora conte com essas garantias, avalia e dignifica a sua existência a partir da ética do trabalho, mencionada e explicitada basicamente no box n.14 a seguir.

### **Box 14. Ética do trabalho.**

*Aqui a questão da ética merece, novamente, espaço para explicitação. No imaginário do pequeno agricultor da região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, o trabalho em si sobrepõe-se à natureza, aos meios de trabalho e aos insumos utilizados no trabalho.*

*A ética do trabalho prioriza o trabalho enquanto produção da existência (supondo a subsistência e a monetarização da vida), secundarizando as condições de trabalho e relativizando as implicações sobre a saúde humana, animal e sobre o ecossistema. Por isso, diante da desconfiança em relação à efetividade da alternativa (no caso a vivência da agricultura ecológica e o abandono do paradigma do determinismo/insumos), os pequenos agricultores costumam dizer: “fazer o quê? Se a gente não passa veneno não dá”. “Tinha que trazer o pasto pros bichos [sob o frio e a chuva]”. Em outras palavras: a natureza oferece resistência e interpõe inimigos à produção da existência do homem. Há de se combatê-los da forma mais eficaz possível, embora a eficácia no combate às “pragas” comprometa a saúde humana, animal e do ecossistema. Enfim, o fim justifica os meios, pois, se há algum pecado na relação homem-natureza, este está na própria natureza. Aqui nem pensamento nem trabalho pecam. No pólo humano, a única possibilidade de pecado está no “vadio”, isto é, naquele que não trabalha. O pecado, pois, não está no trabalho, mas no não trabalho. Não buscar o pasto é pecaminoso; buscá-lo, mesmo comprometendo a própria saúde, é dignificante. Importante salientar que os católicos comungam do mesmo ideário dos protestantes. Tal ética é muito bem apregoada pelas propagandas das agroindústrias do fumo, via de regra explicitadas com grande dose de romantismo, a exemplo da propaganda veiculada (safra 96-7) pela fumageira Dimon na televisão.*

Não bastasse a informalidade (espécie de terceirização/flexibilização) e a precariedade das garantias sociais, o trabalho é realizado basicamente com um instrumental que limita a elevação do pequeno agricultor em sua integridade corpórea,<sup>111</sup> em seu

<sup>111</sup> Segundo ASSMANN (1994: 77) “a corporeidade não é fonte complementar de critérios educacionais, mas seu foco irradiante primeiro e principal. Sem uma filosofia do corpo, que pervada tudo na educação, qualquer teoria da mente, da inteligência, do ser humano global enfim, é, de entrada, falaciosa”. A questão não se reduz à educação, como afirma, ainda, ASSMANN (idem: 78):



necessário tempo livre para criar-se e cultivar-se, etc.. Afora isso, o trabalho operativamente manual realizado na quase totalidade do trabalho dos pequenos agricultores dificilmente implica o redimensionamento das categoria tempo e espaço. O tempo e o espaço são apreendidos, via de regra, em sua positividade natural e na secular construção do mundo rural. São, pois, coisas basicamente **dadas**. Assim, as novas tecnologias que redimensionam e rearticulam as categorias tempo e espaço são vivenciadas quase que exclusivamente por produtores externos ao mundo dos pequenos agricultores. São os casos das estufas, hidroponia, aeroponia, piscicultura intensiva e superintensiva, etc.

É difícil encontrar alguma fala sobre o instrumental adequado às necessidades atuais dos pequenos agricultores em jornais. Fácil é encontrar propagandas sobre implementos agrícolas, elaborados a partir de um padrão de engenharia e produção que foge às necessidades da maioria dos pequenos agricultores. Fizemos uma procura acurada nos jornais Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul, RS) e Zero Hora (Porto Alegre, RS) sobre esta questão. Nada de relevante foi encontrado.

Vamos às observações de campo. Nas observações realizadas entre os pequenos agricultores de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz, RS, constatou-se um trabalho operativamente manual, onde o trabalhador (basicamente as pessoas da própria família) intervém diretamente com as mãos ou, mais abrangentemente, com o seu corpo nas atividades que realiza. Tem como maior e mais permanente auxílio em seu trabalho uma junta de bois associado a um arado e uma carroça, que constituem o instrumental básico e universal do pequeno agricultor até hoje. Assim, este procede à aragem da terra (lavrando e envergando); puxa os insumos, os produtos agrícolas, o pasto para os animais; etc. Os instrumentos se diversificam minimamente, com base nas necessidades, possibilidades e

---

“...os estudiosos e profissionais têm contribuições decisivas a fazer no campo educacional e também no político”.

opções internas a cada família. De modo geral, os instrumentos de trabalho são os mesmos de uma família para outra. Em tempo de fazer a lenha para a secagem do fumo e uso doméstico, o pequeno agricultor vale-se muito da moto-serra e do machado. Ao fazer o pasto para os animais, vale-se da foicinha, do facão, etc. Ao fazer uma roçada (limpeza do potreiro, da estrada, etc.), vale-se da foice. Dificilmente um pequeno agricultor possui um trator e os implementos que costumeiramente o acompanham. Trator é para o agricultor já considerado de médio ou grande porte entre os próprios pequenos agricultores de um modo geral<sup>112</sup>. Normalmente é para quem possui acima de trinta hectares de terra, em grande parte cultiváveis de forma mecanizada (conforme o padrão de mecanização posto pelas indústrias de engenharia agrícola no Brasil). A máquina motorizada, pois, se limita basicamente à moto-serra. O motor à combustão ou movido com energia elétrica para picotar forragem, triturar o milho (fazer “quirela”), moer cana-de-açúcar, etc. também é restrito a poucas famílias. O mesmo se repete no caso da máquina para trilhar: para quem não cultivava fumo, nem erva-mate, mas planta milho, feijão, arroz, etc. para o comércio, vale-se, ainda, da antiga trilhadeira (própria ou de um vizinho um pouco mais arrojado e/ou abastado) para trilhar o grão. Nas andanças entre os pequenos agricultores constata-se, ainda, a existência e uso da moenda de cana-de-açúcar e do triturador de milho à tração animal. Igualmente constata-se a existência e uso de moedor de carne à manivela (movido por pessoas). As máquinas de aplicação de veneno são, em sua maioria, costais e acionadas manualmente (alavanca de pressão). Poderíamos continuar apontando bem mais extensamente a lista do instrumental usado e que implica a concorrência direta do corpo humano e/ou animal. Para

---

<sup>112</sup> A exceção sistemática constatada na Região Sul do Brasil é em algumas partes da região sudoeste do estado do Paraná, onde não raras vezes uma família com 20 a 30 hectares de terra possui um trator e os devidos implementos. Observa-se, no entanto, que neste particular a terra é, normalmente, mecanizável em sua (quase) totalidade. Observa-se, ainda, que a maioria dessas propriedades já incorporou, maciçamente, outros instrumentos/máquinas/aparelhos:

ilustrar o tipo de instrumental de trabalho e o trabalho propriamente dito basta a listagem aqui feita. Para melhor apreender a existência do pequeno agricultor no tocante ao trabalho e instrumental de trabalho vamos aos depoimentos.

a) O Sr. Zuege: *“Ich mache alles mit Vieh... Ochsen Pflug... (“Faço tudo com gado... Arado de boi...”)... Na terra dobrada nem dá pra trabalhar com trator... Aqui a maioria é assim”*. Dito em primeiro lugar, com a ênfase de definir a marca do agricultor do local e com certo orgulho de integrar (**pertencimento**) esta marca, considerada, enfim, como algo que não significa pouca coisa. Bois fortes, carroça(s) forte(s) e vários arados (para diferentes usos) de tração animal são o orgulho da grande maioria dos pequenos agricultores com pouca terra ou terra muito dobrada. A família Zuege usa, ainda, além das carroças<sup>113</sup> com roda de madeira e chapa de ferro, bois e arados, o seguinte: cavalo, enxada, machado, grade de madeira com dentes de ferro, cultivador/capinadeira, facão, foice e foicinha, prensa de cana-de-açúcar com tração animal, tachos, plantadeira manual, máquina de veneno manual e costal, prensa manual para extração de banha, máquina de moer carne à manivela, etc. Trata-se, portanto, de um instrumental adequado ao trabalho (operativamente) manual.

O Sr. Zuege, perguntado sobre o uso do facão, disse: *“esse sempre anda comigo”*. Por essa expressão pode-se entender, também, que o Sr. Zuege sempre está preparado para algum trabalho que possa ser realizado com o auxílio do facão. Em outros termos, considera que o pequeno agricultor permanentemente tem algo a fazer/trabalhar. Tanto que o facão é o seu companheiro inseparável. Ressaltamos que os demais agricultores também consideram

---

forageiro/triturador, prensa de cana, cerra circular, etc. costumeiramente movidos por motor elétrico; moto-serra, bomba d'água, etc.

<sup>113</sup> A carroça com pneus - considerada como um aperfeiçoamento - é usada por poucas famílias.

que sempre têm algo a fazer. Tal imaginário contribui para a constituição da ética do trabalho (ver box n. 14).

Nas várias visitas feitas à família Zuege constatou-se que a Sr<sup>a</sup> Zuege trabalha em casa, ocupando-se, também, com o fumo quando este é atado para ser secado e, depois, classificado. Não há maior diferença entre o trabalho dos filhos homens e mulheres da família: todos ocupam-se com as lidas da roça e a manipulação final do fumo.

Fato notório é que as famílias de origem alemã não têm a divisão do trabalho rigidamente demarcada entre homens e mulheres. Destaca-se, porém, o fato de as mulheres participarem, muitas vezes isonomicamente, dos trabalhos da roça. **A roça não é, pois, o locus privilegiado da divisão do trabalho.** Este aparece mais sistematicamente nas lidas domésticas e arredores da casa, cabendo às mulheres, basicamente, a cozinha, etc. e, aos homens, basicamente, os tratos aos animais (gado, porcos, etc.).

b) O Sr. Foecht e sua esposa usam praticamente o mesmo apoio instrumental que o Sr. Zuege. Diferem apenas pelo uso de carroça com pneus e uma “prensadeira” manual de fumo (“...dá pra fazer um monte de cinco arrobas”). Distingue-se ainda pelo fato de não usar moto-serra. Diz ele: “A lenha eu deixo serrar...Não tenho moto-serra. Outro tanto faço no machado. E um pouco compro...Posto em casa ...[a R\$ 15,00 o metro cúbico]”.

Ao serem perguntados sobre a divisão do trabalho disse ele: “a mulher ajuda na roça...Em casa ... eu trato os animais...Na casa ...é com ela [com expressão de quem espera algum reparo de outrem]. A Sr<sup>a</sup> Foecht se empolgou e foi enfática, referindo-se ao seu trabalho na roça: “*sempre*” [dando a entender que ela trabalha na roça tanto quanto o marido]. E falando sobre o trabalho em casa e arredores, deixou claro (de forma um tanto irônica e trazendo implícita a acusação) que ela trabalha mais que o marido.

O casal confirma que o trabalho que realizam é “*tudo manual* [lavram, envergam, etc. com arado a boi; adubam e despontam o fumo com as mãos; aplicam veneno com a máquina costal manual; plantam o milho e o feijão com máquina manual e os colhem com as mãos; etc.]”.

Quando o casal e o filho não dão conta da colheita do fumo na roça, contratam, por alguns dias, um ou dois diaristas (homem e/ou mulher). Este é um recurso usado pelas famílias que têm poucos braços disponíveis para o trabalho na roça. Trata-se de um recurso eventual e totalmente informal, pois, segundo a Sr<sup>a</sup> Foecht, “*não dá pra ter empregado...[porque então] não sobra nada...Pra um dia a gente paga R\$ 12,00 a 15,00 e ainda tem que dar o almoço*”. Nesse sentido, segundo a maioria dos pequenos agricultores, se não vencem plantar a terra disponível é “*melhor deixar virar em capoeira*”. E costumeiramente afirmam: “*Por esse dinheiro é muito mais vantagem eu deixar de plantar e também trabalhar pra fora*”. Apenas as famílias numerosas não usam o expediente de contar, eventualmente, com o trabalho da figura do diarista na colheita do fumo. As culturas de subsistência jamais ganham a presença do diarista.

**c) A família Fengler** usa, basicamente, o instrumental acima citado. Se ainda usa carroça com roda de madeira e chapa de ferro (inviável para o futuro, uma vez que “*a roda com chapa de ferro é cara ...dura muito menos... e dá conserto*”), por outro lado há 12 anos (quando comprou uma moto-serra) livrou-se de grande parte dos golpes de machado (que “*fazem mal pra o corpo ...arrebentam a gente*”) e desde o ano passado (1996) possui uma “*tecedeira...pra enrolar o fumo antes de secar...*”.

Segundo o Sr. Fengler, o instrumental de trabalho há vinte anos era um tanto diferente, devido ao cultivo hegemônico do soja e do pouco plantio do fumo. Desde então

as trilhadeiras vão cedendo lugar aos fornos de secagem de fumo e os trituradores de milho vão desaparecendo. Na sua grande vizinhança, apenas a sua sogra e um vizinho mais abastado (possuindo trinta ou mais hectares de terra e um trator da marca Agrale) possuem trilhadeira. Ou seja, o instrumental de trabalho não apenas se adequa ao tipo de terra a ser cultivada e/ou à auto-reprodução ou não da pequena unidade de produção. Tem relação direta com a **cultura hegemônica**, que no caso é o fumo. Tal relação é aprofundada na medida em que **os financiamentos para a constituição do instrumental de trabalho são dirigidos**: no caso, as fumageiras medeiam e possibilitam o financiamento das estufas de fumo (principalmente), da compra de bois, de carroça, etc.

Um dado que chama a atenção na família Fengler - algo universal entre os pequenos agricultores - é que **todas as crianças trabalham**. Afora o tempo de realizar as atividades escolares, as crianças trabalham na roça, ou nos arredores da casa. Dadas as condições do trabalho operativamente manual, a carga de trabalho das crianças pode ser considerado forte. A família cultiva trinta mil pés de fumo, faz cinquenta metros cúbicos de lenha à motosserra e machado, cria aves para o consumo próprio, cria em torno de 12 cabeças de gado (que necessitam de pasto e forragem, sobretudo no inverno), cria porcos e coelhos para o gasto, planta milho duas vezes por ano, recompõe o potencial energético (reflorestamento gradual), etc. Em outras palavras, há trabalho para todos os integrantes da família o ano todo. **Férias são consideradas um luxo urbano**. Quanto muito se *“tira[m] alguns dias para visitar algum parente”*, o que não é um fato anual. É, porém, com certo orgulho que o Sr. Fengler diz: *“[mão-de-obra] só da família”*.

**d) O Sr. Nelson Akele** não cultiva/produz fumo. Diz ele: *“não me sinto bem com o fumo”*. Falando sobre a natureza do seu trabalho, diz: *“é todo manual”*. Exceto o instrumental

específico para o fumo, possui também e basicamente o instrumental já citado. Cabe destacar que se, por um lado, sua vida “*ficou mais fácil*” com o uso da moto-serra, por outro, ainda quebra o milho para trato aos porcos em um triturador movido a boi (que “*é demorado ...dá mais serviço ...e não deixa o milho fino como quirela*”). Cabe destacar que o triturador movido a boi, além implicar mais tempo e desgaste animal e humano, redundando em grosseiro desperdício alimentar, haja vista que o milho, ao ser tratado para o gado e o suíno em forma de grãos pouco quebrados, muito pouco é assimilado pelos animais em questão. O arcaísmo implícito nesse instrumental específico é absoluto. Trata-se, por outro lado, de um limite inaceitável para a configuração do arcabouço científico-tecnológico constituído no atual contexto mundial.

e) A **família Frantz** é a única dentre as cinco famílias contatadas na fase final do presente trabalho que possui um trator (segundo o filho, falando orgulhosamente, “*de 50 Hp...com tração nas quatro*”), este acompanhado de duas carretas e uma lâmina para fazer estrada de roça. Em seus 12,5 hectares de terra dobrada (que admite um trator face à especificidade do seu uso: puxar carga e nivelar/consertar estradas) a família Frantz ocupa-se com uma **alternativa** (face ao mercado restrito, viável apenas para pouquíssimas famílias na região) de produção vislumbrada pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC: a **cachaça**, a partir de microdestilaria. Com o trator, a família puxa a cana, a lenha e o bagaço da cana; mói a cana; faz, nivela e conserta, com uma lâmina acoplada, as estradas da roça. Segundo o filho, “*tendo trator, é fácil produzir cana e cachaça...Antes levava bagaço até às dez da noite...agora levo uma carga de carreta em cinco minutos* [dito com destaque]...*Pra moer é muito melhor...*[porque agora podem ter uma moenda bem mais forte]... *Nem se fala: tudo*

*é bem melhor ...com trator a gente não se judia e dá pra fazer bem mais cachaça em muito menos tempo. É só querer”.*

A fala do Vantuir Frantz é comparativa ao período em que trabalhavam com bois (que além de serem menos produtivos, tinham que ser tratados), carroça (com capacidade de carga bem menor que a da carreta) e prensa movida por motor à “diesel” em torno de 12 Hps. O fato de se “judiar” menos, agora, não se restringe ao tempo de desgastante trabalho manual, à base de força muscular. Refere-se, também, à possibilidade de trabalhar em um horário e condições mais propícias, isto é, sem o calor, o frio e a umidade demasiados, sem geada, sem chuva, etc. Assim, a simples passagem da tração animal para a tração motorizada, no item cargas, é tida como um grande avanço, refletindo diretamente, para além do possível aumento de produção e da produtividade, na **qualidade de vida**, uma vez que assim “**a gente se judia menos**” (ou seja, reduz sensivelmente o aviltamento do corpo, cogitando uma corporeidade muito mais íntegra àquela exposta a toda a sorte de limitações do trabalho operativamente manual e sob um instrumental arcaico).

Ressalta-se o fato de que a família Frantz, ao introduzir o trator, não aboliu o uso do facão no corte da cana-de-açúcar. No entanto, o corte manual da cana, face às demais melhorias, não é lembrado, por ora, como limitação. A diminuição da carga de trabalho operativamente manual e a criação do conseqüente **tempo livre** foram suficientes para a família encarar um trabalho manual de menor exigência muscular como algo perfeitamente suportável.

“*Mão-de-obra precisa* [referindo-se à sua família, que é de três pessoas]...*Mecanizado...uma pessoa dá conta*”. Aqui, obviamente, o orgulho passa a ser depositado na posse e uso do trator e não, como nas demais famílias anteriormente mencionadas, na posse e uso dos bois grandes e fortes. Recompõe-se, em outros termos, a



**subjetividade.** O velho pertencimento, pois, se estingue e, para além de qualquer orgulho anterior e possível romantismo dos que são externos ao mundo de vivência dos pequenos agricultores, a sua extinção afirma a vida daqueles que incorporam o instrumental um pouco mais avançado produzido pelas revoluções científico-tecnológicas.

Pela coexistência do facão e do trator no trabalho, constata-se a convivência, na mesma família (bem como entre as famílias de pequenos agricultores), do primitivo e do moderno. **A opção, parece-nos, não é, pelo menos basicamente, entre o primitivo e o moderno, mas pela vida** (hoje grandemente monetarizada). O moderno, assim, não é a última novidade, mas tudo o que facilita o trabalho, amplia a capacidade de produção, cria tempo livre, etc.

O trabalho operativamente manual por si só não é abominado pelo pequeno agricultor. Abomina-se o **estrangulamento da vida** presente ou no excesso de trabalho manual ou no excesso de esforço dispendido ou, ainda, nas condições precárias ou arcaicas muitas vezes presentes no trabalho manual. Nesse sentido, justifica-se o orgulho do pequeno agricultor em construir a sua vida e dos seus a custa do trabalho, mesmo quando ele é, na (quase) totalidade, operativamente manual. Busca-se, pois, um trabalho não aviltante e, conseqüentemente, a integridade corpórea. Saúda-se as inovações do instrumental de trabalho, este incorporando cada vez mais o conteúdo da ciência-tecnologia mais avançada. Mas sem a negação, necessariamente, do uso do facão quando este não implica aviltamento do corpo.

Assim como no caso Frantz, o trator significa, a partir do conceito qualidade, mais vida. O mesmo representa, dentre muitos outros exemplos, a moto-serra ante o machado e a trilhadeira/seifamotriz ante o “manguá”. Enfim, a busca do pequeno agricultor, nos limites

de sua vida, é a “qualidade de vida” (esta viabilizada pela democratização dos bens científico-tecnológicos). Embora o contraditório da busca possa apontar até mesmo a morte.

### **7.3. A saúde (agrotóxicos; exposição aos agentes naturais; instrumental de trabalho manual e arcaico; instituições versus medicina caseira; alimentação; ecologia; etc.)**

A busca da qualidade de vida, mediante a introdução de novos instrumentos de trabalho e, nesse ínterim, a integração ou adesão a pacotes tecnológicos, nem sempre afirma a vida.

A introdução da máquina costal manual de veneno (ou mesmo as máquinas motorizadas, costais ou acopladas a trator, etc.) e a aplicação universal de venenos, têm, por um lado, aumentado a produção e ampliada a possibilidade de monetarização da vida e, por outro, comprometido a própria vida, seja a vida das pessoas seja a vida enquanto totalidade (ecológica). A mediação do homem na “relação vida-morte” (Morin) na natureza pode comprometer o homem e a natureza, afirmando, contrariamente ao pretendido, basicamente a morte. Pelo menos é o que se constata no uso dos agrotóxicos. A expansão da produção, no caso, não significa **expansividade da natureza nem humanização do homem**, ou melhor, não realiza nem a natureza nem o homem. Aqui o trabalho, mediação entre homem e natureza, ao invés de justificar o **orgulho do pequeno agricultor**, afirma a morte e nos põe diante de uma dupla ruptura: do homem consigo mesmo (pela autofagia sistemática) e do homem com sua mãe gaia (pela total **exterioridade forçada** entre homem e natureza).

A morte de que falamos é expressa principalmente nas conseqüências nefastas do uso generalizado de agrotóxicos, estas constatáveis na (não) saúde de grande parte dos pequenos agricultores. Nos últimos anos, os jornais têm publicado, com grande freqüência,

fatos relativos à intoxicação de pequenos agricultores e/ou trabalhadores do meio rural. Afora tais notícias, os jornais explicitam, progressivamente, estatísticas e lutas políticas relativas ao problema. O Jornal Gazeta do Sul, de Santa Cruz do Sul, RS, é exemplo desse avanço. Vejamos dois pequenos excertos:

- “O Partido dos Trabalhadores (PT) entrou ontem com um pedido, junto aos Ministérios da Agricultura e da Saúde, para suspender em todo o País o registro de produção, transporte, comercialização, uso e armazenamento do agrotóxico Tamaron, também conhecido como Metamitophos, largamente utilizado nas lavouras de fumo, algodão e **hortaliças** nas regiões Nordeste e Sul” (Gazeta do Sul - Rural - 8/8/96, p. 5) (grifo nosso).

- “Segundo os estudos dos especialistas, no Brasil se consome[m] por ano 200 mil toneladas de agrotóxicos, o que equivale a R\$ 1,4 bilhão” (ibidem).

Para melhor compreensão do concreto vivido, vamos também a algumas falas anotadas em nossa pesquisa de campo.

Desde que cultiva o fumo, a família **Zuege** vem intensificando o uso de agrotóxicos. Os cuidados têm sido, até há pouco, externos ao instrumental hoje dito adequado pelas fumageiras para a manipulação e aplicação de venenos. Enquanto ninguém da família foi vítima do uso do veneno, tal foi feito sem inquietação. Ou seja, o veneno não constituía problema. Pelo contrário: se apresentava como solução. Quanto ao prejuízo ao ecossistema, nada se pensou, pois a aplicação, segundo seu modo de ver, é **dirigida** tão somente ao fumo, especialmente para combater os seus **inimigos** naturais: “*as pragas*”. Provavelmente face à onda de denúncias e ações políticas como as acima mencionadas, as próprias fumageiras estão obrigando os agricultores, desde o ano de 1996, a comprar o instrumental por elas recomendado para amenizar ou “*evitar*” os efeitos dos agrotóxicos nos corpos humanos. A fala do Sr. Edi Zuege é direta: “*Agora temos o macacão...Faz um*

*ano...Compramos da firma [Dimon]...Eles obrigaram". Macacão é um termo genérico, pois o instrumental desdobra-se, geralmente, em várias peças: "capa, luvas, calça, botas, boné e máscara".*

Constata-se, assim, que um passo foi dado. Apenas um passo. Busca-se preservar melhor a vida das pessoas direta e imediatamente envolvidas. E, neste particular, méritos às fumageiras que, mesmo sob uma linguagem e política autoritárias, estão contribuindo, nos limites próprios da racionalidade positiva, para a qualidade de vida do pequeno agricultor, adiantando-se, de certo modo, ao próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ao Estado. Mas isso não é tudo. Pelo contrário. É quase nada. O paradigma do determinismo-insumos-imediatismo não foi em momento algum questionado; o pacote científico-tecnológico unilateral, autoritário e produtor de dependência continua sua existência como se fosse impossível qualquer alternativa. E com o endosso do pequeno agricultor, pois, segundo o Sr. Zuege, "*o fumo [cultura assumida como exigente em venenos] é a única coisa que ainda dá uns níquel*" [o que justifica tudo]. Embora a família Zuege reclamasse que tivesse que pagar "o macacão" na entrega da safra do fumo, afirma que com o referido instrumental imposto "*o corpo [direta e imediatamente envolvido] não pega nada...fica seco*".

O fato de usar muito veneno, com grande grau de periculosidade, e não ter casos de intoxicação é motivo de **orgulho** entre os pequenos agricultores. Ou seja, quando alguém se intoxica é porque é, pelo menos em certa medida, incompetente para a devida manipulação e/ou aplicação. O orgulho chega ao ponto de amenizar ou mesmo esconder casos de mal-estar advindos de intoxicação. Assim, em uma primeira abordagem sobre o problema, a família Zuege afirmou não ter havido (maiores) problemas, tentando finalizar logo a fala. Na insistência sobre o problema, relatou (um tanto desapontada) que "*três filhos já vomitaram ...porque passaram veneno quando tinha orvalho...e colheram fumo molhado...Não dá*

*pra colher fumo molhado ...porque o veneno ...Prime plus e Royal tac BR... passa...".* O paradigma do determinismo-insumos e o pacote científico-tecnológico (unilateral) jamais encontram questionamento. O próprio **orgulho** o impede.

O orgulho transparece também em falas sobre saúde e que extrapolam o item agrotóxicos: *"Só não trabalhamos quando chove ...[garoas, chuviscos e assemelhados não são empecilho]...E quando é muito quente não vamos...O frio não é respeitado".* Sobre problemas de coluna, foi o filho mais velho quem respondeu: *"só o pai sofre. Os outros não..."*. E quanto ao uso de serviços médicos e/ou hospitalares, a resposta feita em várias vozes foi de que já tiveram que usar, mas *"só por acidente...corte e descamamento do pé [de um filho e, de outro] corte do pé com moto-serra [ficando] dois meses encostado"*. Assim como é motivo de orgulho o uso do hospital e serviços médicos só em casos mais graves, a possibilidade de cura das enfermidades mais simples em casa é, também, motivo de orgulho e satisfação. Por isso, foi com satisfação estampada no rosto que o Sr. Zuege disse, enfática e prontamente: *"Wert Tee gekocht"* [*"cozinha-se chá"*]. Segundo os membros da família, as diversas ervas medicinais cultivadas e/ou nativas em sua terra resolvem, de fato, a maioria dos seus problemas de saúde. Pelo que constatamos, a saúde dita caseira, com base nos chás, amplia, de certo modo, a existência dos pequenos agricultores e significa, nos seus limites, saber real/autonomia, bem como resistência à saúde sob o paradigma do determinismo-insumos (redução à cura alopática). O uso do chá de "quebra-pedra", típico do Brasil e inexistente na Europa, eficaz no tratamento dos cálculos renais e da hepatite (e por isso inescrupulosamente patenteado - privatizado - por uma instituição Norte-Americana)<sup>114</sup>, é um exemplo incontestado do saber real e autonomia. Por outro lado, a saúde

<sup>114</sup> Segundo "O Boletim", editado pela Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC (Florianópolis, 28 de out. a 1º de nov. de 1996, n. 164) "...a Fox Chase Cancer Center, indústria farmacêutica sediada na Filadélfia, patenteou na Europa e nos Estados Unidos a planta do chá de-quebra [*sic!*] (*Phyllanthus*) para o tratamento da hepatite..." (p. 7).

caseira não dá conta da totalidade da existência dos pequenos agricultores e muitas vezes é a mais pura expressão do Estado mínimo em termos de saúde pública. Nesse sentido, a fala do Sr. Zuege, embora tenha sentido, não revela devidamente o problema da saúde.

O Sr. Otomar **Foecht** afirma, assim como a família Zuege, que o uso do chá resolve muitos problemas de saúde. No seu caso diz ter se curado de “gripes...pulmão...e pedra no rim”. Atribui grande poder de cura à “folha de lima e carqueja larga com raiz”. Mas ultrapassa o **elogio ao chá** e denuncia a **pouca presença do Estado** na vida do pequeno agricultor: “Hoje é mais fácil...Médico...antigamente tinha que pagar tudo...Hoje tem médico do sindicato dos agricultores...Quando tinha uma doença, primeiro o chá.. Só depois médico”. A medicina caseira, assim, não é apenas uma forma dos pequenos agricultores de garantirem a sua vida; traz implícito, pelo menos em parte, a insuficiência do Estado na questão saúde até o presente. Nesse aspecto, as propostas neoliberais de enxugamento do Estado não têm novidade alguma. A insuficiência do Estado se evidencia na própria solução encontrada: a saúde nas mãos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: “O sindicato tem UNIMED pra consulta, oculista, dentista...”

E falando sobre envenenamento por agrotóxicos, transparece, além da apreensão com o problema, também um certo **orgulho**: “nunca me envenenei...Mas em gente de quarenta anos [o veneno] já fez muito mal e agora não pode mais lidar com veneno”. Mas considera este problema superado de ora em diante, pois “Der Anzug. ... a fatiota [isto é, o “macacão” ou instrumental para proteção ao veneno] ... é muito boa pra evitar o envenenamento... nós ganhamos [sic!!], este ano, máscara, luvas, botas, capa e óculos...Custou R\$ 42,00...E nós usamos meesmo [com ênfase] e cuidamos muito...”. Assim como a família Zuege, o casal Foecht não questiona o paradigma e o pacote científico-tecnológico em questão. Por outro lado, denuncia o Estado mínimo na saúde.

A Sr<sup>a</sup> **Foecht** também falou sobre seus problemas de saúde, estes advindos, provavelmente, do tipo de alimentação (típica dos pequenos agricultores até há pouco e parte do orgulho de muitos até a recente, sistemática e notória condenação deste tipo de alimentação): *“Tenho pressão alta e colesterol...o médico disse que eu comia muita gordura...:banha, torresmo, ovos...Agora tenho que cuidar gordura...”*. O marido interveio: *“Mas não deixamos de comer essas coisas...A gente só cuida.... Deixar de comer não dá”*.

Comer bastante e alimentos considerados com alto potencial nutritivo sempre foi motivo de **orgulho** do pequeno agricultor da região. Fazia parte dos seus conceitos de saúde e “qualidade de vida”. A abundante alimentação era tida também como essencial na formação do pequeno agricultor/trabalhador da roça. Tanto que produzir uma farta e variada subsistência (variadas carnes, ovos, banha, leite, nata, etc.) engrandecia qualquer família e não raras vezes compunha a **subjetividade do “pertencimento”**. O excesso de gordura, bem como de açúcar (melado) e de amido dificilmente eram assumidos como problema. O problema residia, no entender dos pequenos agricultores de origem alemã, na falta (fome) destes elementos. Apenas recente e isoladamente tais excessos começam a ser revertidos pelos pequenos agricultores.

Na família **Fengler**, o Sr. Renê (45 anos), sem delongas e tributando os seus problemas de saúde ao tipo e às condições de trabalho, diz: *“Faz três anos que estou quebrado [não tem a devida saúde para trabalhar]. Já gastei, há três anos, R\$ 2.500,00...Coluna...devido peso..., rins...estômago...[as causas são]: trabalho pesado ...no calor, veneno, fumo seco no galpão [larga um pó com resíduos de agrotóxico e da própria composição química do tabaco, agravado por ser em ambiente fechado]...agora só posso trabalhar com o fumo verde...”*. A fala com o Sr. Fengler, travada com alta fluidez, revela

que o cultivo do fumo (a este inerente, segundo o paradigma do determinismo-insumos, o uso sistemático de agrotóxicos em larga escala), bem como a exposição do corpo às condições adversas (sol forte ou calor, umidade, etc.) no trabalho tipicamente manual do pequeno agricultor, são capazes de **“quebrar” o corpo do trabalhador**.

A fala, ao continuar, fica cada vez mais denunciante da **miséria ou barbárie** presente no mundo de vivência do pequeno agricultor: *“Não consigo mais **nem cheirar ortene...É o pior...Se usa pra lagarta, formiga...O estômago estragou mais por causa do veneno...todo dia tenho dor de cabeça no calor...Falta fôlego também...O doutor disse que não tenho nada no pulmão...disse que **me arrebentei no trabalho...Estou fraco. Mas os meus guris não vão passar o que eu passei. Digo pra eles cuidar muito com o veneno...especialmente no sereno e sol quente**”***.

Mais uma vez o paradigma do determinismo-insumos e o pacote científico-tecnológico unilateral não estão em questão. Trata-se, na visão do Sr. Fengler, vítima consumada, de tomar o **máximo de cuidados**. Esta linguagem pouco difere da linguagem autoritária e/ou cínica das agroindústrias do setor do fumo. O cinismo do **discurso dos cuidados** (proposto pelas agroindústrias) se acentua na medida em que a conversa com as vítimas se prolonga. Vejamos: *“Máscara...uso há cinco anos. A capa não uso...Botas uso...Precisa capa ou plástico nas costas [pois] **as máquinas vazam no suspiro, em cima... A mulher se queimou nas costas, com veneno AMEX [é um veneno novo, sobre o qual não tiveram a informação de que poderia queimar a pele]...é antibrotante...Ela ficou oito dias com bolota [“bolhas de água”] de queimadura...Não fomos no médico...Quero denunciar isso na reunião dos produtores de fumo na Universal Leaf Tabacos...”***.

E fora o problema dos agrotóxicos no cultivo do fumo, a família foi vítima de agrotóxico disseminado no **meio ambiente**, desautorizando qualquer afirmação da



**aplicação “dirigida”**. Diz o Sr. Fengler: *“Um filho já foi no médico...quase morto. Bebeu água no arroio quando pescou...havia o veneno “pinga-pinga” na água ...Se aplica nos arrozais”*. Nesse caso, obviamente, nenhum “macacão” ou “fatiota” “evita” os efeitos nocivos do veneno à natureza e ao homem. Enfim, **o discurso dos “cuidados” perde a sua racionalidade** (assim como a fala da aplicação dirigida). Afirma, propriamente, a morte.

O Sr. Fengler, à custa de vitimação (sua e dos seus) mais forte com os venenos aplicados na lavoura do fumo, tem consciência de que, mesmo tomando cuidados, é difícil evitar todos os efeitos nocivos do veneno. Tanto que diz: *“Por mim já teria parado com o fumo, porque os venenos são fortes e prejudicam”*. Mas a consciência, em sua vivência, não é tudo. A monetarização da vida, sob a dinâmica do capital, o leva a existir a partir do paradigma da determinação-insumos: *“[Fumo] planto porque é a única coisa que com adubo [insumo]...em qualquer terra fraca [depredada pela ação humana].. dá 8 ou 9 arrobas por 1.000 pés [e uma receita bruta, em média, de R\$ 25,00 a 30,00 por arroba]”*. Assim sendo, o cultivo do fumo é a expressão maior da **contradição no mundo de vivência** do pequeno agricultor da região situada em torno de Santa Cruz do Sul, RS. Nele está ao mesmo tempo **a vida e a morte**. Nele está o perigo do envenenamento (morte), assumido como contornável a partir da **razão positiva da aplicação dirigida** e dos **“devidos cuidados”**. Perigo que pode, inclusive, ser fonte de **orgulho** daqueles pequenos agricultores que ainda não sentem de forma contundente os efeitos do **“necessário”** perigo. Nesse sentido, o paradigma da determinação-insumos é uma realidade também na vida coletiva e total dos pequenos agricultores. Senão vejamos outras palavras do Sr. Renê Fengler: *“Veneno? É obrigado a passar, porque senão não sobra nada...Pflaume [ameixa], pêssego, ...Mas não passar quando tá em flor [isto é, basta tomar os devidos cuidados ou dirigir a aplicação no tempo] porque mata as abelhas”*. Por outro lado, a alternativa passa a ser

vista com desconfiança. Afinal, se o fumo é perigoso, também é tido como a mais segura fonte de renda que amplia as condições universais de vida do homem. A monetarização da vida, busca universal do homem, passa, hoje e sob os desígnios do capital, a justificar os meios.

**Ruptura?** Este é o problema central da utopia (“otimismo militante”: Bloch) da formação do Homem Universal. Pois o fosso do mundo de vivência é, como podemos constatar, o lugar do contraditório, onde a vida não é uma opção romântica, mas uma **construção (complexa) com múltiplas determinações em movimento**. Aqui a relação homem-natureza, mediada pelo trabalho do homem, passa a ser uma questão fundamental para qualquer política educativa. Em outros termos, **a relação trabalho-educação é fundamental na superação (ruptura) do paradigma da determinação-insumos e, contrariamente, na afirmação de qualquer paradigma “transparadigmatizado”**(Morin, 1981), isto é, aberto...(Pessanha, 1993).

Mas o contraditório na práxis (social), incorporando uma relação vida-morte (de)predativa do homem e da natureza, bem como uma separação entre consciência e prática (prática diferenciada em relação ao estado de consciência dos problemas - ver box n. 14) no mundo do trabalho não está apenas na relação homem-natureza realizada especificamente na cultura do fumo. Como vimos, o contraditório também se encontra na produção extensa de arroz, no trabalho em condições naturais adversas, no sobre-esforço dos corpos, etc. **O contraditório está na totalidade de vivência, realizando e desrealizando o homem e a natureza**. Por isso falamos em fosso e não, conforme a razão positiva, em pontos extremos e estanques ou externos entre si. Enfim, está em questão não um fragmento de vivência, nem uma cultura determinada, mas a vivência como totalidade. Assim, o Sr. Fengler afirma, ainda: *“Também o corte de lenha com machado judia [ a coluna, etc.]...o calor do forno*

*estraga: me judiou também... Chuva, sol, calor, frio: [trabalhava] sempre, não respeitava nem neve ...lá em Itapiranga, SC...Tinha que trazer o pasto pros bichos [reino da necessidade]*". Hoje o Sr. Fengler tem consciência e respeita as adversidades face à crueldade de um efeito: "*Tenho reumatismo...dói de noite, quando esfria. Dói músculo e ossos*". Mas quando se trata de um efeito não tão contundente quanto à afirmação da morte, o mesmo Sr. Renê muda o discurso e transparece até mesmo o já falado **orgulho**. As muitas notícias (observamos que a família possui rádio e TV há anos) sobre a diminuição da camada de ozônio na região parecem não inquietá-lo. Perguntado sobre problemas de pele (trata-se de uma família de pele clara, com cabelos loiros e apresentando sinais de envelhecimento precoce na pele.), diz: "*Não...Já acostumou no sol...A pele tá dura, já curtida [de tanto trabalhar sob o sol em horas incompatíveis com a pigmentação da pele dos membros da família]*". E finalizando a conversa sobre saúde, falamos sobre tratamento dos problemas de saúde. Diz o Sr. Fengler, trazendo implícito o **Estado mínimo na saúde**: "*Não só médico, mas também curador... [Quando o problema é] veneno, não. [Curandores] não pedem nada...Dá-se alguma coisa. ..Em casa, chá sempre*".

O Sr. Nelson **Akele** tem uma existência desvinculada da cultura do fumo. Isso não o desvincula, porém, do uso de agrotóxicos. E enquanto ainda não foi, visível e contundentemente vitimado, não usa o instrumental que os fumicultores foram forçados a adquirir. Diz ele: "*Passo veneno...não uso máscara...proteção nenhuma: nem bota, nem óculos, nem capa. Tá errado...mas não uso*". Igualmente aos demais pequenos agricultores, o paradigma dos insumos não está em questão. Tanto que o Sr. Nelson lamenta o fato de não ter as devidas condições financeiras para adquirir o instrumental que evitasse qualquer intoxicação. O veneno, pois, não está em questão. Diz ele: "*Não uso [proteção] porque não tenho. A gente não pode comprar essas coisas...Se tivesse, usaria...Incomoda usar, mas*

*vale à pena usar...O veneno nunca mais sai se entra no corpo*". E continuando: "*Não me intoxiquei com veneno. Graças a Deus, porque não tive consciência, antes. Quando vi outros com problema, me cuidei. Por isso quase não uso veneno*". Ou seja, veneno: sim, porém, o mínimo **necessário**.

A idéia de necessidade é universal entre os pequenos agricultores, estes pensando e agindo com base na racionalidade positiva intrínseca ao paradigma da determinação-insumos. A idéia de necessidade, contudo, não é, necessariamente, petrificada. Pelo exposto, pode-se afirmar que da noção de necessidade do uso de veneno, evoluiu-se para a **noção de dupla necessidade**. Assim, O Sr. Nelson, embora tenha a noção de necessidade de aplicação de veneno, preocupa-se quanto à aplicação universal ou generalizada deste. Concretamente, estabelece uma seleção criteriosa dos casos em que aplica veneno. Seu critério leva em conta a preservação da vida humana (sem cogitar, ainda, a preservação do ecossistema). Vejamos o depoimento ilustrativo do Sr. Nelson: "*Não boto veneno no feijão... Não como coisa que sei que tem veneno...frutas, tomate...*". Vê-se que no fosso, onde se afirma o contraditório, dois vizinhos (é o caso do Sr. Nelson Akele e do Sr. Renê Fengler) assumem uma práxis diferenciada quanto ao discurso da "**necessidade**": O Sr. Fengler passa veneno "na Pflaume, no pêssego...", ancorado apenas nos devidos cuidados, e o Sr. Nelson não admite comer nada que tenha sofrido aplicação de veneno, embora com os devidos cuidados. Ensaia-se, no caso do Sr. Nelson, do interior da noção de necessidade, a **alternativa**. Falta-lhe, porém, o conteúdo mais avançado da ciência-tecnologia (socialmente produzida) para afirmar a alternativa. Nesse sentido resta-lhe lamentar, conforme já explicitamos, as poucas condições para frequentar os "*cursos do Lutzenberger* [Fundação Gaia]". Associado a isso, presume-se, falta a presença mais atuante e decisiva do Estado, seja para possibilitar os cursos pretendidos pelo Sr. Nelson, seja para financiar, com

**subsídios** (é, segundo Abramoway, **a política adotada na agricultura dos EUA**, bem como, conforme Globo Rural [programa dominical da Rede Globo de Televisão] de 20/04/97, **a política adotada no vizinho país do Uruguai**), a alternativa. Falta, pois, mais Estado.

Afora o problema de saúde associado à questão dos agrotóxicos, o Sr. Nelson tem uma existência semelhante ao conjunto dos pequenos agricultores: trabalha na roça e nas lidas com animais “*no calor...no frio...e no orvalho*”. Sai da roça quando “*ainda é claro*”, mas continua trabalhando nos arredores da casa “*até as 8 horas da noite*”. Levanta peso sem a correta postura corporal. E conclui: “*no trabalho não senti problemas de saúde...Só peguei gripes...Só me risquei com moto-serra...Já dei um riscão [de moto-serra] na cabeça de outro homem. Mas cuidado muito. Acho que tenho saúde boa. Não tenho grandes problemas*”.

Pode-se afirmar, aqui, que as condições adversas de trabalho não são, na subjetividade do pequeno agricultor, vistas como problemáticas no tocante à saúde, a ponto de amenizar ao máximo (“*só*”) os problemas de saúde advindos do trabalho típico dos pequenos agricultores. Afinal, deixar de trabalhar (para atender o reino da necessidade) “*só*” porque a natureza oferece resistência, é vadiar. Na intimidade das conversas (foram muitos os encontros) e questionado sobre a saúde como um todo e a vida em sua totalidade, o Sr. Nelson disse: “[a saúde] *julgo péssima...porque nunca pude fazer um exame, cuidar dos dentes, ter um calçado que preste...Um pouco porque fui relaxado e outro pouco porque não tive recursos*”. Quando o orgulho cede lugar às **condições objetivas de vida**, e quando se olha **a vida como uma totalidade**, a miséria vem à tona. Miséria produzida também pela omissão dos próprios sujeitos em questão (“*fui relaxado*”). Mais uma vez o fosso é o lugar do contraditório, a apreensão romântica é desautorizada, o Estado mínimo escancara a

barbárie e o alternativo se põe como urgência (histórica) e conteúdo educativo. O reconhecimento da morte do tradicional pequeno agricultor deixa de ser heresia e se põe como ponto de partida da construção do novo ser social e do Homem Universal.

O fosso continua se despindo. Falemos com os elementos fornecidos pela família **Frantz**. Diante da miséria/barbárie no mundo do pequeno agricultor, até mesmo o atual Estado mínimo ganha gratidão. Diz o Sr. Frantz, que já “operou” pelo SUS (Sistema Único de Saúde): “*O SUS serve...Antes do SUS, era pior*”. E diante das melhorias conquistadas através do SUS, o mesmo Sr. afirma, com toda a convicção: “*Não vale a pena pagar o sindicato...[Não é sindicalizado] porque não vale a pena pra saúde*”. E mesmo contando com os serviços do SUS, estes disponíveis num postão na sede do município de Santa Cruz do Sul, RS (nos municípios menores não tem este postão), continua: “*Os da cidade têm saúde melhor. Não se judiam tanto...geada, chuva e principalmente veneno*”. Nesse sentido, o filho fala: “*é preferível ir pra cidade, pegar emprego*”. E perguntado sobre a dificuldade de pegar emprego, devido a pouca formação escolar, respondeu, orgulhosamente: “*o colono pega emprego mais fácil, porque ele trabalha mais [não dá espaço para a vadiagem]*”. Perguntado onde, disse: “*indústrias*”. Perguntado se eram sem exigência de estudo, disse: “*é*”.

Ao mesmo tempo que a família Frantz reconhece a barbárie no mundo do pequeno agricultor e vê no mundo urbano condições superiores de vida, como no caso da saúde, orgulha-se do desempenho do pequeno agricultor no trabalho manual, este no espaço social rural (exposto às condições naturais adversas no trabalho) ou urbano (limitado aos postos de trabalho manual e também sujeitos a condições adversas). **Aqui o trabalho manual não é visto como problema, mas como problemático sob as condições específicas do mundo tradicionalmente rural do pequeno agricultor.** Mundo tradicional que é superado toda

vez que se introduz um instrumental de trabalho que avança as condições objetivas de trabalho e de vida (saúde, etc.), que na família Frantz aconteceu parcialmente mediante a inserção do trator (“apropriacionismo”) na produção da cana-de-açúcar e cachaça.

A barbárie é expressão, também, da expropriação não só da vida mediante o uso de agrotóxicos, mas da expropriação dos frutos do trabalho que, ao mesmo tempo em que permite a monetarização básica da vida do pequeno agricultor, acumula riqueza para as agroindústrias. Vejamos a fala da família Frantz, ao ser perguntado se “vale a pena” os seus vizinhos produzirem fumo mediante os riscos do uso dos agrotóxicos: “*Fazer o quê?*”. “*Sem dinheiro o pequeno não vive*”. E perguntados sobre o “macacão”, disseram: “*As pessoas não têm dinheiro pra comprar isso*”. “*E quando têm, é um sufoco [calor que judia]*”. E passar só em horário dito adequado “*não dá tempo*”. Isso posto, mais uma vez a visão romântica é desautorizada. E, contrariamente ao que os românticos esperam dos pequenos agricultores, estes buscam ir para o meio urbano (mesmo vivendo um trabalho também manual) ou urbanizar o meio rural ou, melhor, desconstruir o especificamente rural e construir um mundo para além da divisão setorial da economia (por exemplo, produzir e distribuir/vender a cachaça), para além dos limites das condições naturais (chuva, sol, frio, calor, geada, orvalho, barro, ...) no trabalho, para além dos limites da saúde caseira (“*quero que o governo continue com o SUS*”), etc. Mais Estado, hoje, para o pequeno agricultor é, devido à barbárie em seu mundo de vivência, o simples acesso aos precários serviços do SUS. A alternativa vislumbrada, aqui, é a **democratização do Estado** (e, com ele, a democratização da ciência-tecnologia implicada na atual medicina) e não a afirmação pura e simples da medicina caseira e/ou do “curador”. Vê-se, pois, que a vida do pequeno agricultor não é uma opção romântica.

A temática da saúde articula-se, a partir da categoria da totalidade, estreitamente com o paradigma que orienta a relação trabalho-educação do pequeno agricultor. Já vimos que o paradigma subjacente à sua práxis é o da determinação-insumos. Contudo, como o fosso é o lugar do contraditório, neste particular também há espaço para a superação desse paradigma e a afirmação de outro (agroecológico ou, melhor, simplesmente ecológico), que abdica a imperiosidade totalitária dos insumos salvacionistas e concebe a natureza como totalidade, incluindo o próprio homem. O fosso já tem, assim, vivências que afirmam o novo paradigma, embora a falta do conteúdo básico da atual revolução científico-tecnológica e da ecologia tragam sérios limites aos ensaios vivenciais do novo paradigma. Por outro lado, o próprio descompromisso do pequeno agricultor com a saúde pública põe-se como limite, além de constituir um problema ético, ultrapassando a já comentada ética do trabalho. Vejamos.

O Sr. Nelson afirmou não aplicar veneno no feijão (de consumo próprio e das poucas sacas destinadas para o mercado) e não comer nada que tenha sofrido a ação de venenos. O Sr. Zuege também afirmou não aplicar veneno no feijão, bem como nos demais cultivos destinados à subsistência. Diz ele: “*veneno...só no fumo*”. Por outro lado, o Sr. Fengler diz que se não aplicar veneno, nada dá. E assim considerando, aplica o que julgar necessário para os pessegueiros e as ameixeiras produzirem abundantemente. Além do posicionamento e convicção diferenciada quanto ao uso do veneno nas culturas destinadas à alimentação humana própria, ninguém hesita em aplicar veneno nas culturas destinadas genericamente ao mercado, como é o caso do fumo. Fosse o soja ou qualquer outra cultura a hegemônica, também nelas se aplicariam os agrotóxicos considerados salvíficos (da lavoura e não da saúde pública). Assim, o Sr. Nelson, quando cultivava soja no Paraná, aplicava veneno antilagarta quando julgava necessário. Mesmo o baculovírus (alternativa não poluente e não



intoxicante) já existente não foi procurado pela maioria dos pequenos agricultores do sudoeste do Paraná. Os venenos contra a lagarta, embora mais caros, davam a segurança da **resposta imediata**. Mesmo a produção alimentar humana destinada ao mercado sofre, muitas vezes, a ação sistemática dos agrotóxicos. Neste particular, ganhou notoriedade, no Rio Grande do Sul, o fato de pequenos agricultores produtores de moranguinho não consumirem o próprio produto, optando pelo moranguinho produzido por produtores que, por opção e conhecimento de processo produtivo alternativo, de modo algum usam agrotóxicos.

Mas vejamos o que se põe para além da questão dos agrotóxicos. No sul do Brasil, diferentemente do que se constata nas regiões sudeste e centro-oeste, a queima das lavouras, poteiros, etc. praticamente inexistente. Poucos pequenos agricultores queimam parcialmente as palhas. Por trás disso está a preocupação com a preservação do solo, em sua maioria degradado face à ação historicamente predativa do homem. Diz o Sr. Zuege: *“Não queimo palhas há 20 anos. Deixo apodrecer e depois planto”*. No tocante à preservação do solo, as ações refletem, em parte, o incentivo e apoio do próprio Estado, através da EMATER, das Prefeituras, etc., seja estendendo conhecimentos para tal, seja acompanhando várias experiências, seja demonstrando através das últimas. Assim, a atuação dos pequenos agricultores não se dá por iniciativa propriamente sua. Fato é que **aos poucos o paradigma (agro)ecológico se afirma entre os pequenos agricultores e entre os profissionais ligados a órgãos públicos**. As ações no tocante à conservação do solo são várias, estas estimuladas pelas instituições mencionadas.

O Sr. Zuege faz cobertura verde com *“avica, aveia e azevém...Enterro pra dar adubo verde”*. Quando algum pedaço de terra está *“muito fraco...deixo um ou dois anos e enterro a capoeira”*. Afora isso costuma usar o adubo resultante do esterco (indevida e

insuficientemente curtido) coletado atrás do chiqueiro e da estrebaria, bem como o húmus resultante da transformação das palhas e ciscos pela *“minhoca da califórnia...que a EMATER trouxe pra criar esterco [sic!]”*. *“Só no último ano [começou com o] plantio direto”*. A novidade que o Sr. Zuege explicitou é que *“as firmas [também] recomendam isso”*. Ainda não percebeu a intencionalidade das firmas, qual seja incrementar a produtividade na produção do fumo e, conseqüentemente, desobrigá-las de um reajuste sistemático dos preços do fumo. Em todo caso, o *“plantio direto”* significa o interesse comum do Estado, das firmas e dos pequenos agricultores que já o adotaram.

Indo adiante o Sr. Zuege fala de outras ações consideradas preservacionistas: *“Corto mato...um pouco...Só árvores velhas...Deixo rebrotar tudo...Deixo a capoeira e corto só o grosso...de preferência os secos...Fiz reflorestamento com 4.000 pés de eucalipto e 2.000 pés de uva japão”*. Face a sua ação dita preservacionista, é contra a atual política do IBAMA, que considera abusiva e descontextualizada, uma vez que não são os pequenos agricultores que devastam as matas (ver anexo n. 8 e figura n. 7). Antes o contrário: o pequeno procura mantê-las e renová-las de modo a assegurar a sua única fonte de energia autônoma. Diz o Sr. Zuege: *“...sou contra. Se eu refloresto e corto só o pau velho, então não dá...se paga R\$ 16,00 pra licença por tora ou árvore grande”*.

Todos os pequenos agricultores entrevistados na fase final da pesquisa têm áreas de terra reflorestada. A família Frantz plantou 2.500 eucaliptos, 8.000 uvinas e 2.000 acácias e diz que *“só no início usava árvores nativas...[de ora em diante] a rebrota [das árvores plantadas] garante lenha”*. Além de não desmatar mais as árvores nativas, não queima o bagaço da cana; este vai todo para a roça, a fim de evitar a erosão nos pontos mais críticos da roça. A família Fengler plantou 5.000 uvinas e 1.500 eucaliptos. O Sr. Nelson comprou uma área com eucaliptos, uvinas e mata nativa já existentes. Apenas a família Foecht não

tem autonomia de lenha para a produção de fumo, haja vista que em seus 9,6 hectares tem pouca mata nativa e o pequeno reflorestamento ainda não dá conta da sua demanda. Face a isso pensa em reduzir a lavoura do fumo ou até mesmo abandoná-la.

Por outro lado, o Sr. Zuege ainda não aderiu à rotação ampla de culturas, nem ao consorciamento. Faz vários cultivos, mas “sempre separado”. A rotação sistemática acontece entre fumo e milho na resteva do fumo.

O Sr. Fengler, embora use veneno toda vez que alguma “praga” ameace a produção de qualquer cultura, afirma que conserva a natureza: *“a gente sempre tem que preservar. Senão os filhos, netos...não terão nada...Quem não cuida a terra não tem interesse na vida...Plantar e pensar no futuro. Plantar pé de pinho...”*. Assim como o Sr. Zuege, diz: *“só tiro madeira seca...e faço reflorestamento...Faz anos que não queimo palha e capoeira”*. Há dois anos faz o plantio direto para o *“fumo e o milho. Só faço verga”*. O consórcio fica limitado ao *“feijão no milho”*.

O Sr. Nelson considera a atuação do Estado na questão da preservação uma farsa, uma vez que *“não dá mais. Todo mundo destrói tudo [natureza]. E o IBAMA só proíbe pra derrubar, mas não cuida nada”*. Segundo sua visão, não adianta o IBAMA proibir o corte de certas árvores ou cobrar pelo corte de outras. Sem saber se expressar a contento sobre o caso, deixou transparecer que na natureza tudo precisa ser levado em conta. É enfático ao falar da atuação do IBAMA: *“precisa mesmo é cuidar os grandes”*. A idéia generalizada entre os pequenos agricultores é que o IBAMA costuma *“pegar no pé dos pequenos...que cortam uns paus pra fazer lenha [afirmação apenas parcialmente procedente]”*, enquanto *“os grandes fazem o que querem”*: derrubam mato, não reflorestam, envenenam os córregos e rios ao pegar água para aplicação de venenos nas grandes lavouras de arroz, soja, etc.

Assim como o Sr. Nelson, a maioria dos pequenos agricultores tem alguma noção sobre a articulação dos elementos da natureza. Não, porém, nos termos postos pela ecologia. A depredação de certas espécies devido o uso sistemático de venenos e o conseqüente surgimento ou superpovoamento de outras espécies que desequilibram a natureza não é do devido conhecimento dos pequenos agricultores. Assim, a família Frantz jamais cogitou que o surgimento das “taturana” (lagarta com toxina fatal) e “sussuarana” (lagarta com toxina muito forte) pudesse estar ligado, possivelmente, à extinção de certas vespas. “De equilíbrio... não sei nada”. Na visão paradigmática da maioria, os cuidados com os agrotóxicos e sua aplicação dirigida é o suficiente para não comprometer a vida daquilo que não é considerado praga. A convicção quanto à suficiência dos cuidados chega ao ponto de comprometer a própria vida humana. Exemplo contundente disso é que o poço que abastece de água potável a família Fengler está localizado em meio à lavoura de fumo (ver anexo n. 7 e figura n. 6), que sofre aplicação sistemática de agrotóxicos. A defesa inocente do Sr. Fengler foi assim expressa: “*fiz uma valeta [muitas vezes quase imperceptível face ao constante aterramento pluvial] pra água da chuva não entrar no poço*”. Jamais imaginou que o lençol de água pudesse ser alcançado pelo veneno e que a própria declividade do terreno é o suficiente para o solo encharcado conduzir o veneno também para o poço.

Uma questão problemática em termos de saúde do pequeno agricultor, saúde pública e ecologia é a água. Diferentemente do que muitos intelectuais imaginam, a água não é sinônimo de pureza. Testes de pureza das águas das sangas ou arroios são capazes de acusar, em grande parte dos casos, a presença de coliformes fecais de diversas origens. Também são capazes de revelar, em boa parte das amostras, a presença de resíduos de agrotóxicos. O isolamento dos chiqueiros, galinheiros e estrebarias muitas vezes é nada

exemplar. Observa-se, facilmente, a água das chuvas levar boa parte das fezes para a água. As antigas esterqueiras praticamente inexistem e, quando existem, são precariamente construídas, de modo a facilitar a fuga do material “coletado”. Vez ou outra também se acha alguma patente ou “poço negro” não devidamente isolado. O próprio adubo resultante do esterco muitas vezes vai para a horta, à lavoura de batatinha, etc. sem a recomendada fermentação e maturação. Em termos ecológicos, o pequeno agricultor está usando indevidamente um recurso produtivo orgânico e contribuindo com a poluição e comprometimento da saúde pública. Nem sempre se trata de desinformação. Não poucas vezes trata-se de “relaxamento” e preocupação com respostas imediatas na lavoura, estas proporcionadas pelos insumos agroindustriais. Mesmo os poços de água destinados ao consumo humano não recebem a devida limpeza sistemática e a devida proteção e isolamento. Parece que a demanda de “cuidados” em relação à “aplicação dirigida” de agrotóxicos não se repete em relação à água, principalmente a água que escoar para a formação dos arroios. A água dos arroios costuma ser cristalina (ver anexo n. 10 e figura n. 9) face ao reflorestamento, plantio direto, cobertura verde, bagaços e palhas nos pontos mais críticos de erosão, etc. A transparência, contudo, esconde uma poluição fecal jamais vista. Nesse sentido e guardadas as diferenças, a poluição rural em nada deixa a dever à poluição industrial urbana.

Assim como nos demais itens, constata-se a razão positiva como fundante da práxis do pequeno agricultor. Por outro lado, na totalidade da vivência contraditória do pequeno agricultor ensaia-se a afirmação do paradigma desparadigmatizado da (agro)ecologia. Parece-nos, contudo, que a individuação do Homem Universal, a democratização do conhecimento científico-tecnológico de maior alcance, a vivência do saber real/autonomia, etc. implicam uma ruptura paradigmática sem concessões e/ou uma racionalidade educativa

despositivizada a ponto de ser fundante do novo ser social. O atual pequeno agricultor, embora engendrando a possibilidade de superação, não realiza suficientemente nem o homem nem a natureza. A questão da saúde é exemplar e aponta incisivamente para a urgência da ruptura paradigmática, atingindo ao mesmo tempo o Estado e o próprio pequeno agricultor.

#### **7.4. Produção e inserção no mercado, proletarização versus auto-reprodução**

No atual contexto da mundialização da economia e do mercado e diante das aplicações decorrentes da atual revolução científico-tecnológica, a produção destinada ao mercado passa a ter como chave a **produtividade**<sup>115</sup>. Principalmente quando se trata de produtos comercializados pelas agroindústrias multinacionais. Tal exigência redimensiona, de certo modo, a relação trabalho-educação entre os pequenos agricultores, embora não redefina o paradigma do determinismo-insumos. A produtividade, na concepção das agroindústrias (principalmente) do fumo, por exemplo, vincula-se umbilicalmente aos insumos. A consequência imediata dessa concepção para o pequeno agricultor é que ele, ao ingressar no mercado como produtor de fumo, de soja, etc., ingressa simultânea e obrigatoriamente como consumidor (relacionado com a própria cultura, consumindo, no caso do fumo: adubo, salitre, sementes selecionadas, agrotóxicos, máquinas de pequeno

---

<sup>115</sup> “O adubo representa 40% do nível de produtividade nas lavouras, o que torna o produto imprescindível” (ZERO HORA, 13/10/96, p. 20). Este é um excerto da reportagem “Indústria de adubos espera aumentar vendas” (ibidem), comentando o esforço da Adubos Trevo SA em aumentar a sua própria produtividade e competitividade no mercado brasileiro de fertilizantes. Obviamente que para o pequeno agricultor atingir o padrão de produtividade de 2 mil quilos de fumo por hectare e considerando que os pequenos agricultores da região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, cultivam em média 3 hectares de fumo, torna-se relativamente fácil o “convencimento” destes quanto à utilização de fertilizantes químicos industrializados. Neste caso a assistência técnica significa a orientação para a aplicação pura e simples das receitas relativas a fertilizantes advindas das

porte, como moto-serra e de aplicação de venenos até 20 litros, peças de reposição, combustíveis e lubrificantes, prensa, tecedeira, etc.).

O conceito de produtividade sob o paradigma do determinismo-insumos não admite a produção ao modo dos antigos pequenos agricultores, que produziam em terras mais férteis ou fertilizadas com o adubo orgânico advindo das esterqueiras montadas atrás dos chiqueiros e das estrebarias e plantavam as sementes produzidas na própria propriedade. E mais: o **imediatismo** inerente ao paradigma levou os pequenos agricultores de hoje a relativizarem, esquecerem ou abdicarem na quase totalidade as referidas esterqueiras. O que seria, hoje, “o alternativo” para os ecologistas, para os pequenos agricultores é algo inviável porque *“o fumo, com adubo, em qualquer terra fraca dá”*. Há de se considerar, conforme já explicitamos, que o pequeno agricultor não domina devidamente o processo de transformação do esterco em adubo orgânico. Além disso, o adubo resultante da adequada fermentação do esterco, embora possibilitando respostas mais duradouras, consistentes e amplas, não satisfaz as especificações do produto contratado pelas fumageiras a partir do cultivo das cultivares que incorporam um vasto trabalho de engenharia genética. *“Não adianta produzir uma folha de fumo muito gorda [é o caso do uso do adubo orgânico] porque as indústrias não vão querer”*. Junto com a produtividade do fumo requerida pelas agroindústrias dilui-se ou esvai-se o saber próprio de uma relação trabalho-educação já dominada pelos ancestrais dos atuais pequenos agricultores.

A produtividade exigida obriga os pequenos agricultores à dupla inserção no mercado, comprando, entre outros e minimamente, as sementes daquilo que produz. O caso das sementes é típico: a **dupla inserção** no mercado fez com que o pequeno agricultor abandonasse qualquer tentativa ou prática efetiva de produção de semente dos produtos

---

agroindústrias e das indústrias de fertilizantes químicos. Enfim, a produtividade passa a ser definida pelos pacotes científico-tecnológicos fomentados pelas agroindústrias hegemônicas.

destinados à venda. A engenharia genética ou bioengenharia das agroindústrias passa a ser aceita como a **salvação da lavoura**. Diz o Sr. Fengler, a respeito das sementes do tabaco: “...a firma traz. A gente encomenda só a variedade. *O 51 não dá peste* [mais resistente a fungos]... *A qualidade já é preparado pra isto...as firmas já estudaram isso*”. Os pequenos agricultores não têm conhecimentos básicos nem condições financeiras para sustentar qualquer projeto de produção autônoma de sementes que incorpore as conquistas universais da engenharia genética, esta praticamente privatizada pelas grandes agroindústrias. O saber real/autonomia, aqui, é coisa do passado, com outras múltiplas determinações contextuais. No atual contexto, com o conhecimento que tem e a presença mínima do Estado, ao pequeno agricultor resta, via de regra, “integrar-se”. A integração, aliada à conseqüente submissão aos pacotes científico-tecnológicos das agroindústrias, é a possibilidade vislumbrada para conquistar os tão sonhados “níqueis”, embora sob um **trabalho manual agora em outro sentido**: o exercício de um **trabalho submetido**, rotineiro, bestializante e coisificante do pequeno agricultor; enfim, o exercício de um trabalho desumanizante e desnaturalizante.

Diante do potencial produtivo assegurado pela engenharia genética e insumos de respostas imediatas, há preocupação das próprias agroindústrias multinacionais em não promover uma produção que exceda às demandas mundiais e aos interesses próprios de acumulação e controle do mercado. Também os sindicatos/associações de produção, envolvendo inclusive os pequenos agricultores passam a ter interesse no equilíbrio do mercado em nível mundial, assegurando, com isso, uma remuneração básica do produto, que garanta pelo menos a reprodução simples das pequenas unidades de produção familiares. Tais preocupações transparecem em várias publicações jornalísticas, como por exemplo a matéria “*Campo prepara produção recorde de fumo para a safra deste ano [1996-97]*”.



*Projeção é de 15% de aumento em relação a 95/6. Chave é produtividade*” (Gazeta do Sul, 8/8/96: 6). Nesta matéria, tanto o Sindifumo (Sindicato da Indústria do Fumo) quanto a Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) defendem um equilíbrio entre produção e mercado em nível mundial. Junto a este equilíbrio, estas instituições defendem uma produção que tenha por base a “*produtividade*”, viabilizada mediante a “*assistência técnica*”. “*O padrão de produtividade, que vem sendo difundido, é o de 2 mil quilos por hectare, no mínimo. Quem ficar abaixo disso vai ter que acabar trocando de atividade agrícola*” (ibidem). Em outros termos, não há opção: ou submete-se ao pacote científico-tecnológico, que garante **imediatamente** esta produtividade, ou sai do mercado. Afinal, as firmas querem “*sócios*” ou “*parceiros*” produtivos, como revela a fala do Sr. Fengler: “*A gente planta por conta, mas na verdade é à meia com a firma. A gente trabalha pra firma. Mas em casa*”. **Em síntese, as agroindústrias mundializadas manipulam tanto o mercado quanto o processo produtivo e os produtores.** Diz o Sr. Zuege: “*O sindicato não tem força. Os agricultores não são unidos [Einig]...Ninguém quer diminuir ou deixar o fumo pra pressionar as indústrias*”. E se a união não é visível em âmbito loco-regional, menos ainda há de esperar em nível internacional, onde os interesses de diferentes grupos de trabalhadores podem, inclusive, chocar-se frontalmente. Nesse sentido, o pequeno agricultor é um **produtor** inserido no mundo mundializado, mas não é um **trabalhador** inserido no mundo mundializado. A articulação do trabalhador internacional, aqui, simplesmente inexistente.

Não é necessário, aqui, reproduzirmos toda a nossa fala sobre a linguagem muitas vezes autoritária e “perfeita” da assistência técnica anteriormente referida, o paradigma do determinismo/insumos nela implícita, o pacote tecnológico implicado (constituindo uma **interdisciplinaridade incompleta** e, por isso mesmo, **mutilante do homem e da**

**natureza**), a aparente relação educativa entre o agente técnico (“instrutor”, agrônomo ligado a alguma instituição pública - mais burocrática que educativa - ou privada, etc.) e o pequeno agricultor, etc. Trata-se, aqui, apenas de pressupormos toda a teorização por nós já efetivada.

Também não se torna necessário escancararmos em todas as falas a omissão/ausência do Estado no processo produtivo-educativo relativo à vida dos pequenos agricultores. Concentraremos as análises sobre o Estado no próximo subcapítulo. No caso do fumo na região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, este processo é deflagrado hegemonicamente pela Afubra e pelo Sindifumo. Neste sentido, a tutela de um processo produtivo específico por parte de determinada agroindústria mundializada torna-se não somente facilitada, mas, diante do padrão de produtividade e de competitividade mundial, inclusive necessária. Daí ganhar conteúdo a afirmação por nós feita de que o pequeno agricultor, diante do “Estado mínimo”, prefere, mesmo com uma remuneração reduzida, integrar-se a uma agroindústria mundializada a “aventurar-se” a produzir sem garantias de comercialização. Se a integração não fosse a agroindústria mundializada do fumo, segundo o Sr. Fengler a sua opção seria a integração à outra agroindústria (parcial ou totalmente mundializada), procedendo à *“produção de frango...Cada dois meses dá um lote...”*. A fala dos agricultores, em parte já explicitada anteriormente, é categórica. A família **Zuege** planta fumo porque *“é a única coisa que ainda dá uns níquel, nem que não classificam bem”*. Os demais produtos do trabalho na atividade agrícola são para a subsistência, de modo que *“o resto [tudo o que não seja o fumo] se vende se sobra”*. A família planta, ultimamente, em torno de 27.000 pés de fumo (ocupando apenas 2,5 hectares), com o que produzem aproximadamente 260 arrobas, que é vendida por uma média entre R\$ 25,00 e 30,00 a arroba. Como a mão-de-obra é da própria família (5 trabalhadores adultos) e a energia usada vem da lenha feita pela própria

família, considera-se lucro a receita bruta da venda do fumo, descontada apenas os insumos/material financiados (sementes, panos ou plásticos para canteiros, mistrato, venenos líquidos, adubo, salitre), que segundo seus cálculos dá um “lucro” entre R\$ (<sup>116</sup>) 5.000,00 e 6.000,00.

Apesar desses “níqueis” adquiridos através do fumo, o Sr. Zuege afirma que até hoje esteve “*quase sempre no mesmo ponto...45 anos na roça e não tenho quase nada*”. A situação da família se agrava se considerarmos que dos dez filhos vivos apenas dois atuam no sistema de **pluriatividade** (agricultores em tempo parcial - ver nota n. 95); que os 18,34 hectares de terra dobrada, a casa de pedra grês e um galpão são fruto de herança (“*paguei o inventário...Fiz um galpão de fumo e as outras coisas*”) e que as coisas construídas pela família são, em sua grande maioria, precárias. A família, assim, percebe que não está auto-reproduzindo a contento a pequena unidade de produção familiar. A saída é a pluriatividade, por ora conquistada através de dois filhos (uma “moça” e um “rapaz”), que vivem o trabalho manual no meio urbano. Se levarmos as nossas considerações às últimas consequências, somos obrigados a concluir que a família, na tradicional existência rural, está involuindo e, conseqüentemente, será incapaz de providenciar uma nova unidade de produção a cada um dos seus filhos (a maioria deles em idade de constituir nova família), que “*querem continuar na roça*”, onde, supõe a família, “*não precisa estudar mais*” que a 5ª série do primário. Dá conteúdo à nossa conclusão o fato de a terra dobrada já estar desgastada pelo longo uso sistemático sem levar em conta os avanços da ciência-tecnologia divulgada e ensinada para além do pacote científico-tecnológico (im)posto pelas agroindústrias do fumo. Mais concretamente, o solo da terra está desgastado em sua fertilidade e bastante erodido; a cobertura vegetal nos morros e nas margens do riacho (partes sem mata ciliar) está aquém

---

<sup>116</sup> US\$ 1,00 equivalia (câmbio comercial), na data da entrevista, a R\$ 1,05.

do necessário, uma vez que, no tocante à natureza, a **necessidade** ainda não foi assumida enquanto **complexa necessidade, isto é, a natureza como totalidade**; as toras como as que ontem possibilitaram construir “*outras coisas* [o que não foi herdado: chiqueiro, galinheiro, galpões, varandas, etc.]” hoje não existem mais e, por isso, não subsidiarão construção alguma para qualquer filho; as cercas estão velhas; as construções precisam reparos que são freqüentemente postergados; os “níqueis” do fumo não constituem poupança, pois satisfazem apenas a existência imediata da família em uma sociedade monetarizada (pagando para vestir, calçar, comer e cuidar da saúde; pagando impostos e taxas; pagando lazer: freqüência a bailes, etc.; pagando para repor a capacidade de trabalho/produção do instrumental de trabalho/produção: peças para moto-serra e carroças, renovação do sistema de aquecimento dos fornos de secagem de fumo, combustível, etc.). Pode-se afirmar que a tradicional existência da família Zuegue está ameaçada inclusive em sua auto-reprodução simples. Nesse sentido, a família está, por força do contexto, ingressando na pluriatividade, embora a preferência dos filhos fosse permanecer somente e sempre “na roça”. A produção integrada ao mercado mundial através da cultura do tabaco (esta submetida ao pacote científico-tecnológico das agroindústrias correspondentes), pois, não é suficiente para evitar a proletarização parcial ou total dos seus dez descendentes. A tradicional família rural numerosa, com braços fortes para executar o peculiar trabalho manual da lavoura, do chiqueiro, da estrebaria, etc., sem necessidade de avanços no grau de formação escolar, orgulhosa na submissão ao pacote científico-tecnológico da agroindústria a que se “integra” para ampliar a monetarização da vida, está, pois, literalmente falida. A expressão do Sr. Zuege é sintomática e contundente: “*45 anos na roça e não tenho quase nada*”.

Pelo exposto, a **mudança de paradigma** se impõe e, com ela, a **mudança da racionalidade educativa** do pequeno (ainda) agricultor. **Desautoriza-se a razão positiva** que se afirmou, entre os pequenos agricultores, com os conceitos de : “cuidados”, “combate às pragas”, “integração”, “necessidade”, “aplicação só na planta [dirigida]”, “classe [padrões de qualidade]”, “venda garantida” ou “mercado certo”, “qualidade [sob a ótica oculta do mercado]”, “o colono que trabalha [exaltação do colono que se submete ao pacote científico-tecnológico e na oposição à suposta vadiagem existente na cidade: daí o orgulho já explicitado do Vantuir Frantz: “o colono trabalha mais...”]”, etc. Embora “o colono trabalha mais [trabalho basicamente manual]”, a inserção pura e simples no mercado (em grande parte mundializado) não lhe garante a auto-reprodução simples, muito menos a auto-reprodução ampliada. A questão fundamental não é mais (como entende o Vantuir Frantz) a quantidade de trabalho (operativamente manual), mas a qualidade do trabalho. Também não é mais o trabalho (manual) sem necessidade de “estudar mais”, como entende o Sr. Zuege, mas um trabalho que incorpora os elementos básicos da ciência-tecnologia já construída pelo homem. Trata-se, enfim e para além da percepção tanto do Vantuir quanto do Sr. Zuege, do radical **redimensionamento da relação trabalho-educação**. No caso da família Zuege, com dez filhos, a opção de permanência na roça passa a depender, diretamente e para além do Estado do conteúdo científico-tecnológico que incorpore certos avanços que significam um **salto de qualidade** na atual relação trabalho-educação.

A integração ao mercado mundial tem sido experimentado pelos pequenos agricultores há mais tempo. O Sr. Nelson, enquanto morava no sudoeste do Paraná, onde o soja é hegemônico, cultivava basicamente soja para o mercado, com o milho, o feijão, o porco e o gado fazendo duplo papel: mercado e subsistência. Na região em torno de Santa Cruz do Sul, RS, antes da generalização da produção do fumo, o soja também foi o principal

cultivo destinado ao mercado (mundial). Via de regra, escolhe-se uma cultura ou um produto para integrar o mercado (mundial) e diversificam-se as culturas ou produtos para a subsistência, destinando as eventuais sobras para o mercado (quando há).

O próprio mercado local se ajusta estruturalmente a determinado produto. O depoimento do Sr. Nelson (morador de Vera Cruz, RS) é ilustrativo: *“Colhi oito sacos de feijão. Vendi até agora só um saco e meio. O mercado aqui é difícil...Só em Sobradinho [capital do feijão]”*. O mesmo aconteceu quando ainda morava no Paraná, com o plantio de amendoim, este sem uma cadeia de mercado: *“Plantei amendoim pra vender: não funcionou. Não achei mercado...Tratei pros porcos”*.

A tendência, contudo, não é mais prover toda a subsistência, da forma como historicamente esta se deu. O produto destinado ao mercado aos poucos é responsável, também, para adquirir parte cada vez maior dos produtos de subsistência. O depoimento do Sr. Foecht é ilustrativo: *“Já plantei soja para o comércio, há cinco, seis anos. Parei porque não deu mais. Tinha que usar adubo pra dar. E plantar soja e fumo é difícil vencer...[Daí a monocultura na questão mercado]. Milho e feijão...só pro gasto...E não vale a pena plantar pra vender... O fumo ainda dá um pouco de dinheiro...Se eu quero mais dinheiro... [pra poder adquirir algum bem novo ou mesmo compensar um produto de subsistência deixado de ser produzido na pequena unidade de produção] **planto mais um pouco de fumo**”*. Na mesma direção vai a práxis da família Frantz, que se integra ao mercado local através da bem sucedida (enquanto não tiver concorrência) venda de cachaça produzida em sua propriedade (que garante R\$ 700,00 a 900,00 mensais para a família, composta pelo casal e um filho): *“tinha chiqueiro...desfiz...o porco dá prejuízo...faz uns dez anos...Tinha galinheiro...desfiz...é melhor comprar do que produzir...mesmo com milho em casa é melhor comprar...a gente não domina bem toda técnica [repassada pela EMATER,*

Prefeitura local, etc.]...e pra pequena quantidade não compensa....Gado: tem potreiro...mas só temos uma vaca e uma novilha...Carne? A gente compra...mais carne de rês...Não vendemos quase outra coisa...às vezes muda de cana...ponta de cana”.

Constata-se que a **inserção ao mercado, hoje grandemente mundializado, é prioritário frente à própria subsistência**. O “mercado”, pois, também já é, de certa forma, “idolatrado” (Assmann, 1989) pelo pequeno agricultor. Ou seja, o mercado é que define cada vez mais a vida e a existência do pequeno agricultor. Enfim, o **valor de troca**<sup>117</sup> se sobrepõe ao **valor de uso** e o provimento da subsistência articula-se crescentemente com o mercado. Mais uma vez a especificidade do mundo rural (predomínio universal do valor de uso e suficiência da vida restrita à comunidade) “se desmancha no ar”. A tendência, assim, é a relativização ou abandono da produção amplamente diversificada e a afirmação da produção mais especializada, tendo por base o conceito “produtividade”, pelo menos enquanto a razão positiva fundamentar a práxis dos pequenos agricultores. Contudo, nada garante que sob uma outra razão o pequeno agricultor mantenha a produção amplamente diversificada e não adira à tendência da especialização na atividade de produção alimentar. Acreditamos, pelo menos, que o paradigma transparadigmatizado da (agro)ecologia não poderá, *a priori*, determinar uma diversificação universal nas pequenas unidades de produção alimentar.

Mas, como já vimos nas diversas falas, para o tradicional pequeno agricultor, contudo, nem a especialização típica da integração ao mercado mundial lhe garante sobrevivência. O Sr. **Foecht**, que tem apenas a esposa e um filho (com vida pluriativa)

---

<sup>117</sup> Ressaltamos, aqui, as nossas citações de ANTUNES (1995), especialmente no que diz respeito à “centralidade do trabalho na sociedade produtora de mercadorias”. Se o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso também no mundo vivencial (marcado pela monetarização abrangente da existência) dos pequenos agricultores, o trabalho, ao invés de perder a centralidade, se torna cada vez mais decisivo. E se considerarmos a tendência da especialização na produção alimentar, o acesso ao conteúdo básico da atual revolução científico-tecnológica simplesmente se impõe.

zionalmente em casa, diz: “*Estou parado...Colho pra comer...Com o plano de agora|“Plano Real” do governo Fernando Henrique Cardoso) ‘tá tudo perdido: não dá mais pra ir pra frente [voran kommen]...não sobra nada depois de muito trabalho [tributando, dentre outros, a falta de correção do preço do fumo para a safra de 96-7, bem como o aumento exagerado dos insumos, ao Plano Real]”*. Após um diálogo analítico sobre a sua práxis, o Sr. Foecht concordou que face à depreciação da terra, do galpão, da casa, do forno de fumo, da carroça, etc. tem ido, efetivamente, “pra trás”.

Nem o Sr. Foecht nem os demais pequenos agricultores usam o recurso do registro contábil, no qual se leva em conta, via de regra, a depreciação dos instrumentos de trabalho, dos recursos naturais envolvidos (madeira para lenha destinada à secagem do fumo), etc. Nesse sentido, as próprias agroindústrias do fumo têm incentivado a policultura de subsistência, uma vez que ela é, também, funcional às agroindústrias capitalistas. Subsistência garantida e reflorestamento para repor a fonte energética da produção do fumo é um fator de pressão a menos sobre o preço do fumo.

Mas as conversas sobre produção/mercado, auto-reprodução e proletarização continuam, ora afirmando a importância e necessidade da policultura de subsistência ora afirmando o reforço da cultura para o mercado em troca da aquisição crescente dos produtos de subsistência. As famílias numerosas, normalmente motivadas pela necessidade, tendem a afirmar o primeiro. Semelhante ao Sr. Zuege (pai de dez filhos), o Sr. Fengler (pai de cinco filhos) diz: “*O colono tem que plantar de tudo para o sustento. O fumo é pra fazer um dinheirinho [para adquirir erva-mate, sal, açúcar, remédios, fazer reformas, etc.]”*. E quando para os primeiros a subsistência e o “dinheirinho” é garantido, afirmam ir para frente ou ficarem parados. Ninguém, em primeira mão, afirma ir para trás. Enquanto o Sr.



Zuege afirmou que está “*parado*”, o Sr. Fengler diz: “*muitos se queixam, mas a gente vai pra frente. É difícil ir pra trás. Se alguém vai pra trás, procura* [isto é, não trabalha, etc.].”

Prover a subsistência e ter um “dinheirinho” é, no **imaginário** de muitos pequenos agricultores, “ir pra frente”, embora a história/mundo vivencial da família não ateste necessária e/ou contundentemente o “ir pra frente”, no sentido de auto-reproduzir ampliadamente a pequena unidade de produção [“*voran kommen*”]. De fato, parte dos pequenos agricultores consegue, à custa de muito trabalho e inserção sistemática no mercado mundial, fazer progressos [voran kommen] no tocante à sua unidade de produção. Tal progresso, contudo, dificilmente garante uma herança aos filhos nas condições que os pais a tiveram, de modo que a continuidade da vivência no meio rural não consegue ser reproduzida para os descendentes. Vejamos, por exemplo, o caso da família Fengler [o casal e cinco filhos]: “*Não tenho carro, mas tenho as máquinas* [uma moto-serra e uma máquina de veneno costal e manual de 20 litros], *ferramentas, terra* [6 hectares de terra dobrada, recebida em herança, parte dela totalmente erodida e 7,5 hectares de terra bastante íngreme comprada em prestações de arrobas de fumo] *e comemos bem e bastante*”. E continua: “*Fiz casa* [madeira simples e extraída da própria terra], *chiqueiro* [precário], *galpão de fumo...Não tenho dívidas...Vou reformar e melhorar o chiqueiro e o galinheiro* [também precário]...[Parte da terra] *é ruim, é bem fraco e já plantei eucalipto* [para aproveitá-la assim mesmo]”.

A inserção ao mercado mundial não garante, por si só, a auto-reprodução ampliada de família alguma. E a inserção apenas ao mercado local é muito ambígua: assim como a família Frantz se auto-reproduz ampliadamente face à cachaça que produz, o Sr. Nelson não consegue dinheiro suficiente para a auto-reprodução simples. Vale lembrar que a família Frantz não tem concorrente no município e sua cachaça se afirmou frente à cachaça das

grandes agroindústrias face à sua alta qualidade, conquistada graças ao conhecimento repassado pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Diz o Vantuir: “*as pessoas às vezes chegam de carro da cidade só pra comprar um garrafão [4,6 litros]*”. O Sr. Nelson, contrariamente, tem concorrência generalizada em seu feijão e não teve acesso ao conhecimento científico-tecnológico que pudesse fazer frente à concorrência estruturada em nichos e cadeia de mercado estabelecidos.

Cabe destacar, pois, que **não basta o pequeno agricultor ingressar no mercado, genericamente**. O mercado passa por um jogo de hegemonia, constituindo uma espécie de corrente ou feixe de mercado em espaço amplo e constituindo infra-estrutura produtiva e comercial localmente. Assim, quem planta feijão em Vera Cruz, RS, o venderá mais facilmente em Sobradinho, RS, do que em Vera Cruz. E o consumidor de Vera Cruz preferirá comprar o feijão embalado de Sobradinho do que o feijão à granel posto à venda pelo Sr. Nelson Akele em Vera Cruz. Estabelece-se, assim, em nível local, uma ditadura de uma ou duas culturas. Tal ditadura restringe o acesso ao mercado daqueles que não se integram às agroindústrias mundializadas e prejudica sobremaneira aqueles que se limitam em vender produtos típicos de subsistência em locais onde nenhuma dessas culturas é hegemônica. Assim, o Sr. Nelson Akele, não optante da produção do fumo, sem terra adequada para o arroz e a erva-mate, fora do nicho de mercado do feijão, e porque o milho que plantou devido à seca em hora crítica, além de barato “*vai dar pouco*”, desabafa: “*...ano passado e este...fiz só pra comer...vendi só um saco e meio de feijão...o milho não tem preço...[e por isso foi destinado] só pro trato*”. O fato é que uma inserção no mercado que consiga assegurar uma maior monetarização da vida passa pela hegemonia tecida, muitas vezes, em grande escala geográfica. Afora os poucos produtos hegemônicos, a existência fica restrita à subsistência, mormente precária. Diz o Sr. Foecht: “O gado baixou

muito. Não vale a pena criar pra vender. Só para carnear mesmo”. O Sr. Zuege vai na mesma direção: *“me ofereceram só R\$ 200,00 por um boi grande...gordo...Por esse preço não dá pra vender...Passei ele na faca”*. E diz o Sr. Renê Fengler: *“Fumo é certo. A gente tem um contrato e a firma é obrigado a comprar. Se tem classe...A firma financia os insumos em troca de fumo...Outros produtos só pro gasto...às vezes eu vendo gado...”*.

A integração ao mercado, via produtos hegemônicos tutelados por agroindústrias mundializados, tem, porém, o seu preço, que ultrapassa a tutela no processo produtivo: a **devoção e a fidelidade** à fumageira que possibilitou a integração. Diz o Sr. Zuege: *“A firma controla se a gente planta e pega coisa de outra firma...O instrutor vai na roça contar os pés e vê o que pode dar...A firma aceita 10% pra mais ou pra menos...Fazem isso para evitar a venda pra outras firmas ou pra picaretas...Se a gente entrega menos fumo, eles descontam a diferença na hora do pagamento”*. O Sr. Foecht fala na mesma direção: *“O instrutor vem duas ou três vezes: faz o pedido e fiscaliza a plantação e a quantia que pode dar...Do ano passado pra cá, eles controlam a colheita em função da quantia de financiamento...”*. Todos os plantadores de fumo confirmam o controle das firmas sobre a produção, tanto em termos de quantidade como em termos de qualidade. Confirmam também o uso, por parte das firmas, de mecanismos de controle, como a fiscalização *in loco*, a não compra obrigatória do excedente (com tolerância de 10%) e a cobrança da diferença do fumo entregue a menos (também com tolerância de 10%) do previsto pelo instrutor. A cobrança da fidelidade do pequeno agricultor veio acompanhada da mudança (pelo menos aparente) do papel do instrutor: agora, de fato, é escancaradamente fiscal.

Voltemos à produção da subsistência da existência: **1º ato histórico** (Marx & Engels, 1987). Todos os pequenos agricultores contatados experimentaram a dupla mão do mercado, embora com graus diferentes e diferenças internas entre as famílias. Grosso modo,

porém, pode-se afirmar que a produção para a subsistência e a produção para a inserção no mercado constituem, para além dos objetivos diferenciados, quase que **dois mundos paralelos**, mais ancorado na autonomia do “que-fazer” no processo produtivo do que no domínio do conteúdo científico-tecnológico subjacente. Há, pois, de certa maneira, outra relação trabalho-educação.

As diversas culturas e criações (embora incorporem o saber repassado dos pais dos atuais pequenos agricultores, este ampliado pelo contato com os iguais na comunidade) inserem, em parte, alguns avanços produzidos até a atual revolução científico-tecnológica. O cuidado em buscar crias de gado com melhoramento genético (com o apoio das Prefeituras, Emater, etc.); bem como plantar milho (híbrido), batatinha, feijão, etc., com melhoramento genético, indica **a transição do tempo e condições dadas pela natureza em sua primariedade para o tempo e condições dadas pelo laboratório**. Preservam-se, contudo, raças e cultivares de outrora que, se menos produtivas e/ou fora das especificações do mercado, constituem um banco genético que possibilita, eventualmente, saber real/autonomia frente às agroindústrias mundializadas.

De um modo geral, os pequenos agricultores da região produtora do fumo no Rio Grande do Sul plantam milho, normalmente em duas plantações anuais, aproveitando-se da precocidade embutida pela engenharia genética nas sementes de milho híbrido. O plantio nas restevas do fumo tem, também, o objetivo de aproveitar ao máximo os resíduos de adubo da lavoura do fumo. Trabalha-se, pois, com a otimização dos meios. Além do milho, as culturas de subsistência variam de família para família, dependendo das opções alimentares, necessidades alimentares e energéticas e adequação solo-culturas. Vê-se, facilmente, o plantio de feijão, batata inglesa (“batatinha”), mandioca (“aipim”), batata doce, cana-de-açúcar, cebola, alho, algumas frutíferas (bananeiras, parreiras, ameixeiras, pessegueiros,

pereiras, laranjeiras, bergamoteiras e, mais raramente, goiabeiras, caquizeiros, macieiras, romãzeiras, ananás, etc.; e silvestres, nas encostas de morro, soltos na roça ou perto dos arroios: butiazeiros, guabirobeiras, pitangueiras, cerejeiras, etc.), algumas hortaliças (couve, repolho, rabanete, beterraba, cenoura, alface, tomate de mesa e de sopa, ervilha, etc.), reflorestamento com “uvina” (“uva japonesa”) e eucalipto (e mais raramente acácia) e pastagem (pasto de elefante, azevém, avica, aveia, camerum, grama de potreiro, etc.). A “criação” de animais fez e faz parte da produção de subsistência. Vê-se, facilmente, a criação de gado, porcos de banha, aves para corte e ovos (galinhas/frangos e, mais raramente, patos/marrecos/gansos) e, eventualmente, coelhos, pombos, peixes, abelhas, etc.

A família Fengler, uma das que se destaca com a diversificação de subsistência cultiva/cria/produz: milho, feijão, mandioca, batata-doce, batatinha, banana, parreiras, caquizeiros, pereiras, ameixeiras, laranjeiras, bergamoteiras, goiabeiras, butiazeiros, ananás, gado (parte para o mercado), porco (especialmente o tipo banha), galinha (e ovos), coelho (hobby e gasto), pato, uva japonesa, eucalipto, “pinheiro” (araucária), melão, melancia, tomate, repolho, couve, cana-de-açúcar e peixe.

Pelo exposto, pode-se deduzir que a diversificação de subsistência oferece uma alimentação animal e humana rica e potencialmente balanceada, energia abundante (lenha), madeira para construções e cercas, sobras para reforçar as receitas da família, etc., de modo a constituir praticamente a autonomia na existência, fazendo jus ao próprio termo (ex-istir: pôr se para fora, fazer-se, etc.). A tendência, contudo, como já vimos, é o estreitamento dos inúmeros cultivos, criações e produtos providenciados na própria pequena unidade de produção. Tal tendência encontra exemplos até há pouco inaceitáveis para qualquer pequeno agricultor, como é o caso da família Frantz (que compra carne de gado e frango no supermercado da sede do município), bem como o caso de muitas outras famílias (que

compram tomate, repolho, cebola, alho, batatinha, etc. igualmente em supermercado). Justifica isso, além da maior monetarização da vida e da vivência universal do conceito produtividade, a grande quantidade de trabalho operativamente manual dispensado pelos pequenos agricultores para darem conta dessa diversidade. Em outros termos, em tempos de monetarização ampla da vida e com a inserção sistemática no mercado (de dupla mão), parte das famílias sente e vive o prejuízo financeiro no esforço em dar conta de toda a subsistência. Além do mais, embora querendo trabalhar para não terem a pecha de vadios, vêem como legítima a conquista do tempo livre, onde, finalmente, podem, também, se autocultivar. A opção em não criar gado, porcos e aves permite (*“os bichos amarram a gente em casa”*: Nelson Akele) os membros da família viajarem, fazerem cursos em locais distantes, estudar mais facilmente para além da 5ª série, fazer estágios em outros locais, frequentar reuniões, palestras, etc. devido ao não trabalho direto, aquele que obriga a limpeza dos abrigos, o trato, etc., quanto ao não trabalho indireto, como o plantio do milho, da mandioca e de pastagens, etc. A especialização, pois, ganha espaço frente à diversidade e, parece-nos, sem cogitar o fordismo, uma vez que a possível especialização não necessariamente abdica o domínio de todos os passos do processo de produção de determinado valor de troca. Em todo caso, com ou sem nuances fordistas, na tendência da especialização, o pequeno agricultor ingressa ou expande o reino da liberdade, ingressa ou expande o tempo livre e produz-se como homem cosmopolita (inserido e presente no mundo). **Não se trata, pois, apenas de subsistir; trata-se, antes, de existir.** Existir, algo praticamente inviável no mundo que rompeu as fronteiras da família/comunidade sem a auto-reprodução ampliada da pequena unidade de produção. Ampliação que implica sobretudo qualidade: melhores e mais capazes instrumentos de trabalho para não “judiar” os corpos, criar o tempo livre e possibilitar o ingresso no reino da liberdade. Nesse sentido, nada contra o apropriação,

centrado nos avanços científico-tecnológicos da engenharia mecânica, da eletrônica e microeletrônica, etc. Tempo livre que se amplia com a abdicação da produção total e própria da subsistência. Tempo livre que se amplia com o aligeiramento dos ciclos das culturas, mediante à incorporação dos avanços da engenharia genética. Nesse sentido, nada contra o substitucionismo, centrado na engenharia genética e novos processos de produção alimentar.

Observando o contexto mundial, constata-se uma nova configuração na divisão do trabalho, divisão agora em processo de aprofundamento também na vida dos pequenos (ainda) agricultores. Na medida em que os novos pequenos agricultores reduzem crescentemente o número de filhos, a especialização, mesmo na produção da tradicional subsistência, se torna irreversível. Tal especialização tenderá, por outro lado, ampliar as possibilidades de mercado das culturas de subsistência, uma vez que a vivência do conceito de produtividade tornará o produto competitivo no mercado. Assim, aquelas poucas carpas que a família Zuege cria em um açude de 120 metros quadrados, desperdiçando a maior parte da água corrente existente em sua propriedade, poderão ser radicalmente ampliadas, criando o espaço para a produção futura da existência da maior parte ou da totalidade dos seus dez filhos. As conquistas da engenharia genética, propiciando peixes maiores, mais precoces, com melhor qualidade de carne, etc. ampliarão a penetração dos produtos derivados no mercado. A articulação dos conhecimentos básicos da nutrição animal e humana concorrerão em favor do novo espaço produtivo. A organização do espaço produtivo com o auxílio dos conhecimentos de engenharia mecânica, da botânica, da zoologia, da química, da física, etc. (aeração/oxigenação da água, escoamento adequado da água, controle da acidez, controle térmico, controle populacional, controle alimentar, controle sanitário, etc.) concorrerão para a autonomia dos pequenos agricultores envolvidos

em tal espaço produtivo, não mais ancorado em vinte ou trinta hectares de terra, mas possivelmente em meio ou um hectare. Assim, uma fonte de água, aproveitada para 120 carpas, poderá ser aproveitada, em uma ampliação do espelho de água para apenas 1.000 metros quadrados, para produzir até 8.000 carpas anuais, equivalentes a 15.000 ou mais quilos de carne que, mesmo vendidas *in natura* ou em forma de filé, possibilitarão R\$ 30.000,00 ou mais de receita, isto é, cinco vezes mais que o cultivo de 27.000 a 30.000 pés de fumo, que ocupam de 2,5 a 3 hectares diretamente, necessitam de lenha para energia, implicam o largo uso de agrotóxicos, o comprometimento do equilíbrio ecológico e saúde humana e animal, além de ter um custo de produção relativamente elevado. Se levarmos em conta que a família, ao invés de produzir toda a lista de produtos para a subsistência, faça tudo o que é possível no que diz respeito ao peixe (da criação dos alevinos à industrialização da carne, com isso **agregando valor** ao produto, outrora assumido apenas em sua **natureza primária**), a sua renda poderá ser substancialmente ampliada, mais pessoas poderão ser envolvidas (possivelmente netos) e a auto-reprodução ampliada da pequena unidade de produção suportará a subsistência e a existência dos dez filhos da família e vários netos. Porém, incorporando um conteúdo da ciência-tecnologia que ultrapasse em muito o conteúdo da 5ª série escolar. Para simplificar, provavelmente a família terá que pesquisar sistematicamente tudo em torno da carpa, dando conta da totalidade produtivo-educativa, isto é, dominando o processo de produção da carpa da concepção, à venda do produto final.



### 7.5. Concluindo: Estado, proletarização & auto-reprodução simples e/ou ampliada: “o poder do atraso” e a construção do Homem Universal através da constituição de um novo ser social

A teorização e a análise até aqui construídas afirmam o arcaísmo do “Estado mínimo” e a (contraposta) imperiosidade do Estado amplo quando se trata da construção do Homem Universal também no mundo dos pequenos (ainda) agricultores. Explicitamos o fato de o (neo)liberalismo ser inclusive rechaçado na administração pública, em não poucos exemplos locais (municípios), por partidos que endossam, em escala nacional, o (neo)liberalismo.

Este é um ponto de partida, aqui, que facilita em muito a nossa tese do Estado amplo. E tanto mais a facilita quando podemos extrair de uma reflexão de um pensador expoente no (neo)liberalismo “à moda brasileira” algumas idéias que, caracterizadas pela contradição e contextualizadas no mundo dos pequenos (ainda) agricultores, relativizam e/ou desautorizam o (neo)liberalismo. Vejamos o que nos afirma Roberto Campos<sup>118</sup> (Porto Alegre: Zero Hora, 13 de outubro de 1996):

- “...é preciso reconhecer que as angústias na busca da **segurança econômica e bem-estar social** não são vôos de **fantasia**. Segurança e bem-estar são bens econômicos que a imensa maioria das pessoas deseja. Constituem uma das molas do comportamento humano - algo que corresponde, no plano sócio-econômico, à homeostase biológica que leva o organismo

---

<sup>118</sup> Afora as afirmações de Roberto Campos que têm implícito, de alguma forma, a idéia de um Estado que se põe para além do status de “mínimo” em sentido estrito, as suas idéias não têm nenhuma originalidade e, por vezes, se revestem de um simplismo surpreendente. Vejamos a afirmação em que simplesmente reproduz, embora com outras palavras e sem a devida referência, o pensador liberal Thomas Robert Malthus: “As pessoas têm interesses distintos, talvez egoísticos, e, de qualquer forma, freqüentemente conflitantes pela simples razão de que as demandas possíveis são sempre muito maiores do que os meios de satisfazê-las” (p. 18).

a procurar manter-se **intacto** através de **variações do meio** em que se acha [por exemplo, a **economia de mercado**]” (p. 18) (grifos nossos).

- “O **mercado** não oferece a **cura universal** de todos os **males**. Ele é apenas o lugar onde se fazem as transações” (p. 18) (grifos nossos).

- “A resposta liberal [admite-se que não se trata de **NEO**liberalismo] é a da **solidariedade racional**, que, preservando no possível a eficiência econômica, procurará transferir recursos dos mais bem aquinhoados para os mais carentes e assegurar o **acesso**, sob a forma de **bens públicos** [sic!], a certos bens e serviços que dêem mesmo aos mais pobres um **decente ponto de partida**” (p. 18) (grifos nossos).

- “A **sociedade democrática**... Não tenta obrigar ninguém a **amar o seu próximo** como a si mesmo. O que pode fazer é, **sem violências nem expropriações**, oferecer a todos [sic!] um **adequado leque de bens públicos**” (p. 18) (grifos nossos).

Em nosso processo de pesquisa, constatamos que os pequenos agricultores buscam o bem-estar e, por isso, se inserem no mercado, onde julgam possível obter “uns níqueis” ou o tão desejado e necessário “dinheirinho”. Buscam, entre outros, manter-se **intactos** (reproduzir a pequena unidade de produção), embora muitos caminham, na economia de **mercado**, para a proletarização. Percebendo que o mercado não é necessariamente a salvação da lavoura (**cura de todos os males**), não têm saída a não ser a submissão às instituições que já dominam (elas não são obrigadas a **amar o próximo**) o mercado. No momento da afirmação de qualquer alternativa (não submissão), porém, dificilmente os pequenos agricultores têm acesso aos **bens públicos** que lhes garanta o **mesmo ponto de partida**. Pelo contrário, os subsídios para a agricultura são privilégio, dentre outros, dos agricultores norte-americanos, que estão no ponto de chegada da atual revolução científico-tecnológica. Aos brasileiros, o acesso ao Estado acaba sendo mera **fantasia**. Os próprios

consideram uma fantasia esperar algo do Estado mínimo existente. Enfim, aqui não há um **“adequado leque de bens públicos”** para os pequenos agricultores. Nesse sentido, os pequenos agricultores preferem se “integrar” às agroindústrias mundializadas a se aventurarem com a produção sem organização por parte do Estado. Em outros termos, ante a ausência da mão visível - o Estado - os pequenos agricultores se submetem à **“mão invisível” - o mercado** (trata-se, pois, da herança do velho liberalismo e não, propriamente, de um propalado NEOliberalismo). E não se trata apenas de **subsídios e financiamentos sem extorsão**. Trata-se, concomitantemente, de uma política científico-tecnológica e educacional que possibilite o saber real-autonomia aos pequenos agricultores.

O Estado participou, até hoje, precariamente (isto é, sem um **decente** nem igual **ponto de partida**), da eletrificação rural, uma vez que os pequenos agricultores em geral custearam a expansão das redes de energia, diferentemente do que ocorreu nos centros urbanos. Mantém precariamente a malha de estradas, tanto as principais quanto as vicinais. Ofereceu, via de regra, apenas a educação escolar até a 4ª série; apenas recentemente os pequenos agricultores, de um modo geral, têm acesso à 8ª série e, poucos o têm para o 2º grau. As escolas agrícolas de 2º grau são em número reduzido e encontram-se, em sua maioria, sucateadas a ponto tal que não possibilitam o conhecimento científico-tecnológico necessário à atividade (ainda) agrícola no atual contexto. A extensão da EMATER, por falta de maior número e melhor qualificação dos seus agentes, é reduzida e com pouco poder educativo; a EMATER acaba se constituindo mais em uma instituição burocrática do que educativa. As prefeituras recentemente estão agindo diretamente em prol das melhorias infra-estruturais necessárias à produção e diversificação desta.. Contudo, não raras vezes agem a partir de um ideário clientelista (afinal, **“ninguém é obrigado a amar o próximo como a si mesmo”** e, quando se ama, pressupõe-se escolhas de inclusão e de exclusão),

procedendo à ações sem critérios transparentes e sem justificativa quanto à necessidade, etc. Os financiamentos do Banco do Brasil são considerados um alçapão, uma vez que mais facilmente levam o pequeno agricultor à falência do que à auto-reprodução ampliada da sua pequena unidade de produção. Nesse sentido, os financiamentos são funcionais ao capital agroindustrial estabelecido, selecionando os mais “competentes” (lei da “seleção natural”) e condenando os demais.

O acesso às universidades públicas é praticamente impossível aos filhos dos pequenos agricultores. Ainda são as pequenas universidades do interior, comunitárias de direito privado ou mesmo confessionais, que estendem, muitas vezes precariamente, o conhecimento científico-tecnológico aos pequenos agricultores. Mesmo em termos de organização, são essas universidades que, de algum modo, satisfatoriamente ou não (veja-se a fala de Navarro, referenciada nos capítulos anteriores), se envolvem com as lutas dos pequenos agricultores e, eventualmente, com os sem-terra. É exemplo histórico a UNIJUI, situada no noroeste do RS. Obviamente que as pesquisas da EMBRAPA são fundamentais para a agricultura como um todo. Por outro lado, o Estado não construiu, ainda, um canal de **comunicação** que pudesse assegurar o **acesso** dos pequenos agricultores à mais alta ciência-tecnologia produzida socialmente pela humanidade. Nesse sentido, o **arcaísmo** está consagrado e a **submissão aos pacotes científico-tecnológicos** (unilaterais e com uma pseudo-interdisciplinaridade) das agroindústrias privadas passa a ser uma necessidade. O desigual ponto de partida é um cruel fato... **O Estado, enfim, é mínimo para o pequeno agricultor**. Essa dimensão do Estado apenas condiz com uma tese (NEOliberal?) de Spencer: “o mais forte [usando de **violência e expropriação**] sobrevive”.

Mas vejamos a percepção dos próprios sujeitos em questão. Perguntado sobre a fiscalização, pelo Estado, da classificação do fumo na hora da entrega nas fumageiras, o Sr.

**Zuege** respondeu: “*Quem manda são as firmas...as firmas dizem que se a classificação deles não é certa pode levar [o fumo] e vender pra quem quiser*”. E sobre a isenção do ICMS para os produtos de exportação, a exemplo do fumo, disse: “*Só ajuda as firmas. O preço não aumenta pra nós*”. Mas reconheceu que nem tudo foi ausência do Estado: “*os prefeitos ajudaram: fizeram estradas nas roças e fizeram açude pra peixe...Pra fazer o açude pagamos o preço do óleo*”.

Atualmente as prefeituras da região têm “patrulhas agrícolas”, através das quais fazem açudes, consertam estradas, fazem valos ou valetas para drenagem ou canalização da água, etc. Normalmente o preço cobrado para a hora trabalho à máquina é a metade (subsídio) do valor de mercado ou, em casos excepcionais ou mesmo clientelísticos, apenas o valor do combustível. Os municípios, assim, buscam superar a dimensão do “mínimo”, sendo eles governados por partidos que endossam (em nível nacional) o (neo)liberalismo ou não, apresentando clientelismo ou não. O Estado, pois, é contraditório.

Já falamos da posição contrária do Sr. Zuege sobre a atuação do IBAMA, que penaliza também os que reflorestam. Em nossa teorização já apontamos a generalização legalista (**homogeneização** da realidade diversa) do IBAMA como problemática para o pequeno agricultor e como nociva ao próprio ecossistema, uma vez que sua política, alheia à **diversidade**, redundava em resistência e limitação ao processo de recuperação das matas nativas. Afora isso, o Sr. Zuege mencionou que a EMATER trouxe alguns exemplares da “*minhoca da califórnia pra criar esterco*”. Em termos de saúde, contudo, tem se valido do Sindicato, que “*ajuda...faz uma diferença*”.

O Sr. **Foecht**, também morador de Vera Cruz, diz que em termos de saúde conta com médico do Sindicato, que tem “*UNIMED pra consulta, oculista, dentista...*”. Assim como para o Sr. Zuege, o **Estado é o governo** (prefeito, etc.). Diz: “*O governo nunca me*

*ajudou...Os preços não ajudam. No tempo do Real [debitado a Fernando Henrique Cardoso] tá pior ainda...tá spitz. Dizem que o governo está se metendo na classificação do fumo. Mas não adianta. As firmas fazem o que bem entendem...O Sindicato e a AFUBRA querem classificação melhor. Mas não adianta”.* Afirmou nunca ter conseguido qualquer subsídio para os insumos. *“As vantagens ficam pras fumageiras”.* E começou a fazer um comparativo dos preços dos insumos e do fumo antes do Plano Real e hoje: a uréia custava o equivalente a R\$ 8,40 o saco, hoje custa R\$ 20,00 ou quase isso; o adubo custava o equivalente a R\$ 10,00 e agora chega até à R\$ 15,00. E o fumo BO1 (classe mais valorizada) custava o equivalente a R\$ 27,00 e agora R\$ 37,00. Quis, em outras palavras, provar que o custo de produção ultrapassou qualquer índice de correção monetária e que o reajuste do preço do fumo não acompanhou o aumento do custo durante o Plano Real. Face a isso lamenta: *“estou parado. Colho pra comer...Não sobra nada após muito trabalho...”.* E após continuar a conversa, perguntado sobre a contabilização da lenha e do trabalho, etc., respondeu: *“Ganhamos só pelo trabalho...e bem mal”.* Mesmo ganhando mal (pelo trabalho realizado), o Sr. Foecht não espera nada do Estado, a não ser os R\$ 112,00 de sua aposentadoria e de sua esposa em troca das taxas e impostos pagos até os 60 e 55 anos de vida, respectivamente.

O Sr. **Fengler** diz: *“...o governo não faz nada. E ninguém pode trabalhar com o Banco do Brasil. Poucos fazem [financiamento] e logo caem fora: nunca mais. O governo devia ajudar com tratores...cobrar o custo...Particular é R\$ 37,00 a hora”.*

O Sr. **Frantz** faz questão que o SUS continue, uma vez que antes do SUS era somente o Sindicato que cuidava da saúde, tendo grandes limitações. Quando alguém precisava de uma intervenção cirúrgica, tinha que custear do próprio bolso. Hoje, julga que o SUS (apreciação decorrente de uma experiência positiva da família) é a solução para a

saúde dos pequenos agricultores. Afora o SUS não cita outra participação do Estado. Perguntado sobre o asfaltamento feito pela prefeitura para o interior, disse: *“O movimento é melhor...acho que vendo mais cachaça, agora...Pro pessoal do fumo também melhorou...O frete é mais barato...”*.

O Sr. Akele é pessimista ao falar da atuação do Estado. *“Não... Assistência do governo: não aproveitei...Política de preços: pior ainda...Política ecológica: não dá mais: todo mundo destrói tudo. E o IBAMA só proíbe derrubar, mas não cuida nada...Os cursos da EMATER: ajuda um pouco...Financiamento: já podia ter feito, mas não fiz. Achei que não era vantagem...PRONAF: também não adianta pra mim”*. Não considera que esteja se proletarizando. Contudo diz: *“Mas estou parado. Trabalho muito e não tenho futuro. Só me mantenho. Mas isso porque a saúde foi bem até hoje”*.

Não precisar do Banco do Brasil é, para a maioria dos pequenos agricultores, além de expressão de autonomia, a possibilidade de continuar se “mantendo” ou ampliando a pequena unidade de produção. É, pois, um fator de sobrevivência (na “variação do meio”: economia de mercado) da unidade produtiva. Nesse sentido, a presença do Estado é, na maioria das vezes, rejeitada pelo pequeno agricultor. Aqui o Estado significa morte. Tanto que quem já fez financiamento, de ora em diante “nunca mais” o fará. Embora não fazendo um sistemático registro contábil, o pequeno agricultor percebe a expropriação dos frutos do seu trabalho através dos juros bancários e diversas taxas agregadas, muitas vezes expressas/comunicadas de forma a não comunicar. A linguagem dos contratos é, até hoje, de difícil compreensão para a quase totalidade dos pequenos agricultores, estes detentores de uma formação escolar que dificilmente ultrapassa a 5ª série do 1º grau.

Pode-se dizer que o pequeno agricultor é, também, vítima e sujeito do clientelismo, típico dos governos brasileiros. Aprendeu a lição de votar nos candidatos que enquanto

prefeitos estendem o atendimento da Prefeitura para casos considerados internos à propriedade, como fazer açude com a máquina da Prefeitura, levar brita e/ou areia com caminhão da Prefeitura ou mesmo doar o material, doar tubulação para boeiros em entradas para a propriedade, levar calcário com caminhão da Prefeitura, fazer canalização ou drenagem com máquinas da Prefeitura, etc. A sistemática do clientelismo, devido à pressão e demanda do conjunto dos pequenos agricultores, acabou redundando, em muitos municípios gaúchos, em política pública. Assim, constata-se, hoje, com facilidade, a existência legitimada de patrulhas agrícolas, que fazem abertamente todas as ações outrora feitas às escondidas. É de se ressaltar, contudo, que os pequenos agricultores não defendem o clientelismo que, em parte, subsiste. Percebem, entre outros, que **o clientelismo é um instrumento que estende desigualmente os bens públicos** (implicando diferente ou desigual ponto de partida), normalmente privilegiando quem menos precisa destes bens. Falam, no exemplo mais recorrente, em obter o serviço das máquinas da Prefeitura com **subsídio**, pagando apenas os custos operacionais (aproximadamente a metade do preço de mercado). Entendem os pequenos agricultores que tal uso, subsidiado de máquinas, garante tanto uma produção ampliada em quantidade e qualidade, quanto a diversificação e, ainda, uma melhor preservação ecológica (evitar erosão, etc.). Assim, muitos pequenos agricultores vêem a possibilidade de optar pelo ingresso no mercado com um produto alternativo, como o exemplo mais contundente na região em torno de Santa Cruz do Sul: a produção de peixes de água doce.

Um reclamo universal dos pequenos agricultores é a criação de mecanismos para criar e ampliar o mercado para o conjunto dos seus produtos. A solução encontrada pelo poder público em Santa Cruz do Sul e Vera Cruz foi a criação das “feiras rurais”. Santa Cruz hoje já evoluiu para o “Horto Atacado”. Nesse particular, ressaltamos a iniciativa da



Prefeitura de Brasília, mencionada e comentada em um dos capítulos anteriores. Trata-se, enfim, da busca de uma **estreita relação Estado-mercado**, subvertendo o dogma (neo)liberal da auto-regulação inteligente do mercado e possibilitando, na contramão do discurso (neo)liberal (a prática dos países capitalistas hegemônicos contraria em grande parte, o referido discurso), a construção, no pequeno (ainda) agricultor, do novo ser social. Afora a questão do mercado, o Estado amplo e democrático faz-se necessário para a formação omnilateral/politécnica do pequeno (ainda) agricultor. Impossível, pois, cogitarmos o referido novo ser social com o Estado mínimo.

## **QUINTA PARTE**

**CAPÍTULO “CONCLUSIVO”: ENTRE O CAÓTICO (FIM DA HISTÓRIA) E A  
UTOPIA (OTIMISMO MILITANTE), A ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICO  
VIÁVEL OU A HISTÓRIA CONTINUA**

## **8. CONCLUINDO ‘PROVÁVEL E PROVISORIAMENTE’: DA MUNDIALIZAÇÃO EXCLUDENTE (FIM DA HISTÓRIA) À FORMAÇÃO GERAL E CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA DO PEQUENO (AINDA) AGRICULTOR ENQUANTO MEDIAÇÃO CONSTITUINTE DE UM NOVO SER SOCIAL E DA INDIVIDUAÇÃO DO HOMEM UNIVERSAL**

Dado o leque de elementos contextuais e teóricos presentes nesse trabalho, bem como a extensão do presente capítulo (basicamente conclusivo), optamos, tendo em vista uma melhor comunicação, subdividi-lo.

Nosso trabalho trata da **racionalidade educativa do pequeno (ainda) agricultor**. Trata-se de um **tema complexo** (não complicado) e que merece, dada a complexidade e amplitude, uma **reflexão interdisciplinar**. Tentamos, na totalidade do presente trabalho, exercer uma reflexão interdisciplinar e, ao mesmo tempo, expor as condições de uma reflexão interdisciplinar quanto ao objeto (complexo) em questão. Dada a extensão do capítulo conclusivo, solicitamos ver as implicações da complexidade e da interdisciplinaridade para a educação do pequeno (ainda) agricultor nos 6 pontos desenvolvidos no final do capítulo 4.

Reconhecemos a “dificuldade de pensar” (Pessanha, 1993) essa temática, seja pela “complexidade” (Morin, 1981) da realidade implicada, seja pela exigência da hipótese de trabalho por nós estabelecida, seja pelos vícios típicos da positivização (Warde, 1990 e

1993) da realidade em nossa cultura, no nosso caso referente também ao mundo acadêmico. Daí concluímos ‘provável e provisoriamente’ (Pessanha, 1993). Apesar desses limites encontrados no processo, foi e é um “prazer” (Brecht, 1977) pensar.

### **8.1. Tecitura histórica & confluência de transições no mundo vivencial do pequeno (ainda) agricultor: a voz do contexto**

**O pequeno (ainda) agricultor**, face aos elementos histórico-contextuais (múltiplas determinações em movimento totalizante e que dizem respeito a vários campos/disciplinas do conhecimento) **não é um ser (dado) mas um “estar-sendo”**, isto é, **(positivamente) indeterminado, aberto à constituição de um novo ser social** - onde meio de produção (conhecimento científico-tecnológico, instrumental de produção-trabalho e terra) e trabalho não se dissociam - **bem como à individuação do Homem Universal**. Daí falarmos em “pequeno (ainda) agricultor”. A implicação disso em nosso estudo é a possibilidade da concepção de que a racionalidade educativa que fundamenta a individuação do Homem Universal no pequeno (ainda) agricultor põe-se necessariamente para além da afirmação do ser (dado), afirmação cara à concepção positivista da realidade. Assim sendo, **a racionalidade educativa em questão, quando traz como base a totalidade histórico-social (múltiplas determinações em movimento, expressas nas mais diversas transições em curso) subsidia, antes e necessariamente, uma ruptura impiedosa com tudo aquilo que até hoje constituiu o ser (o tradicional pequeno agricultor)**. Eis, aí, a “razão” da “razão negativa”. Contrariamente, **“desmancha-se no ar”** (Marx apud Warde, 1993) **a razão positiva**.

O pequeno (ainda) agricultor situa-se numa confluência de transições. Tal confluência, se por um lado desautoriza qualquer “canto de cisne” (Gramsci) - isto é, o

contentamento com o mundo especificamente rural, o homem rural, o ruralismo pedagógico - por outro, evoca um **modo de vida (viável)** que incorpore as mais altas conquistas da civilização, de modo a **auto-realizar o conceito homem** em sua máxima extensão nos indivíduos que, de ora em diante, se ocupem basicamente da atividade de produção alimentar. A democratização das mais altas conquistas civilizatórias, hoje vislumbrada na proposta do **Estado amplo e democrático**, possibilita o total redimensionamento do tempo e do espaço também para o pequeno (ainda) agricultor, de modo a permitir-lhe o **trabalho intelectual**, o **tempo livre**, a realização de sua **corporeidade** ou totalidade corpórea (Assmann, 1994), a **expansividade** da natureza, etc. Afirma-se, assim, o **novo ser social. Individua-se, enfim, o Homem Universal.**

São as seguintes as principais transições indicativas do novo ser social:

- a) transição do mundo tradicional e especificamente rural para o mundo sem demarcação de especificidades estritas (Ianni, 1992 e 1993);
- b) transição do mercado basicamente loco-regional e/ou nacional para o mercado pensado e estruturado mundialmente (Ianni, 1992 e 1993);
- c) transição do trabalho basicamente manual (em nível de execução/operatividade das tarefas) para o trabalho basicamente intelectual (a criação sobrepondo-se à execução de tarefas - mesmo operativamente diversas - previstas nos pacotes tecnológicos unilaterais);
- d) transição do “ruralismo pedagógico”<sup>119</sup> (em grande parte historiado por Calazans, 1993) - processo iniciado na década de 60 - para a educação sem fronteiras ocupacional-profissionais, caracterizada pela “**politecnia**” (Manacorda, 1991 e Frigotto, 1989 e 1995);

---

<sup>119</sup> CALAZANS (1993: 34) diz que “Cabe dar ênfase às propostas educativas dos primeiros cinco anos da década de 60. Movimentos educacionais e culturais relevantes como o MEB, o método de Paulo Freire, entre outros, desenvolveram inovadoras concepções e estratégias de educação de adultos, educação de base e educação popular, e destacaram-se pela criatividade e inovação teórico-metodológica”. E continua (ibid: 35): “É importante salientar que a vinculação que se estabeleceu

- e) transição do instrumental arcaico de trabalho para o instrumental que libera a totalidade corpórea do aviltamento (graças ao avanço da ciência-tecnologia), reconhecendo-se, para além de qualquer redução motora, a “corporeidade” (Assmann, 1994);
- f) transição da ciência-tecnologia rudimentar à ciência-tecnologia própria da atual “revolução científico-tecnológica” (Frigotto, 1989; Schaff, 1992; Aued, 1990 e 1994; Goodman et al, 1990);
- g) transição da centralidade do “valor-de-uso” (conforme concepção marxiana e teorização de Antunes, 1995) - para o pequeno agricultor, vida com **centramento na subsistência** - para a centralidade do “valor-de-troca” (conforme concepção marxiana e teorização de Antunes, 1995) - vida com **centramento no mercado**;
- h) transição da vida pouco monetarizada para a vida totalmente monetarizada (mercado de dupla mão: produção e consumo generalizado);
- i) transição do **tempo natural/cíclico/de espera** para o tempo de realização ampla e continuada;
- j) transição do paradigma da determinação/insumos/imediatismo para o paradigma ecológico (Lutzenberger, 1995);
- l) transição da cultura tipicamente rural à cultura urbanizada (valores e subjetividade tipicamente urbana em considerável parte da população do meio rural - Ianni, 1993);
- m) transição da desnaturalização da natureza e desumanização do homem (Gusdorf apud Siebeneichler, 1989) à relação Homem-Natureza realizadora de ambos (em sua humanidade e em sua expansividade, respectivamente);

---

entre educação e desenvolvimento a partir dessa época pôs fim à **oposição cidade-campo**, alvo principal da luta ideológica do ‘ruralismo pedagógico’” (grifo nosso).

- n)** transição da sazonalidade/localidade à produção universal no tempo e no espaço, relativizando, por isso, a atual política de zoneamento agrícola adotada pelo Ministério da Agricultura;
- o)** transição da centralidade da terra (concepção desta enquanto espaço físico) para a centralidade dos **processos produtivos** (centramento na **relação trabalho-educação**);
- p)** transição da hegemonia do saber extra-escolar e informal no meio rural para a hegemonia do saber pára-escolar (cursos de extensão, dias de campo, palestras e conferências, vídeos, etc.), escolar (acesso a todos os graus de ensino) e/ou produção sistemática de saber (pesquisa, laboratório, terra-laboratório, etc.);
- q)** transição da racionalidade positiva (positivização da realidade: Warde, 1993) para uma razão aberta (Pessanha, 1993), desparadigmatizada e/ou transparadigmatizada (Morin, 1981).

A nosso ver, essa confluência de transições significa uma **ruptura histórica** na vida do pequeno (ainda) agricultor, dessituando-o (desconstrução) em relação ao ser constituído (tradicional pequeno agricultor) e desafiando-o à **constituição de um novo ser social**, expressão dessa ruptura. Ruptura que implica basicamente a quebra do paradigma da determinação-insumos-imediatismo, a afirmação do paradigma (desparadigmatizado) da **indeterminação** e a constituição de uma **realidade positivamente indeterminada**. Esse conjunto de transições em movimento/processo não pode ser adequadamente apreendido pela “matematização” positivista, nem expresso com uma “linguagem logicamente perfeita” (Pessanha, 1993) de qualquer cientista. Tampouco será compreendido fora da práxis educativa que reconheça a complexidade (Morin) da realidade e a necessária investigação interdisciplinar desta.

Estamos, pois, diante de um **mundo em construção** e que supõe/implica também um Homem em construção. Construção não alheia àquilo que denominamos “**condições iniciais iguais**” (Schaefer, 1995) - ou, mais concretamente, Estado amplo e democrático - e processo de “**individação**” (Duarte, 1993), estes apontando necessariamente para a educação democrática e qualificada e caracterizando o ruralismo pedagógico como uma mediação de involução do pequeno (ainda) agricultor. O desafio, pois, é a construção do Homem Universal.

## 8.2. A realidade da categoria central do presente trabalho (Homem Universal)

A **constituição do novo ser social** não se esgota nos elementos histórico-contextuais dados (voz do contexto): exige, dentre outros, uma **utopia** (“otimismo militante”: concepção Blochiana) que se ponha necessariamente para além do **caos da quebra do ser** (a falência do tradicional pequeno agricultor). Eis que a razão negativa, além de não negar a história, não se esgota na negação. Ela significa não a negação pura e simples do ser, mas a **positividade indeterminada** - sendo “instituinte” e “criação histórica” (Castoriadis apud Schüller, 1991), implicando novos mundo e homem (Warde, 1993; etc.).

Com a categoria central do presente estudo (**Homem Universal**) apreendemos, sonhamos (de olhos abertos) e pensamos a possibilidade concreta da transmutação do pequeno agricultor em **novo ser social**, que articula meio de produção (a terra e outros) e trabalho no sentido da **autonomia**, ancorado numa educação que garante o **saber real**. Com a categoria Homem Universal apreendemos e refletimos também o ser em construção (histórico: o “estar-sendo”) e a existência (na tensão entre a alienação e a emancipação-autonomia) dos pequenos (ainda) agricultores, especialmente no que diz respeito à



racionalidade educativa. Juntamente a isso pensamos a viabilidade e/ou a possibilidade da atividade de produção de alimentos encetada pela categoria social designada pequenos agricultores, participantes do **gênero humano**. Acreditamos que a viabilidade ou **alternativa sócio-econômica** dessa atividade possibilita (pelo menos em grande parte) a **individuação não alienada** dos indivíduos caracterizados como pequenos agricultores e que inserimos (intencionalmente), contando aí com as contribuições de Antunes (1995), em uma categoria social mais abrangente: os **trabalhadores**.

Concebemos o Homem Universal como um ser histórico - um “estar-sendo” (se fazendo a partir das **condições objetivas** já existentes para tal) em uma sociedade mundial em que a educação se constitui em uma das **mediações** construtoras do homem, síntese da **totalidade histórico-social**. A nossa base é a atual **materialidade histórica** que definimos ser o conjunto das construções humanas que tem poder de determinação sobre o próprio homem, a partir de e nas suas relações sociais.

Reconhecemos a presença decisiva do **capital** (não propriamente como um sujeito ou ente, mas como um **processo** concreto de acumulação com as muitas implicações também concretas, como a aceleração do avanço das forças produtivas e da construção de ciência-tecnologia de um lado e, de outro, a **exclusão** da maior parte da humanidade deste avanço) na determinação da sociedade e do homem contemporâneos. Vivemos, de fato, em uma aldeia universal onde o capital se mundializou. Por outro lado, o Homem Universal não se esgota na mundialização do capital, pois a realidade determinante, definidora do Homem Universal, jamais pode ser reduzida ao capital, por mais revolucionário que este possa ser. O nosso argumento aqui é simples, mas fundamental: no mundo do Homem Universal, o centro é o homem e não o capital. O ponto de equilíbrio está no Homem Universal. Portanto, **a mundialização só tem sentido quando corresponder à individuação do**

**Homem Universal.** Esta é a visão mínima para superar a individuação alienada (própria do capital). Nesse sentido, a “integração” do pequeno agricultor às agroindústrias privadas e em grande parte mundializadas não realiza o conceito homem. Tal integração não tem superado a mutilação do homem e da natureza, enfim, da realidade.

O Homem Universal constitui-se, pois, em **categoria básica** para pensarmos a educação. Também orienta a ação política, na medida em que, no processo de mundialização do real constata-se a exclusão de muitas pessoas da humanidade constituída no Homem Universal. Esta categoria tem, portanto, uma dimensão política que exige que todos os processos educacionais contribuam para a produção do Homem Universal em cada indivíduo, a não ser que compactuam com o processo de exclusão. Põe, ao mesmo tempo, um paradigma que orienta (portanto, não no sentido de patrulhamento) a nossa práxis educativa: **a participação**. A partir desse paradigma, a práxis educativa em geral é assumida, também, em sua dimensão política - esta pretensa e costumeiramente negada pelos (neo)positivistas e (neo)liberais. Quanto a isso, impõe-se uma luta contra o Estado mínimo e em favor do Estado amplo e democrático.

A categoria Homem Universal implica uma **práxis humanista** em todos os sentidos. Todas as construções humanas (materiais e espirituais, do conhecimento e do pensamento, filosóficas e científico-tecnológicas, das teorias e das experiências, da linguagem e da representação, etc.) ganham sentido quando referidas ao Homem (universal). Em outras palavras, queremos dizer que, diante da construção (histórica) do Homem Universal, o capital (enquanto processo concreto de acumulação que se move sob a **lógica da exclusão** e sob a constituição de ilhas de riqueza em oposição aos núcleos ou “bolsões” de miséria) perde a centralidade.

A universalidade excludente do capital implica pensarmos uma proposta educacional universalizadora do Homem Universal e que toma, por isso, a direção da democracia sob o paradigma da participação. Não é preciso nos delongarmos para afirmar que a lógica da exclusão, intrínseca à práxis (neo)liberal, não poderá ser tolerada ao pensarmos uma educação democrática. Mesmo levando os argumentos (neo)liberais em conta, não podemos deixar de **arbitrar** na direção da **democracia real**, haja vista que a democracia (neo)liberal não passa da mera formalidade do voto universal e da pretensa “democratização” das instituições público-estatais através da “flexibilização”, “quebra dos monopólios”, “terceirização” e “privatização”. A cínica preocupação “democrática” dos (neo)liberais se desmascara na sua luta desvairada para monopolizar a seu favor a lei das patentes e, conseqüentemente, privatizar o conhecimento científico-tecnológico em sua totalidade. O patenteamento dos métodos e dos produtos relativos à biotecnologia, por exemplo, exclui *a priori* os pequenos (ainda) agricultores da atual revolução científico-tecnológica e, por conseqüência, da mundialização da economia (que não se reduz ao “mercado<sup>120</sup>”) e da “individualização” já várias vezes mencionada.

O (neo)liberalismo é, em essência, totalitário. Arbitra a favor do grande capital (monopolista) e não reconhece a natureza social e construção coletiva do conhecimento, nem aceita o caráter público da natureza (hoje altamente potencializável pelo homem). **Para o (neo)liberalismo, enfim, real é o que é privado.** Nesse sentido, a “pregação” (parece mesmo uma crença religiosa fanática) do Estado mínimo é coerente e a privatização do conhecimento científico-tecnológico passa a ser assumida como uma necessidade estrutural.

---

<sup>120</sup> ASSMANN (1989: 212) diz que “...quando os economistas...se referem ao mercado, estão aludindo... ao mercado como princípio articulador de todo um paradigma econômico. Neste último sentido, absolutamente predominante no pensamento econômico burguês, toda economia “verdadeira” é entendida como economia de mercado...portanto, a linguagem predominante na ciência econômica tende a censurar e invalidar linguagens alternativas acerca da economia. Teorias econômicas não

Há de se pensar, por isso, também para além do (neo)liberalismo. Isso não autoriza, porém, uma contra-argumentação desprovida dos cuidados e seriedade próprios de uma **razão aberta e radical**.

A complexidade alcançada, hoje, pela produção filosófica e científico-tecnológica não admite mais abordagens com **discursos monolíticos e unidimensionais**. Embora o pensamento tome sempre uma direção política, o seu conteúdo precisa ser tão abrangente que leve em conta os mais diversos argumentos da comunidade científica e esteja aberto à criação.

A razão aberta e radical não desautoriza apenas as **inflexões teóricas**. Para além de qualquer **guerra de posição teórica**, ela reivindica um **pensamento prospectivo-propositivo**. É a condição da filosofia em sua atual historicidade. Se a **universalidade**, por um lado, não se esgota no capital, nem em uma **razão absoluta e/ou ciência modelar**, mas no Homem, síntese (histórico-social) das múltiplas determinações da realidade, por outro, a historicidade do real desautoriza o apego às especificidades, entre as quais damos destaque ao complexo “mundo” rural, homem rural e educação rural. Tal apego, contrário às boas intenções dos educadores, já tende mais à exclusão do pequeno agricultor do que à sua participação do corpo social mundializado e universalizado. Nossa tese traz implícito que a atual materialidade histórica não fornece mais o conteúdo que afirma o “mundo” rural em seu sentido tradicional, tampouco o homem “rural” e a educação “rural”. Nossa tese (ver próximo item) afirma que a educação do pequeno (ainda) agricultor exige pelo menos a mesma **complexidade** que a do trabalhador urbano-industrial, dando-lhe condições iniciais iguais para ser cidadão do mundo-homem pleno de humanidade (Homem Universal).

---

coerentes com o paradigma do interesse próprio e do mercado são vistas como infração da lógica do pensamento e dos processos econômicos.

De certa forma parodiando **Gramsci** (1974) - quando se refere aos “cantos de cisne” - podemos afirmar que o olhar histórico do real remete-nos para além das formas educativas que, embora aparentemente decisivas, já estão virtualmente vazias de conteúdo, sem poder de formação do Homem Universal em um mundo mundializado e marcado decisivamente pela atual revolução científico-tecnológica. Nesse sentido, nada temos a lamentar sobre a relativização ou a extinção do “mundo” tradicionalmente rural e da educação rural. A atual revolução científico-tecnológica nos remete para além do trabalho especificamente rural, da educação rural e do homem rural. A persistência em torno do mundo, dito rural, não passa de **saudosismo** e, pior ainda, contribui tanto para a exclusão dos pequenos agricultores quanto à **razão excludente** do (neo)liberalismo. Tal persistência certamente não ampliará a **monetização da vida** (possibilitando uma ampla e efetiva articulação autônoma de valor de uso e valor de troca) dos pequenos agricultores; não os colocará em condições de igualdade (**condições iniciais iguais**) no mercado; não lhes possibilitará o domínio do conteúdo da atual revolução científico-tecnológica, nem superará os **núcleos ou bolsões de pobreza/miséria rentáveis ao capital**; não evitará o “**êxodo**” sistemático dos pequenos agricultores do espaço dito rural; não reduzirá o **aviltamento dos corpos** dos pequenos agricultores ante um **instrumental arcaico** para produção; não evitará o esgotamento dos solos (“**desnaturalização da natureza**”) de muitíssimas pequenas propriedades agrícolas; etc. Enfim, tal persistência é expressão singular do poder do atraso e da caminhada a-histórica (“**história lenta**”: Martins, 1994).

Trata-se, a partir disso, de pensar a (necessária) elevação do atual pequeno agricultor à condição de Homem Universal, abdicando das formas e adjetivações educacionais vazias de conteúdo (histórico). Mais especificamente, nosso pensamento afirma o pequeno agricultor enquanto Homem Universal, mediado também (não exclusivamente) pela

**educação científico-tecnológica**, o que demanda tanto a superação do **arcaísmo** do qual é expressão a educação rural, quanto da **exclusão a priori** (devido à lógica excludente) patrocinada pelo grande capital e justificada pelos seus “intelectuais orgânicos” (Gramsci).

Termos como mundialização e revolução científico-tecnológica são usados cotidianamente no meio acadêmico e assumidos por muitos intelectuais como significando processos irreversíveis. Nem sempre as “razões” que sustentam a irreversibilidade desses processos têm uma racionalidade que supera a paixão e as guerras de posição teórica. Citamos como exemplo **Fukuyama**, intelectual (neo)liberal, tomando como base a obra “**O fim da história e o último homem** (1991)”, na qual o autor associa de forma fácil o desenvolvimento científico-tecnológico e a mundialização à “democracia” liberal. Gianotti (1992: 1), ao comentar a obra citada, diz:

“Esta grosseira simplificação do pensamento hegeliano permite a Fukuyama ordenar os acontecimentos históricos em função de dois vetores: o desenvolvimento das ciências e a luta pelo reconhecimento entre as consciências-classes. Ambos lhe emprestariam a lógica necessária para decretar o fim da história, na medida em que não é mais possível pensar outro objetivo para a humanidade, além da implementação da democracia liberal... O conhecimento científico constituiria um patrimônio da humanidade, a que todos têm acesso se desenvolverem uma estratégia adequada. O problema é como esta estratégia vem a ser compatibilizada com a democracia liberal”.

Reduzir, a exemplo dos (neo)liberais, a essência humana ao capital de hoje (o próprio título da obra denota isso), é extrapolar qualquer **tolerância admissível** para a racionalidade filosófico-científica. Contrariamente a Fukuyama, que discursa sobre o “fim da história”, demonstrando não captar mais o movimento do real (mundializado e não esgotado), procuramos pensar a história sem um fim ou **finalidade instituída** (Castoriadis, apud Schüller, 1991). A história é assumida enquanto “**criação histórica**” (ibidem).

Pessanha (1993: 22-3) é ilustrativo ao dizer: “O que ainda não se exercitou é uma outra forma de racionalidade. Uma **racionalidade do apenas provável e provisório...**”.

Desaparece a possibilidade de qualquer **razão absoluta** e de um paradigma de caráter positivo apreender suficientemente o conteúdo definidor do real hoje. A **racionalidade positiva** tende a afirmar o **mundo dado**, tornando-o, assim, o ponto de chegada da história, como se este fosse definitivo (incorrendo no **fatalismo** de que nos fala Zemelman: 1994) e sem possibilidade de construção de outro mundo. Diante da pretensa razão absoluta, de caráter positivo, propomo-nos o caminho da **razão negativa** (esta razão admite, também, o **propositivo**), que impede a instituição de qualquer razão absoluta e afirma, contrariamente, a “racionalidade do apenas provável e provisório”. A razão negativa, pois, é aberta. Não petrifica o real, não se fixa nas formas, nem as sacraliza. É a razão que busca captar o real em seu **movimento histórico**. Assim sendo, essa razão desautoriza a instituição do **dogma neoliberal da redução do real ao capital** (esta realizada também pela esquerda dogmática e neoliberal) . Não há, pois, o “fim da história”, mas a “criação histórica” - instituinte e aberta - como não há o “último homem” (essência humana sob o signo do capital), mas o **Novo Homem** (instituinte e aberto), **omnilateral** (significando a totalidade humana) e **cosmopolita** (significando a cidadania universal), constituindo o que designamos **Homem Universal**. Assim sendo, a nossa categoria central ultrapassa a possível suspeita “crítica” de **mera** “utopia” e afirma-se como realidade (histórica) instituinte. Sua afirmação tanto mais é viva quanto mais o capital escancarar, para além de suas contribuições históricas, os seus limites na construção do novo homem inserido no movimento da mundialização da economia e da terceira/quarta revolução científico-tecnológica.

Pressupomos e apreendemos que o movimento do real que designa a atual materialidade histórica ou a totalidade histórico-social, apreendido sob o signo da “racionalidade do apenas provável e provisório”, não se esgotou. Com isso rejeitamos qualquer **profetismo** sobre o “fim da história” que, perversamente, anuncia o capital sob orientação do (neo)liberalismo como o ponto de chegada da história. Caso contrário, teríamos que aceitar que o ser do pequeno agricultor, ao invés de estar consubstanciado no Homem Universal, estivesse diluído no capital, com uma lógica excludente (excluindo o pequeno agricultor daquilo que designamos Homem Universal, bem como de todas as conquistas civilizatórias correspondentes). De nossa parte, vislumbramos a viabilidade do **pequeno produtor de alimentos** (sem a demarcação ou a determinação dos tradicionais setores da economia). Admitimos que o capital é o grande responsável pela “**dissolução do mundo agrário**” (Ianni, 1993) - ou o desmanche, no ar, de uma solidez (Marx apud Warde, 1993) - contribuindo para a superação do mundo especificamente “rural”. Reconhecemos, também e por outro lado, que, sob o capital, o pequeno agricultor vive o homem rurbano próprio da terceirização das “agrobusiness”, ficando à margem da economia (mais propriamente do mercado) e da condição humana expressa no Homem Universal.

Consideramos que a ciência-tecnologia é a construção humana que hoje tem um grande poder de determinação do próprio homem. Daí ela ser, além da questão da mundialização, a nossa preocupação central ao pensarmos a educação da maioria da população brasileira, na qual se situam os pequenos (ainda) agricultores. A ciência-tecnologia, enfim, constitui conteúdo básico para a educação do homem em geral, superando as **fronteiras ocupacional-profissionais**. Assim sendo, se não pensamos devidamente a educação científico-tecnológica do pequeno (ainda) agricultor, ficamos presos a uma generalidade sem concretude (múltiplas determinações). É fato, também, que o



grande capital foi e é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento da ciência-tecnologia. Por outro lado, apropriou-se constantemente do esforço coletivo de construção da ciência-tecnologia, incluindo-se, nessa apropriação privada, o uso de verbas públicas e de instituições públicas. **Trata-se de democratizar a ciência-tecnologia.** Não com a “estratégia adequada”, evocada por (neo)liberais, mas de assegurar o **caráter público do saber em geral** e, no nosso caso, da **ciência-tecnologia em seu grau mais avançado.** Por consequência, isso significa assegurar o acesso dos pequenos agricultores aos órgãos públicos, como Universidades, Centros de Pesquisa (EMBRAPA, etc.) e à Extensão (Emater, etc.). Não basta a formação geral (pública) de 1º e 2º graus. Essa formação é parte incipiente da mediação construtora do Homem, sendo incapaz de subsidiar o pequeno agricultor enquanto **sujeito econômico** na economia mundializada e enquanto **sujeito potencializador da natureza.** As próprias lutas sociais empreendidas pelos pequenos agricultores não podem ter mais a terra como centralidade única, nem concebê-la no limite do espaço físico. A ciência-tecnologia também é uma centralidade, hoje (ver boxes n. 3 e 4). A ciência-tecnologia e o trabalho intelectual (com ênfase na pesquisa) tornam-se centrais para o produtor de alimentos. Daí, politicamente, torna-se central a democratização da ciência-tecnologia e perdem força as tradicionais lutas (apenas ou basicamente por um pedaço de terra, sem o devido acesso à ciência-tecnologia) de **reforma agrária.** A luta política contra a **lei das patentes** sob o capital ganha urgência. Da mesma forma, o termo "**módulo rural**" já não tem mais conteúdo: é um conceito vazio. O desafio, enfim, é a práxis que põe o pequeno agricultor como um **novo ser social.**

A categoria Homem Universal, a partir da nossa teorização que, prospectiva e propositivamente nos remete à constituição de um novo ser social, permite concluir que a **individuação** do pequeno agricultor consiste, hoje:

a- Na superação da concepção que fragmenta a produção em setores (primário, secundário e terciário), por não reconhecer para a educação científico-tecnológica do pequeno agricultor a “base unitária de princípios científicos” ou as “**idênticas bases científico-técnicas**” (Frigotto, 1989: 24) que constituem a **alfabetização científico-tecnológica** para a produção em geral, nem reconhecer o **ensino politécnico** como necessário à **formação omnilateral**.

b- Na “**alfabetização científico-tecnológica para a participação cidadã**” (Waks, 1990: 49) - pressupondo as “condições iniciais iguais” - dos pequenos agricultores na sociedade mundial.

c- No acesso universal dos pequenos agricultores à **escola pública de qualidade** (1º e 2º graus, graduação e pós-graduação), a fim de garantir a alfabetização científico-tecnológica para a produção e participação cidadã.

d- No acesso aos órgãos de pesquisa públicos (inclusive Universidades), bem como participação pesquisante nestes, para subsidiar a produção competitiva demandada pela economia mundial.

e- Na garantia para os pequenos agricultores patentear os seus produtos e métodos, revertendo, com isso, o processo de **privatização da ciência-tecnologia** pelo grande capital.

f- Na incorporação curricular dos novos elementos (terceira e quarta revolução científico-tecnológica) da ciência-tecnologia nos cursos existentes voltados à produção de alimentos.

g- Na instituição de uma práxis educativa (agroecologia, ecologia, etc.) que rompa com o **paradigma da determinação e do uso indiscriminado de insumos**.

h- Na práxis educativa que se oriente pelos princípios/paradigmas transparadigmatizados da **interdisciplinaridade** e da **participação**.

Trata-se, enfim, de uma **outra racionalidade educativa** que a experimentada até hoje pelos pequenos (ainda) agricultores e pelos educadores<sup>121</sup> que atuam no meio rural . Trata-se, também e concomitantemente, da instituição do Estado amplo e democrático. **A afirmação do novo ser social depende, portanto, de Mais Estado e de uma razão aberta e radical que desautoriza qualquer positivização. Pelo contrário, estaremos de imediato diante do “fim da história” para o pequeno (ainda) agricultor brasileiro.** A tese de Paul Singer (1979: 1-6) - proletarização do pequeno agricultor - neste sentido, não é fatal: depende estreitamente da universalidade do Estado mínimo no tempo e no espaço.

### 8.3. A realidade da nossa hipótese

A construção do novo ser social ou a individuação do Homem Universal no atual pequeno agricultor brasileiro demanda, dentre outros, uma educação que garanta as “condições iniciais iguais” (Schaefer, 1995) em uma sociedade que se pretende democrática, assegure o mesmo nível de complexidade da educação geral de qualidade requerida pelo homem urbano e propicie a formação científico-tecnológica que estenda os avanços da atual revolução científico-tecnológica. Está em questão, pois, de uma só vez, a democratização da educação e da ciência-tecnologia produzida coletivamente pela humanidade, a omnilateralidade que desautoriza qualquer mutilação do homem e da politecnia que assegure uma formação fundamentada no princípio da interdisciplinaridade, desautorizando a

---

<sup>121</sup> Quanto à atuação do educador, é oportuna a fala de MARQUES (1995: 11), ao falar do educador, genericamente: “Mais do que de propor novas teorias, mesmo que a partir das práticas mais recentes, necessitamos os educadores de retomar nossa reflexão desde um nível anterior às práticas e às teorias. ‘Trata-se de repensarmos o nosso pensamento pedagógico no que ele tem de impensado, nos seus pressupostos mais esconsos. Para além, ou para mais fundo do que costumamos denominar de pressupostos filosóficos, científicos ou técnicos, para além dos modelos e teorias que decididamente esposamos, torna-se imperioso repensar a educação nos seus **paradigmas**, entendidos estes como as estruturas mais gerais e radicais do pensamento e da ação educativa’” (grifo nosso).

unilateralidade dos pacotes científico-tecnológicos mutilantes do homem e da natureza. Sintética e genericamente, trata-se de instituir uma relação trabalho-educação despositivizada.

Desde a introdução do presente trabalho explicitamos a nossa hipótese, esta refletida a partir da temática que norteia este estudo: a racionalidade educativa na vida do pequeno agricultor, seja do pequeno agricultor em superação, seja daquele em afirmação. Dissemos que com o desenvolvimento das duas categorias centrais de nosso estudo (Homem Universal e individuação), aliado ao contexto da mundialização da economia e da efetiva atual revolução científico-tecnológica, em contraposição ao “poder do atraso” (Martins, 1994) reinante também no mundo de vivência de parte esmagadora dos pequenos agricultores, pretendíamos demonstrar, no conjunto dos elementos refletidos neste trabalho, a seguinte hipótese: que o **(ainda designado) pequeno agricultor (concebido, porém, para além da acepção tradicional) precisa uma formação geral e científico-tecnológica igual (ou possivelmente superior) aos demais trabalhadores, elevando-o inclusive à condição de trabalhador intelectual (pesquisador).**

Em outras palavras, procuramos mostrar que a **qualificação** requerida pela **atividade** de produção de alimentos, encetada, hoje, por pequenos **(ainda)** agricultores, considerando-se o processo de mundialização da economia e a atual revolução científico-tecnológica, é tão ou mais **complexa** que as atividades desenvolvidas pelo trabalhador hoje tipicamente urbano-industrial, seja sob as determinações de caráter fordista seja sob as determinações de caráter toyotista. A partir dessa hipótese, os conceitos, principalmente de **formação omnilateral** e **cidadania universal** se impuseram em nosso estudo. Eles possibilitaram a leitura das “**condições iniciais iguais**” (Schaefer, 1995) requerida pela categoria social designada pequeno agricultor, condições expressas, dentre outros e para

além do Estado amplo e democrático já mencionado, na formação científico-tecnológica que incorpore o conteúdo da atual revolução científico-tecnológica sob o conceito **politecnia**.

Isso posto, podemos, finalmente, reiterar que a qualificação e complexidade inerentes ao trabalho-educação do (ainda) pequeno agricultor encontra concretude na formação omnilateral, na cidadania universal e na politecnia. Afora esses conceitos e condições objetivas correspondentes, o atual pequeno agricultor encontra-se, de fato, ante o “fim da história”.

Vejamos a nossa argumentação “final” em torno da corroboração (afirmação provisória) de nossa hipótese.

**8.3.1.** O conceito “pequeno agricultor” - em sua concepção tradicional - tem seu conteúdo esvaziado dia-a-dia, enquanto, por outro lado, o conceito “Homem Universal” dá conta, progressivamente, de um homem que está se fazendo para além das adjetivações setorial-ocupacional-profissionais. O contexto global, a nosso ver, já afirma, potencialmente e até mesmo em ato, este homem. O contexto brasileiro, especificamente a região sul do Brasil, aponta duas expressões de pequeno agricultor: aquele que se situa no limite do ruralismo pedagógico, da especificidade agrícola em seu caráter primário e, enfim, do mundo dito rural: trata-se do pequeno agricultor em visível decadência e/ou altamente dependente das instituições tuteladoras dos processos produtivos; e aquele que rompe com a referida especificidade e ruralismo pedagógico, situando-se como homem no mundo e vivendo **processos produtivos complexos**, estes desmanchando no ar a solidez da especificidade acima referida: trata-se do novo ser social em construção no mundo de vivência contraditório (conforme explicitado no capítulo 7) do atual pequeno agricultor. Assim sendo, observa-se, em Santa Cruz do Sul, RS, e cidades circunvizinhas (Venâncio Aires, Vera Cruz, etc.), de um lado, pequenos agricultores cada vez mais dependentes dos pacotes

científico-tecnológicos unilaterais das agroindústrias capitalistas mundializadas, sem o domínio do **saber real** e sem **autonomia** (ver item n. 8.3.2) e, de outro lado, pequenos agricultores constituindo cada vez mais o **novo ser social**, incorporando, de alguma forma, a mais alta ciência-tecnologia possível em seus processos produtivos complexos (não complicados), de modo a relativizar a terra enquanto espaço físico e enquanto centrimento necessariamente básico para a atividade de produção de alimentos. Nesse particular, cabe salientar que encontramos exemplos de pequeno (ainda) agricultor - novo ser social em construção - dentro da cidade de Santa Cruz do Sul, produzindo (em lote urbano), pesquisando e vendendo o seu produto, rompendo, assim, com a polarização urbano versus rural, setor primário versus setor secundário e/ou terciário. Encontramos, também, nos exemplos da Cooperativa do Leite Rio Pardinho e da Microdestilaria de cachaça da Família Frantz (situados no meio rural), a ruptura em relação à divisão setorial da economia, bem como em relação ao dualismo campo versus cidade. Tais iniciativas redimensionam o espaço e descontrolam a estandardização da economia. E na medida em que incorporam a ciência-tecnologia da atual revolução científico-tecnológica, redimensionam também o tempo. Consideramos que a ruptura com o tradicional mundo agrário, associado à desconstrução da taxionomia rígida da economia, implica uma educação e um trabalho com, no mínimo, a **mesma qualificação** que a requerida no meio tipicamente urbano. E se considerarmos que o trabalho típico do meio urbano tem trazido implícito, em grande parte, o paradigma fordista-taylorista (e atualmente o toyotismo), o trabalho desenvolvido pelo novo ser social em construção põe-se com uma **complexidade superior**.

**8.3.2.** A permanência no velho mundo rural ou a inovação levada a termos pelo sistema de “**integração**” das grandes agroindústrias privadas e tuteladoras dos processos produtivos e

da formação por estes reivindicados, não é, pelo menos genericamente, a “**salvação da lavoura**” do pequeno (ainda) agricultor. Diante desse, fato a alternativa sócio-econômica explicitada - (agro)indústria cooperativada com alta ciência-tecnologia ou a (agro)indústria familiar associada ao Estado amplo e democrático (conforme o exemplo explicitado de Brasília) - constitui uma **dupla ruptura**: com o mundo especificamente rural, onde se visualiza a **falência do tradicional pequeno agricultor**, e com a “**integração**” **agroindustrial privada**, mutilante do homem e da natureza. Essa dupla ruptura significa a transmutação do hoje pequeno (ainda) produtor rural em **novo ser social - onde meios de produção e trabalho não se dissociam**. Pelo menos o exemplo já mencionado da “Camila Alimentos” é indicador da realização dessa utopia.

O novo ser social, contudo, não se afirma espontaneamente. Sua afirmação implica a construção da **autonomia** para participar em igualdade de condições da mundialização da economia. Autonomia aqui considerada “a **capacidade teórico-prática** de reproduzir a pequena propriedade, cogitando-se, inclusive, a sua capitalização” (Jantsch e outros, 1994, p. 3-4), isto é, a **auto-reprodução ampliada**. Ainda segundo Jantsch e outros (ibidem), “a autonomia, porém, assim entendida, não se viabiliza... sem [entre outros] um quantum qualificado de saber, que denominamos de **saber real**...Saber real e autonomia são indissociáveis.

Posto o saber real/autonomia, a relação trabalho-educação do novo ser social põe-se para além da positivização da realidade (standardização da economia, etc.), para além da submissão (Tavares dos Santos, 1978), para além da dependência (tutela das agroindústrias privadas hegemônicas) e para além da expropriação (típica do mercado financeiro e da standardização da economia). Na ruptura (com todas as “dores do parto”) do mundo dado (positivizado) a educação pode ser adequadamente assumida - em sua complexidade - como

uma **mediação entre o instituído e o instituinte**, de modo a refletir - no que lhe diz respeito - plenamente o “**devir**”.

Não vemos a mesma possibilidade de saber real/autonomia dos trabalhadores urbano-industriais sob a determinação do paradigma fordista e/ou toyotista. Neste tipo de produção o trabalhador não detém o saber que implica a **totalidade do processo de produção**, uma vez que a relação trabalho-educação é, via de regra, tutelada. Igualmente não garante a **auto-reprodução** de nada que seja seu, uma vez que os meios de produção e trabalho estão dissociados. Neste sentido, podemos dizer, mais uma vez, que a **qualificação e/ou complexidade** da formação do pequeno (ainda) agricultor é possivelmente **superior** à do trabalhador urbano-industrial.

**8.3.3.** A ciência-tecnologia já se sobrepõe à terra enquanto espaço físico natural, inclusive e, talvez mais decisivamente, para o pequeno agricultor, pondo-se também como uma variável determinante do atual processo de monetarização da vida do pequeno agricultor. Daí a afirmação contundente de Aued (1990 e 1994): “**a terra não é mais necessária**”.

Mediante a introdução da ciência-tecnologia típica da atual revolução científico-tecnológica no mundo do trabalho dos pequenos (ainda) agricultores, é muito mais evidente a relativização da terra (enquanto espaço físico-natural para produzir alimentos) do que o trabalho como um todo efetivado pelas famílias de pequenos (ainda) agricultores. **O trabalho, principalmente o elevado à qualificação de intelectual, é altamente reivindicado nos novos processos de produção alimentar**, bem como se constitui em garantia central da auto-reprodução ampliada de qualquer pequena unidade de produção (por ora ainda denominada agrícola) familiar, além de desautorizar quase que de imediato qualquer ruralismo pedagógico. Neste sentido, a “**questão agrária**” assume, hoje,



**também os contornos da questão trabalho-educação**, sendo que o trabalho altamente qualificado define muito mais a viabilidade da pequena unidade de produção de alimentos (por ora ainda caracterizável enquanto agrícola) do que a quantidade da terra possuída. Isto posto, parece que a produção efetivável pelas pequenas unidades de produção familiar, mediante os novos processos de produção alimentar, que demandam uma educação que rompe o ruralismo pedagógico, antes de consubstanciar a perda da centralidade da categoria trabalho, está repondo essa categoria com mais vigor e indicando para a **urgência da educação omnilateral, com a base científico-tecnológica idêntica (Frigotto, 1989) à qualquer atividade produtiva, hoje**.

Os **processos prdutivos**, cada vez mais **complexos**, se põem como centralidade básica na atividade de produção de alimentos. O apropriação e o substitucionismo (box n. 4), embasados na 3ª e 4ª revolução científico-tecnológica, redimensionam a terra, o espaço e o tempo, o trabalho, a formação, etc. Nesse sentido, a formação pára-escolar e/ou escolar aprofundadas e/ou continuadas não podem mais ser ignoradas pelo pequeno agricultor. Inviabiliza-se, pois, o tradicional pequeno agricultor (ancorado na alfabetização precária para a leitura e escrita precárias) e afirma-se, contrariamente, o novo ser social (ancorado no saber real, isto é, num quantum qualificado de saber para a inserção qualificada na economia mundializada e a participação cidadã no mundo mundializado). Nesse caso, é concebível o uso da **terra como laboratório de pesquisa**, aplicação e criação de conhecimentos que se situam necessariamente para além do atraso. A terra, enfim, perde a centralidade, haja vista que **central se põe a relação homem-natureza (isto é, o trabalho)**, relação que realiza o homem em sua **humanidade** e potencializa a natureza em sua **expansividade**. Assim sendo, o pequeno (ainda) agricultor desenvolve uma relação trabalho-educação que incorpora o conteúdo da ciência-tecnologia adequada para os

**processos produtivos complexos, supra-setoriais e demandantes de uma produção interdisciplinar de conhecimento.** Ressaltamos que se trata de uma interdisciplinaridade para além daquela inerente aos pacotes científico-tecnológicos unilaterais das grandes agroindústrias privadas mundializadas.

Pode-se concluir, mais uma vez, que **a formação do pequeno (ainda) agricultor é tão ou mais complexa que a formação do atual trabalhador urbano-industrial**, haja vista que o fordismo ainda vivido em grande parte dos postos de trabalho urbano dessitua o trabalhador basicamente daquilo que designamos **processos produtivos complexos**, e o toyotismo em expansão dessitua o trabalhador basicamente daquilo que denominamos **participação cidadã**. Enquanto o trabalhador urbano-industrial vê-se submetido e/ou cooptado na relação trabalho-educação, tendo o conteúdo científico-tecnológico como mero anteparo à “integração”, o pequeno (ainda) agricultor abre a possibilidade de um trabalho não submetido, tendo o conteúdo científico-tecnológico como uma das garantias da **autonomia** e da participação cidadã na sociedade mundial.

Finalizando esse item, podemos dizer, ainda, que **o pequeno (ainda) agricultor participa da “classe-que vive-do-trabalho”**, fato que se radicaliza na medida em **o trabalho já se sobrepõe à terra nos processos produtivos complexos**. Não vive, porém, ao articular o trabalho à ciência-tecnologia de largo alcance, um trabalho desqualificado. Aqui, torna-se emblemática a seguinte afirmação (já citada) de Antunes, apontando para a afirmação universal tanto do trabalho quanto da ciência-tecnologia que possibilitam a realização do trabalho intelectualizado (próprio do novo ser social em questão). Diz Antunes (1995: 88-9): “...ao contrário de um adeus ao trabalho ou à classe trabalhadora, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece...**a possibilidade da emancipação do e**

**peelo trabalho, como um ponto de partida decisivo para a busca da omnilateralidade humana”.**

#### **8.4. Pequeno (ainda) agricultor e racionalidade educativa.**

A afirmação do novo ser social implica, em nível de **práxis educativa**, uma **ruptura paradigmática e, portanto, uma nova racionalidade educativa**, embasada na epistemologia aberta, razão negativa e a ética da participação. Aqui a formação omnilateral, a cidadania universal e a politecnia constituem uma **totalidade educativa** que rompe necessariamente com a **positivização da realidade**.

A ruptura paradigmática a que nos referimos implica, concretamente e desdobrando a totalidade educativa acima mencionada:

**a)** a concepção da **realidade como complexa** (total, múltipla, plural, ...), de modo que o pequeno (ainda) agricultor possa viver os **processos produtivos complexos** que viabilizam o que designamos novo ser social.

**b)** a superação do conceito (excludente) de **complexidade enquanto complicação**, de modo a não excluir, de antemão, a possibilidade dos pequenos (ainda) agricultores participarem dos processos que a ciência implica, seja na pesquisa em torno da biotecnologia, seja na pesquisa em torno do mercado, seja na constituição de pacote científico-tecnológico alternativo, etc.

**c)** o reconhecimento da **dificuldade de pensar e de comunicar as idéias**, seja do pequeno (ainda) agricultor, seja do cientista da academia, do político eleito, do extensionista em geral, etc.

- d)** a superação da **extensão autoritária** (receitas, linguagem, etc.), que reduz o pequeno agricultor à condição de **cliente**, aplicador de insumos e trabalhador desqualificado;
- e)** a superação do “**paradigma institucional**”(Kuhn), **homogeneizador** e, por isso, contrário ao **princípio da “diversidade e da criatividade”** (Etges, 1993b e 1995). Trata-se, também, da superação da **mundialização homogeneizadora**. Como já explicitamos, a mundialização do capital é essencialmente homogeneizadora, contrariando os princípios de liberdade, democracia e interdisciplinaridade. O capital institui o padrão para tudo. Daí a padronização genética, dos tratos culturais, dos insumos agropecuários, do mercado, etc. Os pequenos agricultores são, aí, sem dúvida, uma das grandes vítimas. Tais padrões desprezam e até mesmo anulam, por exemplo, riquíssimos bancos genéticos existentes em certas particularidades regionais. A padronização genética é uma forma disfarçada de dominação (Aued, 1994) das mega-empresas sobre as diversidades regionais, bem como uma imposição “sutil” dos seus produtos à totalidade dos agricultores e consumidores em geral. Certamente não é esta a mundialização de que o pequeno agricultor precisa, pois nesta ele é apenas refém do mercado sob a lógica da exclusão.
- g)** o reconhecimento da **interdisciplinaridade como princípio da “diversidade e da criatividade”** (Etges, 1993b e 1995), de modo a constituir a produção do conhecimento como “**energia e material criativo**” (Warde, 1993) na relação trabalho-educação levada a termos pelo pequeno (ainda) agricultor. Tal reconhecimento implica, também, a superação do **pseudo-holismo** na compreensão da realidade, bem como da **filosofia do sujeito** (com base na vontade).
- h)** o reconhecimento da **terra enquanto laboratório** para a busca de conhecimentos “mais específicos” (Frigotto, 1995) à atividade de produção alimentar.

- i) o reconhecimento da **atual revolução científico-tecnológica como decisiva** na formação do homem, de modo a desafiar o pequeno (ainda) agricultor à formação escolar, pára-escolar e/ou extra-escolar.
- j) o reconhecimento da **cidadania em sentido amplo**, de modo a possibilitar a participação cidadã na escola, nos centros ou órgãos ou instituições de pesquisa e/ou extensão, etc.
- l) a superação dos **preconceitos pejorativos e/ou etnocêntricos**. O pequeno agricultor aparece, para além dos preconceitos, na condição de sujeito sócio-econômico, participante ativo do processo de produção econômica e do processo de produção do homem.
- m) o reconhecimento da **provisoriedade do conhecimento**, de modo a instituir a relação **trabalho-educação pesquisante**.
- n) o reconhecimento da **mundialização da economia, do mercado**, etc., bem como a superação da **mundialização alienadora** (Duarte, 1993) e **excludente** (Assmann, 1989 e 1994), que atropela as particularidades regionais e os elementos culturais particulares cheios de conteúdo histórico (Warde, 1993).
- o) o reconhecimento da **dialética universal-singular e individual-coletivo** na produção da sociedade. A mundialização de que falamos não é sinônimo de massificação ou algo semelhante. Ela não significa a morte da individualidade. Cada um pode ser, aí, muito mais cada um, na medida em que fizer parte do coletivo ou do todo, isto é, estiver “no mundo” (Marques, 1995). Constitui-se, finalmente, a relação dialética entre todo e parte em nível mundial. A globalização se realiza na individualidade e na coletividade. A individualidade, pois, tem em si, também, a mundialidade. Está morto, assim, o indivíduo da razão positiva. Vive, enfim, o Homem Universal, no qual a oposição universal-singular já é uma falsa questão. Vive, pois, o indivíduo social ou o “indivíduo para-si”, categoria onde a humanidade se realiza, individualmente.

p) O reconhecimento de que **o trabalho coletivo não é solução mágica e definitiva para os problemas dos trabalhadores rurais**. Isso implica a aceitação do “coletivo como relativo, que pode dar certo em algumas coisas, mas não necessariamente em outras” (Martins, 1994: 164). Ainda segundo Martins (ibidem) a “invenção de uma sociabilidade nova nem sempre é compreendida como experiência da diversidade. No mais das vezes, perde-se no esquematismo das polarizações absolutas e falsas - ou coletivismo ou individualismo. Não se leva em conta a necessidade social de viver a diversidade. Nem se leva em conta a criatividade que nela há”. A revolução parece estar na busca do alternativo em sua máxima diversidade e não na polarização cega de coletivismo versus individualismo. A referida polarização, pois, é expressão do poder do atraso, atraso recorrente tanto nas elites retrógradas quanto nas esquerdas a-históricas e/ou neoliberais.

q) a superação de toda a forma de **romantização do mundo** até hoje tipicamente agrário do pequeno agricultor.

r) a superação do **paradigma dos insumos** (este certamente caro aos neoliberais), desrealizador do homem e da natureza. Isso significa, também, a superação da **tutela** das grandes indústrias de insumos para a agricultura, bem como das agroindústrias privadas hegemônicas. Significa, ainda, a superação dos **pacotes científico-tecnológicos unilaterais**, estes incorporando uma pseudo-interdisciplinaridade (mutilante do homem e da natureza) e criando dependência. A cultura dos insumos desrealiza a omnilateralidade da natureza, exerce a unilateralidade própria do imediatismo na produção de produtos destinados a um mercado também unilateral e subsume a vida do pequeno agricultor.

s) A afirmação do **paradigma (agro)ecológico**. O paradigma da produção e consumo de insumos, sob a aura da complicação e da linguagem logicamente perfeita, não é compatível com a (agro)ecologia ou a **agricultura sustentável** no tempo e no espaço, acessível ao

pequeno agricultor tanto na participação do processo de construção do conhecimento quanto no uso abrangente deste. A (agro)ecologia, assim, põe-se, em princípio, como um paradigma alternativo e possibilita a **articulação da teoria e da prática** pelo pequeno agricultor. Desaparece aqui o conceito de complexidade enquanto complicação. Afirma-se, por outro lado, **o conceito da “dificuldade de pensar”, que é relativa a todos os homens, isto é, também aos cientistas e técnicos**. Inclusive reconhece-se a **dificuldade de comunicação**, tanto das idéias quanto da estrutura de pensamento. Aceita-se o princípio da interdisciplinaridade e a transparadigmatologia. Abre-se, enfim, o pensamento para novo(s) mundo(s), nova(s) realidade(s), construída(s) descentrada e coletivamente. A ecologia passa a representar, também, a síntese da relação homem-natureza, humanizando o homem e potencializando a natureza. Por ora já é suficiente falarmos em agroecologia, haja vista que a atividade agrícola ainda guarda certa especificidade. A ecologia, pois, passa a ser um conteúdo teórico-prático essencial para o pequeno (ainda) agricultor e uma das pré-condições para a formação do Homem Universal.

**t) O reconhecimento que a atividade de produção alimentar, expressa em processos produtivos complexos, nunca será a-histórica.** Tal atividade garante, de fato, o “primeiro ato histórico” (Marx) de todo ser humano, mesmo em um contexto em que vivemos plenamente a terceira revolução industrial e estamos em processo avançado da mundialização da economia e do mercado.

**u) a superação da visão dual:** campo versus cidade e universal versus singular. Trata-se, por outro lado, de fazer a articulação proposta por Warde (1993): **buscar a realização da universalidade na singularidade**. Concretamente e no nosso caso, esta articulação consiste, pelo menos em grande parte, na “individuação” (Duarte, 1993), haja vista que a

singularidade do pequeno agricultor brasileiro, como já dissemos, ainda não significa, na grande maioria dos casos, o Homem Universal como um estar-sendo.

v) Reconhecer o atual "mundo agrícola" como uma mera **subtotalidade** do real, o que reorienta o trabalho de pesquisa científica e de reflexão filosófica e desautoriza os projetos educacionais que se limitam à especificidade agrícola. Consoante a isso, a educação rural passa a ser politicamente contrária à individuação do Homem Universal no pequeno (ainda) agricultor.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ANPOCS, Campinas: UNICAMP, 1992.
- ALBORNOZ, Suzana. **Ética e utopia: ensaio sobre Ernst Bloch**. Porto Alegre: Movimento, Santa Cruz do Sul: FISC, 1985.
- ANDERSON, Perry. Além do neoliberalismo. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 1. Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 197-202.
- AFUBRA. **Relatório de atividades 95/96**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, Campinas: UNICAMP, 1995.
- APEL, Karl-Otto. **Estudos da moral moderna**. Trad. de Benno Dischinger. Petrópolis: Vozes, 1994.
- APUFSC. Multinacional se apropria de conhecimentos indígenas. In: **O Boletim**. Florianópolis, n. 164, 28 out./1º nov. 1996, p. 7.
- AREND, Sílvio Cesar. **Análise da viabilidade econômica da industrialização da cana-de-açúcar em microdestilarias**. Porto Alegre, 1994. 109 f. [Dissertação - mestrado em Economia Rural - UFRGS].
- ASSMANN, Hugo. **Crítica à lógica da exclusão: ensaio sobre economia e teologia**. São Paulo: Paulus, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Paradigmas educacionais e corporeidade**. 2. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

- ASSMANN, Hugo, HINKELAMMERT, Franz J. **A idolatria do mercado**. São Paulo: Vozes, 1989.
- AUED, Bernadete W. **Questão agrária: dilemas e paradoxos no acender das luzes do século XXI**. São Paulo, 1990. 156 p. [Tese - Doutorado em Ciências Sociais - PUC/SP].
- \_\_\_\_\_. A árvore de sucrilhos: novas tecnologias na agricultura e a fome no Brasil. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 70-8, fev. 1994.
- BACHA, Carlos José Caetano. Alguns aspectos dos modelos de análise dos impactos de mudança tecnológica no comportamento do setor agrícola. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 41-62, jan./mar. 1992.
- BELING, Romar. Sindicatos analisam regras para financiamento da nova safra: agricultura familiar finalmente conta com política diferenciada. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 07 set. 1995. Rural, p. 6.
- \_\_\_\_\_. Adubo orgânico só dá resultado se for usado de maneira correta. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 16 out. 1996. Rural, p. 6.
- \_\_\_\_\_. Central pode recolher embalagens. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 04 de junho de 1997. Rural, p. 8.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOUFLEUR, José Pedro. Conhecimento e educação à luz do paradigma da comunicação: uma abordagem a partir de Habermas. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1 /2, p. 21-31, jan./dez. 1995. [Trabalho apresentado na 18ª Reunião Anual da ANPED, realizada em set. de 1995, em Caxambu, MG].
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BRECHT, Bertolt. **Vida de Galileu**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.
- BROCKMAN, John. **Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein: reinventando o universo**. Trad. de Valter Ponte. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- BUNGE, Mario. **Epistemologia**. 2. ed. São Paulo: Quieroz: 1987.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: Therrien, Jacques e Damasceno, Maria Nobre (Orgs). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 1993. Parte I, p. 15-40.
- CAMPOS, Roberto. O social legítimo e a patota social. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 out. 1996. Opinião, p. 18.
- CAPRA, Fritjov. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982.
- \_\_\_\_\_. **O tao da física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 1992.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Desafios, exigências e limitações do trabalho científico numa perspectiva epistemológica. In: **A pesquisa e a política educacional no Brasil e na América Latina: tendências e perspectivas**. Brasília: UNB, 1986. p. 43-98 [Relatório de Seminário].
- CHÂTELET, François, DUHAMEL, Olivier, PISIER-KOUCHNER, Éveline. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. **História da idéias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CURY, Carlos R. J. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DISCHINGER, Benno. Introdução. In: APEL, Karl-Otto. **Estudos da moral moderna**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-13.
- DUARTE, André. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 maio 1993. p. 6-8. [Artigo sobre o pensamento de Ernst Bloch].
- DUARTE, Newton. **A Individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 1993.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [também 1976].
- ETGES, Norberto J. Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito. **Perspectiva**, Florianópolis, n. 17, p. 79-96, 1992.

- \_\_\_\_. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p 73-82, jul./dez. 1993a.
- \_\_\_\_. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. In: **Caderno Especial RUMOS**. Brasília: n. 8, 1993b.
- \_\_\_\_. Trabalho e conhecimento. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.18, n. 1, p. 5-24, jan./jun. 1993c.
- \_\_\_\_. Estrutura versus subjetividade: uma relação de exterioridade? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 47-60, jan./jun. 1994.
- \_\_\_\_. Ciência, interdisciplinaridade e educação. In: JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 51-84.
- \_\_\_\_. **Estrutura versus subjetividade nas relações sociais: uma oposição de exterioridade?** Florianópolis: UFSC, s.d., 15 p. (Mimeogr.).
- ETGES, Virginia Elisabeta. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.14, n.1, p. 17-28, jan-jun, 1989.
- \_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo, BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 25-49.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- GAZETA DO SUL, Santa Cruz do Sul, 08 ago. 1996. Rural, p. 5. [Reportagem sobre agrotóxicos e suicídios].
- GEFFRAY, Christian. Prefácio. In: D'Incao, Maria Conceição e Roy, Gérard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 11-21.

- GIANNOTTI, José A. Francis Fukuyama: "o fim da história ou o fim da picada". **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1992. Cultura, n. 629, p.1.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Cadernos CEDES**, n. 12. São Paulo: Cortez, 1984.
- GOODMAN, David et al. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Lisboa: Estampa, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 (também 1979).
- HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 18, p. 103-14, set. 1987.
- HEGEL, Georg W. Friedrich. **A fenomenologia do espírito**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os pensadores, v. II, p. 5-79).
- HEISENBERG, Werner. **Física e filosofia**. Trad. de Jorge Leal Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- \_\_\_\_\_. e outros **Problemas da física moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- IANNI, Octavio. **Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Notícias do mundo agrário**. Campinas: UNICAMP, 1993. 11 p. (Mimeogr.).
- JANTSCH, Ari Paulo. Concepção dialética de escrita-leitura: um ensaio. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama & texto: leitura crítica, escrita criativa**. Vol. I. São Paulo: Plexus, 1996, p. 37-55.
- \_\_\_\_\_. ETGES, Virginia E., GASSEN, Ivonne M<sup>a</sup>. **Avaliação sócio-econômica das pequenas unidades de produção da Microbacia Vida Nova - Santa Cruz do Sul, RS**. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Porto Alegre: Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado do Rio Grande Do Sul, 1994. 56p. (Mimeogr.). [Relatório de Pesquisa realizado em convênio entre a UNISC e a UFSC e com apoio da FAPERGS).

\_\_\_\_. BIANCHETTI, Lucídio. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. In: \_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 11-24.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262 p. (Debates).

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática** / Thomas R. Malthus. Notas aos princípios de economia política de David Ricardo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

MARQUES, Mario Osorio. **Aprendizagem: na mediação social do aprendido e da docência**. Ijuí: Unijuí, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1982.

\_\_\_\_. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, Karl. **Introdução à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1987, L 1, V 11.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I- Feurbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 7. ed. São Paulo: Global, 1988.

MORIN, Edgar. **O método I. A natureza da natureza**. Sintra. Europa-América, 1980.

\_\_\_\_\_. **O problema epistemológico da complexidade**. Rio de Janeiro: Europa-América, 1981.

NAVARRO, Zander. **Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais - o caso do assentamento 'Nova Ramada' (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. 56p. (Mimeogr.). [Artigo conseqüente de pesquisa apoiada pela Fundação Inter-Americana - Estados Unidos. Texto apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS - GT 17: "Processos Sociais Agrários" - Caxambu, MG, 17 a 21 de outubro de 1995].

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PESSANHA, José A. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. In: **Cadernos ANPED**. Porto Alegre, n. 4, p. 7-36, set. 1993.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, USP, 1975.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 8. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.

SCHAEFER, Sérgio. A superação do conhecimento popular. In: SCHAEFER, Sérgio, JANTSCH, Ari Paulo. **O conhecimento popular**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-78.

\_\_\_\_\_. & JANTSCH, Ari Paulo. **O conhecimento popular**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. 3. ed. São Paulo: UNESP, Brasiliense, 1992.

SCHOPENHAUER. **O mundo como vontade e representação**. III parte. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores)

SCHÜLLER, Fernando L. **Cornelius Castoriadis**. Porto Alegre: Movimento, 1991.

SEFFRIN, Guido. **AFUBRA: o fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA, 1995.

SGUISSARDI, Valdemar. **Ensino, pesquisa, parceria e formação do pesquisador**. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995. 5p. (Mimeogr.). [Texto

roteiro para debate em mesa redonda do GT Política de Educação Superior da ANPED durante a 18ª Reunião Anual - set. 1994, Caxambu, MG].

SIEBENEICHLER, Flávio Bueno. Encontros e desencontros no caminho da interdisciplinaridade: G. Gusdorf e J. Habermas. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 98, p. 153-80, jul./set., 1989.

SINGER, Paul. Capital e trabalho no campo. In: PINSKY, Jaime (Org.). **Capital e trabalho no campo**. São Paulo: Hucitec, 1979, p. 1-6.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas, v. I).

STEIN, Ernildo. **História & ideologia**. Porto Alegre: Movimento, 1981.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

THERBORN, Göran e outros. A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 1. Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 139-180. [Excertos da participação de G. Therborn no debate com Perry Anderson, Atilio Boron, Pierre Salama e Emir Sader, sob coordenação de Pablo Gentili e Luis Fernandes].

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOMASINI, Roque. Pequeno produtor: morrer ou crescer? **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 mai. 1995. Agricultura.

WAKS, Leonard J. Educación en ciencia, tecnología y sociedad: orígenes, desarrollos internacionales y desafíos actuales. In: MEDINA, M. y SANMARTÍN (Eds.). **CIENCIA, TECNOLOGÍA Y SOCIEDAD**. Barcelona: Anthropos, 1990. p. 42-75.

WARDE, Mirian J. A favor da educação, contra a positivização da filosofia. **Em Aberto**, Brasília, n. 45, p. 27-33, jan./mar. 1990.

\_\_\_\_\_. História e modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n. 4, p. 37-64, set. 1993.



WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, Salvador: Fundação CEPA-BA, 1986.

ZEMELMAN, Hugo. El actual momento histórico y sus desafíos. In: **Cadernos ANPED**, Belo Horizonte: n. 6, 1994, p. 7-28.

**ZERO HORA**. Camila alimentos elimina êxodo rural. \_\_\_\_, Porto Alegre, 28 abr. 1995. Informe Especial, p. 8.

**ZERO HORA**, Porto Alegre, 04 ago. 1996. p. 22 [Reportagem sobre agroindústria familiar em Brasília].

**ZERO HORA**. Porto Alegre, 13 out. 1996.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1. Sobre os anexos

Buscamos, nesse espaço, ilustrar com fotografias o mundo de vivência de pequenos agricultores. Para isso, reportamo-nos, principalmente, à quarta parte/capítulo n. 7 do presente trabalho, em que buscamos explicitar, na medida do possível, o mundo de vivência de atuais pequenos agricultores, voltando-nos especialmente ao **fosso** existente entre o “poder do atraso” e a constituição do Homem Universal individuado. Afirmamos que o fosso é a referência básica, haja vista que o mundo de vivência se realiza, efetivamente, como uma **totalidade contraditória** que se situa dinamicamente entre o “poder do atraso” e a auto-realização do conceito homem em sua máxima extensão (Homem Universal).

Dissemos que o fosso significa tanto a resistência, ativa ou passivamente, ao conjunto de transições do mundo tipicamente rural quanto a busca de superação dos limites próprios do tradicional mundo agrário. Identificamos como problemático, entre outros, as **práticas e/ou instrumentos de trabalho** (exemplos típicos são a ação de levantar objetos e produtos com a coluna curvada, lidas com agrotóxicos sem a devida precaução e trabalho com exposição a agentes naturais nocivos à saúde) que aviltam os que trabalham na roça ou lavoura e o **paradigma do determinismo-insumos-imediatismo** (do qual o pequeno agricultor é uma presa fácil), etc. Nesse sentido, no presente item daremos especial atenção às condições de trabalho e à questão paradigmática.

De alguma maneira, todos os pequenos agricultores buscam a superação dos limites próprios do meio rural, dentre eles do **trabalho manual** (em sua operatividade e/ou em sua **submissão**). Por outro lado, a falta de democratização do conhecimento científico-tecnológico e do Estado torna a superação uma “história lenta” (Martins) e desigual. Nesse sentido, o fosso também é o lugar onde a produção da existência, seja aderindo à monetarização da vida como um todo ou, ainda, mantendo a produção de subsistência associada à produção para o mercado, busca contraditoriamente a autonomia.

Contudo, as expressões do fosso afirmam basicamente o “poder do atraso”, expresso principalmente na dependência, submissão, arcaísmo, etc. Nesse sentido, a construção do Homem Universal individuado em nada pode conceder à tentação vivencial dos “cantos de cisne” (Gramsci) que o velho mundo (restrito ao arado de bois, à carroça, à enxada, à foice, ao machado, ao pé no chão, etc.) evoca, nem fazer concessões ao paradigma da determinação-insumos-imediatismo. Na contradição do vivido e na perspectiva da individuação do Homem Universal, a **ruptura** (com o “poder do atraso”) se torna necessária. Ruptura que, face aos avanços da atual revolução científico-tecnológica, exige, dentre outros, a superação (tardia) dos instrumentos e práticas de trabalho que desrealizam o homem e a natureza. Vejamos algumas das diferentes expressões do fosso (contraditório por excelência) nos anexos a seguir.

Informamos que 18 das 20 figuras a seguir referem-se às pequenas unidades de produção dos entrevistados, com exceção do Sr. Elfrido Frantz. A fotografia panorâmica registra uma área que se estende a partir da terra de um dos entrevistados. E, por fim, a fotografia da moradia, com casas de alvenaria, registra a realidade de um dos vizinhos dos entrevistados e que possui aproximadamente um módulo rural e meio. Todas as fotografias em questão são relativas à Linha Dona Josefa, Município de Vera Cruz, RS.

## ANEXO 2. Degradação do solo

A figura abaixo evidencia um solo erodido, compactado, sem “cobertura morta”, com pouca matéria orgânica e reduzida fertilidade, graças à ação humana através de práticas de cultivo alheios ao paradigma da agroecologia. Segundo o proprietário, esse solo foi, antigamente, muito fértil e rico em matéria orgânica. Encontra-se nessa situação face à exaustão provocada pelo manejo e cultivos alinhados ao “padrão técnico moderno” (Navarro, 1995), isto é, ao paradigma da determinação-insumos-imediatismo. Hoje os pequenos agricultores estão, em grande parte e com apoio técnico do Estado, buscando recuperar os solos esgotados e evitar a degradação daqueles ainda produtivos. Observamos que as roças ganham atenção especial, ficando os poteiros em segundo plano.

**Figura 1.** Degradação do solo de lavoura.



**Figura 2.** Recipiente de agrotóxico abandonado



### **ANEXO 3. Agrotóxico & poluição**

Uma das expressões mais contundentes do paradigma da determinação-insumos-imediatismo é o uso generalizado de agrotóxicos por pequenos agricultores, muito vezes acompanhado do desleixo em relação aos vasilhames. Segundo o agrônomo Odalnio Dutra (apud Beling, em Gazeta do Sul, 04/06/97, p. 8), na região Planalto do RS, 50% das embalagens vazias estão sendo reaproveitadas pelos agricultores; 25% são queimadas, 10% ficam expostas ao relento e 15% são abandonadas. Na figura abaixo aparece um vasilhame abandonado em uma lavoura da região Centro do RS. A estatística de Dutra, no entanto, é válida para o âmbito da nossa pesquisa.

#### **ANEXO 4. Agrotóxico, poluição e uréia.**

O paradigma da determinação-insumos-imediatismo fica sobremaneira evidente na figura abaixo. O capim aparece sob a ação de agrotóxico sistêmico e o verdejar do milho deve-se, em grande parte, à aplicação de uréia. Afora isso, constata-se a poluição com plásticos abandonados (principalmente na valeta).

O arado que aparece entre o pasto de elefante é típico dos pequenos agricultores da região Centro do RS.

**Figura 3.** Aplicação de agrotóxico, poluição e uréia.



**Figura 4.** Estábulo (estebrearia) precário.



#### **ANEXO 5. Descaso com o esterco**

Explicitamos, no capítulo n. 7, que o esterco muitas vezes é “mal aproveitado”. Dissemos que muitos pequenos agricultores não têm esterqueira(s) e boa parte daqueles que a(s) têm, não o fermentam adequadamente, nem o distribuem da melhor maneira na lavoura. Associamos, também, tal vivência ao paradigma da determinação-insumos-imediatismo presente entre os pequenos agricultores. Na figura n. 4 observa-se uma estrebaria sem piso, sem sistema de coleta e fermentação adequada para o esterco. Nesse sentido, ao invés de se transformar em adubo, o esterco se transforma simplesmente em matéria orgânica. Além do mais, em dias de chuva forte, boa parte acaba sendo levada para os riachos. Assim, a falta de uma esterqueira significa desperdício de adubo orgânico e poluição da água.



## **ANEXO 6. Descaso com a água.**

Ainda evidenciando as expressões do paradigma da determinação-insumos-imediatismo, ilustramos o descaso em relação à água. Na figura n. 5, observa-se a existência de um chiqueiro de porcos, tendo anexo um pequeno curral. No caso, o esterco dos porcos facilmente acaba no córrego que passa ao lado. Além do problema do esterco, observa-se a existência de pedaços de plástico no córrego. A figura mencionada evidencia o contraditório do fosso: se, por um lado, há desperdício de adubo orgânico e poluição da água, por outro, observa-se a existência de animais (porco “macau”, etc.) que de alguma forma significam a preservação do banco genético relacionado à rusticidade.

**Figura 5.** Chiqueiro perto do córrego.



**Figura 6.** Poço em “resteva de fumo”.



### **ANEXO 7. Água e agrotóxicos.**

No capítulo n. 7, afirmamos que os pequenos agricultores, sob o paradigma da determinação-insumos-imediatismo e sem o conhecimento científico-tecnológico que pudesse subsidiar uma relação homem-natureza despositivizada, não apenas comprometem a saúde pública, mas a sua própria vida. Assim como o arroio pode ser poluído com coliformes fecais, o poço da família também pode ser poluído, inclusive com agrotóxicos. A figura n. 6 evidencia a existência de um poço de água para consumo familiar humano situado na roça (“resteva de fumo”) em que anualmente se produz tabaco e se aplica sistematicamente vários agrotóxicos. Ressalta-se que, afora o problema da contaminação da água, mediante infiltração de agrotóxicos no subsolo, o terreno tem um longo declive, de modo a não evitar suficientemente as enxurradas em caso de chuvas torrenciais.

## ANEXO 8. Preservação.

Durante o trabalho, a nossa fala e a de pequenos agricultores questionou a atuação do IBAMA, especialmente por tratar homogeneamente a diversidade social e natural e, com isso, contrariamente às pretensões, contribuir para a aversão dos pequenos agricultores à preservação das espécies nativas. Explicitamos, também, as falas de pequenos agricultores, afirmando que, apesar dessa aversão, preservam as espécies nativas e reflorestam muito mais que “os grandes”. A figura n. 7 confirma a prática preservacionista. A mata das encostas dos morros tem sido mantida. Quando necessária a ocupação, os lugares mais íngrimes são usados para poteiros. A mata ciliar, outrora diminuta, está sendo, ultimamente, ampliada. O reflorestamento está aumentando anualmente. As lavouras em terra com declive recebem fileiras de cana-de-açúcar. No particular aqui enfocado, o paradigma da agroecologia, com o incentivo do Estado (também contraditório), está aos poucos se afirmando.

**Figura 7.** Cobertura florestal & área verde, etc.



**Figura 8.** Preservação & fracionamento.



#### **ANEXO 9. Preservação e fracionamento por herança.**

O paradigma agroecológico se afirma inclusive em áreas bem menores que o módulo rural, embora com limitações. Essas áreas são resultado, em grande parte, do fracionamento mediante herança. O fracionamento abaixo do módulo rural, associado à agricultura tradicional (sem incorporar a ciência-tecnologia disponível na aldeia universal), muitas vezes não permite a preservação das matas nos morros. A opção é drástica: ou se preserva a mata (com fome humana) ou se planta alimentos para a família (devastando a mata). Na figura n. 8 observa-se quatro frações de terra (uma com mata nativa e reflorestada e, outra, com mata reflorestada) resultado de herança. Três delas possuem 8 hectares e uma 11 hectares (com o gado no potreiro). Observa-se que duas propriedades de 8 hectares, face à opção mencionada, não puderam preservar a mata no morro. Todas elas, no entanto, possuem reflorestamento (não captado pela fotografia).

## **ANEXO 10. O reflexo da preservação na água.**

A preservação da mata nativa nos morros, o reflorestamento, a cobertura de parte das áreas com grama (potreiros), bem como os cuidados crescentes em relação ao solo das roças (cobertura verde ou morta, plantio direto, etc.), são práticas suficientes para se ter uma água de melhor qualidade. Tais práticas reduzem drasticamente o assoreamento dos riachos e rios e a sua contaminação com agrotóxicos e adubos químicos. A figura n. 9 evidencia o resultado de tais práticas: água de um forte riacho totalmente cristalina. Por outro lado, impõe-se salientar que o mesmo riacho, em épocas de fortes chuvas, carrega grande quantidade de coliformes fecais de origem animal advindos das esterqueiras precárias. Embora o paradigma agroecológico esteja, aos poucos, se afirmando, o fosso se explicita contraditório.

**Figura 9.** Água cristalina.



**Figura 10.** Esterqueira antiga.



#### **ANEXO 11. Sinais do saber real/autonomia.**

Durante o trabalho, mencionamos o fato de que antes da segunda guerra mundial, os pequenos agricultores tinham mais e melhores esterqueiras e dominavam melhor o processo de produção de adubo a partir do esterco. Dissemos, também, que nessa época, os pequenos agricultores possuíam o saber real/autonomia suficiente para auto-reproduzirem a pequena unidade de produção. A produção do próprio adubo era, segundo depoimentos, uma questão de orgulho. A partir da segunda guerra mundial (Lutzenberger), no entanto, o uso do adubo químico-industrial ganhou tal força que as esterqueiras foram abandonadas. Entre as famílias entrevistadas, restou apenas uma esterqueira (já depreciada) da geração anterior à presente. Registramo-la na figura n. 10.

## ANEXO 12. Aproveitamento de matéria orgânica.

Afirmamos no capítulo n. 7, que grande parte do esforço em adubar a terra, com o adubo produzido a partir do esterco, carrega apenas matéria orgânica para a roça ou para os pomares e hortas. A figura n. 10 é, nesse sentido, bastante expressiva. Observa-se um “monte” de restos de vegetais e esterco (insuficientemente curtido) a céu aberto na lavoura. Em primeiro lugar, o esterco precisa ser coletado juntamente com a urina dos animais (Segatto) para se transformar em adubo completo. Em segundo lugar, o esterco não curtido é apenas matéria orgânica (Segatto). Em terceiro lugar, o adubo é muito mais produtivo quando incorporado imediatamente ao solo (Segatto). No caso explicitado pela figura mencionada, a “boa vontade” do pequeno agricultor não foi associada aos elementos científico-tecnológicos que pudessem propiciar aquilo que denominamos *expansividade da natureza*. Observa-se, assim, que sequer o velho saber ligado à agroecologia é conhecido.

**Figura 11.** Matéria orgânica na roça.



**Figura 12.** Pequeno agricultor com sua carroça e junta de bois.



### **ANEXO 13. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 1.**

Tanto no capítulo n. 7 como em outros, mencionamos o arcaísmo presente na produção da existência dos pequenos agricultores. O arcaísmo encontra-se, entre outros, nas condições de trabalho que se põem muito aquém daquilo que a atual onda civilizatória e revolução científico-tecnológica dispõem para o trabalhador, incluindo aí o pequeno agricultor. A figura n. 12 evidencia parte do instrumental básico de trabalho dos pequenos agricultores: uma carroça (com rodas de madeira/chapa de ferro) e uma junta de bois. Além da carroça e bois, fazem parte do instrumental mínimo de trabalho o arado de boi, o facão, a foice, o machado, a prensa de banha, etc. Trabalhar descalço ou com chinelos de dedo não é fato raro entre os pequenos agricultores. Cabe reiterar que, diante das dificuldades para melhorar as condições de trabalho, a carroça forte e junta de bois grandes e fortes são motivo de orgulho da maioria dos pequenos agricultores.



## ANEXO 14. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 2.

As arcaicas condições de trabalho comprometem a corporeidade (Assmann), o tempo livre para cultivar-se, etc. São condições que limitam os pequenos agricultores ao trabalho operativamente manual. Embora os pequenos agricultores buscam avançar continuamente em seu instrumental de trabalho, não consideram o instrumental típico problemático em si mesmo. O problema, segundo eles, reside principalmente nos excessos de trabalho e nas condições adversas (chuva, frio, calor, barro, etc.). Por outro lado, a ética do trabalho afirmada no mundo dos pequenos agricultores do sul do Brasil os leva a trabalhar com qualquer instrumental e em condições adversas. Assim, a foicinha persiste e o carregar peso (mesmo para uma mulher aos oitenta anos de idade - figura n. 13) é uma prática comum.

**Figura 13.** Bisavó carregando cana-de-açúcar; foicinha, etc.



**Figura 14.** Moenda movida a bois.



### **ANEXO 15. Instrumentos de trabalho & arcaísmo 3.**

Face à atual revolução científico-tecnológica, alguns instrumentos de trabalho encontrados entre os atuais pequenos agricultores parecem inusitados. Além de comprometerem a corporeidade (Assmann) e o tempo livre para o auto-cultivo, podem implicar em grande desperdício de trabalho, alimentos, etc. Na figura n. 14 observa-se, ao lado do precário chiqueiro (sem esterqueira), uma prensa (“moenda”) de cana-de-açúcar movida a bois. Tal prensa está, a nosso ver, muito à quem da qualidade de vida possível mediante a atual revolução científico-tecnológica. E, na figura n. 15, observa-se um triturador de milho movido a boi ou cavalo. Tal instrumento, além de implicar demora e desgaste animal e humano, implica desperdício alimentar, uma vez que (no caso em questão) os porcos praticamente nada digerem do milho insuficientemente quebrado nesse triturador.

**Figura 15.** Triturador de milho movido a boi ou cavalo.



#### **ANEXO 16. Trabalho manual e a participação da mulher.**

A carroça com pneus (figura n. 16), embora sendo uma melhoria, não é o suficiente para diminuir as limitações próprias do trabalho manual. A participação dos pequenos agricultores no mercado mundial, associado à produção da subsistência, os leva a viver longas jornadas de trabalho. A figura n. 16 explicita tanto as condições de trabalho quanto a participação direta da mulher no trabalho voltado à produção para o mercado mundial. Mencionamos o fato de que a fotografia foi batida em março de 1996, às 13 horas, quando o casal em questão concedeu uma entrevista para o autor do presente trabalho. Conforme já explicitado no capítulo n. 7, as mulheres participam isonomicamente do trabalho da lavoura e do apronto do fumo em casa (ver, também, a figura n. 17).

**Figura 16.** Carroça com pneus, classificação do fumo, etc.



**Figura 17.** Classificação do fumo.



### **ANEXO 17. Moradia, pátio e espaço para a produção.**

A figura n. 18 mostra uma construção típica dos pequenos agricultores inseridos no mercado mundial do “fumo”. Observa-se uma estufa de fumo, tendo anexo um local fechado para a guarda do produto e uma varanda para o trabalho de apronto do fumo, bem como para o abrigo da carroça e outros. A figura evidencia, ainda, um pátio típico de uma família (aves soltas, etc.) de poucos braços para o trabalho manual. A figura n. 19 evidencia uma moradia típica de um agricultor considerado entre os pequenos agricultores da região - centro do RS - como de porte médio (no caso, com mais de 30 hectares de terra). Informamos que essa moradia já é antiga. No atual contexto, dificilmente um agricultor com pouco mais de um módulo rural estrutura uma moradia com as características da figura n. 19. O atual constituinte pequeno agricultor com menos de um módulo rural normalmente está construindo uma moradia com as características da figura n. 20.

**Figura 18.** Pátio com estufa de fumo, varanda, etc.



**Figura 19.** Moradia antiga de agricultor com mais de 1 módulo rural.



**Figura 20.** Moradia recente de agricultor com menos de 1 módulo rural.

